PARAGUAÇU PAULISTA

contribuição para o estudo
de um centro local do extremo
sudoeste paulista.

Dissertação de Mestrado apre-
sentada ao Departamento de Geo-
grafia da Faculdade de Filoso-
fia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo.

ARMANDO GARMS

1977

PARAGUAÇU PAULISTA: contribuição para
o estudo de um centro local do extre
mo Sudoeste Paulista.-

Dissertação de mestrado apresentada
ao Departamento de Geografia da Fa
culdade de Filosofia, Letras e Ciên
cias Humanas da Universidade de São
Paulo, pelo licenciado ARMANDO GARMS
e sob a orientação do Professor Dou
tor PASQUALE PETRONE.-

São Paulo
1977

I N D I C E

	Pag.
Capítulo 1:- <u>INTRODUÇÃO</u>	5
1.1. Justificativa, Revisão Bibliográfica e Objetivos	6
1.2. Caracterização Sumária do Objeto de Es tudo	8
1.3. Procedimento da Pesquisa	9
Capítulo 2:- <u>O POVOAMENTO E A OCUPAÇÃO DA ALTA SOROCABANA</u> <u>- TRAÇOS GERAIS</u>	19
Capítulo 3:- <u>AS FUNÇÕES URBANAS</u>	35
3.1. Evolução das Funções	35
3.2. As Funções Atuais	48
3.2.1. A Função "Industrial": Coleta, Beneficiamento e Expedição de Produtos Primários	48
3.2.1.1. Origem dos capitais ...	50
3.2.1.2. Controle e Gestão	53
3.2.1.3. Matéria-Prima	55
3.2.1.4. Produção e Mercado Con sumidor	58
3.2.2. A Função de Distribuição de Pro dutos Industriais e Agrários ...	65
3.2.2.1. Origem dos Capitais ...	69
3.2.2.2. Controle e Gestão	74
3.2.2.3. Abastecimento do Comér cio	77
3.2.2.4. Mercado Consumidor	80
3.2.3. A Função de Serviços	85
3.2.3.1. A Função Bancária	86
3.2.3.2. A Função Educacional ..	88
3.2.3.3. A Função Médico-Hospita lar	91

3.2.3.4. A Função Político-Administrativa	93
3.2.3.5. A Função de Transportes	94
3.2.4. A Função de Residência de Proprietários e Assalariados Rurais ..	99
3.2.4.1. Os Proprietários Rurais	99
3.2.4.2. O Assalariado Rural ...	107
Capítulo 4:- <u>A POPULAÇÃO URBANA</u>	114
4.1. Evolução da População Municipal	114
4.2. Estrutura da População e Pirâmide das Idades	123
4.3. Mortalidade e Natalidade	127
4.4. Proveniência Espacial da População Urbana	134
4.5. Estrutura Profissional da População Urbana	143
4.6. Estrutura Econômica da População Urbana	150
Capítulo 5:- <u>A ESTRUTURA URBANA</u>	159
5.1. O Sítio Urbano	159
5.2. A Morfologia Urbana	162
5.3. O Equipamento Público	168
5.4. Espaço Livre, Espaço Construído e População	179
5.5. Origem e Evolução do Centro Urbano	185
5.6. Estrutura Urbana	196
Capítulo 6:- <u>CONCLUSÕES</u>	204
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	211
<u>ANEXOS</u>	219

Capítulo 1 - Introdução

- 1.1. Justificativa, revisão bibliográfica e objetivos
- 1.2. Caracterização sumária do objeto de estudo
- 1.3. Procedimento da Pesquisa

1 - Introdução

1.1. Justificativa, revisão bibliográfica e objetivos

A escolha de Paraguaçu Paulista como tema de pesquisa voltada ao mestrado, liga-se ao fato de que a nossa vivência ao longo de vários anos nesta cidade proporcionou um conhecimento sobre esta e áreas próximas, ao lado de um bom relacionamento que nos permitiria o acesso e obtenção de dados e informações necessárias dos diferentes setores citadinos e a solicitação pela Administração Municipal paraguaçuense para que cooperássemos na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Entretanto, maior justificativa foi a preocupação em conhecer e caracterizar o comportamento de uma pequena cidade da rede de cidades da Alta Sorocabana, uma das componentes interioranas, no oeste paulista, do grande espaço periférico da metrópole paulistana.

De modo geral, os temas de Geografia Urbana no Brasil foram tratados segundo algumas tendências:

- Estudos de médias cidades, com trabalhos realizados principalmente através dos Congressos e Assembléias da Associação dos Geógrafos Brasileiros, face à viabilidade do caráter monográfico para este nível de centro urbano, não acontecendo o mesmo para as grandes cidades, cuja exceção é o trabalho "A cidade de São Paulo - Estudos de Geografia Urbana", realizado pela A.G.B., Seção Regional de São Paulo, e dirigido pelo Professor Aroldo de Azevedo (1958). Quanto às pequenas cidades, apresentam-se de interessantes como objeto de investigação e seus estudos são raros. Nesta tendência, isto é, estudos das cidades médias, alguns exemplos podem ser citados: Campina Grande (PB-1952), Cuiabá (MT-1953), Ribeirão Preto (SP-1954), Santa Maria (RGS-1958), Londrina (PR-1961), Blumenau (SC -1966).

- Estudos interessando as relações homem-meio, caracterizando-se estes pelos trabalhos sobre redes urbanas, dando-se ênfase à "cabeça" da rede, normalmente uma capital ou metrópole regional. Dentro desta linha temos: o estudo realizado pelo Grupo de Trabalho de Geografia Urbana do Conselho Nacional de Geografia, sobre a organização urbana na região do Rio de Janeiro (1964); o trabalho de Pedro Pinchas Geiger "Evolução da Rede Urbana Brasileira" (1963); o trabalho de Nice Lécocq Müller "O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba - São Paulo" (1969).

- Estudos de temas setoriais e espaciais: porto, indústria, metropolização, abastecimento, etc., podendo-se exemplificar esta tendência através do trabalho de José Ribeiro de Araujo Filho "Santos, o porto do café" (1969); de Lea Goldenstein "Estudo de um centro industrial satélite - Cubatão" (1970); de Judith De La Corte "Contribuição ao estudo do abastecimento da cidade de São Paulo em produtos hortifrutícolas" (1973).

- No momento atual, ao lado das tendências precedentes que continuam a multiplicar os temas de Geografia Urbana, surge o interesse pelas pequenas cidades, porque estas estão em crise face ao processo de concentração urbana. Esta nova tendência apresenta um número crescente de estudos realizados e apresentados principalmente na forma de trabalhos de mestrado, entre os quais citamos: de Rosa Ester Rossini "Serra Azul: o Homem e a Cidade" (1971); de Paulo Pedro Perides "Dois Córregos: um exemplo de centro local" (1971); de Satie Mizubuti "Itaboraí - Estudo de Geografia Urbana" (1972).

No caso específico do oeste paulista, os estudos de Geografia Urbana orientam-se essencialmente para as médias cidades, sendo raros aqueles realizados para pequenos núcleos, e relativamente antigos. Como exemplos temos: Assis Cintra "Araraquara (município, cidade e o povo)" (1928); Pierre Monbeig "Algumas observações sobre Marília, cidade pioneira" (1941), (mesmo Monbeig em seu trabalho - "Pionniers et Planteurs de São Paulo" (1952), ao tratar das cidades da frente pioneira, dá destaque especial às cidades médias); Odilon Nogueira Matos "Rápido Estudo de um centro urbano - Jaboticabal" (1942); Olga Pantaleão "A cidade de Catanduva" (1944); José Ferrari Leite "A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente" (1972). Alguns poucos sobre a pequena cidade e entre estes: Otacílio Dias "A cidade de Palmital e o município" (1944); Ely Goulart Pereira de Araujo "A cidade de Olimpia: estudo de Geografia Urbana" (1952).

Nosso estudo, por sua vez, tem por objetivo a concretização de monografia sobre um dos vários pequenos centros da rede de cidades da Alta Sorocabana, dentro de uma perspectiva de análise do comportamento desta pequena cidade em um espaço onde o processo de ocupação e a vida de relações resultaram das necessidades externas a este espaço, e onde o fenômeno da concentração urbana gera desequilíbrios em favor das médias e grandes cidades, restando às pequenas a busca, muito mais difícil, dos meios para a sua permanência e sobrevivência.

Nas considerações destes fatos, as seguintes questões de ordem geral estarão presentes direcionando o desenvolvimento de nosso estudo na sua totalidade:

- Como se define Paraguaçu Paulista na rede da Alta Sorocabana e em face do processo de ocupação deste espaço?
- Qual o papel da pequena cidade, a exemplo e ao nível de Paraguaçu Paulista, face à intensificação do processo de concentração urbana, considerando-se as relações centro-periferia a partir da metrópole paulistana, e quais as razões ou fatos de sua permanência e sobrevivência neste espaço periférico?
- Face a estas indagações e considerações e nas circunstâncias em que o fenômeno se desenvolve e levando-se em conta ainda a sua presença na área de dominação de duas capitais regionais - Presidente Prudente e Marília - como se comporta Paraguaçu Paulista?

1.2. Caracterização sumária do objeto de estudo

Paraguaçu Paulista encontra-se no Sudoeste do Estado de São Paulo, a aproximadamente 500 km da capital (1), na região conhecida como Alta Sorocabana (2). Constitui a região espaço compreendido pelo espigão divisor dos rios do Peixe (N) e Paranaapanema (S).

Através de critério considerando o espaço como forma de organização da produção (micro-regiões homogêneas), aliado ao processo de ocupação do oeste paulista e em particular o extremo sudoeste do Estado, Paraguaçu Paulista constitui espaço vinculado à Alta Sorocabana sob a dominação de Presidente Prudente. Entretanto, considerando-se o critério onde o espaço se organiza em função de uma economia de mercado e de serviços, principalmen

(1) A cidade de Paraguaçu Paulista, sede do município de mesmo nome, dista da capital paulista 475 km por rodovia asfaltada (Raposo Tavares) e 596 km por ferrovia (FEPASA) no trecho ferroviário correspondente ao Ex-Estrada de Ferro Sorocabana).

(2) Leite, José Ferrari - "A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente". F.F.C.e Letras de Presidente Prudente, 1972, pág.14.

te administrativos, o município em questão encontra-se encravado na 11a. Região Administrativa de Marília, Sub-Região de Assis (3). (Cartograma 1).

De acordo com o Censo de 1970, o município paraguaçuense contava 21.892 habitantes, com uma área de 1043 Km^2 , o que lhe proporcionava densidade média de 21 habitantes/ Km^2 . A população urbana estava constituída de 14.011 pessoas, enquanto que a zona rural somava 8.058. Considerando-se a Sub-Região de Assis, estes números paraguaçuenses correspondiam a 12,3% da população total, 14,8% da população urbana, 9,5% do contingente rural e 16,8% da área sub-regional.

O espaço municipal está constituído por três distritos: o da sede - Paraguaçu Paulista -, Conceição de Monte Alegre e Sapezal. O de maior contingente populacional é aquele da sede com 76,7% do total do município, seguido por Conceição de Monte Alegre com 15,6%, e Sapezal com 7,7%. Em termos de população urbana, uma vez que cada distrito tem o seu núcleo, a sede possui - 96,2%, restando a Conceição de Monte Alegre, 1,7%, e a Sapezal 2,1%. A população rural apresenta certo equilíbrio na distribuição entre o distrito da sede e Conceição de Monte Alegre: 42,9% para o primeiro e 39,6% para o segundo. Sapezal engloba os demais 17,5%. (Cartograma 2).

1.3. Procedimento da Pesquisa

O trabalho se desenvolveu através de uma etapa de coleta e obtenção de dados e outra de trabalho de gabinete. Contudo, cabe ressaltar que embora se faça esta divisão, as etapas não foram estanques ou compartimentadas no decorrer da elaboração do trabalho, ou seja, à medida que dados e fatos eram coletados, observados, anotados, em várias vezes e momentos constituíram de imediato objeto de trabalho de gabinete.

A primeira etapa apreendeu dados contidos num espaço de tempo suficientemente amplo para permitir a confirmação dos fa

(3) Segundo o Censo de 1970, a 11a. Região Administrativa de Marília (46 municípios) soma 676.180 habitantes, significando 3,8% da população estadual. Neste Censo, a Sub-região - de Assis (13 municípios) contava 177.231 pessoas (26% da população regional), sendo 93.169 urbanos e 84.062 rurais, ocupando uma área aproximada de 6.200 km^2 .

SUDOESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

IIa. REGIÃO ADMINISTRATIVA - MARÍLIA

10a. " " - PRES. PRUDENTE

1972

Cartograma 1

LEGENDA

- Capital de região
- Capital de sub-região
- Sede de Município
- Estrada asfaltada
- Estrada de terra
- Ferrovia
- Limite da região de Marília
- " da sub-região de Anais

ESCALA

Fuente: mapa de 1968
Secretaria de Planejamento - 1971
Desenhado: Eliana Sardenha Spach

tos que melhor caracterizassem o objeto de nosso estudo. Desta forma inventariáramos dados isolados ou sistematizados, oferecidos por publicações oficiais, jornais, depoimentos, etc.

Ao mesmo tempo, a coleta e obtenção de dados se ordenou em três níveis: ao nível nacional, ao nível estadual e ao nível local.

Ao nível nacional:

- Coleta de dados econômicos e populacionais dos Censos de 1900, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970.

Ao nível estadual:

- Levantamento e coleta de dados referentes à Estrada de Ferro Sorocabana - estações de Cardoso de Almeida, Paraguaçu Paulista e Sapezal. As atividades foram realizadas na Biblioteca central da Estrada de Ferro Sorocabana, Estação "Julio Prestes", nos relatórios da referida ferrovia, tendo em vista o movimento geral das estações citadas, no período entre 1916 e 1940.

- Levantamento e coleta de dados referentes a nascimentos, óbitos gerais, mortalidade infantil, casamentos referentes a Conceição de Monte Alegre, Paraguaçu Paulista e Sapezal, no período entre 1891 e 1939. As informações foram obtidas nos Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, existentes no Arquivo do Estado.

- Levantamento e coleta de dados referentes a nascimentos, óbitos gerais, mortalidade infantil, casamentos, do Município de Paraguaçu Paulista, destacando-se a sede e os distritos. As informações buscadas referiam-se ao período entre 1940 e 1969, e foram obtidas nos Boletins, Anuários Estatísticos, material mimeografado, datilografado, existentes no Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

- Levantamento e coleta de dados do movimento bancário em Paraguaçu Paulista, para os anos de 1972 e 1973 (último trimestre), obtidos através das publicações da Divisão de Estatísticas Econômicas da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

- Levantamento e coleta de dados e material cartográfico junto ao Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.

- Coleta de dados do Recenseamento Demográfico, Escolar, Agrícola e Zootécnico do Estado de São Paulo, ano de 1934.

Ao nível local:

Foram realizados inicialmente os primeiros contatos junto à Agência Municipal do IBGE, Prefeitura Municipal, Casa da Lavoura, Biblioteca Municipal, para tomada de conhecimento das fontes existentes, passíveis de consulta e, ao mesmo tempo, obter informações para outras fontes e consultas.

- Levantamento bibliográfico, procurando fontes que tratassem especificamente do tema em questão. Entretanto, esta fase revelou-se pobre, restringindo-se ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, ao trabalho de mestrado, em andamento, de Márcio Antonio Teixeira "A organização do espaço rural do município de Paraguaçu Paulista", e aos artigos e fatos relatados nos jornais locais: "A Semana" e "A Comarca" (este de circulação encerrada), ambos hebdomadários. Verificou-se, também, que a cidade e município são tratados e vistos em outros trabalhos, trabalhos estes voltados para um contexto regional e, mesmo assim, constituem ' não mais que uma dezena de títulos, dos quais há que se destacar a obra de Pierre Monbeig "Pionniers et Planteurs de São Paulo".

- Levantamentos e coleta de dados junto à Prefeitura Municípal de Paraguaçu Paulista:

a. material cartográfico: plantas da cidade de diferentes datas, nas escalas 1:2.000; 1:4.000; 1:8.000, o que nos permitiu verificar a evolução do centro urbano não só quanto à sua expansão territorial, bem como dos diferentes serviços públicos (água, esgoto, iluminação pública, asfalto, etc...)

b. Consulta aos Livros de Registro de Indústria e Profissões dos anos 1938, 1960, 1974, tendo em vista comparar e procurar obter a evolução das diferentes atividades urbanas paraguaquenses.

c. Consulta às declarações de Dados Informativos Necessários à Apuração dos Índices de Participação dos Municípios Paulistas no Produto da Arrecadação do I C M, exigidos pela fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, cujas cópias ficam arquivadas na Prefeitura Municipal. Foram consultadas 100% das Declarações modelo "A" (314) e modelo "B" (358) referentes ao ano de 1974. As informações e dados coletados nestas declarações constituíram elementos fundamentais no estudo das funções, seja na definição de cada uma delas, seja na definição funcional do centro urbano, seja, através do estabelecimento das relações espaciais entre as funções, na caracterização da dede

pendência e influência tida e exercida por Paraguaçu Paulista.

d. Consulta ao Cadastro Municipal (1974 e 1975), cujas informações abrangendo toda a cidade, calcadas na distribuição setorial utilizada pelo IBGE, quando do Censo de 1970, para Paraguaçu Paulista, nos permitiram a elaboração de planta que constituiu conhecimento sintetizado das relações espaço livre / espaço construído e as relações destes espaços com a população urbana.

- Levantamentos no cartório da 1ª. Circunscrição de Registro Geral de Hipotecas e Anexos da Comarca de Paraguaçu Paulista, cujas informações e dados nos permitiram as considerações sôbre a evolução do espaço urbano: os primeiros lotes vendidos, os tipos de loteamentos, as orientações por estes definidas na expansão da cidade.

- Levantamentos nos diferentes estabelecimentos de ensino oficial ou particular, tendo em vista o conhecimento da evolução, situação atual, área de atendimento, tipos de cursos oferecidos, equipamentos, corpo docente e discente. Os fatos e dados foram buscados interessando tanto o global, quanto cada estabelecimento em particular.

- Levantamentos, coleta de dados e entrevistas junto ao Hospital de Caridade de Paraguaçu Paulista. Os levantamentos e coleta de dados foram feitos nos relatórios anuais da entidade, entre 1948 e 1973, e nas entrevistas junto à Administração do Hospital e corpo médico. O objetivo constituiu o conhecimento e evolução da entidade, área e tipo de atendimento, equipamento, necessidades, tendências e papel do setor na estrutura funcional 'urbana.

- Entrevistas junto ao Agente local da EBCT, do IBGE, Delegado do Serviço Militar, Chefe do Posto de Sementes, Chefe da Casa da Lavoura, procurando definir área de jurisdição, atendimento e equipamento de cada um dos Órgãos sob sua direção e instalados na cidade, com o objetivo de verificar a presença da função 'administrativa de diferentes níveis, a partir de Paraguaçu Paulista.

- Entrevistas nos estabelecimentos bancários (em número de quatro), visando a obtenção de informações quanto à área de atuação de linhas de crédito, predominância das operações segundo diferentes setores de atividades.

- Entrevistas com antigos moradores, procurando obter informações, dados e fatos ligados a funções, população e estrutura urbana. Na escolha destes entrevistados levou-se em consideração o conhecimento que tinham dos fatos buscados e a idoneidada

de de suas informações.

- Aplicação de questionários.

A insuficiência e desatualização dos diferentes dados publicados sobre Paraguaçu Paulista, na maioria das vezes dentro de um contexto geral, aliados à preocupação de verificar o comportamento atual e tendência dos diferentes elementos da paisagem urbana, nos conduziram à aplicação de questionários.

a. questionários interessando a população urbana.

Estes questionários voltaram-se, por um lado, à obtenção de dados que conduzissem à caracterização da população quanto à sua estrutura por idade, sexo, socio-econômica, profissional e movimentos e, por outro lado, na obtenção de informações indicativas quanto ao abastecimento e alguns serviços procurados por esta população, informações estas que constituíram elementos iniciais de apoio para a aplicação de outros questionários nestes setores,

Inicialmente foram aplicados 500 questionários em 500 residências urbanas, constituindo uma amostragem aproximada de 17% da população urbana. Foram respondidos de forma completa 94%. Para sua aplicação foi utilizada a escolha aleatória, na proporção de uma residência em cada cinco, ocupadas. (modelo anexo). A aplicação ocorreu em meados de 1971.

Em outro momento, final de 1971, início de 1972, aplicou-se um segundo questionário, tendo em vista a correção de possíveis erros e o reforço de fatos e dados obtidos através do primeiro questionário. Este segundo voltou-se essencialmente aos dados e fatos populacionais. Foram aplicados 1.000 questionários em 1.000 residências, tendo sido respondidos de forma completa 874, correspondendo a uma amostragem aproximada de 35% da população urbana. Igualmente a escolha foi aleatória, ocorrendo, entretanto, a proporção de duas residências para cada cinco, ocupadas. (modelo anexo).

b. Questionários interessando o comércio.

Através dos questionários aplicados na população, obteve-se a indicação dos estabelecimentos mais procurados quanto à alimentação, vestuário e calçados. A partir desta orientação ampliou-se a amostragem, abrangendo esta pelo menos um estabelecimento de cada atividade comercial existente na cidade, resultando na aplicação de 35 questionários (modelo anexo), cujas indagações tinham em vista o conhecimento da evolução, estrutura e funcionamento, relações espaciais de abastecimento e consumo (atendi

mento), conseqüentemente relações de influência ou dependência da função. Além deste tipo de questionário, um outro, bastante simplificado (modelo anexo), foi aplicado (em número de 32) tendo como objetivo o reforço da definição da área de atuação das atividades do comércio paraguaçuense. Este tipo de questionário também foi aplicado em algumas atividades da função de serviços, com o mesmo intento. Em ambos os casos, a aplicação ocorre entre 1972 e 1973.

c. Questionários interessando indústria.

Foram aplicados 18 questionários, (modelo anexo) neste setor de atividades, o que, considerando-se o Censo Industrial de São Paulo - 1970 , abrangeram 30% dos estabelecimentos industriais existentes em Paraguaçu Paulista. Entretanto, algumas atividades estão representadas por várias unidades, ocorrendo, em contrapartida, atividades representadas por apenas uma unidade industrial. Buscando uma visão global do setor, procurou-se aplicar o questionário em uma unidade de cada tipo de atividade industrial, ocorrendo, no caso de várias delas em um mesmo setor, uma escolha aleatória. A aplicação ocorreu entre 1973 e 1974 e os objetivos voltaram-se para a apreensão da evolução, estrutura, comportamento atual e tendências do setor.

- A aplicação de questionários nos diferentes setores de atividades, na população da cidade, permitiram a obtenção dos primeiros indicadores para elaboração de planta funcional da mesma. A elaboração final se efetuou através de caminhamentos pelas ruas da cidade, observando, anotando e lançando, segundo convenções definidas anteriormente, elementos da morfologia urbana. O apoio cartográfico constituiu a planta da cidade na escala de 1:4.000, já existente, contendo apenas o traçado das ruas, seus nomes e alguns elementos morfológicos ligados principalmente aos serviços. Estes caminhamentos foram realizados em 1973.

- Para construção e análise dos perfis topográficos da cidade e da seção Geológica entre os ribeirões do Alegre e Sapé, apoiamo-nos na Carta do Brasil na escala de 1:50.000, folha SF-22-Z-A-I-4-Paraguaçu Paulista, IBGE, 1974; nas observações e anotações de campo, estas realizadas com a colaboração dos professores José Martin Suarez (Geologia) e Hideo Sudo (Geografia Física), ambos do Departamento de Geografia da F.F.C. e Letras de Presidente Prudente. Os trabalhos foram realizados no início de 1976.

Os trabalhos de gabinete constaram de:

- Tabulação de dados e confecção de tabelas, através dos dados obtidos nos diferentes levantamentos e questionários.

- Reprodução, elaboração e confecção de gráficos, plantas e cartogramas.

- Interpretação das tabelas, gráficos, plantas, cartogramas e redação do presente trabalho.

No desenvolvimento desta monografia, contamos com a orientação do Professor Doutor Pasquale Petrone; com o apoio de nossos colegas do Departamento de Geografia da F.F.C.e Letras de Presidente Prudente, com os quais as trocas de idéias nos foram muito valiosas.

Capítulo 2:- O POVOAMENTO E A OCUPAÇÃO DA ALTA
SOROCABANA - TRAÇOS GERAIS.

2. O POVOAMENTO E A OCUPAÇÃO DA ALTA SOROCABANA - TRAÇOS GERAIS.

Os primeiros povoadores da região que compreende não só o município de Paraguaçu Paulista, mas uma área dêste às barrancas do rio Paranã e Paranapanema, são de origem mineira e remontam ao ano de 1876, embora todo o Oeste Paulista figurasse nos mapas da época como "TERRENOS DESCONHECIDOS". (4)

O município pioneiro da área em estudo foi Conceição de Monte Alegre, fundado em 1876, embora tenha sido instalado oficialmente apenas em 1913.

As informações iniciais sobre a população deste município datam de 1900, que nesta época possuía 1.703 habitantes. Em 1920 sua população, em uma área aproximada de 9.993 km², praticamente a mesma de 1900 uma vez que não houve desmembramentos, alcançava o total de 16.160 habitantes.

A partir de 1921 ocorre a criação de outros municípios e já, neste ano, era criado Presidente Prudente com terras desmembradas dos municípios de Campos Novos Paulista e de Conceição de Monte Alegre. Este novo município possuía uma extensão territorial aproximada de 15.600 km², alcançando as suas divisas o divisor das águas do Aguapeí-Peixe ao norte, rio Paranapanema ao sul municípios de Campos Novos do Paranapanema e Conceição de Monte Alegre a leste e rio Paranã a oeste. (5) Com desmembramentos de seu território foram criados os municípios de Santo Anastácio (1925), Presidente Venceslau (1926), Presidente Bernardes (1935), Martinópolis (1938).

Do território montealegrense desmembraram-se Maracá, Paraguaçu Paulista e Quatã, em 1924, e Rancharia (1930) com parte de terras deste e de Quatã. Ao final da década de 1930, Conceição de Monte Alegre é anexado a Paraguaçu Paulista (1939) (Cartograma 3).

O povoamento e ocupação desta área, dos fins do século passado até por volta de 1920, deu-se de forma lenta face às atividades exercidas, às dificuldades das relações espaciais e em virtude das hostilidades entre povoadores mineiros e grupos indígenas da região.

A principal atividade econômica destes pioneiros vindos de Minas Gerais estava voltada para a criação de suínos e bovinos. A criação de bovinos definiu-se mais para o oeste - vales dos rios Laranja Doce e Indiana - enquanto que a área mais próxima ao núcleo de Conceição de Monte Alegre, a leste - vales dos rios São Mateus e Capivara - voltou-se para a criação e engorda de suínos. Além disto dedicavam-se a pequenas plantações de cereais, batata doce e inglesa, mandioca, cana-de-açúcar, algodão; fabricavam rapaduras, farinha grossa de milho, cobertores de algodão e lã, tecidos grosseiros, voltados para uma economia de subsistência. Nestas atividades, antes de findar o século passado, abre-se um parêntese a uma pequena e primeira tentativa de plantio de café, em 1876. (6)

As relações a partir do município de Conceição de Monte Alegre, para comercialização de seus produtos, principalmente porcos já abatidos, salgados e rudimentarmente acondicionados e mesmo "em pê", bem como parcela excedente de sua economia agropecuária, faziam-se com as "praças" de São Manuel e Botucatu, onde adquiriam o sal grosso, querosene, tecidos, açúcar, fumo, farinha de trigo, ferramentas. O percurso até São Manuel era feito em carros de bois, que gastavam cerca de um mês na viagem de ida e volta. (7)

Os relacionamentos entre o mineiro povoador e o indígena sempre foram difíceis e quase sempre sangrentos. Estes últimos atacavam, matavam e roubavam, mas no processo final o branco terminava por expulsá-los cometendo, muitas das vezes violentas atrocidades. (8)

(6) - Giovannetti, Bruno - "Esbôço Histórico da Alta Sorocabana". Empresa Gráfica Revista dos Tribunais. São Paulo, 1943, pag. 145.

(7) - Giannasi, Humberto B. - "Conceição de Monte Alegre, sua História e seu passado". Artigos publicados nos Jornal "A Semana", Paraguaçu Paulista, capítulo III, 26/04/70.

(8) - Abreu, Dióres Santos - "Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente". F.F.C e Letras de Presidente Prudente, 1972, pag. 22.

Ferrari Leite, José - Ob. Cit. pags. 51 e 133.

Os anos que se seguem após 1920, e mesmo pouco anterior a esta data, apresentam maior vigor quanto à ocupação e povoamento, não só no espaço em questão, mas em todo o oeste paulista.

Este período seguinte, em termos de ocupação do oeste paulista e região em estudo, é assim definido: "...Este o quadro da ocupação da área no início da década de 1920, ocupação essa que se aceleraria bastante a partir deste momento quando as frentes' pioneiras, avançando pelos espigões dos rios afluentes do Paraná, em direção às barrancas deste rio procuravam as terras virgens re cobertas de mata para cultivar cada vez mais intensamente o pro duto que estava fazendo a fortuna de São Paulo: o café. Foi o café a mola impulsionadora da ocupação, do povoamento e da civi lização nesta porção do território paulista, cujas cidades, em grande maioria devem sua existência, exclusivamente a ele". (9)

Esta fase do processo e o movimento pioneiro, responsável pela ocupação do oeste paulista, pode ser assim sintetizada: "...a marcha do povoamento no Estado de São Paulo se fez em dire ção ao oeste, quase sempre possibilitada pela cultura cafeeira , frequentemente orientada pelas ferrovias e completada pela imi gração. São as frentes pioneiras, com suas cidades cogumelos , com as pontas de trilhos e as bocas de sertão, com suas derruba das, serrarias e cafezais, com seu rápido desenvolvimento econô mico, com os grilos de terras, suas fortunas e sua instabilidade ..." (10)

Os aspectos econômicos das duas décadas seguintes - 1920 e 1930 - apresentam atividades ligadas ao povoamento mineiro e àquelas consideradas novas e motivadoras da dinâmica que se veri ficou na ocupação e povoamento.

Na década de 1920, verifica-se a introdução do café neste espaço paulista. Entretanto, áreas como as dos vales do São Ma teus e Capivara, primeiras a serem ocupadas, ainda permanecem vol tadas para a suinocultura. Nestes vales encontram-se os grandes ' criadores de porcos - assim considerados aqueles que criavam entre 200 e 300 cabeças por ano - cuja grande maioria era de origem minei ra. Esta atividade permanece expressiva até 1928, decrescendo nos anos posteriores, deixando de ser comercialmente importante após 1940.

(9) - Alegre, Marcos - "O Extremo Oeste Paulista - População" in Guia de Excursões do Iº Encontro Nacional de Geógra fos - Presidente Prudente, 1972. A.G.B. 1972, pag. 64 e 65.

(10) - Petrone, Pasquale - "O Homem Paulista", in Boletim Paulis ta de Geografia, nº 23. São Paulo, 1956, pag. 60.

A expansão da cafeicultura verifica-se no final da década de 20, prosseguindo na seguinte. Na safra 1934/35 a produção de café no espaço dominado por Conceição de Monte Alegre somou 406.658 arrobas. Entretanto, a área mais nova a oeste, sob domínio de Presidente Prudente, produziu 1.246.324 arrobas. (tabela 1)

Deve-se considerar, ao lado destes aspectos populacionais, que Presidente Prudente ao ser criado aumenta consideravelmente a área deste conjunto espacial, advindo do desmembramento das terras de Campos Novos do Paranapanema, principalmente da parcela correspondente ao extremo oeste da Alta Paulista, entre o Rio do Peixe e o espigão divisor Aguapeí-Peixe. (Cartograma 3)

O café, como em todo o oeste paulista, constitui-se, na região, como um dos principais responsáveis por este crescimento demográfico.

Neste incremento populacional verifica-se que o imigrante, tanto nacional quanto estrangeiro, atraído pela lavoura cafeeira tem papel importante.

No período 1921/34, estas duas áreas recebiam 61.628 imigrantes entre nacionais e estrangeiros. Contudo, a participação de um e outro é diferente em uma e outra. Conceição de Monte Alegre recebe no período 24.656 pessoas, das quais 15.243 nacionais e 9.413 estrangeiras, enquanto que a prudentina recebe 36.972, onde os nacionais somavam 11.111 e os estrangeiros 25.814. (tabela 2)

Neste conjunto regional, definido após 1921, a imigração estaria representando, em 1934, aproximadamente 33%. Considerando-se separadamente a área de Conceição de Monte Alegre e a de Presidente Prudente, esta participação estaria em torno de 38% para a primeira e 30% para a segunda.

Tomando-se proporcionalmente área, produção de café, e incremento populacional, Conceição de Monte Alegre apresenta-se ao mesmo nível de Presidente Prudente, destacando-se apenas a participação do imigrante que foi mais acentuada na primeira.

Entre 1934/40, verifica-se um crescimento considerável na produção de café. O espaço montealegrense apresenta em 1940 (Censo), um total de 797.665 arrobas produzidas, enquanto que o prudentino passa para 1.898.665 arrobas. (tabela 1)

Ao lado do café surge nova cultura: o algodão. Este produto tem o seu desenvolvimento marcado, neste extremo sudoeste paulista, nos meados da década de 30, embora viesse sendo plantado nos anos anteriores, inclusive pelos mineiros, mas sem expres

PRODUÇÃO DE CAFÉ DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DE CONCEIÇÃO DE MONTE ALEGRE E PRESIDENTE PRUDENTE

(Produção em arrobas)

Tabela - 1

	30/31	31/32	32/33	34/35	35/36	36/37	37/38	Recenseam. de 1940
REGIÃO DE CONCEIÇÃO DE MONTE ALEGRE								
Conceição de Monte Alegre	125.100	149.400	89.445	-	-	-	-	-
Sapezal	-	-	-	65.550	93.425	78.864	68.359	-
Paraguaçu Paulista	126.140	139.630	196.025	209.870	159.552	192.170	184.772	229.800
Maracá	18.850	18.490	9.820	21.268	17.320	25.560	27.270	19.666
Quatã	127.840	167.010	158.597	233.188	264.305	347.034	359.604	375.333
Rancharia	-	-	-	-	144.328	164.781	169.545	172.866
TOTAL DA REGIÃO	397.930	474.530	453.867	529.876	678.900	808.409	809.550	797.665
REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE								
Martinópolis	-	-	-	-	-	-	-	111.200
Regente Feijó	-	-	-	218.852	240.937	306.786	298.760	318.466
Presidente Prudente	695.090	852.510	580.554	367.650	455.299	536.345	556.235	800.400
Presidente Bernardes	-	-	-	309.289	410.414	407.267	381.492	316.866
Santo Anastácio	204.800	242.180	292.599	248.554	210.383	172.112	149.883	258.400
Presidente Venceslau	103.910	126.830	123.535	101.979	189.476	171.637	157.180	93.333
TOTAL DA REGIÃO	1.003.800	1.221.520	996.698	1.246.324	1.506.509	1.594.147	1.543.550	1.898.665

FONTES : Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio - Estatística Agrícola e Zootécnica (1930/39) e Censo Agrícola de 1940.

(*) : Nas safras a partir de 1934, Conceição de Monte Alegre tem sua sede em Sapezal.

Cartograma 3
EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DA ALTA SOROCABANA

são comercial.

E a nova cultura expande-se rapidamente. Na safra 1934/35 há uma produção de 126.293 arrobas na área de Conceição de Monte Alegre, atingindo 353.381 arrobas naquela de Presidente Prudente. A safra 1939/40 (Censo) traz um total de 1.257.732 arrobas e 2.765.999 arrobas, para uma e outra respectivamente. (tabela 3)

A população total salta para 276.082 habitantes, cabendo' ao espaço dominado por Conceição 80.179, enquanto que aquele de Presidente Prudente acomodava 195.903 pessoas.

Neste período a participação da componente imigratória é marcante no aumento da população. Os nacionais não paulistas e estrangeiros entrados nas duas áreas somaram 94.011 pessoas, o que ultrapassaria o aumento verificado em 4.637 pessoas. (tabela 2)

Entretanto a distribuição destes recém-chegados é bastante diferente do período anterior - 1921/34. O território encabeçado por Presidente Prudente recebeu 66.281 imigrantes e destes 42.147 eram nacionais e 24.134 estrangeiros, enquanto que para o monte alegreense foram 27.730, divididos em 19.664 nacionais e 8.066 estrangeiros. (tabela 2)

O aumento verificado na população, em cada uma delas, é portanto, resultante em grande parte da contribuição desta componente imigratória. Entretanto, verifica-se que neste período há alteração desta contribuição em cada uma das áreas em apreço. A área prudentina, que viu sua população aumentada em 73.730 pessoas, teve na imigração o total de 66.281 pessoas, o que nos leva a considerar que esse total imigratório contribuiu com cerca de 90% do aumento populacional, se não levarmos em conta as possíveis trocas, isto é, entrada e saída de imigrantes, ocorrendo o mesmo com os naturais. Fato semelhante ocorre com a área monte alegreense, inclusive com maior ênfase, já que entraram 27.730 imigrantes, enquanto que o crescimento verificado alcança apenas o total de 15.695 pessoas.

Comparando-se estes períodos - 1921/34 e 1935/40 - pode-se fazer algumas observações preliminares.

O primeiro período apresenta um crescimento razoável da população, verificado em função de um considerável aumento do território com a criação de Presidente Prudente que, como já se viu, ao ser criado abrangeu não apenas terras ao sul do rio do Peixe, mas, também, ao norte deste; da expansão cafeeira; da imigração e do crescimento vegetativo.

Em termos espaciais, estes fatos apresentam maior signifi

Crescimento da População e imigrantes entrados
 Área de Conceição de Monte Alegre e Presidente Prudente
 1921 - 1940

Tabela 2

		POPULAÇÃO TOTAL		Crescim. da popul.	Imigrantes nacio- nais entrados		Imigrantes estran- geiros entrados		Total de imigrantes nacion. e estrang.	
		1934	1940	1934/40	1921/34	1935/40	1921/34	1935/40	1921/34	1935/40
Área coman- dada por Con- ceição de Monte Alegre	Sapesal.....	20.203	**	** - 20.203	-	-	1.412	-	1.412	-
	Maracá.....	12.940	14.680	1.740	1	77	896	936	897	1.013
	Paraguaçu Paulista.	9.408	24.358	14.950	14.243	6.473	1.993	2.634	16.236	9.107
	Quatã.....	21.933	20.544	* - 1.389	999	3.195	5.112	3.271	6.111	6.376
	Rancharia.....	***	20.597	20.597	-	10.009	-	1.225	-	11.234
	Total da área.....	64.484	80.179	15.695	15.243	19.664	9.413	8.066	24.656	27.730
Área comanda- da por Presi- dente Pruden- te.	Presidente Prudente.	87.442	75.806	* - 11.636	8.432	20.892	16.040	8.608	24.474	29.500
	Santo Anastácio.....	19.070	28.290	9.220	1.181	5.042	4.563	4.126	5.744	9.168
	Presidente Venceslau	15.712	23.168	7.456	1.498	5.404	5.211	4.222	6.709	9.526
	Regente Feijó.....	***	22.707	22.707	-	4.305	-	2.014	-	6.319
	Martinópolis.....	***	23.245	23.245	-	2.995	-	2.590	-	5.585
	Presidente Bernardes.	***	22.687	22.687	-	3.509	-	2.574	-	6.083
	Total da área.....	122.224	195.903	73.679	11.111	42.147	25.814	24.134	36.972	66.281
	TOTAL GERAL.....	186.708	276.082	89.374	26.354	61.811	35.227	32.200	61.628	94.011

FONTE: "Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos".

José Francisco Camargo - Boletim 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas

Obs. : * diminuição da população por perda de território, em função de desmembramentos

** Anexado a Paraguaçu Paulista

*** Municípios criados após 1934

PRODUÇÃO DE ALGODÃO DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DE CONCEIÇÃO DE MONTE ALEGRE E PRESIDENTE PRUDENTE

(em arrobas)

Tabela - 3

		30/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Recenseam. de 1940.
Região de Conceição de Monte Alegre.	Conceição de M. Alegre	316	2.942	8.195	-	-	-	-
	Paraguaçu Paulista ...	50	4.550	15.529	57.098	103.380	310.733	481.600
	Maracaí	302	1.655	5.973	10.330	41.545	103.240	121.466
	Quatã	3.836	7.049	24.224	58.865	58.886	91.245	141.133
	Rancharia	-	-	-	-	196.557	507.790	513.533
	TOTAL DA REGIÃO	4.504	16.196	53.921	126.293	400.368	1.013.008	1.257.732
Região de Presidente Prudente.	Martinópolis	-	-	-	-	-	-	376.733
	Regente Feijó	-	-	-	45.365	191.218	481.129	118.200
	Presidente Prudente ..	2.171	21.951	92.762	142.612	334.872	955.666	1.196.200
	Presidente Bernardes .	-	-	-	80.228	162.288	259.246	361.800
	Santo Anastácio	35	842	414	24.239	126.597	258.257	374.866
	Presidente Venceslau .	3.223	4.500	2.355	61.037	164.075	298.537	338.200
	TOTAL DA REGIÃO	5.429	27.293	95.531	353.481	979.050	2.252.835	2.765.999

FONTES : Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

Estatística Agrícola e Zootécnica - 1930/39.

Censo Agrícola de 1940.

ado no conjunto prudentino, exceto no tocante à imigração, cuja participação dos entrados no total da população é relativamente menor que no conjunto montealegrense. O café, fator de atração desta população, restringe sua mobilidade, tanto pelos trabalhos que a cultura exige em seu ciclo vegetativo até à produção, quanto pelas crises de ordem econômica e de clima que ocorreram em âmbito nacional e regional. (11)

O segundo período traz um aumento da população e é resultado em grande parte do fluxo imigratório e da expansão de um novo produto. O espaço prudentino amplia consideravelmente a sua área plantada, fruto, em parte, da expansão do café e principalmente do desenvolvimento do algodão. Conceição de Monte Alegre também acompanha, em termos relativos, esta expansão, verificando-se, entretanto, uma queda no ritmo de crescimento da população, considerando-se principalmente a participação do imigrante.

O café, como cultura permanente continua atraindo parcela do efetivo humano, embora com menor vulto do que no primeiro período, fixando-o por quatro ou cinco anos ou mesmo por tempo superior. O algodão que se alastrara nestas regiões, abre maiores espaços a oeste e, por ser uma cultura que ocupa um grande número de trabalhadores apenas uma parte do ano, no final da colheita liberava população que se dispersava procurando áreas novas e que ofereciam maiores oportunidades. Junto à cultura cafeeira tal fato também ocorre, figurando ao lado do oeste paulista novas áreas de atração : Norte do Estado do Paraná e sul do Estado do Mato Grosso.

O município de Paraguaçu Paulista no ano seguinte ao da sua criação - 1925 - possuía uma população estimada em 3.526 habitantes, passando para 8.702 em 1930. De acordo com o recenseamento de 1934 esta população era, no total, de 9.408 habitantes, dos quais 6.537 na zona rural e 2.871 na urbana.

Ao seu lado, Conceição de Monte Alegre, que aqui será considerado porque antes de findar a década de 1930 passará a integrar o município de Paraguaçu Paulista, neste recenseamento de 1934 contava com 12.636 habitantes, sendo 11.962 rurais e 674 urbanos.

Portanto, ambos os municípios totalizavam 22.044 pessoas, das quais 18.499 na zona rural e 3.545 na urbana.

(11) - Abreu, Dlóres Santos, ob. cit. pags. 106 e seguintes.

No recenseamento seguinte - 1940 - agora uma única unida de político-administrativa, mudança ocorrida em 1939, o total municipal passa para 24.358 habitantes, divididos em 19.061 rurais e 5.297 urbanos. (tabela 4)

O fluxo imigratório até 1934 traz, para ambos os municípios, um total de 17.648 pessoas entre nacionais e estrangeiras, enquanto que o crescimento natural soma à população mais 3.066 pessoas, o que irá representar uma participação relativa, de ambas as componentes, no total, de 93,96%.

Entre 1935 e 1940 entram na composição da população 9.107 imigrantes e 2.209 naturais, somando ambos, portanto, 11.316 pessoas, significando uma participação relativa de 46,46% no total populacional de 1940. (tabela 5)

Os aspectos ligados a esta dinâmica populacional são aqueles de âmbito regional.

Os primeiros cinco anos de existência do município ainda são marcados pela presença da atividade criatória, declinando no final destes, ao lado da expansão da cultura cafeeira. A criação permanece nas "velhas" áreas de ocupação mineira: vales do São Mateus e Capivara.

O café que teve sua presença marcada nos idos de 1870 como tentativa (12), ocupa no município, neste período, o espigão divisor entre o rio do Peixe e as bacias do São Mateus e Capivara. Até 1929 a produção é pequena, verificada através dos embarques registrados nas estações de Sapesal, Paraguaçu Paulista e Cardoso de Almeida, da Estrada de Ferro Sorocabana. Neste quinquênio o total transportado a partir destas estações somou 2.368 toneladas, cabendo a maior parcela aos dois últimos anos com 1.983 toneladas, aproximadamente. (tabela 6)

A década de 30 apresenta um crescimento na produção cafeeira, tomando-se esta no conjunto, até à safra de 1932/33, declinando a partir de então e alcançando a sua menor produção na safra 1939/40. Contudo, quando considerados em separado, verifica-se que a produção do município montealegrense cresce até 1931/32, declinado em seguida, apresentando como exceção a safra de 1935/36. Em Paraguaçu Paulista esta produção aumenta gradativamente até à safra de 1934/35, decresce na safra seguinte, com retomada nos anos posteriores. (tabela 1)

O algodão, que aparece como uma produção sem expressão no

(12) - Giovannetti, Bruno. Ob. Cit., pag. 145.

MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU PAULISTA

POPULAÇÃO URBANA E RURAL

CRESCIMENTO ABSOLUTO E PERCENTUAL VERIFICADO ENTRE 1935 e 1940

Tabela - 4

	1 9 3 4			1 9 4 0			CRESCIMENTO VERIFICADO					
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	%	RURAL	%	TOTAL	%
Paraguaçu Paulista	2.518	6.537	9.055	4.440	5.607	10.047	1.922	76,33	-	-		
Borã	353	-	353	163	4.381	4.544	-190	-53,82				
TOTAL	2.871	6.537	9.408	4.603	9.988	14.591	1.732	60,32	3.451	52,79	5.183	55,09
Conceição de Monte Alegre	316	11.962	12.278	265	6.732	6.997	- 51	-16,14				
Sapesal	358		358	429	2.341	2.770	71	19,83				
TOTAL	674	11.962	12.636	694	9.073	9.767	20	2,96	-2.889	-24,15	-2.869	-22,07
TOTAL GERAL	3.545	18.499	22.044	5.297	19.061	24.358	1.752	49,42	562	3,04	2.314	10,49

OBS : Os dados de população rural de Conceição de Monte Alegre e Sapesal foram calculados com base nas estimativas de 1935 - Arquivo Público do Estado - utilizando-se o índice de 2% para o crescimento.

FONTES : Recenseamento Demográfico Escolar Agrícola e Botânico - 1934.
Recenseamento Geral do Brasil - 1940.

POPULAÇÃO - IMIGRAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA E CRESCIMENTO NATURAL
SUAS PARTICIPAÇÕES NO TOTAL DA POPULAÇÃO - 1921/1934 e 1935/1940
MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DE MONTE ALEGRE E PARAGUAÇU PAULISTA

Tabela - 5

	Conceição de Monte Alegre e Sapesal		Paraguaçu Paulista		Ambos os Municípios	
	1921/34	1935/40	1921/34	1935/40	1921/34	1935/40
Imigração Nacional e Estrangeira	1.412	- -	16.236	9.107	17.648	9.107
Crescimento Natural	2.017	740	1.049	1.469	3.066	2.209
Total (Imigração + Crescimento Natural)	3.429	740	17.285	10.576	20.714	11.316
Total da População (*)	12.636	9.767	9.408	14.591	22.044	24.358
% de participação da imigração e crescimento natural no total da população.	27,14	7,58	183,73	72,48	93,96	46,46

(*) - Os totais de população considerados, referem-se a cada Censo - 1934 e 1940.

FONTE :-José Francisco de Camargo - "Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos Econômicos" - Boletim 153 - Economia Política e História das Doutrinas Econômicas - USP - 1952.

-Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo - Arquivo Público do Estado - Recenseamento de 1934.

CAFÉ TRANSPORTADO PELA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA À PARTIR DAS ESTAÇÕES DE PARAGUAÇU PAULISTA, CARDOSO DE ALMEIDA E SÁPESAL. (em quilos)

Tabela - 6

ANOS	PARAGUAÇU PAULISTA	CARDOSO DE ALMEIDA	SÁPESAL	T O T A L
1921	10.042	1.225	334	11.601
1922	11.262	1.912	117	13.291
1923	3.874	27.386	-	31.265
1924	4.461	5.692	422	10.575
1925	2.185	1.200	1.620	5.005
1926	795	120	26.857	27.772
1927	274.011	120	60.883	335.014
1928	772.693	180	342.405	1.165.278
1929	702.311	-	115.797	818.108
TOTAL	1.781.634	37.835	548.435	2.367.909

FONTE: Relatórios da Estrada de Ferro Sorocabana

início da década de 30, tem a sua expansão marcada a partir da safra 1934/35. O seu desenvolvimento é bastante rápido, pois de apenas 57.000 toneladas produzidas naquela safra, passa para 481 mil em 1940. Este crescimento prossegue e embora não se tenham dados, informações obtidas dão os anos seguintes, até meados da década de 1940, como os melhores de produção da malvãcea no município.

Considerando-se a população total verifica-se que há o aumento total de 10,49%. Entretanto, o total rural tem aumento de apenas 3,04%, enquanto que no urbano este é de 49,42%, entre 1934 e 1940.

Em separado, a unidade paraguaçuense apresenta aumento de 55,09% no total, enquanto que Conceição diminui em 22,07%. Particularizados estes fatos, tem-se o aumento de 60,32% na urbana e 52,79% na rural de Paraguaçu Paulista e 2,69% na urbana e menos 24,15% na rural de Conceição. (Tabela 4)

Portanto, o aumento verificado no conjunto populacional, faz-se em função da unidade paraguaçuense e com maior expressão na zona urbana. A zona rural, no seu conjunto, consitui-se no elemento do espaço municipal onde se realizam os movimentos de saída da população e com maior expressão naquela de Conceição de Monte Alegre.

Capítulo 3:- AS FUNÇÕES URBANAS

3.1. Evolução das Funções

3.2. As Funções Atuais

3.2.1. A Função "Industrial": Coleta, Beneficiamento e Expedição de Produtos Primários

3.2.1.1. Origem dos Capitais

3.2.1.2. Controle e Gestão

3.2.1.3. Matéria-Prima

3.2.1.4. Produção e Mercado Consumidor

3.2.2. A Função de Distribuição de Produtos Industriais e Agrários

3.2.2.1. Origem dos Capitais

3.2.2.2. Controle e Gestão

3.2.2.3. Abastecimento do Comércio

3.2.2.4. Mercado Consumidor

3.2.3. A Função de Serviços

3.2.3.1. A Função Bancária

3.2.3.2. A Função Educacional

3.2.3.3. A Função Médico-Hospitalar

3.2.3.4. A Função Político-Administrativa

3.2.3.5. A Função de Transportes

3.2.4. A Função de Residência de Proprietários e Assalariados Rurais

3.2.4.1. Os proprietários Rurais

3.2.4.2. O Assalariado Rural

3. AS FUNÇÕES URBANAS

3.1. Evolução das Funções

Até meados da década de 1910, toda vida de relações era comandada pelo núcleo de Conceição de Monte Alegre, único centro urbano existente no extremo oeste paulista,

Por volta de 1915/16, foram feitas as primeiras aquisições de lotes de terras no local onde surgiria a cidade de Paraguaçu Paulista, fruto do estabelecimento da pequena estação que a Estrada de Ferro Sorocabana ali definira, e da ação do proprietário de parcela da Fazenda 3 Barras, abrindo as primeiras ruas e quadras como se verá mais adiante (capítulo 5).

Ao final da década de 1920, o pequeno núcleo paraguaçuense, já sede do município, expandira-se; embora lentamente, e já exercia a sua influência na zona rural próxima, constituindo-se no centro de coleta, beneficiamento e comercialização dos produtos rurais, ao lado de atividades de abastecimento e prestação de serviços voltados tanto à população rural quanto à sua pequena população urbana.

A função comercial exercia-se através da comercialização dos produtos rurais, principalmente porcos, madeira e café, que de certa forma eram coletados e beneficiados no centro urbano, exceção aos porcos que eram comercializados em pé.

Os suínos eram coletados e comercializados na cidade onde os compradores locais, intermediários ou representantes de firmas do município de São Paulo (Osasco), Sorocaba e Botucatu, tratavam diretamente com o produtor e após a transação recolhiam os animais nos grandes mangueirões para posterior remessa que era feita pela estrada de ferro.

A madeira era comercializada entre os proprietários rurais e a serraria ou com os prepostos desta : os madeireiros. O mais comum era venderem-se as matas, das quais retiravam as madeiras de lei, que após beneficiadas nas serrarias eram remetidas, em grande parte, para a cidade de São Paulo.

A comercialização do café fazia-se diretamente entre o fazendeiro ou produtor e o beneficiador que posteriormente o remetia, via estrada de ferro, a Santos, às Casas Comissárias que o depositava e negociava. Embora raros, havia fazendeiros que mantinham contatos e expedição direta para Santos, antes porém, efetuando o beneficiamento em Paraguaçu.

Como centro de abastecimento, o comércio atendia às neces

sidades básicas da população urbana e rural próximas, sendo o atendimento a esta última limitado, caracterizando-se principalmente pelo fornecimento de querosene, sal, farinha de trigo, açúcar, calçados rústicos, ferramentas e remédios.

Este tipo de consumo caracteriza na época a presença das lojas ou armazéns, onde se encontrava os mais variados produtos: secos e molhados, tecidos, calçados, ferramentas, etc..

A este quadro da função comercial ajuntavam-se, embora com atendimento mais urbano, os açougues, os bares e farmácias.

O aprovisionamento destas casas comerciais fazia-se através da presença dos caixeiros-viajantes do atacado ou indústrias, provenientes, na sua maioria de São Paulo, Sorocaba e Botucatu.

Os serviços assinalavam-se pela presença de hotéis e pensões, salões de barbeiro, cinemas, escola, ao lado dos serviços públicos: administração pública local, coletoria estadual, correio e cartórios.

Os hotéis e pensões voltavam-se principalmente aos caixeiros-viajantes, aqueles que demandavam à região para compras de terras ou negócios ligados à produção rural e em casos menos frequentes, aos proprietários e trabalhadores rurais que para seus contatos, compras, negócios e mesmo diversão, permaneciam mais de um dia na cidade. Por fim, constituíam na "pousada" para aqueles que provinham ou dirigiam-se à zona rural, Conceição de Monte Alegre e núcleos vizinhos, utilizando-se da estrada de ferro como meio de transporte.

Os demais serviços voltavam-se quase que essencialmente ao núcleo urbano, exceto os administrativos públicos, cuja influência alcançava os limites de sua jurisdição, comumente municipais.

A função industrial estava representada pelas serrarias, unidades de beneficiamento de café e arroz, cuja matéria prima era fornecida pela zona rural próxima, destinando-se o produto beneficiado a um mercado distante: São Paulo e Santos; pelos artesanatos - selarias, sapatarias, funilarias -, voltados ao mercado urbano local e à zona rural próxima; pelas indústrias alimentícias - padarias - sendo estas de consumo quase que exclusivamente urbano. Como fato excepcional havia a presença de uma topografia.

A pequena expressão do mercado local e da produção rural, justificados pelo início da fase cafeeira, conseqüentemente da abertura e desmatamento de novas áreas, restringe a atividade industrial a poucos estabelecimentos, cuja influência limita-se ao

pequeno centro e à área rural próxima.

A disposição destas diferentes atividades no quadro inicial da cidade pode ser apreendida através da planta 6 ,pág. 186 .

A fase seguinte, ou seja, entre o início da década de 1930 até meados da década de 1940, apresenta modificações na economia rural, refletindo-se nas funções tanto nas suas composições quanto no espaço de atuação destas.

O café continua desenvolvendo-se até o início da década de 1940, declinando paulatinamente a partir de então. A seu lado, a partir de meados da década de 1930, surge a cultura do algodão, que se expande rapidamente, alcançando o apogeu nos primeiros anos do decênio seguinte. Paralelamente, a madeira continua sendo explorada à medida que estas culturas avançam para novas terras, enquanto que a atividade criatória dos suínos, face ao valor econômico que os novos empreendimentos agrícolas trazem e à concorrência dos centros criadores do sul do país, perde a sua expressão.

Do ponto de vista populacional verifica-se grande mobilidade, sendo que a zona rural constitui o palco das maiores movimentações, constituindo a cidade elemento onde a presença do homem é mais estável.

Os novos trabalhadores e ocupantes das terras rurais e da cidade deixam de ser os mineiros, que até então haviam sido os povoadores, substituídos pelas levas de imigrantes nacionais e estrangeiros, destacando-se o nordestino, italiano e japonês.

Antes de considerar-se as mudanças ocorridas nas funções, deve-se ter em conta a presença e o desenvolvimento do transporte rodoviário.

Este meio de transporte, através da sua flexibilidade e relativa rapidez, possibilitou a ocupação e exploração de áreas mais afastadas. A presença do homem e das produções mais distantes, no centro urbano, foram facilitadas através do caminhão, da "jardineira", automóvel, uma vez que antes do seu advento utilizava-se os veículos de tração animal ou os próprios animais.

O novo meio de transporte não se apresenta como concorrente, nesta fase, à estrada de ferro, mas como um complemento desta que permanece como meio de transporte para exportação e importação dos produtos industrializados ou beneficiados e dos homens que se dirigem aos centros mais importantes e distantes ou que deles provêm.

As funções crescem pelo dinamismo que o centro urbano apresenta, primordialmente fruto da intensa atividade que a cultura algodoeira gera na região.

O comércio amplia-se consideravelmente, contando em meio a esta fase (1938) com mais de uma centena de estabelecimentos, predominando os bares, secos e molhados, tecidos e armarinhos, a çougues e calçados.

Sua ação não se diferencia em muito daquela da fase ini cial. Os rurais continuam a deslocar-se nos fins de semana, início ou final da safra até aos armazéns, lojas, etc., abastecendo-se do essencial, acrescentando-se ao conjunto o necessário à manutenção dos veículos, o que justifica na cidade a presença das agências e oficinas de automóveis e postos de gasolina.

As relações entre o comerciante e o trabalhador rural tor nam-se mais intensas. A época de duração de cada safra, diferentes no decorrer do ano para cada produto, as formas de pagamento pe los trabalhos ou produção, seja através de salários, financiamen to das lavouras ou a espera da comercialização final desta, deter minam o abastecimento do homem rural através de créditos concedi dos pelo comerciante. Este crédito era obtido pelo conhecimento que o comerciante possuía daqueles a quem servia ou através da pré-determinação de casas comerciais por parte do proprietário ru ral ou financiador da lavoura, para as compras, caracterizando, de maneira geral, o "fornecimento" normalmente liquidável ao final de cada safra.

Os serviços desenvolvem-se razoavelmente, não só ampliando as suas atividades bem como sua área de influência. Esta expansão é caracterizada não apenas pelas atividades de atendimento dirigi do ao centro urbano, mas principalmente voltado a uma clientela da área rural próxima. Entre aquelas atividades de característi cas mais urbanas, havia nesta fase, a predominância dos consertos em geral e tinturarias. O atendimento externo estava representado em maior grau pelas pensões e hotéis, que continuam com as mesmas características, agora mais numerosos (aproximadamente 20 estabele cimentos) e voltados principalmente ao atendimento de pessoas li gadas ao comércio.

Complementando o atendimento externo há a atividade bancá ria, que surge com seis estabelecimentos, ocorrendo a implantação deste serviço entre 1937 e 1942, sendo um deles de origem local.

O primeiro estabelecimento bancário é de iniciativa local através da instalação da Casa Bancária que se constitui corres pondente de organismos financeiros localizados em cidades vizi nhas ou distantes e de maior porte. (13)

(13) A casa Bancária Manilio Gobbi representava o Banco Ítalo-Belga, agência de Botucatu; Banco Francês-Italiano, Banco Ítalo-Brasileiro, agência de Ourinhos; Banco Comercial do Está do de São Paulo, agência de Assis.

Esta iniciativa tem suas origens vinculadas aos financiamentos que seu proprietário - fazendeiro de café, comerciante e beneficiador - concedia aos proprietários rurais entre e durante as safras (entre os fins da década de 1920 até meados da seguinte).

Posteriormente, com o crescimento da atividade, instalou escritório, que ao lado do atendimento de seus interesses, passa a efetuar cobranças para os diferentes estabelecimentos bancários citados. Em 1937, como representante daqueles, transforma-se em Casa Bancária Manilio Gobbi, culminando com a instalação de sua própria agência (1942 - Banco de Crédito Manilio Gobbi) que chegou a possuir filial no vizinho município de Iepê (1954).

Após a Casa Bancária Manilio Gobbi, instalam-se na cidade a Caixa Econômica do Estado de São Paulo (1937), a Casa Bancária - Bratac (1939) que em fins de 1940 é absorvida pelo Banco América do Sul; as agências dos Bancos Ítalo-Brasileiro (1939), Comercial do Estado de São Paulo (1940) e Banco do Brasil (1940).

Esta função financeira, reflexo da expansão comercial e industrial marcada pelo desenvolvimento do algodão, pela presença, inclusive do Banco Oficial de âmbito nacional (Banco do Brasil), não se restringe aos limites municipais, drenando área considerável na época, correspondendo, não exatamente, à jurisdição da Comarca: Rancharia, João Ramalho, Quatã, Borá, Lutécia, Oscar Bressane, Conceição de Monte Alegre, Maracá, Iepê, Cruzália.

Ainda nesta fase instalam-se na cidade: hospital, ginásio, grupo escolar - este complementando a atividade já existente na década anterior com algumas classes de curso primário - quatro médicos, cinco dentistas, cinco advogados e um engenheiro civil.

Estes serviços, no início, voltam-se ao atendimento local e ao espaço rural próximo. Entretanto, alguns anos após, sua área de influência aumenta consideravelmente, destacando-se o atendimento médico-hospitalar, face ao seu melhor equipamento, e o ensino de nível ginasial.

O hospital no ano seguinte ao de sua instalação (1947), tem 80% do seu atendimento voltado à cidade e à zona rural do município, 17,5% ao espaço próximo, em um raio de aproximadamente 50 km.

O ginásio, nascido da iniciativa particular (1943) e dirigido por grupo religioso de origem estadunidense sediado em Lavras (MG), atende nos seus primeiros anos apenas à localidade e área bem próxima. Após a instalação do internato (1945), a sua área de ação é verificada em toda a Alta Sorocabana.

A função industrial marca sua presença na cidade, principalmente face ao desenvolvimento do algodão. O novo produto traz

para o centro urbano a indústria a ele diretamente ligada: as usinas de beneficiamento, culminando ao final da década de 1940 com a instalação da fábrica de óleos vegetais.

Estas atividades têm suas origens na iniciativa local através da implantação, entre 1934/35, de duas usinas de beneficiamento.

A primeira delas, de origem local, resultou da composição de sociedade - Algodoeira Paraguaçu - entre A. Magnanelli, Zanca ner e Cia. Pagano e Cia. (14) . O surgimento da indústria e sociiedade foi fruto dos contatos e entendimentos existentes entre os diferentes sócios quando da comercialização do café, tanto em São Paulo, quanto em Santos, e do interesse comum despertado pelo novo produto que começava a expandir-se na Alta Sorocabana, ao lado do café.

A segunda usina instalada na cidade constitui filial de indústria do algodão com matriz em Avaré: Nicanor Garcia & Cia. Benefício de Algodão. A sua presença em Paraguaçu Paulista é resultante da preocupação do beneficiador do produto em colocar-se próximo às novas áreas de cultivo, onde as perspectivas de produ ção eram promissoras. Nos anos que se seguem à sua instalação, a filial passa a constituir-se na principal fonte de rendas da organização.

Entretanto, ambas, pequenas indústrias, têm curta duração, cedendo lugar às firmas de maior porte que passam a insta lar-se na cidade. Este aspecto não constitui fato peculiar a Pa raguaçu Paulista, ocorrendo, também, em Rancharia, Presidente Pru dente, onde as pequenas indústrias do algodão deixam de existir pelo mesmo processo.

Em fins da década de 30, início dos anos 40, a expansão e valorização regional do produto atrai firmas de âmbito internacional, nacional e estadual: Anderson & Clayton (1939), Mac Fad den (1940), SANBRA (1942), SAAD (1945). A primeira delas fixa-se adquirindo as instalações da Algodoeira Paraguaçu, para, posteriormente, adquirir área razoável onde monta a fábrica de óleos vegetais.

- (14) - A. Magnanelli - antes da instalação da Algodoeira exercia em Paraguaçu Paulista as atividades de fazendeiro de cafê, comerciante de café, cereais, madeira e beneficiador de café e arroz. Com a organização da sociedade permanece, paralelamente, apenas com a fazenda de café.
Zancaner & Cia - proprietário de fazenda de café no inte rior paulista e exportador do produto. Suas atividades estavam vinculadas à capital paulista e Santos.
Pagano & Cia - proprietário de fazenda cafeicultora no interior paulista, comerciante de cereais na capital paulista e exportador de café.

A Mac Fadden arrenda as instalações de Nicanor Garcia, sendo o seu funcionamento efêmero - apenas uma safra. As demais constroem e montam suas instalações industriais.

Além da atividade algodoeira, a função industrial ligada à produção rural, conta com beneficiadoras de arroz, café e serriarias, ressaltando-se que parte delas surgiram na primeira fase.

A partir dos fins da década de 1940 ao final dos anos 60, verifica-se a presença mais acentuada do gado como principal produto econômico, daí a grande expansão das pastagens, ao lado do declínio do café e algodão.

Tomando-se os dados do censo, o café apresenta pequena queda na produção em 1950 e discreta elevação em 1960. Contudo, a partir de então, adquire acentuada decadência, refletida na produção de 1970: 35.000 arrobas. O seu declínio, em termos gerais, ocorreu por ter ocupado os solos não muito férteis e de rápido esgotamento (arenosos), à não reposição da cultura através de novos cafeeiros, à concorrência do algodão e à expansão das novas áreas cafeeiras, principalmente do Norte do Paraná.

O algodão apresenta as mesmas características: após acentuada queda de produção observada entre 1940/50, estabiliza-se - entre 1950/60. A partir de 1960 o declínio acentua-se novamente, mostrando os dados de 1970 uma produção equivalente à metade daquela de 1960. O uso inadequado do solo, a aplicação de técnicas que acarretaram o seu esgotamento rápido, constituíram as causas fundamentais da queda de produtividade e perda de expressão do produto. A estes fatos somam-se a ocorrência sucessiva de pragas que além de influir na produção, acarreta gastos consideráveis - em inseticidas e defensivos; os preços mínimos ditados por mercado interno afetado pelas cotações internacionais, são desalentadores, não cobrindo suficientemente os custos de produção, gerando nas safras um verdadeiro leilão do produto. A estes fatos junta-se, finalmente, a concorrência das fibras artificiais.

Ao lado das oscilações e retraimento destes produtos, o rebanho bovino e as pastagens expandem-se, apresentando no período 1950/60 o seu maior desenvolvimento. Esta atividade desenvolve-se rapidamente incentivada pelos mercados consumidores urbanos distantes, pelos financiamentos facilitados por órgãos oficiais (Banco do Brasil), ocupando áreas de cerrados, matas ou aquelas liberadas pelo retraimento das culturas do café e algodão.

Estas oscilações e mudanças na economia municipal são seguidas de mudanças ocupacionais. As culturas entrando em declí

nio liberam mão-de-obra rural que não é absorvida pela atividade pastoril, que a utiliza em número reduzido, definem a queda do efetivo populacional rural que se dirige para novas áreas rurais ou para os centros urbanos, fato mais caracterizado em Paraguaçu Paulista durante a década de 1950 (cap. 4, tabela 17).

Estes fatos econômicos e populacionais refletem-se nas funções urbanas paraguaçuenses, principalmente após 1950 ao final da década de 1960.

A atividade comercial altera pouco a sua composição, permanecendo com o predomínio dos secos e molhados, tecidos, calçados, açougues e bares. Observa-se que em alguns ramos da atividade são acrescentados estabelecimentos de origem local ou filiais de organizações presentes em outras áreas do Estado, mas que duram pouco, encerrando suas atividades principalmente na década de 1960. (15).

A função permanece atendendo a cidade e áreas próximas, mas sua influência deixa de voltar-se externamente ao raio e força ' que alcançara na fase anterior, passando a ter maior expressão no mercado urbano, mais significativo e desenvolvido nos anos de 50, arrefecendo e entrando em processo de esvaziamento a partir de 1960, década que assinala certo marasmo na cidade.

Os serviços igualmente são afetados. No conjunto a função volta-se primordialmente ao centro urbano, cabendo a alguns setores da atividade a presença no espaço próximo, que se reduzira sensivelmente em relação ao período anterior.

As maiores alterações ocorrem nas funções bancárias, educacionais, médico-hospitalares, administrativas - estadual e municipal.

A função bancária - com seis estabelecimentos na fase anterior - ao final do decênio de 1960 apresenta cinco, dos quais três são oficiais. A primeira vista sente-se pouco a modificação. Entretanto, estabelecimentos desaparecem e outros surgem, demonstrando a instabilidade do setor.

A Casa Bancária Bratac, ligada à presença dos japoneses na região, transforma-se, como foi visto, na agência do Banco América do Sul, que em meio à década de 1950 encerra suas atividades ' em Paraguaçu Paulista.

(15) Como exemplo, as filiais de loja de tecidos: Riachuelo inicia suas atividades em 1952, encerrando-as em 1963; Jaraguã inicia em 1957/58, encerrando em 1963; Buri inicou em 1965, encerrando em 1969. Como empreendimentos locais sob este aspecto há principalmente secos e molhados.

A iniciativa local, que se desenvolvera rapidamente, põe fim às suas atividades por volta de 1957/58, após sérias dificuldades.

Neste mesmo período, instala-se na cidade o Banco Industrial de São Paulo (1955) que posteriormente passa a ser o Banco Econômico da Bahia, cuja agência funciona até 1969, quando põe termo às suas atividades.

O Banco do Estado de São Paulo, instalado em 1967, constitui a mais recente agência bancária da cidade.

Além deste, o Banco do Brasil, Caixa Econômica Estadual, Banco Comercial de São Paulo e Banco Brasileiro de Descontos, subsistiram, embora estes dois últimos tenham apresentado sucessivas incorporações, com conseqüente mudanças de denominações nos últimos anos.

A função bancária que tivera atuação em espaço razoável restringe-se a uma presença de âmbito municipal, exceção ao Banco do Brasil, cuja jurisdição extravasa os limites da Comarca. (16).

A função educacional recebe o Ginásio Estadual de Paraguaçu Paulista, em 1949. Este estabelecimento de ensino passa a contar, em 1950, com Curso Normal e em 1958 com Curso Colegial, funcionando, após 1960, os cursos noturnos.

Ao lado, o Ginásio Paraguaçu, primeiro da estrutura educacional da cidade, instala em 1957 os Cursos Básico Comercial e Técnico Comercial, também com cursos noturnos.

Além destes estabelecimentos de segundo ciclo a cidade recebe aqueles ligados ao ensino primário, passando a contar com dois grupos escolares e um curso primário anexo ao curso normal.

A zona rural igualmente é beneficiada com inúmeras classes deste nível de ensino.

Esta função continua atraindo e servindo não só o município e áreas vizinhas, mas, também, alcançando toda a Alta Sorocabana e algumas áreas do sul de Mato Grosso (Dourados), principalmente com o ensino particular através de seu internato. Entretanto, à medida que o ensino oficial expande sua rede pelo Estado, aquela atividade perde seu valor regional, voltando-se quase que essencialmente ao centro urbano. O ensino particular fica restrito ao colegial comercial desaparecendo seu internato, apesar das tentativas e investimentos feitos para mantê-lo.

(16) A comarca nesta fase perde Rancharia que passa a ser Comarca, envolvendo Iepê, Quatã, que também constitui sede de Comarca, envolvendo João Ramalho.

A função médico-hospitalar modifica-se tanto quanto a presença de estabelecimentos hospitalares, como ao seu corpo médico.

Ao final da década de 1940, início dos anos 50, além da ampliação das instalações e equipamentos do Hospital de Caridade, a cidade passa a contar com mais uma unidade hospitalar - Casa de Saúde Santa Inês. Nesta mesma época o corpo médico era constituído por oito profissionais, sendo três de clínica geral e os demais distribuídos pelas especialidades de otorrinolaringologia, oftalmologia, pediatria e radiologia.

No decorrer das décadas que se seguem (1950/60) há alterações na função. A Casa de Saúde Santa Inês desaparece no primeiro lustro da década de 1960, havendo uma compensação com a instalação do Centro de Saúde e Posto de Puericultura, embora o primeiro já existisse desde 1942 como Posto de Higiene, alguns anos mais tarde transformado em Posto de Saúde.

O corpo médico se vê modificado e substituído continuamente, para após 1965 contar com apenas um pediatra e um radiologista em termos de especialização, sendo os cinco demais de clínica geral.

Embora a função apresente estas variações a sua atuação e influência permanece pouco mais intensa, embora alcançando a mesma região do período anterior. Estes aspectos podem ser constatados pelo atendimento do Hospital de Caridade em 1961: atendimento de pacientes locais (urbanos) : 45,5%; atendimento a pacientes da zona rural do município : 13,5%; atendimento a pacientes da região próxima, outros municípios, que constituem os mesmos de 1948, 33,6%.

Quanto à função administrativa, há que se considerar dois níveis: estadual e municipal.

Ao nível estadual, a função administrativa além daquelas existentes e ligadas às diferentes Secretarias de Estado (Saúde, Educação, Fazenda, etc) já existentes na cidade e em parte consideradas, tem no setor voltado à agricultura a presença de duas atividades que passam a agir no meio rural através de orientação técnica e preparo de sementes e mudas: a Casa da Agricultura, que se constitui posteriormente em Delegacia Agrícola e o Posto de Sementes e mudas.

Ressalta-se estes aspectos, porque a partir de Paraguaçu Paulista, através destes órgãos, é que se fará a orientação e o fornecimento de sementes adequadas e de qualidade a uma região bastante ampla, atingindo aproximadamente 30 municípios no que diz respeito ao Posto de Sementes.

Ao nível municipal, a função administrativa volta-se neste período à cidade dotando-a de uma série de serviços públicos que serão objeto de análise no capítulo 5..

Os demais serviços permanecem, com pouquíssimas diferenças ao nível do período anterior (1930 a aproximadamente 1945), volta dos na fase em foco, a um atendimento mais urbano.

A função industrial que se expandira alicerçada na cultura algodoeira, também altera-se. O beneficiamento da madeira resiste até o desaparecimento total das matas na região próxima e distante, chegando a receber madeira do Estado de Mato Grosso. O encerramento desta atividade ocorre nas duas primeiras serrarias da cidade por volta de 1957 e 1968. Contudo, a atividade ainda é representada por uma serraria de pequeno porte instalada em 1970, cujo atendimento é essencialmente local.

Ao lado deste beneficiamento surgem as indústrias do mobiliário, cujo abastecimento e consumo são, em ambos os casos, externos e desvinculados do beneficiamento, como se verá mais adiante, que implantadas nesta fase desenvolveram-se rapidamente abastecendo toda região, alcançando, em determinados produtos, a capital paulista.

A indústria algodoeira inicialmente, ou seja, na década de 1950, permanece no mesmo estágio, mas não à custa da produção local e área próxima, mas sim regional, buscando o produto no norte do Paraná e Alta Sorocabana, através de compras diretas ou transferências por parte das filiais ou postos de compras das firmas.

A fábrica de óleos vegetais recebe o caroço do algodão de várias usinas de beneficiamento que a Anderson Clayton possui na Alta Sorocabana e pequena parcela daquela local.

Ao final da década de 1960 a SANBRA já havia encerrado as suas atividades de beneficiamento (1967). A Anderson Clayton igualmente caminha para o mesmo processo, restando a sua fábrica de óleos, que ao longo destes anos procura outros produtos (amendoim, soja), para extração do óleo e subprodutos, ao lado da preocupação em diminuir a ociosidade da indústria.

Outras atividades surgem e desaparecem neste período, demonstrando a pequena importância do mercado local e fragilidade das forças de produção, principalmente capital, mão-de-obra especializada e equipamento, à concorrência de outros centros industriais. Como exemplo temos a indústria química (cera, sabões, velas, perfumaria) que de quatro unidades industriais instaladas na cidade, subsistiu apenas uma.

Aquelas que surgem e permanecem, mais antigas, década de

1950 ou mais recentes - final da década de 1960 -, são pequenas, na maioria de base agrícola, com concorrência menos intensa, de consumo imediato local e regional, destacando-se as alimentares.

Neste conjunto de pequenos estabelecimentos industriais, temos: torrefação de café, beneficiamentos (arroz, café), fábricas de farinhas (milho, mandioca), fábricas de bebidas, vassouras colchoaria, carpintarias, serralheria e pequena fábrica de roupas.

Portanto, a partir dos primeiros anos de sua existência, Paraguaçu Paulista desenvolveu funções de coleta, beneficiamento e expedição de produtos rurais, complementando as atividades agrícolas em desenvolvimento, ao lado da distribuição de gêneros e prestação de serviços.

Diretamente relacionadas e dependentes da produção agropecuária, interessando sempre um mercado distante, as diversas atividades ligadas às funções cresceram ou decresceram em número, surgiram e permaneceram e, em certos casos, desapareceram, face à sucessão, desenvolvimento, decadência e desaparecimento dos produtos rurais com peso econômico.

No início, a pequena expressão da população, do mercado local e da produção rural, justificados pelo limiar da fase cafeeira, não só no município mas em toda a Alta Sorocabana, conseqüentemente uma fase de abertura, desmatamento e ocupação de novas áreas, delinearam funções urbanas que se restringiram a poucos estabelecimentos, cuja influência limitava-se ao pequeno centro e à área rural próxima.

À partir dos meados da década de 30, momento em que ocorrem mudanças econômicas na região, conseqüentemente no município, com a introdução do algodão, fruto das contingências criadas em âmbito internacional e nacional pela crise de 1929, a cidade dinamiza-se.

Nesta fase de predomínio do algodão ao lado do café, lavouras altamente comercializáveis, o centro urbano paraguaçuense tem suas funções desenvolvidas, na medida em que os diferentes setores atendendo às necessidades das crescentes populações rural e urbana complementando aquelas atividades agrícolas, ampliam e acrescentam atividades. A sua presença que fora limitada ao centro local e área próxima, alcança áreas mais distantes confundindo-se, grosso modo, à jurisdição da Comarca e, em alguns setores e atividades, chegando aos limites da Alta Sorocabana.

A permanência do algodão e café, contudo com produções In

dicadoras do início de seus declínios, a expansão do gado e das pastagens constituem os fatos econômicos que se manifestam a partir dos fins da década de 1940 aos fins dos anos 60. Estes fatos afetaram, ao longo do período, a distribuição populacional e, conseqüentemente, as funções urbanas.

Durante a década de 1950, período que se caracteriza pelo equilíbrio nas produções agrícolas em questão e maior crescimento da atividade pecuária, tem-se o maior crescimento da população urbana e também o maior decréscimo da rural. Nestes anos as funções ainda apresentam um certo dinamismo, refletido nas implantações de estabelecimentos comerciais, serviços (principalmente urbanos) e pequenas indústrias. A partir desta década e ao longo da que se segue (1960), o esvaziamento populacional rural não compensado pelo crescimento da população urbana e o declínio das produções agrícolas com a relativa estabilização da expansão do gado e pastagens, representam de um lado o recrudescimento do mercado consumidor e de outro a queda no fornecimento de matérias-primas, afetando as diferentes funções urbanas, oferecendo como resultado a estagnação da cidade com conseqüente retraimento da área sob sua influência.

3.2. As Funções Atuais

3.2.1. A Função "Industrial": Coleta e beneficiamento de produtos primários

A função industrial nasceu na Alta Sorocabana a partir da década de 20, com a expansão da cultura cafeeira.

As primeiras indústrias são as serrarias, beneficiadoras de café, de arroz, sucedidas pelas de algodão (produzindo algodão em pluma e óleos vegetais) e da carne; cujos produtos interessavam sempre um mercado extra-regional distante. Ao lado destas e visando o mercado regional e local surgem as alimentares, pequenas manufaturas e artesanatos da madeira e do couro, farinhas, etc.. Com o desenvolvimento das cidades surgiram outras complementando este segundo grupo, ou seja: torrefações, fábricas de bebidas, serralherias, gráficas, artefatos de cimento e outras mais.

Atualmente, embora tenha decorrido mais de cinco décadas, esta orientação inicial vem permanecendo.

Segundo o Censo Industrial de São Paulo, 1970, a região da Alta Sorocabana, do município de Assis ao de Presidente Epitácio, apresentou um valor total da transformação industrial de aproximadamente 187 milhões de cruzeiros, cabendo aos dez municípios de maior destaque uma participação de 93,4%. (Tabela 7)

As atividades industriais mais importantes neste grupo de municípios, segundo este valor da transformação industrial, estão representadas pelas indústrias alimentares (indústrias de óleos vegetais, frigoríficos, usinas açucareiras, benefícios de café, de arroz, torrefações de café), indústrias químicas, "têxteis" (usinas de beneficiamento de algodão), da madeira (serrarias).

Considerando-se os dez municípios mais importantes, pode-se definir um centro de destaque, representado por Presidente Prudente, capital regional, centro mais populoso com atividades industriais mais expressivas; um escalão intermediário, onde sob o aspecto populacional sobressai Assis cabendo aos demais uma certa igualdade numérica. Quanto ao setor industrial, as variações são pequenas, mas não seguem a ordem de predominância populacional. Finalmente um terceiro escalão de municípios onde os números de população e os valores apresentados pelo setor industrial são igualmente os menores da região.

Comparando-se a participação dos valores da transformação industrial destes municípios, exceto Presidente Prudente, verifica-se que os municípios do leste da região têm maior expressão.

Rancharia e Paraguaçu Paulista distinguem-se pela presença de indústrias têxteis e de óleos vegetais de maior porte, enquanto que Assis, maior centro urbano neste escalão intermediário, tem o seu destaque assegurado muito mais pelo número de indústrias que pelo porte destas, embora as mais representativas sejam o beneficiamento do algodão, óleos vegetais e frigorífico de médio porte.

Os demais municípios têm menores participações. Os seus maiores valores de transformação industrial uma vez mais são provenientes da indústria têxtil e alimentar. Neste grupo de municípios os as indústrias alimentares são as mais expressivas e encontram-se no oeste da região, onde as atividades mais importantes estão ligadas à pecuária: frigoríficos, curtumes, laticínios. Como exceção temos o município de Presidente Epitácio, cuja atividade industrial ligada ao beneficiamento da madeira constitui aquela de maior expressão, não só neste, mas para tôda a região. (Tabela 7)

Valores das produções industriais dos dez municípios de maior destaque na Alta Sorocabana, considerada de Assis a Presidente Epitácio - 1970.
(Valores das produções em mil cruzeiros)

Tabela 7

Dos municípios de maior destaque quanto ao valor da produção industrial na Alta Sorocabana	Valor total da - produção industr.		Atividades industriais mais importantes							
			Alimentar		Química		Têxtil		Madeira	
	Absoluto	%	Valor da Produção	% sobre absoluto da produção	Valor da produção	% sobre absoluto da produção	Valor da produção	% sobre absoluto da produção	Valor da produção	% sobre absoluto da produção
Presidente Prudente	65.219	39,0	30.220	46,3	17.217	26,4	4.044	6,2	- - -	- - -
Rancharia	27.693	16,6	17.459	63,1	- - -	- - -	9.253	33,4	- - -	- - -
Assis	18.621	11,1	7.742	41,6	1.964	10,6	3.314	17,8	- - -	- - -
Paraguaçu Paulista	12.021	7,2	842	7,0	9.685	80,6	- - -	- - -	- - -	- - -
Regente Feijó	10.127	6,1	1.096	10,8	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
Santo Anastácio	8.880	5,3	3.118	35,4	2.810	31,6	2.682	30,2	- - -	- - -
Presidente Venceslau	8.300	5,0	3.361	40,5	- - -	- - -	2.794	33,7	- - -	- - -
Presidente Epitácio	6.030	3,6	1.136	18,8	- - -	- - -	- - -	- - -	3.387	6,5
Maracá	5.428	3,2	4.678	86,2	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
Martínópolis	4.840	2,9	561	11,6	- - -	- - -	3.950	81,6	- - -	- - -
Total	167.159	100,0	70.213	42,0	31.676	18,9	26.037	15,6	3.387	2,0
Total da Região	187.623									

Fonte: Censo Industrial - São Paulo - 1970

Obs. Alguns valores da atividade industrial química englobam aqueles da produção de óleos vegetais, pelo tratamento químico empregado na obtenção do produto industrial. A atividade têxtil constitui essencialmente o simples beneficiamento do algodão.

O setor industrial paraguaçuense, nascido do mesmo processo que define as atividades rurais e urbanas na Alta Sorocabana, apresenta as mesmas características de desenvolvimento, os quais foram vistos na evolução das funções.

Durante o ano de 1974, o valor total das vendas dos produtos industrializados paraguaçuenses somou pouco mais de 160 milhões de cruzeiros, cabendo às ligadas à coleta e beneficiamento de matérias primas destinadas a um mercado consumidor distante a participação de 87,30%; às indústrias de mercado local e regional 9,74% e àquelas cujo maior mercado é o local, apenas 2,48% (Tabela 8)

Valor das vendas da indústria paraguaçuense, por tipo e segundo o mercado consumidor.

Paraguaçu Paulista - 1974

Tabela 8

Indústrias segundo o tipo e mercado consumidor	Valor das vendas	% sobre o valor total das vendas
I- Indústrias de mercado distante		
Coleta e beneficiamento de produtos rurais (fábrica de óleos vegetais, beneficiamentos de algodão, arroz, café.....)	139.807.077,00	87,30
II- Indústrias de mercado regional e local		
Beneficiamento de arroz, fari- nheiras, curtidora, torrefação de café, empacotamento de açu- car, móveis, confecções, gráfi- cas, vassouras.....	15.585.264,00	9,74
III- Indústrias de mercado local		
Padarias, bebidas, carpintaria serralheria, ladrilhos e arte- fatos de cimento, olarias, ser- rarias, colchões, vulcanização ferraria.....	3.974.358,00	2,48
Indústria de cêra, sabões	773.748,00	0,48
T o t a i s	160.140.447,00	100,00

Fonte: Declaração de dados informativos necessários à apuração do índice de participação do ICM, modelo "B" - 1974

Portanto, o fundamental da indústria paraguaçuense são as atividades tradicionais, cujas origens datam do período que vai dos primórdios da cidade à década de 1940.

3.2.1.1. Origem dos Capitais

Da análise de 18 entrevistas realizadas em diferentes indústrias paraguaçuenses, verificou-se que, exceto a Anderson Clayton e SAAD, que se constituem nas maiores, todas as demais têm origem e capitais locais.

Ao considerarmos a origem deste pessoal, segundo a natureza e atividades anteriores, temos o seguinte: constitui menor parcela (25%) a iniciativa de paulistas, enquanto que a maior parte (75%) é proveniente de imigrantes ou descendentes destes - Japoneses (25%), italianos, (18,7%), alemães (18,7%) e portugueses (12,5%), cujas atividades anteriores foram as de proprietários ou arrendatários rurais, comerciantes e operários; estes últimos evoluíram para industriais de estabelecimentos semelhantes

àqueles onde eram operários. (Tabela 9)

Origem do capital das atividades industriais paraguaçuenses, segundo a nacionalidade ou descendência e as atividades anteriores exercidas por seus proprietários.- Paraguaçu Paulista - amostragem 1973/74.-

Tabela 9

Nacionalidade ou descendência	Atividade anterior											
	total		Terciário de comércio		Secundário		Primário					
							pequena propriedade		grande propriedade		arrendatário	
	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%
Japonesa	4	25,0	1	25,0	-	-	1	25,0	1	25,0	1	25,0
Italiana	3	18,7	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	-	-
Alema	3	18,7	2	66,7	-	-	1	33,3	-	-	-	-
Portuguesa	2	12,5	-	-	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-
Paulista	4	25,0	-	-	3	75,0	-	-	-	-	1	25,0
Totais	16	100,0	5	31,2	5	31,2	3	18,7	1	6,3	2	12,5

Fonte: Entrevistas realizadas junto às indústrias- 1973/1974.-

Portanto, capitais e indústrias locais são oriundos tanto de iniciativas urbanas quanto rurais. Entretanto, segundo a origem do capital (urbano ou rural), nacionalidade ou descendência e a atividade industrial ora definida (Quadro 1), tem-se outra distribuição.

Origem do capital - urbano ou rural - e atividade industrial ora definida, segundo a nacionalidade ou descendência de seus proprietários. Paraguaçu Paulista - amostragem 1973/73

Quadro 1

Origem do capital e atividade industrial ora definida	Nacionalidade ou descendência				
	Japonesa	Italiana	Alema	Portuguesa	Paulista
<u>I- De origem urbana</u>					
1. Móveis	1	1	-	1	-
2. Beneficiamento de arroz, café, milho	-	1	1	-	-
3. Torrefação de café, trituração e empacotamento de açúcar	-	-	1	-	-
4. Ceras, sabões e velas	-	1	-	-	-
5. Tipografia	-	-	-	-	1
6. Ladrilhos e artefatos de cimento	-	-	-	-	1
7. Colchoaria	-	-	-	-	1
8. Serralheria	-	-	-	-	1
<u>II-De origem rural</u>					
1. Bebidas	1	-	-	-	-
2. Curtidora	-	-	1	-	-
3. Beneficiamento de arroz	1	-	-	-	-
4. Gráfica	1	-	-	-	-
5. Vassouras	-	-	-	1	-
TOTAL	4	3	3	2	4

Fonte: levantamento por amostragem realizado em 1973/74.-

As atividades industriais nascidas de capitais urbanos tem duas origens, segundo a atividade exercida anteriormente pelos seus proprietários: do terciário (comércio) ou do secundário.

No primeiro caso as indústrias surgem da transferência de capitais do comércio, financiamentos bancários e da experiência obtida pelo proprietário no ramo comercial: móveis, beneficiamento de arroz, de café, farinheira (milho), torrefação de café e trituração e empacotamento do açúcar cristal. Neste grupo, apenas a indústria de ceras, sabões e velas têm o capital originado da acumulação feita pelo seu proprietário como viajante (Cia. Urano de Capitalização).

Quanto ao setor secundário como criador de novas indústrias, notamos o seguinte: há indústrias cujos capitais são resultantes das experiências obtidas pelos seus proprietários como operários do mesmo ramo industrial, que conjungam às suas economias os empréstimos e financiamentos. Nesta situação estão as duas indústrias de móveis de menor porte, a tipografia, fábrica de ladrilhos e artefatos de cimento, fábrica de colchões e a seralheria. Esta última tem o capital inicial originado principalmente de financiamentos dos fornecedores de matéria prima.

As indústrias de capital oriundo do meio rural, provêm de pequenos proprietários agricultores, grande proprietário pecuarista e agricultor e de arrendatários.

Do primeiro caso verifica-se a presença de duas indústrias onde uma delas (bebidas) tem o capital inicial proveniente da venda de pequena propriedade cafeicultora e a outra (curtidora), o capital originou-se de atividade agropecuária e curtume exercidas em pequena propriedade rural paterna.

A grande propriedade rural proporcionou o capital para a aquisição de gráfica, que já existia na cidade.

Os arrendatários, em número de dois, transferiram-se para o centro urbano empregando suas economias rurais em beneficiamento de arroz e em fábrica de vassouras. Este último não se caracteriza essencialmente como arrendatário, uma vez que ao lado desta atividade exerceu, na mesma propriedade rural, a função de administrador.

Observa-se ainda que, embora desenvolvendo a atividade no secundário, alguns destes industriais exercem atividades paralelas comerciais, rurais e mesmo administrativas.

Nesta situação acumulativa de atividades, verifica-se um industrial de móveis com comércio de móveis não só da sua indústria, e eletrodomésticos; ao lado da gráfica, seus proprietários

permanecem com a grande propriedade rural e com função administrativa pública; um industrial de café e açúcar é concessionário de veículos, participa como sócio de papelaria, farmácia, sendo, também, grande proprietário rural voltado principalmente para a pecuária; um beneficiador de café e arroz possui grandes propriedades com pecuária criatória e agricultura, comércio de cereais no atacado em média escala, transportadora, posto de gasolina; um fabricante de artefatos de cimento mantém, também, pequena propriedade rural, o mesmo acontecendo com um industrial de bebidas que possui propriedades rurais voltadas principalmente para a pecuária.

3.2.1.2. Controle e Gestão

O controle e gestão das indústrias paraguaçuenses, considerando-se os valores das vendas das mesmas para 1974, são de duas ordens: externo (83,64%) e local (16,36%).

O controle externo caracteriza-se pela existência de atividades industriais ligadas à coleta e beneficiamento de produtos rurais que interessam um mercado distante, internacional e nacional. As suas presenças resultam, inicialmente de instalação de usinas de beneficiamento de algodão da Anderson & Clayton e da Cia. SAAD do Brasil e de outras que desapareceram (SANBRA, Mac Fadden) e, posteriormente, da fábrica de óleos vegetais pertencente à primeira, fatos já referidos anteriormente.

Igualmente, o controle local na sua maior parte é feito por empresas voltadas à coleta e beneficiamento ou pequenas transformações de produtos agropecuários. Dos 16,37%, estas controlam 11,26%, das quais apenas uma volta-se ao mercado distante - beneficiamento de arroz e café (3,66%) -. As demais são de mercado regional e local ou apenas local.

Portanto, embora haja predominância numérica da iniciativa local, apenas a presença de duas organizações externas (Anderson & Clayton e SAAD), expressam a dependência e o peso da indústria em Paraguaçu Paulista, tendo a primeira delas valor destacado: o valor de suas vendas para o ano de 1974 representou 76,08% dos valores totais das vendas industriais de Paraguaçu Paulista.

Estes grandes estabelecimentos industriais constituem, no núcleo urbano paraguaçuense, unidades da ampla rede coletora de produtos rurais que as grandes empresas possuem, tanto em âmbito estadual quanto nacional. A expansão ou arrefecimento e mesmo declínio de suas atividades em Paraguaçu Paulista, são marcadas pela evolução que os diferentes produtos (algodão, amendoim, mamona, soja) apresentam desde os anos 40, cujas presenças na Alta Sorocabana, norte e noroeste do Paraná e sul de Mato Grosso, sempre foram dita

das em função dos apelos e interesses dos mercados distantes. No início a expansão do algodão define o estabelecimento de usinas de beneficiamento do produto. Este fato somado à localização de Paraguaçu Paulista dentro de um sistema viário que facilitava o fluxo de matéria-prima das áreas de produção e o escoamento do produto semi-elaborado aos centros de tratamento, consumo e exportação, constituem fatores importantes para a localização da fábrica de óleos vegetais da Anderson & Clayton em Paraguaçu Paulista, sendo válidos ainda hoje quando a empresa dentro de suas diretrizes projeta a ampliação da mesma.

No momento de sua instalação (1946) a fábrica de óleos vegetais trabalhou apenas o caroço de algodão. A partir de 1960 passa a moer, também, o amendoim face à importância que este produto assume, em termos de produção, na Alta Sorocabana. Ainda em meio a esta década inicia a moagem da mamona. Em 1974 deixa estes produtos e passa a moer apenas a soja.

Os três primeiros produtos movimentavam a indústria sucedendo-se de acordo com os períodos de safra dos mesmos: iniciando ano moagem do amendoim, o caroço de algodão ocupava os meados do ano, e por fim a mamona fechava o ciclo anual.

A decadência da produção algodoeira na Alta Sorocabana, o desinteresse que surge em relação ao amendoim tanto por parte do produtor quanto dos consumidores de seus produtos industrializados, a queda de procura e valor da mamona no mercado externo, ao lado do interesse e valor que a soja desperta nos últimos anos, levam a indústria a abandonar aqueles e voltar-se a esta, motivando inclusive o projeto de ampliação da unidade industrial de 300 toneladas/dia para 600 toneladas /dia. Este projeto surge em função do aumento da produção de soja na Média e Alta Sorocabana, sul de Mato Grosso e principalmente no norte e noroeste do Paraná, ao lado dos objetivos da empresa em concentrar suas atividades neste setor industrial em poucas e grandes unidades.

Entretanto, a expressão da unidade paraguaçuense não está apenas vinculada aos fatos vistos acima, mas por constituir-se, também, no centro de manutenção, produção e instalação de equipamentos às demais fábricas da organização, não só no Brasil, como no exterior. (16)

(16)- A partir desta unidade industrial foram produzidos e instalados equipamentos e fornecida mão-de-obra para a montagem da fábrica de Cruz Alta (RGS, 1959), para a ampliação das fábricas de Londrina (PR, 1974) e Cruz Alta (1974). Atualmente está produzindo parte do equipamento para a grande unidade industrial da A. Clayton, em montagem, em Ponta Grossa (PR). Em 1967 a organização desloca o pessoal da "oficina" da fábrica de Paraguaçu Paulista para montagem de unidade industrial em Lima (Peru). Cabe ressaltar que o pessoal ligado a esta atividade é, na sua maioria, da própria cidade e treinado e preparado na unidade industrial paraguaçuense.

O beneficiamento de algodão destinado à produção de pluma e caroço, realizado pela única usina remanescente da atividade industrial em Paraguaçu Paulista, uma das unidades do grupo SAAD (instalada em 1945) completa o quadro de controle externo (7,56%).

Entretanto, cabe ressaltar que, face à inexistência de matéria-prima suficiente para o seu funcionamento em 1975, esta não movimentou seus descarregadores. A partir da safra de 1974, passa a atuar como entreposto de compra de algodão, soja (120.000 sacas em 1974), milho (4.000 sacas no mesmo ano), amendoim, que transfere para a fábrica de óleos de Birigui (BIOL - fábrica de óleos, refinaria, enlatamento), única do grupo SAAD no interior paulista.

3.2.1.3. Matéria-Prima

A matéria-prima para as indústrias localizadas em Paraguaçu Paulista apresenta um quadro espacial de proveniência bastante diversificado, mas com forte presença do norte e noroeste do Paraná, sul de Mato Grosso e Alta Sorocabana face ao desenvolvimento dos produtos rurais nestas áreas e que se constituem fundamentais para as atividades industriais de maior expressão na cidade.

Durante o ano de 1974, a fábrica de óleos vegetais trabalhou 53.700 toneladas de soja, o que constituiu aproximadamente 14% da moagem total do produto pela empresa no Brasil. Deste total de matéria-prima trabalhada pela unidade paraguaçuense, 66,67% procederam do norte e noroeste do Paraná, 20,48% da Média e Alta Sorocabana (espaço compreendido entre Ourinhos e Presidente Epitácio) e 12,48% do sul de Mato Grosso (região de Dourados, Ponta Porã e Maracaju).

O beneficiamento de algodão (SAAD) na safra de 1974 recebeu e trabalhou 3,616 toneladas do produto em rama, das quais 73,34% procederam da Alta Sorocabana e 26,66% do norte do Paraná, principalmente das áreas de Bandeirantes e Itambaracá.

O beneficiamento de arroz apresenta duas orientações no abastecimento, segundo o porte das indústrias: o pequeno estabelecimento adquire a matéria prima (aproximadamente 150 toneladas em 1974) na área rural próxima (30%) OU de cerealistas e maquinistas do Estado de Mato Grosso (70% - Coxim, Rondonópolis, Jaciara); o médio estabelecimento adquire (aproximadamente 500 toneladas em 1974) junto aos produtores locais (5%), na Alta Sorocabana (6 a 7%), Estado de Mato Grosso (26% - Sidrolândia, Cáceres, Rondonópolis, Campo Grande) e no Estado do Paraná (62% - quase que essencialmente na área de Guarapuava).

O benefício de café, realizado por uma única empresa (que

constitui aquela de médio porte no benefício do arroz), abastece-se na sua quase totalidade no município (80%) e áreas próximas: Lutécia (10%), Borá (5%) e Quatã (5%). Em 1972 o estabelecimento adquiriu e trabalhou aproximadamente 500 toneladas de café em coco,

Neste setor de coleta e beneficiamento de produtos rurais de mercado distante, a comercialização da matéria-prima procedente do município e de áreas próximas faz-se diretamente com a presença do produtor no estabelecimento industrial. Das áreas distantes a aquisição é feita com a presença do industrial ou seus representantes (entrepósitos de compra, compradores, etc.,) que efetuam as transações comerciais diretamente com o produtor, cooperativas e maquinistas.

O primeiro caso é mais comum para o algodão e café e o segundo (de áreas mais distantes) para a soja e arroz.

No caso particular da Anderson & Clayton, dentro de uma autonomia que cada unidade industrial possui dentro da organização, a fábrica de Paraguaçu Paulista adquire a matéria-prima nos diferentes e mais distantes locais, levando em conta que há certo equilíbrio no custo do produto adquirido acrescido do frete entre áreas mais próximas e mais distantes, isto é, se a soja a ser adquirida encontra-se mais distante, o seu preço é menor e o frete maior, ocorrendo o inverso para as áreas mais próximas. Entre tanto, os "carreteiros" influem, embora parcialmente, neste custo, isto porque preferem distâncias maiores, cobrando pouco menos, sendo compensados pela eliminação do tempo perdido em cargas e descargas, geralmente demoradas.

A torrefação de café, que em 1972 trabalhou 720 toneladas de café verde, adquire-o nas mesmas áreas em que o beneficiamento de café o faz: 60 a 70% no município e 30 a 40% nos municípios vizinhos: Lutécia, Quatã e Borá, sendo que as participações destes oscilam para mais ou menos em função do tipo e preços do produto.

Pertencente à mesma empresa, a trituração e empacotamento do açúcar cristal, adquiriu no mesmo ano 3.600 toneladas do produto. Estas procederam das usinas localizadas nos municípios de Quatã (60%), Araraquara (20%), Nova Europa (18%) e Maracá (2%).

O setor de móveis diversifica-se bastante quanto às áreas de abastecimento. A madeira bruta serrada para estas indústrias procede do Estado do Paraná (80%) - regiões de Guarapuava, Campo Mourão, Arapongas, Terra Rica -, do Estado do Mato Grosso (10 a 15%) ou das serrarias de Presidente Epitácio, na Alta Sorocabana (5 a 10%), constituindo neste último caso, madeira procedente de

Mato Grosso.

A madeira proveniente do Estado do Paraná, principalmente pinho e imbuia, é, na sua maior parte, comercializada através da firma Madeireira Nacional, sediada na capital paulista, embora a remessa da matéria-prima seja feita diretamente das áreas de produção para as indústrias paraguaçuenses. A peroba, o amendoim e outras mais duras provêm principalmente do Estado de Mato Grosso e, em parte, via Presidente Epitácio.

Os laminados procedem em 95% de Curitiba (PR) e apenas 5% de Patos de Minas (MG), enquanto que os aglomerados, fôrmica, são fornecidos pela capital paulista na sua totalidade (Duratex, Alplan, Formiplac). Os demais produtos: verniz, cera, metais, ferros, espelhos e outros, procedem na sua totalidade de indústrias paulistanas.

O abastecimento das indústrias de móveis faz-se principalmente pela atuação direta dos proprietários destas (70%) nas madeiras, serrarias e indústrias paulistanas e através da presença de viajantes junto àquelas (30%).

As demais indústrias deste grupo de mercado regional e local, abastecem-se principalmente na Alta Sorocabana e na capital paulista: gráficas têm 100% da matéria-prima utilizada procedente de São Paulo; a indústria de confecções adquire-a na capital paulista e em Americana (SP); a curtidora compra o couro cru na Alta Sorocabana, no espaço compreendido entre Palmital e Martinópolis, e o tanino (Acácia Negra) no Rio Grande do Sul; a fábrica de vassouras recebe o sorgo do Rio Grande do Sul e os demais produtos necessários (cabos, arames) de Presidente Prudente, Tupã, Ourinhos. As fábricas de farinhas (milho e mandioca) têm abastecimento garantido pelas produções do município.

De maneira geral as compras são feitas através da presença de viajantes, havendo, evidentemente, variações em que o proprietário adquire a matéria-prima diretamente do produtor, seja procurando-o na sua propriedade rural ou efetuando a transação no próprio estabelecimento industrial. Estes fatos ocorrem principalmente com as farinheiras e a curtidora.

As indústrias de mercado local, que no conjunto constituem pequenos estabelecimentos, têm o grosso da matéria-prima procedente diretamente da região paulistana ou redistribuída pelos atacadistas, ou representantes das mesmas, estabelecidos nas cidades maiores do interior do Estado de São Paulo, havendo alguns destes produtos cuja redistribuição é feita pelo comércio local.

A farinha e demais produtos utilizados pelas panificadoras

procedem diretamente dos moinhos e indústrias paulistanas, exceto o açúcar que é adquirido localmente. O ferro utilizado pela serralheria e fábrica de ladrilhos e artefatos de cimento é redistribuído por firmas estabelecidas em Presidente Prudente (Macife - 55%), Assis (Atlas - 30%), Bauru (Bauru Aço - 10%) e diretamente de São Paulo - 5%. O cimento, granito e areia lavada, utilizados principalmente pela fábrica de ladrilhos, tem a seguinte procedência: o primeiro é redistribuído pelas firmas comerciais paraguaçuenses (80%) ou por aquelas de Ourinhos e Assis (20%); o segundo procede totalmente de Bauru, enquanto que a terceira é obtida dos portos de extração de areia do rio Paranapanema nos municípios de Cândido Mota e Florínea. As fábricas de bebidas adquirem o açúcar das usinas localizadas nos municípios de Maracaí e Quatã, ou de atacadistas (Gentil Moreira S/A), e os demais produtos, tais como essências, aromas, rolhas metálicas, de firmas paulistanas e campineira. As carpintarias obtêm a madeira da serraria local que tem, por sua vez, as toras lavradas procedentes de Presidente Epitácio.

3.2.1.4. Produção e Mercado Consumidor

A produção interessando mercado extra-regional distante, configurada no beneficiamento de produtos rurais e que constitui no mais importante do setor industrial paraguaçuense, restringe-se atualmente à extração de óleos vegetais e subprodutos desta ou no simples beneficiamento de algodão, café e arroz, mas cujos valores das vendas têm forte peso nos valores das vendas totais da indústria paraguaçuense, como já se viu.

Em 1974 os 76,08% de participação da Anderson & Clayton de Paraguaçu Paulista no valor total das vendas industriais, resultaram da moagem de 53.700 toneladas de soja, obtendo uma produção aproximada de 19% de óleo bruto, 77% de farelo e uma perda de apenas 4%. Desta produção, parte destinou-se ao mercado interno e outra à exportação.

O óleo produzido em Paraguaçu Paulista foi transferido para a refinaria da empresa localizada em São Paulo (Bairro da Lapa), de onde pode seguir dois caminhos: sofre a refinação, enlatamento e comercialização, ou é exportado no seu estado bruto.

Do total de óleo bruto exportado pela empresa, aproximadamente 15 a 20% da sua produção total, coube à fábrica de Paraguaçu Paulista, em 1974, uma participação aproximada de 10% nes

ta exportação.

O farelo destina-se ao consumidor direto, aos fabricantes de rações ou à exportação. Do farelo produzido em 1974, a Anderson & Clayton do Brasil exportou 80% e destes, 15% saíram da fãbrica Paraguaçuense, significando 74% da produção deste subproduto nesta unidade industrial. Os restantes 25% destinaram-se ao mercado paulista (fábricas de rações) e mineiro (consumidor direto) em proporções equivalentes, ficando o mercado local com mais ou menos 2%.

Quando se trata de mercado interno as transações (remessa de matéria-prima -óleo bruto-, ao setor industrial de São Paulo, comercializações) são feitas a partir das orientações e diretrizes da matriz de São Paulo, sendo, entretanto, cada unidade autônoma para realização das vendas, o que ocorre também para as compras. Quanto ao comércio externo, os negócios podem ser feitos por intermédio da matriz estadunidense (Houston) ou diretamente por São Paulo. Entretanto, o faturamento é feito pela fábrica que produziu, podendo ser refaturado ou nos Estados Unidos ou na Europa (Lausane- Suíça) e seguir outro destino.

O beneficiamento de algodão, representado apenas pela usina de beneficiamento da Cia. SAAD do Brasil (7,56% do valor das vendas industriais de Paraguaçu Paulista em 1974) apresentou, em 1974, uma produção industrial de 1.250 toneladas de pluma e 2.150 toneladas de caroço de algodão. A pluma teve como destino a Cia. Independente de Armazéns Gerais - São Paulo, capital - depositada em nome da Cia. SAAD do Brasil, que posteriormente realizou a sua comercialização. Quanto ao caroço, 1900 toneladas foram vendidas diretamente a partir de Paraguaçu Paulista para as fábricas de óleos vegetais da Cia. Matarazzo, localizada em Rancharia (900 toneladas), e às unidades industriais da SANBRA, localizadas em Ourinhos e Bauru. Além, produziu 250 toneladas de caroço obtidas do algodão de Campos de Cooperação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, consideradas como sementes, que foram remetidas e depositadas no Posto de Sementes de Paraguaçu Paulista.

O beneficiamento de arroz e café, das mais antigas atividades industriais de Paraguaçu Paulista, considerando-se o mercado consumidor distante, é constituído por uma única empresa (3,36 por cento de participação no valor total das vendas industriais), cujas produções destinam-se fortemente àquele mercado. O arroz tem suas grandes vendas realizadas para a área de Campinas (80%)

enquanto que as parcelas menores destinam-se às áreas de Bauru (5%), Marília (12%) e local (3%). A comercialização é realizada diretamente pelo industrial, cujos clientes são essencialmente atacadistas, exceção feita ao consumo local, representado pelas pequenas firmas.

O café, uma vez beneficiado e classificado, a empresa remete-o para Santos onde o comercializa com firmas exportadoras: Anderson & Clayton, Yoshioka e Cia., Queiroz Ferreira - Comissária Exportadora S/A, Terácio Exportadora S/A.

Para entregas do arroz e remessa do café, utilizam o caminhão, tendo-se em conta que a firma industrial é detentora de empresa de transporte.

As atividades de mercado regional e local alcançam, além da Alta Sorocabana e Alta Paulista, parte do Norte e Noroeste do Paraná e Sul de Mato Grosso, tendo sua maior expressão no setor alimentar: beneficiamento de arroz, torrefação de café, trituração e empacotamento do açúcar cristal. Estas atividades participaram em 1974 com 6,05% do valor total das vendas industriais paraguaçuenses, cabendo à primeira apenas 0,86% e às duas outras 5,19%. Nestas a participação aparece englobada por pertencerem a uma única unidade industrial.

Realizado por quatro firmas de pequeno porte, das quais a de maior destaque possui o empacotamento do produto, o beneficiamento de arroz tem mercado consumidor restrito às áreas próximas (Quatã, Lutécia, Oscar Bressane, Borá) na ordem de 60% e localmente são absorvidos os restantes 40%. O consumidor principal constitui o pequeno e médio comerciante varejista e a população que adquire o arroz diretamente das "máquinas".

O café e açúcar apresentam mercado consumidor semelhante, sendo mais amplo para o segundo, como demonstra o quadro abaixo:

Mercado consumidor do café e açúcar cristal

Paraguaçu Paulista - 1972

Quadro 2

Mercado consumidor	Café	Açúcar
Paraguaçu Paulista	35%	10%
Alta Sorocabana (exceto P. Paulista)	55%	35%
Alta Paulista	-	30%
Sul de Mato Grosso	9%	10%
Norte e Noroeste do Paraná	-	15%

Fonte: Entrevista realizada diretamente na firma - 1972.-

Neste mercado consumidor nota-se que o maior peso é representado pelo comerciante varejista, incluindo-se os supermercados que por sinal se destacam.

Secundariamente há as indústrias de móveis e esquadrias de madeira, cuja participação no mesmo ano (1974) no valor total das vendas da indústria paraguaçuense, somou 1,64%; as gráficas com 0,86% e finalmente as farinheiras (mandioca e milho), a curtidora, fábrica de vassouras e a indústria de confecções, que englobadas participaram com 1,43%.

O setor de móveis e esquadrias é representado por três indústrias, das quais uma se destaca, apresentando 77,8% de participação no valor total deste ramo de atividade industrial.

Neste setor o grosso da produção é composto pelos móveis, tanto da linha de produção em série, quanto encomendas e peças em separado, aparecendo em segundo plano as esquadrias de madeira. Encontra-se tal disposição, pelo fato de que a principal indústria do setor volta-se em 100% para a produção de móveis.

O mercado consumidor, constituído por varejistas, empreiteiras de obras-que em alguns casos constitui a própria indústria- (esquadrias principalmente), encomendas ou consumidor direto, tem a seguinte distribuição:

Mercado consumidor da Indústrias de Móveis e Esquadrias
Paraguaçu Paulista - 1973.

Quadro 3

Mercado Consumidor	Móveis	esquadrias
Paraguaçu Paulista	15%	65%
São Paulo e Santos	20%	35%
Alta Sorocabana (exceto Parag. Paulista)	28%	-
Alta Paulista	19%	-
Norte e Noroeste do Paraná	17%	-
Sul de Mato Grosso	1%	-

Fonte: Entrevistas realizadas diretamente nas indústrias, 1973.

A atividade gráfica, constituída por duas empresas, das quais a mais representativa responde por 80,6% do valor das vendas da atividade, tem uma produção fortemente orientada para os impressos em geral (90%) e como produto minoritário os cadernos (10%), sendo este fabricado apenas pela firma de maior porte.

O mercado consumidor é constituído pela Alta e Média Sorocabana - 33% (de Bernardino de Campos a Presidente Epitácio), Norte e Noroeste do Paraná - 24%, Sul de Mato Grosso - 24% (áreas de Dourados, Ponta Porã, Maracaju), Paraguaçu Paulista - 11%, e Alta Paulista - 8%.

As demais indústrias desta faixa de mercado regional e local têm pouca expressão no secundário paraguaçuense.

As farinheiras, em número de três - duas para a mandioca e uma para milho - apresentam uma participação no valor total das vendas industriais (1974) de apenas 0,62%. O mercado consumidor, definido por atacadistas e varejistas, é a Alta Sorocabana (100%) destacando-se Presidente Prudente (35%) e Paraguaçu Paulista e áreas próximas (25%).

A curtidora com 0,49% de participação naquele total de vendas de 1974, transforma o couro cru em solas que são consumidas pelas casas de couro, sapatarias, selarias de Maringá (PR): 30%, Presidente Prudente: 20%, Presidente Venceslau: 20%, Tupã: 10%.- Localmente e nas áreas vizinhas a pequena indústria vende 20%.

A pequena fábrica de confecções (essencialmente masculinas) e a fábrica de vassouras participaram no ano já referido com apenas 0,32% no valor das vendas industriais. O mercado consumidor da primeira restringe-se à Alta Sorocabana, enquanto que a segunda distribui os seus produtos na Araraquarense, Alta Paulista e Alta Sorocabana.

Este último grupo de indústrias - farinheiras, curtidora, confecções e vassouras - dada à sua pequenez, possuem sistema mais ou menos comum de comercialização de seus produtos: os industriais são ao mesmo tempo o proprietário, viajante, entregador e cobrador.

As indústrias de mercado local são de pequeno porte, constituindo-se naquelas que no conjunto apresentaram o menor valor de participação no valor total das vendas industriais, conforme está definido no quadro 4.

O maior valor das vendas deste grupo é apresentado pela panificação, face ao número de estabelecimentos que este setor possui. As quatro panificadoras existentes na cidade participaram, em 1974 com 0,81% do valor das vendas industriais e responderam por 36,5% do valor das vendas deste setor de indústrias de mercado local.

As demais atividades - serraria, bebidas (duas fábricas de refrigerantes), vulcanização, carpintarias (duas - carrocerias, carretas, carroças), serralheria, ferraria, colchões, ladrilhos e artefatos de cimento - completam este quadro de pequenas indústrias. Dentre elas a maior participação cabe à primeira com 0,43% no valor total das vendas da indústria paraguaçuense.

O mercado consumidor destas é na sua maior parte local e aquelas que saem deste âmbito alcançam apenas os centros urbanos ou a zona rural próxima, em um raio de aproximadamente 50 km como pode ser visto pelo quadro abaixo:

Quadro 4

Mercado consumidor das indústrias de mercado local-					Paraguaçu Paulista, amostragem 1972.-				
	P.Pta. (urbano)	P.Pta. Ranch. (rural)	Quatã	Borã	Lutéc.	Osc.Bres.	Maracá	Cruzál.	Iepê
Panificadoras	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
Serraria	85%	15%	-	-	-	-	-	-	-
Bebidas (refrig)	60%	-	20%	10%	-	5%	-	-	-
Vulcanização	85%	5%	-	3%	1%	-	-	-	-
Carpintaria	5%	25%	-	* 7%	-	* 4%	* 38%	* 17%	-
Serralheria	95%	-	-	-	5%	-	-	-	-
Ferraria	80%	20%	-	-	-	-	-	-	-
Colchoaria	50%	-	-	10%	-	-	20%	-	20%
Fab. L adrilhos	60%	-	-	-	5%	15%	10%	10%	-

(*)- mercado consumidor rural
P.Pta - Paraguaçu Paulista
Ranch.- Rancharia
Lutéc.- Lutécia
Osc.Bres.- Oscar Bressane
Cruzál.- Cruzália

Portanto, a função industrial paraguaçuense, cujas origens remontam ao período compreendido entre os anos 20 ao final da década de 1940, foi e permanece constituída essencialmente de atividades de transformação banal, caracterizadas pelos beneficiamentos, que em boa parte complementam as fases iniciais da comercialização de produtos rurais.

O seu desenvolvimento vinculou-se a produção rural, que por ser pouco diversificada local e regionalmente define por consequência a implantação de um número pequeno de tipos de indústrias e de produtos. Em ambos os casos - produção agrícola e atividades industriais - implantam-se, não só em Paraguaçu Paulista como também na Alta Sorocabana de modo geral, atendendo as tendências da demanda, principalmente de mercado distante.

Assim, face a uma política de exportação enfatizando a participação de alguns produtos no mercado externo, ao crescimento do mercado interno - principalmente paulistano -, verifica-se a presença do café, algodão, mamona, soja, como produtos que definem a orientação e o peso das atividades industriais no secundário paraguaçuense.

Estas atividades são marcadas, tanto no passado quanto atualmente, pela predominância das indústrias alimentares de iniciativa externa, configuradas na presença da fábrica de óleos vegetais brutos da Anderson & Clayton (76,08% do valor total das vendas industriais em 1974).

Neste quadro, o café que gerou uma das mais antigas atividades industriais na cidade, permite a presença da iniciativa local. Esta, ingressa no secundário de mercado distante, coletando, beneficiando, comercializando e, indiretamente, exportando o café. Isto acontece no momento em que a área deixa de ter interesse para as grandes organizações, hoje localizadas em espaços que justificam as suas presenças.

As demais indústrias, embora numerosas, são de pouca expressão no secundário paraguaçuense, havendo maiores destaques para a torrefação de café e empacotamento do açúcar, móveis e grãfica.

O seu desenvolvimento e expansão, alcançando a Alta Sorocabana, Alta Paulista, Norte e Noroeste do Estado do Paraná e Sul do Estado de Mato Grosso, resultam das iniciativas de seus proprietários que procuram atuar e garantir um mercado com pequeno crescimento e clientela essencialmente de comerciantes varejistas, e cujos concorrentes são de níveis semelhantes, regionais ou locais. São indústrias de transformação banal, funcionando como prolongamentos da função de distribuição comercial.

AS pequenas indústrias de mercado essencialmente local, exprimem as necessidades imediatas e o nível de demanda do centro urbano paraguaçuense e da área próxima sob sua influência.

3.2.2. A Função de Distribuição de Gêneros Industriais e Agrários

A partir do momento em que se verifica o revigoração da zona rural com a presença do trigo e soja substituindo, em parte, as tradicionais atividades agropecuárias, ocupando, valorizando as terras e gerando novas rendas neste leste da Alta Sorocabana, há, como consequência, gradativa melhoria econômica que repercute nos níveis de consumo, tipos de produtos consumidos e consumidores.

Estes fatos são sentidos em Paraguaçu Paulista, onde se verifica nos últimos anos melhoria no comércio distribuidor de gêneros industriais e agrários.

O dinamismo, embora relativo, face às próprias limitações econômicas e populacionais da cidade e área próxima, pode ser verificado através da expansão das empresas voltadas ao atendimento do setor primário, da transformação de casa comercial varejista em pequeno atacadista, da instalação de supermercado de médias proporções (filial de uma rede de cinco estabelecimentos), das transformações de estabelecimentos de secos e molhados de pequeno e médio portes em mini-supermercados, da instalação de novas lojas de eletrodomésticos (uma de origem local e outra como filial de rede de 18 estabelecimentos), da ampliação e reformas de lojas de tecidos, calçados e farmácias, da transformação de casas de secos e molhados em casas de material de construção e mesmo da abertura de novas firmas neste ramo.

Esta expansão liga-se não somente às mudanças econômicas ocorridas no município e áreas próximas com a introdução do trigo e soja, mas também à sua posição nos limites extremos das zonas de influência de duas capitais regionais - Presidente Prudente e Marília -, ao desenvolvimento do sistema rodoviário dotando-o de várias rodovias asfaltadas e à presença recente de Escola Superior de Agronomia (1974).

As novas culturas trazem um dinamismo à zona rural que se reflete na cidade e nas relações existentes entre esta e o pequeno espaço sob sua influência.

Os reflexos no setor comercial se fazem tanto no atendimento à própria zona rural, procurando servi-la na demanda aos produtos que interessam ao crescimento e consumo de sua produção, quanto naqueles das necessidades básicas ou bens de consumo durável, primordialmente urbanos.

No atendimento à zona rural, os ramos distribuidores de máquinas, tratores, implementos, adubos, inseticidas, apresentam razoável expansão face ao maior grau de mecanização e emprego de insumos que as novas culturas exigem. Por outro lado, a cidade constituindo-se centro de comercialização de parcela razoável das produções rurais - basicamente aquelas citadas anteriormente - , tem outras funções dinamizadas pelo mecanismo de comercialização e equipamento industrial a elas voltados.

No caso do trigo, que pela estrutura da sua comercialização compete ao Banco do Brasil realizá-la, cabe à cidade, através de sua agência local, a absorção da produção municipal e grande parte daquela da área sob sua jurisdição. (17)

Quanto à soja, a comercialização é realizada diretamente com a indústria, no caso a Anderson & Clayton, através de sua fábrica de óleos existente na cidade que drena parcela da produção municipal e das áreas próximas. Também a Cia SAAD do Brasil age adquirindo a soja, remetendo-a para sua fábrica de óleos localizada em Birigui (SP).

Outros produtos: café, arroz, milho, mandioca, também são comercializados em Paraguaçu Paulista que conta com beneficiamentos e indústrias a eles ligados, tendo maior expressão o arroz e café, como já se viu na função industrial.

Estas atividades constituem-se em carreadoras de rendas para o centro urbano o que estimula vários comerciantes que procuram melhor atender às necessidades básicas da população e o de bens de consumo durável. Isto se verifica através da presença de novos estabelecimentos ou pela preocupação de alguns proprietários, já estabelecidos há tempos, em melhorar seus estoques, as condições de seus estabelecimentos, havendo casos de mudanças de ramo de atividades para setores em expansão, como é o caso de materiais de construção.

(17) Durante a safra 1974/75, a agência do Banco do Brasil em Paraguaçu Paulista, adquiriu 47.270 toneladas de trigo. Deste total, as maiores aquisições provieram de Cruzália (20.174 ton.), Maracá (12.029 ton.), Florínea (6.118 ton.) Paraguaçu Paulista (3.038 ton.), Rancharia (1.401 ton.) e Assis (1.399 ton.).

Entretanto, foram depositadas na CEAGESP de Paraguaçu Paulista 8.234 ton. (face à sua capacidade) e o restante nos silos e armazéns da Cooperativa Agrícola de Pedrinhas (município de Cruzália) - 21226 ton., e da Cooperativa Agrícola da Colônia Rio-Grandense (Município de Maracá) - 14.185 ton..

A posição de Paraguaçu Paulista nos limites extremos das zonas de influência de duas capitais regionais, permitiu uma influência mais acentuada sobre a área que lhe é próxima e que se constitui, também, no espaço onde Presidente Prudente e Marília atenuam suas presenças.

Entretanto, esta influência não se justifica apenas pela presença da cidade neste espaço. A existência de um equipamento ' de serviços - Posto de Sementes, Banco do Brasil, CEAGESP, Escola Superior de Agronomia - e industrial, já referido, de nível semelhante ao das capitais regionais que se encontram a pouco mais de 80 km., definiram maiores relações comerciais entre este espaço e Paraguaçu Paulista.

Perceptores destes fatos e daqueles anteriormente citados relacionados às novas culturas, comerciantes paraguaçuenses, principalmente aqueles dotados de maior iniciativa, procuram usufruir dos mesmos, melhorando seus estoques, abrindo novas lojas e não se restringindo ao atendimento interno, mas procurando estender seu raio de ação aos pequenos centros urbanos e à zona rural da área, desenvolvendo, inclusive, um pequeno comércio atacadista.

As relações entre Paraguaçu Paulista, a área sob sua influência e as capitais regionais e sub-regional (Assis), nem sempre foram fáceis em função do tipo de estradas da rede viária existente. Entretanto, através do desenvolvimento e implantação ' do plano rodoviário estadual e, no caso específico, através do PROINDE (Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento - 1972/75), o município vem sendo dotado de rodovias asfaltadas que o ligarão não só às capitais regionais e outros centros maiores ou menores na área, mas também facilitarão as relações com o espaço rural próximo.

Se de um lado a presença destas rodovias constituirá fator de desenvolvimento, por outro tornar-se-á fator de esvaziamento, uma vez que centros maiores e melhor equipados estarão mais próximos. Contudo estes fatos já são pressentidos e seus reflexos constituem fatores a mais a reforçar a preocupação em dinamizar o comércio paraguaçuense.

Completando o quadro há a Escola Superior de Agronomia. A sua presença na cidade resulta da exploração da distância das Escolas Superiores existentes na região, tipos de cursos que estas oferecem, desenvolvimento do setor agropecuário e da iniciativa tanto particular quanto administrativa local. Criada e instalada em 1974, apresentou neste ano 87% de sua clientela de procedência externa, inclusive de outros Estados brasileiros, com predominânç

cia do oeste paulista (aspectos que serão tratados na função e ducacional), constituindo-se em nova clientela; do comércio e de outras funções da cidade, embora com importância parcial, uma vez que a Escola encontra-se em fase de implantação.

Durante o ano de 1974 o setor comercial de Paraguaçu Paulista realizou um valor de vendas de aproximadamente 117 milhões de cruzeiros. Considerando-se os diferentes ramos da atividade comercial, verifica-se que o mais expressivo volta-se ao atendimento da produção agropecuária, apresentando uma participação naquele valor total de vendas de 38,53%. Seguem-lhe o comércio voltado às necessidades básicas da população rural e urbana / com 37,79% e comércio de bens de consumo durável - 21,43%. Os valores completam-se com os mais variados tipos de atividades que apresentam uma participação de apenas 2,25%. (Tabela 10).

Comércio paraguaçuense: valores totais das vendas; valores das vendas por atividade comercial; participações percentuais.
Paraguaçu Paulista - 1974

Tabela 10

Tipo de Atividade Comercial	Valores totais das vendas. (em Cr\$)	% sobre o valor total do comércio	Valores das vendas da atividade comer. (em Cr\$)	% sobre o valor total do comércio
I-Comércio voltado essencialmente ao setor primário....	45.307.776	38,53		
1. Tratores, máquinas e implementos agrícolas....			40.015.347	34,03
2. Adubos, inseticidas, produtos veterinários, etc..			5.292.429	4,50
II-Comércio voltado às necessidades básicas da população.	44.439.207	37,79		
1. Secos e Molhados.....			22.627.583	19,24
2. Açougues.....			1.408.763	1,20
3. Horti-fruti-granjeiros..			303.473	0,26
4. Vestuário.....			10.494.699	8,92
5. Farmácias.....			2.738.342	2,33
6. Material de construção (*)			6.866.347	5,84
III-Comércio de bens de consumo durável.....	25.203.088	21,43		
1. Automóveis, caminhões (**), auto-peças, auto-elétricas, acessórios.....			20.376.189	17,33
2. Móveis e eletrodomésticos.			4.826.899	4,10
IV-Outros (depósitos de bebidas, madeira, ferro-velho; vidraria; livraria e papeleria, jornais e revistas, etc....	2.652.364	2,25	2.652.364	2,13
T O T A I S.....	117.602.435	100,00	117.602.435	100,00

Fonte:- Modelos "B" para cálculos de índices do ICM

(*) Embora constitua bem de consumo durável, aqui se inclui por constituir-se necessidade básica da população - alojamento, habitação.

(**) Foram incluídos nesta atividade comercial por não ser possível dissociá-los em termos de valores (caminhões). Entretanto através de informações inferiu-se para estes, 10% do valor do item.

3.2.2.1. Origem dos Capitais

Através de informações obtidas em 35 firmas entrevistadas verificou-se que 91,5% dos capitais são de iniciativas locais, cabendo aos de origem externa 8,5%.

Destas iniciativas locais, 68,7% originam-se de imigrantes ou descendentes destes: japoneses, espanhóis, italianos, portugueses, sírios, austríacos e libaneses. Os restantes 31,3% são provenientes de paulistas, mineiros e nordestinos. (Tabela 11).

Os capitais originam-se em 25% do setor primário, 12,5% do secundário e 65,6% do terciário de comércio. (Tabela 11).

Os comerciantes oriundos do primário foram, neste setor, pequenos proprietários rurais (55,5%) ou arrendatários (44,5%), que vendendo a propriedade ou acumulando um pequeno capital como "inquilino da terra", transferem-se para a cidade e iniciam a nova atividade.

Aqueles provenientes do secundário trabalharam na fábrica de óleos vegetais (50,0%), tipografia (25,0%) ou em indústria paulistana (25,0%). Com a experiência obtida, indenização e economias, montam a atividade comercial. Do terciário de comércio a maior parcela cabe aos comerciários (53,1%), cujas atividades foram exercidas no mesmo ramo no qual hoje são proprietários, como viajantes (17,6%), empregados (41,2%) ou junto a estabelecimentos de parentes (41,2%). Experiência no ramo, empréstimos, financiamentos de estoques, pequenas economias, sucedendo o pai ou auxiliado pelo irmão, constitui o mecanismo que os leva a comerciantes. Os 9,4% que completam o grupo de capitais oriundos do terciário de comércio, e composto por pessoas que iniciam na cidade como comerciantes. Parcela destes já exerceram a atividade anteriormente, encerrando-a, com posterior retomada, utilizando para tanto, em parte, o capital obtido com a venda do estabelecimento anterior.

Origem do capital das atividades comerciais paraguaquenses segundo a nacionalidade ou descendência e as atividades anteriores de seus proprietários.
Paraguaçu Paulista - amostragem 1973/74

Tabela 11

Nacionalidade ou descendência	A T I V I D A D E A N T E R I O R									
			PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO			
							Comerciário		comerciante	
	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%
Japonesa	5	15,6	2	40,0	1	20,0	2	40,0	-	-
Espanhola	4	12,5	1	40,0	-	-	2	60,0	1	20,0
Italiana	4	12,5	1	25,0	-	-	3	75,0	-	-
Portuguesa	3	9,4	-	-	-	-	3	100,0	-	-
Síria	3	9,4	-	-	1	33,3	1	33,3	1	33,3
Austríaca	2	6,2	-	-	-	-	2	100,0	-	-
Libanesa	1	3,1	-	-	-	-	1	100,0	-	-
Paulista	4	12,5	1	25,0	1	25,0	2	50,0	-	-
Mineira	3	9,4	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-
Nordestina	3	9,4	1	33,3	-	-	1	33,3	1	33,3
T o t a i s	32	100,0	8	25,0	4	12,5	17	53,1	3	9,4

Fonte: Entrevistas, por amostragem - 1973/74

As iniciativas locais definem-se principalmente para os secos e molhados (53,0%), havendo dispersão para os demais ramos comerciais.

Assim, segundo a descendência e o ramo optado, temos o seguinte quadro:

Origem do capital - urbano ou rural - e atividade comercial ora definida, segundo a nacionalidade ou descendência de seu proprietário.-

Quadro 5

Atividade ora definida	Nacionalidade ou descendência										
	Japonesa	Espanhola	Italiana	Portuguesa	Austríaca	Síria	Libanesa	Paulista	Mineira	Nordestina	T o t a i s
Secos e molhados...	3	2	2	3	-	1	-	1	2	3	17
Tecidos.....	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Calçados.....	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	3
Farmácia.....	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Material de Construção.....	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
Automóveis e caminhões.....	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Máquinas e tratores agrícolas.....	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Produtos agropecuários.....	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Papelaria.....	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Eletrodomésticos....	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2
T o t a i s , , , , ,	5	4	4	3	2	3	1	4	3	3	32

Fonte: levantamento por amostragem - 1973/74.-

Os capitais externos estão representados pelas filiais de firmas sediadas na Alta Paulista (Pereira Alves e Cia., Pompéia - Supermercados); Alta Sorocabana (Brasimac, Presidente Prudente - Eletrodomésticos e móveis) e capital paulista (Casas Pernambucanas - tecidos).

Alguns exemplos sucintos serão dados para melhor configurar os fatos citados.

- a) I. D. e Cia. - Comércio de tratores, máquinas e implementos agrícolas. A firma I.D., constituída em 1961, tem suas origens remontando ao ano de 1951, quando o progenitor dos atuais proprietários instala na cidade pequena casa de auto-peças, tendo ao lado oficina mecânica para consertos em geral. M.D. era filho de imigrantes italianos que se fixaram em Sertãoópolis (PR) com propriedade cafeicultora. Face às relações existentes entre aquela área paranaense e Paraguaçu Paulista, transfere-se para esta última, trabalhando na concessionária Ford onde, em 1950, exercia as funções de gerente de vendas e mecânico chefe, experiência que lhe vale para o início dos negócios. Em 1958, já com a presença dos filhos, passa a ser concessionário da Vemag - Veículos e Máquinas Agrícolas S/A., distribuidora dos veículos DKW e tratores Massey Harris. Posteriormente torna-se concessionário Volkswagen, transferindo-a em 1969 e permanecendo apenas com a Massey Fergusson. Nos primeiros anos da atual década, suas vendas, essencialmente tratores e implementos agrícolas, orientam-se para a zona rural próxima abrangendo os municípios de Maracá, Cruzália, Quatã, Lutécia, Borá e Rancharia, instalando nesta última escritório de vendas. Em decorrência da expansão dos novos produtos agrícolas, a firma amplia seu raio de atuação, abrindo filial em Assis (1972) e escritório de vendas em Palmital (1974). Nesta nova fase inclui nas suas vendas as colhedadeiras e outras pequenas máquinas, que serão mencionadas adiante. Atualmente, com esta organização, distribuem estes produtos de Palmital a Rancharia, constituindo-se, em ordem de importância, no terceiro revendedor Massey Fergusson no Estado Paulista. Em 1974, a sua participação nos valores das vendas do comércio paraguaçuense correspondeu a 29,51%, independente da filial de Assis que juntamente com os escritórios de vendas de Palmital e Rancharia têm valores de vendas 20% superiores à matriz. A firma, ao lado das atividades rurais, desenvolve atividades primárias, com propriedades voltadas principalmente à pecuária criatória. Estes aspectos serão vistos quando se tratar da função de residência de proprietários rurais.
- b) Casa M. - Firma com vendas dos mais variados gêneros - armas, munições, arames, material elétrico, alumínio, ferragens, encerados, etc. - mas basicamente secos e molhados. Seu proprietário, descendente de italianos, nas

ceu em Tietê (SP) onde seus pais eram lavradores. No início da década de 1930 transferem-se para Paraguaçu Paulista, permanecendo na atividade primária, atividade esta que F. M. exerce entre 1940 e 1945. Nesta data instala-se na cidade e com suas economias e em sociedade com parente, adquire estabelecimento comercial, cujas origens remontavam aos primórdios da cidade. Permanecendo com a mesma linha de produtos - armas, munições, pequenos arados de tração animal, arames, moendas, outros utensílios de uso rural, ferragens, secos e molhados - continuam atendendo a uma clientela fortemente rural.

À partir do final da década de 1950, com acentuação do esvaziamento populacional da zona rural e crescimento da população urbana, as suas vendas passam a dirigir-se mais a esta última.

Após 1970, ante às novas perspectivas econômicas que surgem no município e áreas próximas, ao espírito de iniciativa objetivando o aumento de suas vendas e aproveitando-se da posição da cidade nos limites das zonas de influência já citadas, amplia seu raio de ação tornando-se um pequeno atacadista (1971).

Atualmente (1974), respondendo por 16,3% do valor das vendas dos secos e molhados do comércio paraguaçuense, atua em uma faixa do rio do Peixe ao Paranapanema, a partir dos centros onde a influência das capitais regionais começam a atenuar-se - Rancharia, João Ramalho, Quatã, Nantes, Iepê e Gardênia, no espaço comandado por Presidente Prudente; Borá, Lutécia, Oscar Bressane, Echaporã, Florínea, Maracá, Pedrinhas, Cruzália, no espaço marilense.

- c) Casa B. - Ramo comercial de tecidos. Seu proprietário, descendente de imigrantes austríacos e italianos, nasceu em São Fidélis (RJ), onde seus avós se fixam inicialmente com pequena propriedade policultora. Posteriormente seu pai exerce as atividades de comerciante (secos e molhados) e de trabalhador na construção de estradas de rodagem, na mesma cidade fluminense, transferindo-se para o Estado do Espírito Santo (1932) com esta última função. Em 1937 transferem-se para Martinópolis (SP) onde, como funcionário municipal, permanece na conserva de estradas, atividade que também será exercida junto à prefeitura de Quatã (SP), durante os anos de 1938 e 39.

A primeira atividade de J.E., proprietário da Casa B., verifica-se em Martinópolis e Quatã, sendo esta a mesma do pai. Entre 1940 e 1942, deixando a atividade pública municipal, torna-se trabalhador rural e posteriormente mascate, através das quais amealha o pequeno capital que origina sua primeira loja em Paraguaçu Paulista (1942). Suas instalações são bastante modestas, em prédio alugado, e com estoque variado: tecidos, chapéus, miudezas (botões, linhas e outros aviamentos para pequena costura). A partir de 1947, paralela a esta atividade instala pequena relojoaria, transferindo-a em 1951 para um parente.

Permanece modestamente até 1973, embora houvesse adquirido pequena propriedade rural e imóveis urbanos, quando diante das novas perspectivas comerciais que se apresentavam desde o início da década, com o desaparecimen

to de concorrentes (Casas Buri, Lojas Riachuelo, Casas Jaraguá), fatos estes ocorridos na década anterior como já se viu, e à sua iniciativa, deixa as pequenas instalações iniciais, já de sua propriedade, remodelando sua linha de vendas e estoque (tecidos e confecções). Em 1974 deteve 35% do comércio de tecidos e confecções da cidade, sendo apenas superado pelas Casas Pernambucanas (53%). Nesta última fase seu raio de ação ampliou-se. Além de Paraguaçu Paulista, atende: Quatã, João Ramalho, Oscar Bressane, Lutécia - tanto a zona urbana quanto a rural.

- d) Casa N.S.A. - Comércio de materiais para construção. O atual proprietário, nascido em Paraguaçu Paulista, é descendente de imigrantes austríacos, fixados inicialmente em Nuporanga (SP) como empreiteiros de lavoura de café. Posteriormente transferem-se para o município paraguaçuense onde adquirem propriedade rural dedicada à agricultura e criação. Em 1950 transferem-se para a cidade e com o capital originado da venda desta propriedade, iniciam a atividade comercial - pequeno comércio. M. S. sucede o pai nos negócios (1961) onde já auxiliava desde a sua instalação. Através de sua iniciativa constrói suas instalações, amplia o estoque e vendas, permanecendo no ramo de secos e molhados até 1972/73 quando, face à expansão da construção civil na cidade (18), substitui gradativamente seu estoque, constituindo atualmente comércio de materiais de construção, cujos valores das vendas, em 1974, representaram 35% dos valores totais das vendas do ramo comercial em Paraguaçu Paulista.
- e) Supermercados P.P. - A firma P. A. e Cia, de propriedade de imigrantes portugueses, surge na Alta Paulista - Pompéia (SP) - com a instalação de pequeno armazém de secos e molhados (1940). Alguns anos mais tarde (1948), iniciam o ramo atacadista, expandindo-se ao longo da década de 1950, tendo, no início da década seguinte, raio de ação alcançando a Alta Paulista (a partir de Marília) Noroeste (a partir de Penápolis) e Alta Sorocabana. Após o primeiro lustro da década de 1960, com o objetivo de abandonar gradativamente o setor atacadista, instala seu primeiro supermercado em Dracena (1965). Seguidamente abre as lojas 2 e 3 em Pompéia, sede da firma. Embora com as três lojas em funcionamento, permanece, em menor escala, com a atividade atacadista, cuja presença em Paraguaçu Paulista ocorre até o final de 1973, quando aí instala a loja 4 (quatro). Esta surge ao lado do objetivo primeiro já mencionado, pelo apareci-

(18) Em 1970 o número de plantas aprovadas pela prefeitura municipal foi de apenas 3 (três); em 1971 - 3 (três); em 1972 - 22 (vinte e duas); 1973 - 47 (quarenta e sete); 1974 - 68 (sessenta e oito) e 1975, até o mês de outubro, - 120 (cento e vinte).

mento na cidade de pequenos supermercados que deixam de constituir-se seus clientes, uma vez que pelas condições oriundas deste tipo de comércio (melhor preço, estoques, etc.), compram diretamente das indústrias; pelo sistema de vendas que efetuavam oferecendo prazos geralmente maiores que seus concorrentes acarretando retenção de parcela do capital de giro; pela inexistência de estabelecimento de médio porte do gênero supermercado, o que significava, conseqüentemente, pequena concorrência; pela presença de uma clientela em potencial que se abastecia nos pequenos e médios estabelecimentos supridos pela sua atividade atacadista; pela melhoria das condições econômicas do município e área próxima, refletidas na relativa expansão do comércio paraguaçuense - constituem fatos que os levam à instalação da loja na cidade. Um ano após a sua instalação (1973), os valores de suas vendas representaram 20,7% dos valores das vendas do ramo de secos e molhados do comércio paraguaçuense.

3.2.2.2. Contrôle e Gestão

Quanto ao controle e gestão do comércio, considerados os valores das vendas para 1974, observa-se que 51,35% são "mistos", 40,95% são locais e 7,70% externos (Tabela 12).

O primeiro aspecto (misto), está assim caracterizado por estar diretamente afeto às concessionárias e distribuidoras, as quais têm firmas e capitais iniciais originados localmente - já vistos pelos exemplos citados - mas cujo comércio dos produtos a serem distribuídos se faz mediante contrato e fiscalização da empresa produtora, constituindo-se o concessionário um "sócio vendedor" da mesma, onde a participação deste ocorre apenas nesta etapa final do processo industrial.

Contrôle e gestão do Comércio Paraguaçuense, segundo setores de atividades comerciais
Paraguaçu Paulista - 1974

Tabela 12

Setores de atividades comerciais	Valores absolutos das vendas do setor de atividades (em Cr\$)	X dos valores do setor de atividades	controle e gestão "misto"		controle e gestão local		controle e gestão externo	
			% em relação ao setor	% em relação ao total	% em relação ao setor	% em relação ao total	% em relação ao setor	% em relação ao total
Comércio voltado ao setor primário	45.307.776	38,53	91,66	35,31	8,34	3,22	-	-
Comércio voltado às necessidades básicas da população	44.439.207	37,38	-	-	83,03	31,37	16,97	6,41
Comércio de bens de consumo durável	25.203.088	21,43	73,44	15,74	20,52	4,40	6,04	1,29
Outros (depósitos de bebidas, madeira, ferro velho, etc..)	2.652.364	2,26	13,26	0,30	86,74	1,96	-	-
T O T A I S	117.602.435	100,00	-	51,35	-	40,95	-	7,70

Fonte: Modelos "B" das Declarações de Dados Informativos Necessários à apuração dos Índices de Participação dos municípios Paulistas no Produto da arrecadação do ICM.- P. Paulista - 1974.-

Tomados os setores de atividades e considerando-se a autonomia do comércio paraguaçuense, face ao controle e gestão, definidos na Tabela 12, temos:

- a) semi-autonomia do setor comercial voltado essencialmente ao atendimento das atividades primárias, uma vez que o controle e gestão do mesmo é predominantemente misto. Esta dominação é exercida pela concessionária de tratores, máquinas e implementos agrícolas, onde apenas uma delas, já citada, representa 88,87% dos valores das vendas do setor.
- b) Nas atividades comerciais voltadas às necessidades básicas da população, há forte autonomia, tendo-se em conta que o seu controle e gestão são essencialmente locais. Os 16,97% de controle e gestão externa definem à primeira vista, pequena dominação de fora. Entretanto este aspecto torna-se sensível e marcante ao nível de ramos comerciais. Assim, a presença externa é definida por duas firmas onde uma delas participa com mais de 50% das vendas do ramo de tecidos e confecções, enquanto que a outra obteve mais de 20% das vendas do ramo de secos e molhados.
- c) No setor de atividades comerciais voltadas aos bens de consumo durável, há a autonomia, semi-autonomia e a presença externa. Os altos valores das vendas das concessionárias da indústria automobilística (Ford, VW e Chevrolet) refletem de forma marcante a semi-autonomia do setor. A razoável autonomia é essencialmente resultado do comércio de móveis e eletrodomésticos (13,12% do setor), ramo este em que duas firmas participam com mais de 56% dos valores das vendas.
- d) No setor "outros", pela pouca expressividade da participação no comércio local, participação esta que se pulveriza nos pequenos valores e estabelecimentos em diferentes ramos de atividades, há autonomia marcante. A semi-autonomia existente é caracterizada pela presença de lojas distribuidoras de gás e depósito distribuidor de bebidas Skol e Brahma.

Portanto, a autonomia do comércio paraguaçuense está fortemente ligado às necessidades básicas da população, onde a maior

ou menor expressão é ditada pela ordem das necessidades desta. Como exemplo, pode-se citar o setor habitacional, onde a expansão da construção civil criou condições para o deslanche do comércio de materiais de construção, inclusive competindo com centros maiores próximos, o que significa maior grau de autonomia desta atividade.

A semi-autonomia caracteriza-se em setores de atividades onde o controle e gestão da produção originam-se não apenas de empresas nacionais, mas também, e principalmente, daquelas de âmbito internacional - indústrias de máquinas, tratores, implementos, insumos, veículos, etc. - cujas unidades brasileiras constituem filiais ou divisões de matriz sediadas no exterior. A presença destas no comércio paraguaçuense, tanto as de nível internacional quanto nacional, constituem apenas um estabelecimento a mais de sua grande rede distribuidora, no qual embora o capital seja local, a sua responsabilidade e interesse expressam-se na maior presença do produto no mercado, assistência permanente e segurança na distribuição, representados pelos concessionários.

O controle externo é observado em dois setores: necessidades básicas da população e comércio de bens de consumo durável - e nestes em três ramos comerciais: secos e molhados, tecidos e móveis e eletrodomésticos.

No primeiro ramo de negócios a presença externa é resultado da mudança dos objetivos da firma quanto à forma de distribuição dos produtos dentro de uma área onde já se fazia presente como atacadista. Dentro desta nova diretriz, procurando manter o mercado paraguaçuense, conseqüentemente pequena parcela da Alta Sorocabana, na esfera de seus negócios, aí instala uma de suas lojas.

No ramo de tecidos, as origens do capital externo em Paraguá Paulista remontam a 1933, data em que as Casas Pernambucanas abre na cidade uma de suas filiais. Portanto este controle externo neste ramo de negócios do comércio paraguaçuense é feito através de grande organização comercial, cujos interesses são de ordem nacional.

No setor de bens de consumo durável a presença externa é exercida através de uma das filiais de organização comercial de caráter regional, sediada em Presidente Prudente. A sua implantação em Paraguá Paulista (1968) decorre do interesse da organização, na época, em estabelecer um domínio neste ramo comercial em toda a Alta Sorocabana. A sua preocupação constitui-se em ga

nhar parcela dos mercados locais, concorrendo diretamente com as firmas do lugar e ao mesmo tempo dificultar a entrada de outras de porte semelhante ou maiores, não só em Paraguaçu Paulista, mas em toda a região.

3.2.2.3. Abastecimento do Comércio

O abastecimento do comércio paraguaçuense deversifica-se quanto aos centros fornecedores, onde São Paulo (capital) tem presença muito forte.

O comércio voltado ao setor primário abastece-se através das indústrias paulistas, do interior paulista ou de outros Estados - Paraná e Rio Grande do Sul.

Quanto às máquinas, tratores e implementos agrícolas, os quais têm na Concessionária Massey Ferguson o seu grande peso, provêm da capital paulista (70% representados pelos tratores) e do Estado do Rio Grande do Sul (25% - colhedeiros e implementos agrícolas), onde a citada indústria tem suas fábricas. Além destas há implementos agrícolas, pequenas máquinas para lavoura, preparação de rações, que são produzidas em outros centros paulistas (Matão, Pompéia) e que demandam ao comércio paraguaçuense.

Casas agropecuárias, comércio de inseticidas e adubos têm os produtos provenientes principalmente da capital paulista, do interior (calcário - Depressão Periférica Paulista, principalmente) e Norte do Paraná (Ibiporã)..

Os de secos e molhados abastecem-se, com certa ordem de importância, através de São Paulo (capital), Bauru, Marília, Ourinhos, Tupã, Pompéia.

A presença paulistana define-se pela distribuição ou atuação direta das indústrias, enquanto que os demais centros citados possuem não só os depósitos, entropostos de indústrias paulistas e de outros Estados, cujo exemplo principal é Bauru que distribui produtos SANBRA, Anderson & Clayton, Matarazzo, Nestle, etc., bem como as filiais ou sedes de firmas atacadistas (Dias Martins, J. A. Veríssimo, Pereira Alves, G. Moreira, etc..).

Este abastecimento se faz através da presença de viajantes em intervalos curtos de tempo (quinzenalmente, o mais comum), entrega razoavelmente rápida e quase que totalmente rodoviária - (90 a 95%), ao lado de oferta de prazos de pagamento, o que facilita o giro do capital, de grande importância para o pequeno e médio comerciante, predominantes em Paraguaçu Paulista.

Além do grosso dos produtos, principalmente industrializa

dos, adquiridos nas cidades e formas anteriormente citados, parcela menor é obtida em outros centros paulistas, outros Estados, na área próxima e mesmo localmente.

Quanto aos Estados destacam-se o Paraná e Mato Grosso, que constituem fonte de abastecimento direto de cereais, adquiridos pelos próprios comerciantes ou via máquinas de beneficiamento locais, ou ainda, pela presença de "mercadores ambulantes" e "marreteiros" na cidade.

A área próxima fornece farinhas (mandioca - Candido Mota), açúcar (Maracaí, Quatã), bebidas (aguardente, bebidas não alcoólicas - Assis). Localmente são obtidos parte dos cereais, farinhas (milho e mandioca), café, bebidas (aguardente e não alcoólicas).

Os produtos farmacêuticos procedem principalmente de atacadistas, dos quais há a presença marcante da Drogasil - perto de 60% do abastecimento das farmácias paraguaçuenses - através de suas filiais de Presidente Prudente (38%), Ourinhos (15%) e Marília (7%). Além desta e com pequena expressão há a Distribuidora Irmãos Queiróz, de Lins (2%). Os quase 40% restantes do abastecimento são feitos através de laboratórios com as vendas diretas por intermédio dos viajantes.

Em ambos os casos, atacadistas e laboratórios, o atendimento é feito pela presença semanal, quinzenal ou mensal dos viajantes, contudo, o mais regular, constante e com intervalos mais curtos, é oferecido pela Drogasil. As entregas são rápidas e em 95% rodoviárias.

Os tecidos provêm, em ordem de importância, da capital paulista (75%), Americana (SP) (10%), Sorocaba (5%), Campinas e Jundiaí. A presença marcante da capital paulista resulta do domínio neste setor comercial paraguaçuense das Casas Pernambucanas' (53%), que através de sua central paulista adquire produtos das mais diferentes fábricas brasileiras e os redistribui para as filiais. Completando a presença da capital paulista, a firma local - Casa Botafogo - que controla 35% do comércio de tecidos e confecções, tem 60% de seu abastecimento provenientes de indústrias daquela cidade.

As confecções provêm em grande parte do Nordeste (60% - Confecções Guararapes, Torres, Saronord), e em menor proporção de São Paulo (35%) com várias indústrias, e Santa Catarina (5% - Artex e Hering).

Exceto as Casas Pernambucanas, que efetuam transferências dos produtos de São Paulo (depósito central) para a filial para

guaçuense, as demais tem o abastecimento feito através de viajantes, principalmente das fábricas. Apenas pequena parcela de comerciantes compra diretamente das indústrias ou distribuidores / paulistanos, principalmente confecções e roupas feitas.

Neste setor verifica-se uma ligeira vantagem para o transporte rodoviário (55%) em relação ao ferroviário (45%), para entregas.

Os calçados têm proveniência bem definida: Rio Grande do Sul - 60% - e Estado de São Paulo - 40% (Franca 25%, Birigui 10% e São Paulo 5%) -. As compras são feitas essencialmente pela presença de viajantes. O transporte utilizado é 100% rodoviário para os produtos paulistas. As remessas do Rio Grande do Sul utilizam a ferrovia em 60%.

O ramo de materiais de construção tem o seu abastecimento feito essencialmente pelas indústrias ou depósitos e filiais de indústrias paulistas ou de outros Estados, localizadas na capital paulista, Presidente Prudente, Bauru, Assis e que totalizam 80% do atendimento. A pequena variação que surge no ramo, verifica-se principalmente quanto à ferragens, metais, tubos e conexões com a presença do Rio Grande do Sul (10%), Santa Catarina (5%) e Rio de Janeiro (5%).

Como nos demais ramos do comércio, a aquisição dos produtos é feita com a presença do viajante. Por outro lado, fugindo ao comum, a ferrovia responde por 90% do transporte.

Os automóveis e caminhões seguem o mecanismo nacional: as concessionárias recebem diretamente das fábricas, após pedido quanto ao número, modelos e outras especificações técnicas, os veículos a serem vendidos ou já vendidos.

Ainda neste ramo, as peças e acessórios são, na sua maioria, provenientes das fábricas fornecedoras da indústria automobilística, mas através desta última e de acordo com o pedido da concessionária. Apenas uma pequena parcela deste ramo e o ramo de auto-elétrica adquirem o seu estoque através de viajantes. Nestes ramos comerciais, o transporte utilizado é 100% rodoviário.

Os demais ramos do comércio paraguaçuense utilizam o mecanismo geral para o seu abastecimento, variando os centros segundo o produto adquirido, incluindo-se o centro local para certos ramos tais como açougues, material de construção (tijolos, madeira, etc.).

3.2.2.4. Mercado Consumidor

Através da análise das entrevistas realizadas e dos dados globais dos valores das vendas do comércio paraguaçuense obtidos pelo modelo "B" para cálculo do índice do I C M, verifica-se que a função caracteriza-se como distribuidora de produtos. Esta distribuição, como se percebe pela tabela abaixo (Tabela 13), é predominante de produtos industrializados (aproximadamente 85%), ficando os gêneros agrários fortemente minoritários (15%).

A cidade, embora apresente maior clientela, participa com aproximadamente 40% dos valores das vendas do comércio, enquanto que às zonas rurais municipal e vizinhas, cabe uma participação próxima dos 52% (Paraguaçu Paulista 19,5% e áreas vizinhas 32,7%). Aos centros urbanos vizinhos cabe um percentual de apenas 5,6% e às áreas mais distantes 2,0% (Tabela 13).

Esta presença externa do comércio paraguaçuense caracteriza, embora tenuemente, a área de dominação mais distante da função e que alcança os municípios de Quatã, Borã, Lutécia, Os car Bressane, Maracáí, Cruzália. De forma esporádica e que não caracteriza dominação, algumas atividades chegam a Rancharia e Iepê.

Área de atendimento das atividades comerciais paraguaçuenses, considerando-se o valor das vendas
Paraguaçu Paulista - 1974
(valores em Cr\$)

Tabela 13

Tipo de atividade comercial	Zona urbana de Paraguaçu Paulista		Zona rural de Paraguaçu Paulista		Zona rural próxima ao municipal		Centros urbanos próximos		Áreas mais distantes		Valores totais das vendas
	% de atendimento	Valor das vendas considerando-se o atendimento	% de atendimento	Valor das vendas considerando-se o atendimento	% de atendimento	Valor das vendas considerando-se o atendimento	% de atendimento	Valor das vendas considerando-se o atendimento	% de atendimento	Valor das vendas considerando-se o atendimento	
Tratores, máquinas e implementos agrícolas	--	--	20	8.003.069	10	32.012.278	--	----	--	----	40.015.347
Casas agropecuárias, inseticidas, adubos	10	529.243	35	1.852.350	15	793.864	--	----	40	2.116.972	5.292.429
Secos e molhados	58	13.123.998	25	5.656.896	10	2.262.758	7	1.583.931	--	----	22.267.583
Agougas	85	1.197.449	15	211.314	--	----	--	----	--	----	1.408.763
Vestuário	62	6.454.240	24	2.518.728	7	787.102	6	629.682	3	104.947	10.454.699
Farmácias	82	2.245.440	13	355.985	5	82.150	2	54.767	--	----	2.738.342
Material de construç.	63	4.325.799	19	1.304.606	2	137.327	16	1.098.615	--	----	6.866.347
Automóveis, caminhões	68	13.835.809	10	2.037.619	8	1.630.095	14	2.852.666	--	----	20.376.189
Móveis, eletrodomést.	66	3.185.753	16	772.304	11	530.959	5	241.345	2	96.538	4.826.899
Outros	83	2.254.509	7	185.665	5	132.619	3	79.751	--	----	2.652.364
Totais		47.172.240 (40,21%)		22.898.536 (19,52%)		38.369.152 (32,71%)		6.540.577 (5,58%)		2.318.457 (1,98%)	117.298.962 (100,00%)

Fontes: Levantamentos realizados em 1973/74
Modelo "B" para cálculos dos índices
do ICM - 1974

População dos municípios integrantes da comarca de Paraguaçu Paulista - 1970

	P. Paulista		Quatã		Borã		Lutécia		Jos. Bressane		Maracáí		Cruzália		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Urbana	13.858	63,3	3.235	27,9	123	9,7	1.111	27,2	1.069	25,5	3.188	36,8	476	6,4	23.600	38,8
Rural	8.034	36,7	8.346	72,1	1.147	90,3	3.306	78,8	3.130	74,5	5.468	63,2	7.002	93,6	36.433	61,2
Total	21.892	100,0	11.581	100,0	1.270	100,0	4.417	100,00	4.199	100,0	8.656	100,0	7.478	100,0	59.493	100,0

Fonte: Censo de 1970.-

Portanto, considerando-se as diferentes atividades, os valores de suas vendas e para onde se voltam, constata-se que a função comercial paraguaçuense está dirigida principalmente para o setor primário.

Tomando-se em conjunto - zona rural paraguaçuense e zona rural próxima - verifica-se que os maiores valores das vendas do comércio seguem a ordem da tabela 13 : máquinas, tratores e implementos agrícolas, secos e molhados, automóveis e caminhões,

A zona rural municipal apresenta um certo equilíbrio entre os valores das vendas do comércio voltados essencialmente ao setor primário e aqueles voltados às necessidades básicas da população, com ligeira predominância para este último. Em terceiro plano e bem distante estão os bens de consumo durável.

Na zona rural próxima e não municipal, os valores do comércio definem-se predominantemente pelo consumo de produtos destinados à produção agropecuária. Com pequena expressão, em relação a este, seguem-se os demais ramos comerciais.

Estes fatos assim se apresentam em função da distribuição espacial da população rural, da distância que se encontra o centro urbano de Paraguaçu Paulista em relação às áreas rurais, à presença de outros centros urbanos nas áreas rurais não municipais, ao equipamento comercial existente naquele e nestes centros urbanos,

A população rural municipal representa aproximadamente 22% da população da área em questão, ou seja, dos municípios de Quatã, Borá, Lutécia, Oscar Bressane, Maracá, Cruzália e Paraguaçu Paulista, e encontra-se mais próxima à cidade de Paraguaçu Paulista seja pela distância em si, seja pelas relações administrativas (sede de Comarca, Banco do Brasil, Posto de Sementes, etc.), ou pela presença das estradas que convergem do meio rural para ela. As áreas rurais próximas não municipais abrigam 78% restantes da população, havendo parcela desta que, pelas condições acima, aproxima-se do centro urbano paraguaçuense. Entretanto, o maior contingente populacional destas áreas encontra-se mais distante deste centro e mais próximo de outros existentes na área (Tabela 13)

O comércio voltado essencialmente ao atendimento do primário, tem os maiores valores das vendas nas áreas rurais vizinhas não municipais. O fato decorre da existência de maior contingente populacional nestas áreas, de maior domínio espacial de culturas que propiciam e mesmo exigem maior grau de mecanização (trigo e soja).

Reforçando a atuação desta atividade comercial, a indústria mecânica voltada para a agricultura, que no espaço em questão tem presença dominante através da Massey Ferguson do Brasil S/A, quando da distribuição dos seus setores de vendas e concessionárias, define Paraguaçu Paulista como lugar sede de um destes e dota-a com concessionária e oficina especializada. Este fato gera a ausência, no equipamento comercial dos demais pequenos centros urbanos deste espaço setorial, de agências ou revendedores de tratores, máquinas e implementos agrícolas ficando seu atendimento predominantemente a partir do núcleo paraguaçuense.

Quanto aos produtos veterinários, inseticidas, adubos, verifica-se que estes chegam à zona rural muito mais pela presença do distribuidor, representante ou viajante junto ao homem do campo, do que pela presença deste último na cidade procurando adquiri-los.

Considerando-se que não há definição de setores por parte das indústrias destes produtos, verifica-se que não há o domínio deste ramo de atividade comercial, a partir de Paraguaçu Paulista, nas áreas rurais próximas ou mais distantes, embora a sua presença seja marcante. O que há é a existência de uma área de ação mais livre, onde a atuação mais direta do comerciante ou outros prepostos deste ou da indústria, resulta numa concorrência entre Paraguaçu Paulista e os demais centros urbanos do espaço em questão, isto por que estes contam em seu equipamento comercial com casas, representantes, viajantes das diferentes fábricas de inseticidas, adubos e produtos veterinários,

Os valores do comércio voltado às necessidades básicas da população são maiores na zona rural paraguaçuense, explicados através daquela proximidade. A presença destes ramos de comércio arrefece nas áreas rurais que se distanciam, na medida em que aquelas populações contam com a presença de outros centros urbanos que lhes são mais próximos. Os ramos mais expressivos deste comércio na zona rural paraguaçuense e áreas rurais próximas são os secos e molhados, vestuário e material de construção. (Tabela 13)

O essencial do consumo urbano constitui-se nos produtos destinados às necessidades básicas da população, seguidos dos bens de consumo durável.

No atendimento à população urbana quanto às suas neces

sidades básicas observa-se, através da Tabela 13 , que as atividades comerciais mais preponderantes constituem o açougue e a farmácia. No primeiro caso, a zona rural possui condições de suprir-se em suínos, aves, de acordo com as suas necessidades, procurando a cidade para obter carne bovina, mais acentuadamente a carne seca. No segundo, o homem rural procura menos o centro urbano. Utiliza-se dos remédios "caseiros", benzimentos e quando procura a farmácia o faz em função da gravidade do mal, tendo antes passado pelo médico e, ainda neste caso, adquire apenas o indispensável da receita, ou pela confiança que tem no farmacêutico, poupando-lhe a consulta médica e indicando o necessário. Este último aspecto é mais comum para pequenos males.

Nos demais ramos o atendimento permanece urbano mas com a presença mais constante do homem rural na cidade que consome, tal qual o cidadão, os secos e molhados, vestuário e materiais de construção. Esta presença origina-se das transformações ocorridas na sua organização econômica, isto é, atualmente volta-se mais às produções de economia de mercado, reduzindo o espaço dedicado às culturas para seu consumo e o tempo de que dispunha / tanto para as culturas em si, quanto na trânsformação destas , principalmente em alimentação e vestuário. Complementando estes fatos, o espaço rural deixa de oferecer , pelas suas próprias ' condições, matérias-primas para a construção da habitação. Assim, o homem rural se vê obrigado a adquirir em proporções cada vez maiores, e quase sempre mais caros, estes produtos no comércio da cidade.

Da mesma forma, o comércio de bens de consumo durável atende em maior escala o centro urbano. A zona rural procura-o na cidade pelo fato de que esta constitui, obviamente, a redistribuidora destes produtos.

Complementando estas observações quanto ao atendimento do comércio paraguaçuense, há que se mencionar a presença, neste , dos centros urbanos mais próximos. Esta presença é mais acentuada nos ramos de materiais de construção e automóveis e caminhões. Isto ocorre porque o equipamento comercial destas cidades, todas menores que Paraguaçu, não possui casas ou agências' distribuidoras destes produtos.

Cartograma 4

PARAGUAÇU PAULISTA

ÁREA DE ATUAÇÃO DE ATIVIDADES DO COMÉRCIO (ZONAS RURAL E URBANA)

O cartograma demonstra:
— as atividades cujas produções afetam comércio em Paraguaçu Paulista; e
— a presença da atividade em produção com valores quantitativos.

3.2.3. A Função de Serviços

Os serviços estão representados na cidade por atividades que envolvem quase duas centenas de estabelecimentos e diversos profissionais liberais, cujas presenças alcançam desde uma área que extravasa pouco além dos limites da Comarca a uma simples e reduzida clientela urbana local.

Do ponto de vista numérico os destaques são para os serviços de reparação (mecânica, eletrônica, madeira, etc.), bares e restaurantes, profissionais liberais, salões de beleza e barbearias, atividades educacionais e político-administrativas que representam pouco mais de 68% dos estabelecimentos existentes na cidade, como demonstra o quadro abaixo:

A T I V I D A D E S	Quadro 6	
	ESTABELECIMENTOS	
	ABSOL.	%
Serviços de reparação (oficina mecânica, consertos de calçados, rádios, móveis, oficina auto-elétrica).....	48	23,19
Bares e restaurantes.....	40	19,32
Advogados, médicos, dentistas, engenheiros civis	24	11,59
SALões de beleza e barbearias	12	5,80
Unidades Escolares (do pré-primário ao superior).....	12	5,80
Unidades político-administrativas (municipal, estadual e federal).....	11	5,32
Hotéis e pensões	6	2,90
Escritórios	6	2,90
Construtores e projetistas construtores...	6	2,90
BANCos e Caixa Econômica Estadual.....	5	2,41
Transportes	4	1,93
Tinturarias	4	1,93
Outros (publicidade, corretor, agente de seguro, protético, fotógrafos, cinema, - carroceiros, etc..).....	29	14,00
T o t a l	207	100,00

-Fonte: Livro de registro das indústrias e profissões - Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista - 1974.-

Analisaremos aquelas funções que mais se destacam não só com a presença urbana, mas, também, de influência regional embora restrita.

3.2.3.1. A Função Bancária

Existem em Paraguaçu Paulista cinco estabelecimentos financeiros: Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo, Banco Brasileiro de Descontos, Banco Itaú e Caixa Econômica Estadual. Lembramos que o Bradesco e o Itaú, anteriormente constituíam as agências dos Bancos do Comércio e Indústria de Santa Catarina e Banco Comercial do Estado de São Paulo.

Analisando-se o movimento bancário em 1972, exceção feita à Caixa Econômica Estadual por não estar incluída na fonte consultada (19), verifica-se que do total conjunto depositado, das agências paraguaçuenses, 94% são provenientes de particulares, não tendo sido possível defini-los quanto à sua origem urbana ou rural. Entretanto, analisando-se mês a mês observa-se - que os meses correspondentes a safras, tanto no seu início quanto no final, apresentam aumento razoável dos valores em depósito, o que caracteriza de certa forma a presença de zona rural neste aspecto, mecanismo que será melhor esclarecido adiante.

Quanto aos empréstimos, do total aplicado no referido ano, 78,1% destinaram-se à produção, 8,7% ao comércio e 13,0% a atividades não especificadas, constituindo na realidade empréstimos particulares ou pessoais. (Tabela 14).

Entretanto as aplicações à produção define-se na sua grande maioria à agropecuária, fato que pode ser verificado pela observação mais atenta do movimento mês a mês ou pelos dados mais detalhados do último trimestre de 1973.

Procurando correlacionar estes empréstimos à agropecuária com depósitos, verifica-se que um aumento no primeiro corresponde a um aumento no segundo e vice-versa quando o movimento recrudescer. Quanto aos depósitos, uma vez efetuado o financiamento, não há aplicação imediata de todo o montante, permanecendo parcela que figura como depósito do público.

(19) - Movimento Bancário - Divisão de Estatística Econômicas
Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1972 e último trimestre de 1973.

MOVIMENTO BANCÁRIO - PARAGUAÇU PAULISTA - 1972

Estabelecimentos com informações - 4

(Valores em Cr\$)

Tabela - 14

1972	C A I X A	D E P Ô S I T O S		E M P R Ê S T I M O S			
		do público	de entidades públicas	à produção	ao comércio	à atividades não especif.	à entidades públicas.
janeiro	327.799	6.315.863	456.769	21.326.773	1.484.622	2.972.807	
fevereiro	418.409	6.787.341	489.900	21.154.091	1.373.028	3.063.992	
março	369.232	6.754.285	601.948	22.708.392	1.593.111	3.006.813	120.000
abril	468.621	8.000.805	511.542	24.463.459	1.508.935	3.036.555	160.000
maio	475.966	8.785.013	637.197	26.209.586	3.035.144	3.035.111	130.000
junho	494.828	5.743.727	402.640	6.537.584	2.376.813	3.420.490	100.000
julho	440.031	7.609.693	503.758	27.539.045	3.376.330	3.308.896	70.000
agosto	593.009	5.372.934	249.104	2.930.133	1.204.230	3.348.761	40.000
setembro	431.098	5.227.860	232.557	6.150.500	3.280.419	1.259.197	10.000
outubro	643.173	9.725.599	396.894	29.884.344	1.669.418	4.205.326	-
novembro	539.407	9.685.973	504.080	33.058.835	2.142.123	4.177.482	-
dezembro	224.462	6.366.351	232.130	6.548.395	1.579.630	3.230.535	-
TOTAL	5.426.035	86.375.444	5.218.513	228.511.407	25.367.803	38.065.965	630.000
		94,3%	5,7%	78,1%	8,7%	13,0%	0,2%

1973	D E P Ô S I T O S			E M P R Ê S T I M O S			
	do público	de entidades públicas	AGROPECUÁRIA	P R O D U Ç Ã O		Comércio	atividades não especif.
				INDÚSTRIA	COOPERATIVAS		
outubro	21.628.199	738.033	40.204.250	2.165.619	1.156.964	1.631.881	3.921.935
novembro	18.199.744	487.138	43.704.591	1.072.486	1.162.602	1.784.915	5.295.839
dezembro	16.257.069	319.968	47.468.352	1.046.088	1.244.754	1.891.594	5.337.605
TOTAL			131.877.193	4.285.093	3.564.320	5.308.390	14.555.379
			82,5%			5,3%	9,1%

FONTE: Movimento Bancário - Divisão de Estatística Econômica - SEPLAM - 1972 e último semestre de 73.

Os empréstimos ao comércio apresentam certa vinculação ao movimento de safra e de certa forma, aos empréstimos à produção. O maior volume de empréstimos ao comércio ocorre nos finais e início das safras e, ao que tudo indica, ligado à renovação de estoques ou à venda de produtos que o comércio oferece através de financiamentos.

Os empréstimos a atividades não especificadas mantêm volume mais ou menos constante durante o ano.

Portanto, destas análises infere-se que a função bancária de Paraguaçu Paulista volta-se substancialmente para a zona rural definindo um pequeno equipamento, onde o maior peso e atuação se fazem sentir pelas agências de bancos oficiais de crédito, um dos quais tem jurisdição de âmbito da Comarca e com consideráveis aplicações, embora não tenha sido possível medi-las, pode-se dizer que esta constitui uma das funções que amplia a zona de influência do centro urbano pela atração que exerce sobre as populações vizinhas.

3.2.3.2. A Função Educacional

No campo educacional, a cidade contava, no final de 1974, com 12 estabelecimentos de ensino: três de pré-primário (dois mantidos pela Prefeitura Municipal e um particular); dois grupos escolares oficiais, com cursos de pré-primário e primeiro grau da primeira à quarta série; Escola do SESI com curso de primeiro grau; dois ginásios estaduais com cursos de primeiro grau da 5ª à 8ª série; três colégios, sendo um deles com curso de pré-primário, primeiro grau e segundo grau com áreas profissionalizantes, em artes industriais e formação de professores primários; um colégio técnico agrícola estadual com curso de monitor agrícola (1º Grau) e Técnico Agrícola (2º Grau); um colégio técnico comercial (particular) com curso de técnico de comércio (2º Grau) e, completando o quadro, a Escola Superior de Agronomia. Neste conjunto verifica-se, portanto, a predominância do ensino oficial estadual e em segundo plano o ensino particular, onde a Fundação Gammon de Ensino, pioneira na atividade na cidade, mantém a Escola Superior de Agronomia e o Colégio Técnico Comercial.

A função cujas origens remontam a 1921, quando funciona a primeira classe de ensino primário, desenvolve-se durante o período de 1940 a 1960, com a instalação dos grupos escolares, ginásio pertencente à rede oficial e o ginásio e colégio comercial frutos da iniciativa particular, fatos já vistos anteriormente.

Este quadro permanece até o final da década de 1960, tendo-se a crescentado apenas as escolas de pré-primário e cursos tais como o "clássico" e o "científico" no estabelecimento oficial. A função que se desenvolvera, exercendo razoável influência na Alta Sorocabana e Sul do Estado de Mato Grosso, encerra a década com atuação quase que exclusivamente voltada ao centro urmano de Paraguaçu Paulista.

Após 1970, com a criação e instalação de mais três unidades da rede - dois ginásios e o colégio técnico agrícola - ao lado das condições oferecidas pela prefeitura para transporte - de alunos da zona rural e a criação, instalação e funcionamento da Escola Superior de Agronomia, a função volta-se ao atendimento extra-urbano, não se limitando aos municípios próximos, mas alcançando o Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso e grande número de cidades paulistas, principalmente na Alta Sorocabana e Alta Paulista.

Em 1974, tomando-se as três escolas expressivas da cidade - Colégio Estadual e Escola Normal "Diva Figueiredo da Silveira", Colégio Técnico Agrícola "Antonio Tortorelo Araujo" e Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista - verificou-se que a primeira, embora com cursos voltados principalmente ao centro urbano, possuía 8,5% dos alunos de primeiro e segundo - graus provenientes da zona rural municipal. O Colégio Técnico Agrícola "Antonio Tortolero Araujo", inversamente, apresentava uma clientela com apenas 5% provenientes da cidade, 15% da zona rural municipal e 80% dos estados vizinhos: Paraná (50%) e Mato Grosso (30%).

A presença desta clientela extramunicipal e extra-regional no Colégio Técnico Agrícola, explica-se principalmente pela insuficiência deste tipo de ensino naqueles Estados e pela proximidade de Paraguaçu Paulista às áreas de maior proveniência Norte e Noroeste do Paraná e Sul de Mato Grosso. Deve-se lembrar que estes fatos se repetem para outros colégios agrícolas da Alta Sorocabana. (20)

(20) Kunzli, Ruth "Colégio Técnico Agrícola de Presidente Prudente como fator de mudança de uma área rural" - Trabalho de Mestrado em andamento - F.F.L.C.H. da USP. Tabulação realizada para os alunos do 3º ano do C.T.A. de Pres.Prudente apresentou, em 1975, a seguinte proveniência espacial: Estado de São Paulo 66%; Paraná 21%; Região Centro Oeste 11%; e Estado do Rio de Janeiro 2%.

Quanto à Escola Superior de Agronomia, dos 120 alunos frequentando o estabelecimento em 1974 (primeiro ano de funcionamento), 13,33% eram provenientes do município paraguaçuense (apenas dois alunos (1,66%) eram provenientes da zona rural); 33,33% da Média e Alta Sorocabana (de Candido Mota a Presidente Epitácio, com maiores destaques para Assis e Maracá); 25,84% da Alta Paulista (com maior presença para Marília e Adamantina); 17,5% das demais regiões do Estado de São Paulo e 10% do Estado do Paraná (8,33% do Norte do Estado). (Cartograma 5)

A presença da escola e desta clientela explica-se pelo fato de que a maior parte das escolas superiores deste espaço do oeste paulista encontram-se nas capitais regionais ou sub-regionais, com cursos que na sua maioria se sobrepõem e com mercado de trabalho em saturação, excetuando-se a presença de escola de medicina existente em Marília. Procurando explorar estes aspectos, as iniciativas particular e administrativa locais definiram-se pela agronomia, opção que se ajustava ao desenvolvimento rural em processo na área e como uma oportunidade profissional de melhores perspectivas em relação às aquelas oferecidas pela estrutura educacional da região e apenas existente em quatro outros centros paulistas, sendo a mais próxima, no oeste do Estado Bandeirante, instalada em Botucatu.

3.2.3.3. A Função Médico-Hospitalar

O equipamento médico-hospitalar de Paraguaçu Paulista conta com o Hospital de Caridade, Centro de Saúde (Unidade Polivalente) seis médicos e sete dentistas (1974).

O Hospital de Caridade é um hospital geral cujo funcionamento é dividido em maternidade, clínica médico-cirúrgica e ambulatório. A maternidade conta com 22 leitos e berçário com 22 berços e duas incubadoras. No setor de clínica médico-cirúrgica, há 114 leitos (20 para pediatria), dos quais 38 são lucrativos, raios X, equipamento de ortopedia, centro cirúrgico e farmácia. O ambulatório constitui o setor do hospital para atendimentos rápidos, curativos e pequenas cirurgias.

O Centro de Saúde, Unidade Polivalente, tem funcionamento dividido em clínica geral - atendimento de consultas, exames médicos exigidos pelos diferentes órgãos para habilitação profissional -, pré-natal, pediatria, serviço de puericultura voltado à orientação alimentar, profilaxia do latente, e serviço de profilaxia e prevenção cuja atividade principal constitui a vacina

ção.

O corpo médico é constituído por cinco médicos de clínica geral e um pediatra. Os dentistas não apresentam especialização, dos quais apenas dois possuem serviço de raios X.

Considerando-se apenas o município, verifica-se que a relação leito/habitante apresenta-se dentro dos padrões desejáveis estabelecidos - 4 a 5 leitos gerais por 1.000 habitantes -, para um atendimento no limite mínimo exigido ou procurado, tendo-se em conta que a maternidade retira 22 leitos do total do hospital, restando apenas 92 para uma população aproximada de 23.000 habitantes.

Com relação aos médicos e dentistas, estes padrões estão muito aquém do desejável, considerando-se que a média ideal definida e aceita é a de um (1) médico e um (1) dentista por 1.000 habitantes. (Organização Mundial da Saúde).

Entretanto, estes aspectos agravam-se mais ainda pela demanda por parte dos municípios vizinhos, o que amplia consideravelmente a população a ser atendida, sobrecarregando bastante o setor médico-hospitalar.

Em 1973, o hospital apresentou um total de 4.512 pacientes internados. Deste total, 81,56% procederam do município sendo 66,09% da zona urbana e 15,47% da zona rural; os restantes 18,44% procederam quase que na sua totalidade da Alta Sorocabana essencialmente dos municípios vizinhos, como pode ser visto pelo quadro que segue:

PROVENIÊNCIA ESPACIAL DOS PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL DE CARIDADE DE PARAGUAÇU PAULISTA - 1973.-

Quadro 7

	indigentes	Pensionistas	Institutos	Total	%
Paraguaçu Pta. (urb).	1.568	458	956	2.982	66,09
Paraguaçu Pta. (rur).	139	54	505	698	15,47
Quatã.....	146	20	75	241	5,34
Lutécia.....	103	39	84	226	5,00
Borã.....	75	22	60	157	3,48
Rancharia.....	20	30	--	50	1,11
Iepê.....	15	17	7	39	0,86
Maracá.....	23	15	5	43	0,96
Oscar Bressane.....	4	11	2	17	0,38
Cruzália.....	--	7	3	10	0,22
João Ramalho.....	2	3	1	6	0,13
Outras da Alta Sorocabana.....	2	5	4	11	0,24
Outras do Estado de São Paulo.....	2	4	14	20	0,44
De outros Estados: Paraná, Mato Grosso, Goiás	6	6	--	12	0,27
T o t a l	2.105	691	1.716	4.512	100,00

Fonte: Hospital de Caridade de Paraguaçu Paulista. Relatório do ano de 1973.

Por outro lado, deve-se ter em conta que pelo fato do corpo médico não apresentar maiores especializações, parcela da população desloca-se para outros centros de maior importância no setor, tais como Assis, Presidente Prudente, Marília, principalmente para os casos de otorrinolaringologia, oftalmologia, pediatria, neurologia e psiquiatria. Os casos que necessitam maiores cuidados e especialização são encaminhados para São Paulo, capital, havendo atualmente tendência em procurar-se Marília, pela presença de Escola de Medicina naquela cidade.

Quanto ao atendimento dentário, este volta-se essencialmente à cidade, havendo através da Secretaria da Promoção Social unidade móvel que atende à zona rural. Neste setor, embora haja gabinetes dentários nos grupos escolares, o funcionamento dos mesmos está restrito ao Grupo Escolar "Coronel Antonio Nogueira" e ao Curso Primário anexo ao Colégio e Escola Normal Estadual "Diva Figueiredo da Silveira", pela falta de dentistas, por questões administrativas ao nível do Estado.

3.2.3.4. A Função Político-Administrativa

Esta função configura-se em Paraguaçu Paulista, através dos poderes executivo e legislativo municipal; poder judiciário com sede de Comarca abrangendo os municípios do Borá, Lutécia, Oscar Bressane, Maracá, Cruzália e Paraguaçu Paulista; agência postal rádio-telegráfica da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que atua coletando e expedindo correspondência e impressos dos municípios de Oscar Bressane, Lutécia e Borá, sendo este último subordinado diretamente a Paraguaçu, uma vez que aí existe apenas o Posto do Correio, enquanto que nos dois outros há a presença de Agência do Correio; 18ª Delegacia do Serviço Militar que coordena e supervisiona as Juntas Militares de Paraguaçu Paulista, Rancharia, João Ramalho, Quatã, Borá, Lutécia, Oscar Bressane e Iepê, constituindo-se ao mesmo tempo, no escalão intermediário entre estas e a 6ª Circunscrição do Serviço Militar do Estado de São Paulo, com sede em Bauru. Efetua serviços de seleção, orientação, divulgação e expedição de documentos afetos à atividade militar neste espaço sob sua jurisdição. Entretanto, quanto à prestação do Serviço Militar, este restringe-se ao município de Paraguaçu Paulista pelo fato de que apenas existe o Tiro de Guerra; Agência de coleta de dados do I.B.G.E., com jurisdição sobre Borá, Lutécia e Oscar Bressane. (Cartograma 6)

Além destes serviços, complementando as atividades do terciário de comércio e do secundário paraguaçuense, voltados ao atendimento ou vinculados diretamente ao setor primário, há o Posto de Sementes. Embora já o tenhamos visto rapidamente na evolução das funções, o retomaremos face à sua área de atuação contemporânea e à importância que apresenta no movimento econômico do município.

Com jurisdição bastante ampla (29 municípios) que pode ser melhor depreendida pelo cartograma 3, tem como objetivo principal a preparação e distribuição de sementes. A fase inicial, dos serviços desta atividade do quadro da Secretaria da Agricultura, do Estado de São Paulo, constitui o Plano de Produção de Sementes, que é organizado a partir de levantamento elaborado com um ano de antecedência, através de consulta das intenções de plantio dos agricultores em cada município da área em questão. Uma vez definidos estes fatos, há a programação de produção, fase em que são selecionados agricultores nos diversos municípios que através de contratos (campos de cooperação) fornecem as sementes ao posto. Estas são certificadas quanto ao índice de germinação, preparadas para a venda que é feita pelos postos de vendas em cada Casa da Agricultura existentes neste espaço, que as recebem em consignação. Além desta função, cabe ao Posto de Sementes, através de uma equipe de agrônomos, toda orientação técnica desde o momento da preparação à venda da semente, bem como a certificação daquelas produzidas e comercializadas por particulares na área sob sua jurisdição.

No ano de 1974, o Posto de Sementes de Paraguaçu Paulista realizou um total de vendas de Cr\$ 22.894.315,00, o que significou 14,3% em relação ao valor das vendas da indústria e 19,47% em relação ao valor das vendas do comércio.

Completando o quadro da função político-administrativa, há todo o equipamento administrativo estadual de presença apenas municipal: Segurança Pública, Cartórios, Órgãos Fazendários e outros.

3.2.3.5. A Função dos Transportes

Neste setor de serviços, o destaque advém pela presença de transportadora de cargas, de médio porte, equipamento que na maioria das vezes é encontrado apenas em cidades ao nível de capital regional ou sub-regional.

A empresa pertence a uma organização com diversas ativi

Cartograma 6

PARAGUAÇU PAULISTA

ÁREAS DE ATUAÇÃO DE ATIVIDADES DOS SERVIÇOS

fonte: Levantamentos diretos realizados em 1973/74

Elabor. B. Spolito

Cartograma 7

ÁREA DE JURISDIÇÃO DO POSTO DE SEMENTES
DE PARAGUAÇU PAULISTA

1974

Eliseu S. Sposito

dades: propriedades rurais voltadas à criação de bovinos ou a agricultura, benefício de arroz e café, comércio de cereais e posto de gasolina. A sua origem resulta de um prolongamento das primeiras atividades da organização: aquisição de dois ou três caminhões para o transporte ou de cereais por ela comercializados ou de cereais matéria-prima para sua indústria de beneficiamento. Nos dois casos o transporte aparece em três momentos: coleta, destinação para o beneficiamento ou estocagem e distribuição da matéria-prima ou produto para o consumo.

Definida em 1971, já em 1974 a transportadora contava com 30 caminhões de média tonelagem (em média 15 toneladas) executando apenas o transporte de carga seca orientado para e a partir da capital paulista como frete de retorno.

Para São Paulo as cargas procedem em 60% da Alta Sorocabana: 45% de Paraguaçu Paulista (farelo de soja a granel e outros produtos agrícolas beneficiados ou não), 10% de Rancharia e Quatã (algodão beneficiado, farelo de soja, fios de algodão), e 5% dos demais municípios existentes entre Assis e Presidente Epitácio, com os mais variados tipos de cargas. Os restantes 40% das cargas são fornecidos pelo Norte do Estado do Paraná: Londrina (algodão beneficiado e farelo de soja), Apucarana e Maringá (algodão beneficiado e cereais, principalmente milho e feijão).

A partir da metrópole paulista para o interior há um movimento de 80% das cargas transportadas, enquanto que os demais 20% são fornecidos essencialmente pelas cidades localizadas na Depressão Periférica Paulista. Deste movimento de transporte em direção ao Oeste, 50% das cargas destinam-se à Média e Alta Sorocabana, de Piraju a Presidente Epitácio: 30% representados pelas farinhas do Moinho Santista, 7% pelos adubos - estes distribuídos entre Palmital e as áreas de Iepê e Paraguaçu Paulista -, 6% pelo calcário proveniente de Piracicaba, Itapeva, Itapetininga, destinados principalmente a Paraguaçu Paulista e municípios vizinhos; 7% pelo cimento que é descarregado em Presidente Prudente (3%), Paraguaçu Paulista (2%), Presidente Venceslau e Presidente Epitácio (2%). A segunda metade das cargas destina-se - ao Norte do Estado do Paraná e ao Sul do Estado de Mato Grosso: 30% representados pelas farinhas do Moinho Santista distribuídas de Cornélio Procopio a Umuarama, 10% pelos adubos remetidos para a área entre Cambé e Campo Mourão. Para Mato Grosso - 10% das cargas - segue o calcário que é entregue em Campo Grande e áreas próximas em um raio de 200 a 250 km.

Entretanto, os transportes em escala inter-regional são realizados: entre a Alta Sorocabana, Norte do Paraná e Sul de Mato Grosso. Nestes casos transporta-se produtos rurais - trigo soja, arroz, café - destinados ao benefício próprio, à fábrica de óleos vegetais existentes na cidade e aos depósitos da CEAGESP.

3.2.4. A Função de Residência de Proprietários e Assalariados Rurais

Já se verificou anteriormente que Paraguaçu Paulista constitui um centro de coleta, beneficiamento e comercialização de produtos rurais e distribuidor de gêneros e serviços. A estas funções acrescenta-se a de residência de proprietários e assalariados rurais, função esta que resultará no carreamento para o centro urbano de considerável parcela da renda fundiária gerada pelas atividades rurais, face à fixação na cidade do homem cujas atividades constituem aquelas vinculadas diretamente, em parte ou totalmente, ao setor primário.

3.2.4.1. Os proprietários rurais

Através dos levantamentos realizados por Teixeira (21), verificou-se que o município possuía 928 propriedades que somavam 101.767,9 Ha (Recadastramento do INCRA - 1972), com as seguintes características fundiárias: 705 entre 0 e menos de 100 Hectares abrangendo 25.136,6 Ha; 196 entre 100 e menos de 500 Ha abrangendo 26.256,1 Ha e apenas 29 acima de 500 Ha com o total de 24.449,8 Ha. (Tabela 13)

Das 928 propriedades cadastradas, 541 delas (58,29%) possuíam proprietários ausentistas. Este ausentismo caracteriza-se principalmente pela residência em Paraguaçu Paulista de proprietários de 327 delas (60,44%). Em outros municípios paulistas residem os detentores de 100 outras (18,48%): Assis, 36; São Paulo 16; Quatã 10 e Maracá 8, são as de maior presença (22). As 114 restantes (21,08% têm declarações indicando ausentismo de seus proprietários, não nos sendo possível definir os locais de residências, pela falta de informações mais concretas.

Das 327 propriedades rurais pertencentes aos residentes na cidade paraguaçuense, há forte presença daquelas consideradas pequenas - menos de 100 Ha -, que somam 68,60%, seguida das me-

(21) - Teixeira, Márcio Antonio - "Organização do Espaço Rural no Município de Paraguaçu Paulista". Trabalho de Mestrado em andamento, F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo.

(22) - Além destas figuram: Cruzália 5, Presidente Prudente 3, Ourinhos 3, Tupã 2, João Ramalho 2, Rancharia 2, Regente Feijó, Capivari, Bastos, Botucatu, Piracicaba, Osvaldo - Cruz com 1 cada e Cambará (PR) com 4.

dias - 100 a menos de 500 Ha -, com 26,30%, restando às grandes - mais de 500 Ha -, a participação de apenas 4,90% naquele total(23). Em relação ao total de propriedades do município (928) esta característica e ordem permanecem. Entretanto, quando se considera classes de propriedades, verifica-se uma ordem inversa de participação, ou seja, as pequenas propriedades dos absentistas paraguaçuenses são em menor número, cabendo às grandes a maior participação. (Tabela 15)

Em termos de dominação fundiária, verifica-se a marcante presença da cidade na zona rural do município. Através das 327 propriedades (35,24% das 928), nota-se um controle de 41.508,5Ha o que significa 40,79% da área total das propriedades rurais do município. Desta considerável área rural sob dominação urbana, as pequenas propriedades detêm 18,14%, as médias 42,65% e as grandes 39,12%, tendência que se mantém quando consideradas as classes de propriedades e a área total das propriedades no município. (Tabela 15)

Constituem, do ponto de vista das atividades rurais, propriedades com forte orientação para a pecuária: dos 41.508,5 Ha, 72,75% são dedicados às pastagens, com 17.157 cabeças de gado bovino, significando 45,15% das pastagens e 45,27% do rebanho municipal. A distribuição de domínio das pastagens é semelhante ao da dominação fundiária: as pequenas propriedades somam 17,35% da área com pastos, as médias 38,67% e as grandes 43,98%, ordem que permanece, embora com menores índices, quando vista em relação às áreas de pastagens das classes de propriedades e área total de pastagens do município. Entretanto, quanto ao rebanho bovino de tido pela cidade, tem-se forte presença das médias propriedades que são possuidoras de 50,39% deste, seguidas das grandes (com 28,80%) e pequenas (20,39%), fatos que se repetem de forma semelhante tanto em relação ao rebanho de cada classe no município, quanto ao total. (Tabela 15)

Considerando-se proprietários e propriedades, verifica-se que há uma concentração fundiária. As 327 propriedades são detidas por 243 proprietários, acentuando a presença de médios e grandes. Da área total dominada pela cidade, os pequenos proprietários somam 158 detendo 13,85% do espaço, os médios são em número de 70 com 31,70% e os grandes apenas 15, mas controlando 54,45% daquela área.

Ainda dentro desta linha de análises, há que se conside

(23) - As considerações de pequena, média e grande propriedade, obedecerá critério apenas de área e segundo o consenso local, podendo este, entretanto, variar para pouco mais ou pouco menos dos limites por nós estabelecidos.

Propriedades rurais com proprietários absenteístas residentes em Paraguaçu Paulista
 Área total, área das pastagens e rebanho bovino
 Paraguaçu Paulista - 1972

Tabela 15

CLASSES (em HA)	M U N I C Í P I O				PROPRIEDADES COM PROPRIETÁRIOS RESIDENTES NA CIDADE DE PARAGUAÇU PAULISTA															
	número de pro- prieda- des.-	Área to- tal das proprie- dades	Área to- tal das pasta- gens.-	Rebanho Bovino	PROPRIEDADES				ÁREA DAS PROPRIEDADES				ÁREA DAS PASTAGENS				REBANHO BOVINO			
					Nº de pro- priedades dominada pela cida- de.-	1 sobre o total da classe do município	1 em rela- ção ao to- tal domi- nado pela cidade.-	1 em rela- ção ao to- tal do mu- nicipio.-	Área domi- nada pela cidade.-	1 sobre o total da área da classe no município	1 sobre o total da área domi- nada pela cidade.-	1 em rela- ção à área total do município	Área de pastagens dominada pela cida- de.-	1 sobre o tot. da área das pastag. da classe no Munic.	1 sobre o tot. da área das pastag. domin. po- la cidade	1 em rela- ção à área total das pastagens do munic.	Rebanho bovino do município	1 sobre o total de bovinos da classe no Munic.	1 sobre o rebanho bovino do município	1 em rela- ção ao re- banho bo- vino do mu- nicipio.-
0 — 100	705	25.136,6	16.176,8	11.601	225	31,91	68,80	24,25	7.529,4	29,95	18,14	7,40	5.238,8	32,38	17,35	7,83	3.498	30,15	20,39	9,23
100 — 500	194	39.233,3	26.256,1	17.475	86	44,33	26,30	9,27	17.703,4	45,12	42,65	17,40	11.676,7	44,47	38,67	17,46	8.718	49,89	50,81	23,00
• DE 500	29	37.398,0	24.449,8	8.821	16	55,17	4,90	1,72	16.275,7	43,52	39,21	15,99	13.281,2	54,32	43,98	19,86	4.941	56,01	23,80	13,04
T O T A L	928	101.767,9	66.882,7	37.897	327	32,24	100,00	32,24	41.508,5	40,79	100,00	40,79	30.196,7	45,15	100,00	45,15	17.157	45,27	100,00	45,27

Fonte: Márcio Antonio Teixeira - "Organização do Espaço
 Rural no Município de Paraguaçu Paulista" (inédito)
 Recadastramento do INCRA - 1972.

rar a presença do proprietário rural na cidade segundo sua origem, sendo esta de duas ordens: proprietários rurais que transferem sua residência para a cidade ou cidadãos com atividades urbanas que adquirem propriedades rurais e permanecem com a atividade urbana.

Os proprietários de origem rural residentes na cidade são mais numerosos e detentores de maiores áreas tanto no conjunto das pequenas propriedades quanto das médias, cabendo aos proprietários de origem urbana maior dominação fundiária através das grandes propriedades, embora sejam inferiores quanto ao número em relação aos de origem rural como demonstra a Tabela 16.

Área dominada, considerando-se classes de propriedade, pelos proprietários rurais residentes no centro urbano paraguaçuense, segundo sua origem na cidade - rural ou urbana. Tabela 16
Paraguaçu Paulista - 1972

Classes de propriedades	Origem dos proprietários						Área dominada					
	urbana		rural		total		urbana		rural		total	
	Abs	% sobre o total	abs.	% sobre o total	abs.	% sobre tot. geral	absoluta (Ha)	% sobre o total	absoluta (Ha)	% sobre o total	absoluta (Ha)	% sobre tot. geral
0 a 100 Ha	36	22,78	122	77,22	158	65,02	1.627,1	28,31	4.120,9	71,69	5.748,0	13,85
101 a 500 Ha	25	35,71	45	64,29	70	28,81	4.691,0	35,65	8.466,7	64,35	13.157,7	31,70
+ de 500 Ha	6	40,0	9	60,00	15	6,17	16.090,5	71,19	6.512,3	28,81	22.602,8	54,45
Total Geral	67	27,57	176	72,43	243	100,00	22.408,6	53,98	19.099,9	46,02	41.508,5	100,00

Fonte: Teixeira, Marcio Antonio - "Geografia Agrária do Município de Paraguaçu Paulista - inédito

Com relação aos proprietários de origem urbana, verificou-se que estes são na sua grande maioria comerciantes, dominando tanto propriedades quanto área: representam 52,23% dos 67 proprietários e dominam 78,34% dos 22.408,8 Ha. O setor de serviços apresenta 26,87% destes proprietários controlando 11,87% da área, sendo que destes 11,90% são profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados e engenheiros) cuja área total de suas propriedades representam 5,95%. Aqueles ligados às ativades industriais - 11,90% -, dominam 9,78% da área nas mãos de proprietários de origem citadina e somam 20,90% destes.

Além destes fatos, analisou-se o comportamento das 100 propriedades pertencentes àqueles que residem em outras cidades paulistas e paranaenses. Estas dominam 29.877,9 Ha do município, representando 29,36% de sua área rural. As maiores dominações provêm de Assis (9,62%), São Paulo (7,91%), Ourinhos (1.61%) e Quatã (1,23%). Por outro lado, Paraguaçu Paulista controla 64 propriedades em outros municípios paulistas, somando a área total destas 8.459,2 Ha. Estes municípios localizam-se essencialmente na Alta Sorocabana. As maiores dominações paraguaçuenses estão no município de Quatã (2.767,1 Ha ou 4,97% da área rural deste município), Iepê (1.990,2 Ha ou 2,65% da sua área rural) e

Maracaí (1,551,2 Ha ou 3,16% da área rural municipal) (24)

A presença do homem rural residindo no centro urbano paraguaçuense data dos primeiros anos de existência do núcleo, onde a figura do fazendeiro de café, do criador de suínos, em alguns casos, confundia-se com a do beneficiador e comerciante, aspectos que permencem até o final da década de 1940. A partir deste período começa a acentuar-se o processo de transferência do rural para a cidade, na medida em que se assinala o desenvolvimento das pastagens ao lado do retraimento das culturas algodoeira e cafeeira.

A atividade pecuária que tivera sua expansão iniciada nos meados da década anterior, desenvolve-se - por ser uma atividade pouco exigente em solos e mão-de-obra - com lucros elevados e seguros e atendendo os estímulos de um mercado consumidor que se ampliava e diversificava através do desenvolvimento da urbanização. Reforçando estes fatos, as atividades algodoeira e cafeeira apresentavam exigências opostas às da pecuária quanto aos solos e mão-de-obra, ao lado de resultados econômicos que oscilavam entre anos de bons lucros e outros de grandes prejuízos.

Estes aspectos tem como consequência a diminuição da população rural, o desenvolvimento relativamente rápido das pastagens e rebanhos bovinos das médias e grandes propriedades. Esta evolução resultou no fortalecimento e concentração de capitais nas mãos de seus proprietários e o enfraquecimento das pequenas propriedades, gerado pelas crises das lavouras que aliadas ao pequeno espaço que possuíam, constituíram entraves à adaptação destas à atividade pecuária.

Na medida em que médios e grandes proprietários definem as áreas de suas propriedades, caracterizando um processo de concentração fundiária, seja pela compra de pequenas e mesmo de médias propriedades, seja por heranças, aspectos que se acentuam durante a década de 60, parte destes transferem-se para a cidade. Esta transferência é mais comum entre médios proprietários, uma vez que parte representativa das grandes propriedades estão vinculadas aos capitais e investimentos de origem urbana.

A fixação do proprietário na cidade verifica-se no momento em que as propriedades estejam organizadas, são de fácil administração (geralmente complementada por capataz ou parente) e

(24) - As informações aqui utilizadas foram extraídas do trabalho "Relações entre a estrutura fundiária e a rede urbana na Alta Sorocabana" - Maria Massae Hangai e Walter Pfanemuller - FAPESP e F.F.C.L. de Presidente Prudente - 1971.- Além dos municípios citados, Paraguaçu Paulista exerce presença nos seguintes (serão apresentadas as áreas e percentagens que estas representam da área rural destes municípios): Rancharia - 1.286,1 Ha ou 0,98%; João Ramalho - 554,1 Ha ou 2,17%; Cruzália - 209,8 Ha ou 0,84% e Martinópolis - 100,7 Ha ou 0,11%.-

por estarem fortemente orientadas para a pecuária. Ao lado disto outros estímulos surgem, impelindo o homem rural a fixar-se na cidade: facilidades de movimentos e relações entre a propriedade e a cidade, criadas pela presença de melhor rede viária; a perspectiva de melhores condições tanto para a comercialização, quanto para a efetivação de suas produções, pois é na cidade que mantém os contatos, toma conhecimento dos preços, realiza negócios, faz o abastecimento da propriedade, obtém empréstimos; maior conforto; melhor educação dos filhos; e, finalmente, a obtenção do "status" residencial urbano, refletido no investimento que faz na construção de sua residência citadina e no padrão de vida que passa a apresentar, o que, na maior parte dos casos, revela sua estabilidade e condição econômica.

O pequeno proprietário ainda efetua algumas tentativas na lavoura antes de transferir-se para a cidade. Entretanto, a partir dos sucessivos reveses que sofre neste tipo de atividade, decide-se a fixar-se no centro urbano, passando a viver neste do aluguel de pastos, arrendamento das terras que faz tanto a meios quanto a pequenos proprietários melhor sucedidos; do aumento de seu pequeno rebanho bovino do qual obtém algum rendimento através da venda do leite, do desfrute (venda dos machos) e reposição do rebanho (permanece com as fêmeas nascidas, vendendo as vacas mais velhas); dos rendimentos de pequenas lavouras permanentes (café) ou temporárias das quais consome parte (arroz, milho). Há ainda casos daqueles que vendem parcela de sua pequena propriedade, ou uma delas quando possui mais de uma, aplicando o capital apurado na aquisição de dois ou três imóveis urbanos, ocupando um deles e usufruindo do aluguel dos demais, ou aplicam este capital com renda fixa. O seu padrão de vida não será melhor que aquele que possuía na zona rural. Os seus rendimentos tornam-se mais certos, mas os seus gastos são maiores, bastando levar em conta que fica privado de gêneros alimentícios que produzia para auto-consumo e que agora tem necessidade de obtê-los na cidade. O aspecto mais positivo desta transferência, constitui-se na oportunidade de melhor educação dos filhos e as perspectivas de que estes venham a obter uma "profissão urbana".

Em paralelo a todos estes fatos, a população rural transferindo parte considerável de suas rendas para a cidade, transferência esta configurada no consumo de gêneros, serviços, efetuando transações comerciais e utilizando, para suas produções, o equipamento de coleta, beneficiamento e comercialização existentes na cidade, gera lucros e proporciona o acúmulo de capitais nas mãos de comerciantes, industriais ou de pessoas vinculadas ao secundário (gerentes, funcionários mais graduados) ou terciário de serviços (bancários, médicos e outros liberais),

que terminam por aplicar tais rendas na aquisição de terras, nas quais a maior parte do espaço será dedicado às pastagens.

A aplicação deste excedente da renda comercial, dos serviços, da indústria, na aquisição de propriedades rurais ocorre em função de vários fatores. Inicialmente muitas destas propriedades foram adquiridas no momento em que as terras apresentavam um baixo valor e em que se verificava o forte das saídas da zona rural (final dos anos 50 e durante a década de 60), frutos das crises das lavouras e implantação da pecuária, o que irá refletir, também, no centro urbano, afetando as mais diferentes atividades da cidade. Estes fatos implicam na preocupação destes homens urbanos de que não haveria, pelo retraimento que se verifica nos diferentes setores de atividades citadinos, compensação de aplicações na mesma atividade que estavam exercendo. Conseqüência disto, a propriedade rural constitui àqueles de maior iniciativa, uma diversificação de atividades, cuja produção possuía mercado garantido e em expansão. Ao mesmo tempo representa uma capitalização de seus excedentes econômicos que lhe garantirá a obtenção de crédito e dinheiro a baixo custo, que em parte utilizará nos negócios urbanos, sem que haja detrimento da atividade rural.

Em vários casos, esta aplicação de capital que inicialmente apresenta-se apenas como uma diversificação de suas atividades, torna-se, ou pela valorização das terras ou crescimento e expansão econômica da propriedade, o ramo principal dos negócios destes citadinos. Em outros a aquisição da terra constitui a capitalização de suas poupanças (mais comum entre industriários, bancários, professores), capitalização esta esperada quase sempre pela valorização das terras, havendo, eventualmente, alguma renda à partir delas.

Finalmente, a obtenção do "status" de fazendeiro que lhe dará projeção e melhores relações tanto na realização dos seus negócios, ou mesmo socialmente.

Com relação à renda fundiária que a cidade obtém à partir do domínio fundiário que exerce no município, tomou-se como exemplo um conjunto amostra de 65 propriedades. Os dados sobre estas foram obtidos através do cadastro do INCRA - 1972 e modelo "A" da Declaração de Dados Informativos Necessários à Apuração dos Índices de Participação dos Municípios Paulistas no Produto da Arrecadação do ICM - 1974, no caso, referentes a Para

Guaçu Paulista.

Estas propriedades detidas por 29 proprietários, abrangem uma área de 16.339, 5 Ha, com valor de vendas declarado, para aqueles ano, de Cr\$ 6.324.156,00. Nestes resultados obtidos, verifica-se uma vez mais o predomínio das médias e grandes propriedades e a concentração tanto numérica quanto de área nas mãos de poucos proprietários, o que ocorre principalmente na classe acima de 500 Ha, ao lado de concentração da renda fundiária, fato também observado naquelas entre 100 e 500 Ha, o que pode ser melhor apreendido no quadro abaixo.

Concentração fundiária, tipo de atividade predominante e renda fundiária obtida pela cidade, segundo classes de propriedades.
Paraguaçu Paulista - 1974 (amostragem)

Quadro 8

Classe de propriedade, em Ha.	nº de proprietários	Nº de propriedades	Área total das propriedades	Área total das pastagens das propriedades	Total de bovinos das propriedades	Área total da agricultura	Valores totais das vendas declaradas.
0 a 100	14	16	673,6	514,9	603	69,9	1.511.169,00
101 a 500	9	16	2.235,5	1.652,7	1.359	402,4	2.324.757,00
+ de 500	6	33	13.430,4	9.830,5	5.608	499,0	2.488.230,00
Total	29	65	16.339,5	11.998,1	7.570	971,3	6.324.156,00

Fonte: Cadastro do Incra 1972
Modelo "A" para cálculos de índices do ICM -1974.-

Procurando considerar-se estes dados como válidos para o conjunto dominado pela cidade no município, o que deve ser visto com cautela, uma vez que não nos foi possível consegui-los para toda a área rural de domínio urbano; que os mesmos expressam dados globais sem qualquer indicação da distribuição dos valores aplicados nas propriedades e aqueles que são retidos na cidade; que constituem dados declarados pelos proprietários sem qualquer confirmação ou controle; e tendo em conta o salário mínimo regional da época (1974) (25), inferiu-se que os proprietários rurais absenteeístas residentes em Paraguaçu Paulista, teriam obtido rendas fundiárias brutas equivalentes a aproximadamente 41.625 salários mínimos em um ano, ou perto de 3.470 salários mínimos mensais. (26).

(25)- Cr\$ 386,00

(26)- Esta inferência foi obtida dentro do seguinte raciocínio: se 16.339,5 Ha, que correspondem a 39,36% da área total dominada pela cidade, apresentaram valores totais de vendas declarados iguais a Cr\$ 6.324.156,00 (1974), os 100% de área dominados pela cidade, ou seja, 41.508,5 Ha, apresentariam renda fundiária da ordem de Cr\$ 16.667.470,00, equivalente a 41.625 salários mínimos regional. Para as demais dominações foi utilizado o mesmo raciocínio.

Dentro desta linha de análises, considerou-se ainda a presença de Paraguaçu Paulista coletando rendas em outros municípios, já citados, através da dominação fundiária que sobre eles exerce, bem como a zona rural paraguaçuense fornecendo rendas pela dominação que lhe é exercida de fora. No primeiro caso, dominando 8.459,2 Ha, obteria rendas fundiárias de aproximadamente Cr\$ 3.280.000,00, o que significaria perto de 8.500 salários mínimos anuais ou aproximadamente 700 salários mínimos mensais. Entretanto, no segundo caso, os fatos tornam-se marcantes: sofrendo uma dominação externa em 29.877,9 Ha forneceria renda fundiária de aproximadamente Cr\$ 11.500.000,00, o que daria perto de 30.000 salários mínimos anuais ou 2.500 salários mínimos por mês.

3.2.4.2. O Assalariado Rural

Segundo levantamentos realizados em Paraguaçu Paulista, fins de 1971 e início de 1972 (Tabela 29), das 1.576 pessoas economicamente ativas vinculadas aos diferentes setores de atividades, 276 encontravam-se ativas no setor primário. Destas, de ambos os sexos, 182 declaravam-se trabalhadores volantes, representando 6,07% dos potencialmente ativos e 11,90% dos economicamente ativos do centro urbano.

Em levantamentos realizados por uma equipe de voluntários da Paróquia Nossa Senhora da Paz e Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, com tabulações realizadas pelo Consórcio Intermunicipal da Promoção Social sediada na mesma, em fins de 1971 na Barra Funda, um dos setores onde se verifica presença / acentuada de população com nível de vida inferior em relação ao conjunto urbano, foram entrevistadas 600 famílias abrangendo 3.469 pessoas, das quais 2.397 acima de 14 anos. Dos chefes de famílias entrevistados, 570 declararam o exercício de uma profissão, sendo 226 volantes, o que significava 9,43% daqueles potencialmente ativos neste setor da cidade.

Considerando-se como representativas estas amostragens, observa-se a existência relativamente marcante de assalariados rurais residindo na cidade, constituindo estes aproximadamente 4% da população urbana (13.331 pessoas segundo o Censo de 1970), principalmente na periferia, onde a Barra Funda e Vila Nova são os setores de maior presença destes.

O fenômeno registra-se a partir dos fins da década de

1940, intensificando-se nas décadas seguintes face ao recrudescimento da agricultura, expansão das pastagens, alteração nas relações patrão-trabalhador rural e Legislação Trabalhista.

A sucessão dos produtos rurais - café, algodão, gado - interessando mercado distante, a concentração fundiária ao final desta sucessão, constituem a manifestação e fortalecimento do sistema capitalista de produção no meio rural paraguaçuense e comum na Alta Sorocabana, com reflexos diretos nas relações proprietário-trabalhador rural.

Os sistemas utilizados na exploração da força de trabalho se sucedem ou coexistem, na medida em que se processa ocupação do espaço rural e se sucedem os produtos. As primeiras levas de trabalhadores rurais que aportaram no município foram empregadas nas empreitas para a abertura das terras, derrubadas de matas, primeiros plantios tanto para auto-consumo ou de comercialização local, quanto dos cafezais. Ao final dos anos 20 e início da década seguinte, surgem os cafezais já formados e, ao lado da empreita utilizada para os novos espaços que estavam sendo abertos, procurando garantir a mão-de-obra necessária não apenas para a formação do café ou para uma safra, mas por um período de vários anos, os proprietários lançam mão do sistema de colonato. Com o início da decadência do café e presença do algodão nos meados da década de 30, o novo produto acelera a utilização dos sistemas de parceria e arrendamento, que passam a ser bastante comuns na cultura da malvãcea, embora já viesse sendo utilizado esporadicamente na cultura cafeeira.

À medida que as pastagens avançam sôbre as áreas de matas ou de terras incultas ou substituem os cafezais e algodoais, sempre atendendo o mercado consumidor distante, as relações capitalistas manifestam-se mais acentuadamente. A nova atividade proporciona lucros seguros, acumulação mais rápida do capital - que se fará principalmente pela ampliação da propriedade -, e, ao mesmo tempo, por ser menos exigente em mão-de-obra, libera grande massa de trabalhadores rurais que se desloca para outras áreas rurais (Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso), para a Grande São Paulo e pequena parcela instala-se na cidade constituindo a força de trabalho rural excedente que passará a ser utizada pelos proprietários rurais no sistema diarista. A opção do proprietário por esse sistema de trabalho, constituirá um fator a mais na redução dos custos da produção, uma vez que passa a utilizar-se de mão-de-obra apenas suficiente aos trabalhos e em

épocas necessárias (preparo de terras, plantio, colheitas, reformas de pastagens, cercas, roçadas) o que o desobriga de gastos que possuía com arrendatários, parceiros: instalações, manutenção, fornecimentos, garantia de financiamentos, atendimento médico, educacional, etc..

A partir de 1963, com a Legislação Trabalhista - Estatuto do Trabalhador Rural -, o procedimento capitalista é reforçado. As relações patrão-empregado se distanciam, deixando, na maior parte dos casos de ser diretas, passando a ser relações patrão-turmeiro, gato, fiscal, empreiteiro, livrando-o dos encargos de contratos por tempo determinado, descanso semanal remunerado, pagamento de horas extras, indenizações, assistência médica, e outros mais.

Finalmente o trigo e soja, culturas mecanizáveis, surgem como fatos recentes reafirmando o sistema capitalista: de um lado atraem investimentos nos bens de produção, representados pela aquisição de máquinas que pouco oneram os custos, pois são na sua quase totalidade financiadas e de auto-pagamento (realizando os trabalhos da propriedade ou sendo alugada por outros / proprietários); de outro, como consequência direta destes fatos, liberam mão-de-obra, uma vez que estas áreas que agora recebem estas culturas eram ocupadas por outras atividades rurais e que, mesmo no sistema diarista, utilizavam trabalhadores que se veem substituídos pelas máquinas.

Através de entrevistas realizadas junto a 18 volantes residentes em Paraguaçu Paulista (27), verificou-se que os diferentes aspectos relativos às condições de trabalho, de vida desta população rural excedente fixada neste centro urbano, genericamente reafirmam o já analisado por outros autores em trabalhos realizados para a Alta Sorocabana (28) ou para o Estado de São Paulo (29). Contudo,, através das particularidades procurar-se-á caracterizar esta população ao nível local..

(27)- Estas entrevistas foram realizadas em fins de 1975. Tomou-se como referência para a escolha dos entrevistados, as indicações feitas pelo primeiro volante com o qual mantivemos contato.

(28)- Mello, Maria Conceição D'Incao - "O Boia Fria na Alta Sorocabana" - Tese de Doutorado apresentada à F.F.C. e Letras de Presidente Prudente - 1973.-

(29)- Rossini, Rosa Ester - "Contribuição ao Estudo do Exôdo Rural no Estado de São Paulo"- Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da F. F.L. e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - 1975.

Entre os entrevistados a idade inicial de trabalho está compreendida entre 8 e 14 anos, sendo mais raros nas faixas de 13 e 14 anos (16%). As suas idades, no momento da entrevista, variavam entre 17 e 54 anos, dos quais 50% possuíam mais de 30 / anos. Os mais idosos (30 a 54 anos) acompanharam a sucessão dos produtos rurais e os sistemas de trabalho (empreita, parceria, arrendamento, diarista), enquanto que os mais novos (17 a 30 anos) já têm suas primeiras atividades vinculadas diretamente ao trabalho diarista. Esta sucessão de relações de trabalho é acompanhada por uma mobilidade espacial por parte desta população, que se faz essencialmente ao nível do município e áreas próximas, figurando como mais distante a presença de alguns deles no Norte do Estado do Paraná, mas com retorno à área. Esta mobilidade não é característica apenas dos mais velhos, sendo / grande a movimentação por parte dos jovens. (30)

Esta população expulsa da zona rural, em função dos fatos já vistos anteriormente, fixa-se na cidade trazendo consigo a expectativa de que nesta poderá encontrar melhores condições de vida, empregos, habitações, possibilidade de educar os filhos. Entretanto, ela não consegue integrar-se nas atividades urbanas pelo fato de que a economia urbana não cresceu em ritmo capaz de absorvê-la, sendo raras as oportunidades que surgem, ou por que lhe falta qualificações ou experiências para tanto. Nesta situação resta-lhe tornar-se volante nos trabalhos sazonários / que a zona rural oferece, passando a viver na cidade em condições mais empobrecidas, mesmo miseráveis, bastante inferiores à aquelas que possuía no campo.

Em alguns casos, principalmente referentes aos mais jovens, a possibilidade de deixar o sistema diarista surge quando se verifica a expansão de algum setor de atividade na cidade, sendo a construção civil o mais recente; implantação e conservação do equipamento público urbano (redes de águas, esgotos, capinação de ruas), ou pela presença de grandes obras do Estado na região ou área próxima: construção de hidroelétricas (Hidroelétrica de Capivara), estradas (capeamento asfáltico ligando Paraguaçu Paulista a Assis, Quatã, Rancharia, à SP 421 - que conduz à Marília), cujos serviços pouco ou quase nada exigem em termos de qualificação, mas com suficiente necessidade de mão-de-obra ca

(30)- Como exemplo: do grupo dos mais jovens, seis deles deslocaram-se, a partir de 1965, pelos municípios de Tupã, Quatã, Candido Mota, Assis, Maracá, Cruzália, Paraguaçu Paulista.

paz de absorvê-los. As oportunidades que surgem são as de ser vende de pedreiro, auxiliar de carpinteiro, trabalhador braçal. Embora a maioria destes subempregos seja temporária, a experiência, os "conhecimentos" neles obtidos figuram como condições favoráveis para a obtenção de trabalho na cidade ou em outras áreas do Estado ou do País, onde realizam obras semelhantes.

Como volante, a maior ou menor possibilidade de obter trabalho e de ganhos, prende-se a dois períodos do ano: 1) entre os meses de setembro a abril - considerado período da safra - quando o trabalho surge em função do preparo das terras, plantios, limpeza e conservação de lavouras e pastagens, colheitas; 2) entre maio e agosto - considerado entre-safra - período em que o trabalho volta-se essencialmente ao corte da cana-de-açúcar para as usinas açucareiras localizadas nos municípios vizinhos (Usina Santa Lina, no município de Quatã, Usina Santa Amélia, no município de Maracá). O seu recrutamento é diário e o pagamento semanal. Durante a safra, pela maior exigência de mão-de-obra, o preço por dia de trabalho alcançava, em 1975, cr\$25,00. Na entre-safra, pela abundância de trabalhadores, serviços oferecidos na forma de tarefas, os recebimentos diários ficavam entre Cr\$15,00 e Cr\$20,00. Assim, considerando-se que estes trabalhadores obtiveram serviços todos os dias úteis (não trabalham apenas no domingo), os seus salários mensais ficaram, em termos aproximados, naquele ano, acima do salário mínimo regional (17,5%) durante a safra e abaixo (17,8%), na entre-safra, o que vale dizer, considerando-se a média anual, ao mesmo nível.

Visto apenas nesta perspectiva, a sua condição de vida urbana seria semelhante àquela que possuía como trabalhador permanente no campo. Contudo, deixando esta última situação e passando à de trabalhador sazonal de residência urbana, aquela / condição surge com nível sensivelmente mais baixo. Permanente na zona rural, contava com habitação, no geral de condições razoãveis, lenha; alimentação mais farta e rica, obtida das suas produções e criações para auto-consumo (cereais, leite, ovos, frutas, aves, etc.), realizadas em pequena parcela que lhe era cedida para tal fim na propriedade rural, ou mesmo retirando da produção, destinada à comercialização, o suficiente para sua manutenção durante o ano. Além destes benefícios em espécie, recebia uma remuneração a qual destinava-se à complementação da sua manutenção: vestuário, medicamentos, alguns bens de consumo

durável e outros. Transferindo-se para a cidade como trabalha
dor sazonal na zona rural, o seu salário eleva-se aparentemente,
isto porque as suas necessidades, embora sendo as mesmas ,
nesta nova condição de vida acarretam maiores dispêndios: gran
de parte dos seus vencimentos são gastos na aquisição da alimen
tação que se torna insuficiente e empobrecida, o que irá refle
tir diretamente não só na condição de saúde, mas também naque
las da família. (Vide páginas 131 a 133)

As condições habitacionais urbanas tornam-se precárias :
arrumam-se na periferia da cidade ocupando habitações de barro
te, barracos armados com madeira velha ou de caixotes, cobertas
com sapê, folhas de zinco ou semelhante, já deterioradas pelo
tempo ou com telhas velhas recolhidas de restos de demolições ,
piso de chão batido. Em condições pouco melhores a estes, outros
ocupam, como inquilinos e raramente como proprietários, as ve
lhas e desgastadas casas de madeira existentes nos limites do
centro urbano.

Capítulo 4:- A POPULAÇÃO URBANA

- 4.1. Evolução da População Municipal
- 4.2. Estrutura da População e Pirâmide das Idades
- 4.3. Mortalidade e Natalidade
- 4.4. Proveniência Espacial da População Urbana
- 4.5. Estrutura Profissional da População Urbana
- 4.6. Estrutura Econômica da População Urbana

4. A POPULAÇÃO URBANA

4.1. Evolução da População Municipal

A partir de 1940, o município de Paraguaçu Paulista estrutura-se, em termos político-administrativos, em quatro distritos: Paraguaçu Paulista - distrito sede -, Borá, Conceição de Monte Alegre e Sapesal. Esta estrutura permanece até 1964, quando o distrito de Borá é desmembrado constituindo-se município. Resta considerar que parcela do município de Maracáí- bairros rurais de Roseta e Cardoso de Almeida - é anexada ao de Paraguaçu Paulista, no mesmo ano. Embora Borá constitua município, o manteremos em 1970, nas análises que se seguem.

Considerando-se a população a partir de 1940, ano que será tomado como base para cálculos de índices, verifica-se que a população decresce em termos totais, embora permaneça estável na década de 1940/50. O decênio de maior perda é 1960/70, quando a população apresenta déficit de 3,8%. (Tabela 17)

Esta evolução da população total é acompanhada, em grau mais acentuado, pela população rural que em 1971 é deficitária em 51,96%. Nos últimos 30 anos, portanto, a população rural de Paraguaçu Paulista reduziu-se em mais da metade. Entretanto, maior decrêscimo ocorreu entre 1950/60, quando a população rural perdia 30,16% do seu efetivo, como pode ser observado pelas tabelas 17 e 18.

Em termos urbanos a situação se inverte: a população cresce rapidamente. Tomando-se como base ainda o ano de 1940, o índice de crescimento urbano em 1970 é de 263,4 e o decênio de maior incremento é 1950/60. (Tabela 18)

Ao nível dos distritos altera-se consideravelmente esta evolução. O distrito da sede apresenta crescimento gradativo no quadro municipal, alcançando no último decênio o índice de 166,9. Entretanto, os maiores aumentos ocorrem nos dois primeiros: 25,82 % entre 1940 /50 e 20,25% entre 1950/60. Os distritos de Conceição de Monte Alegre, Sapesal e Borá decrescem, com maior déficit ocorrendo neste último que, em 1970, se apresenta com índice de 27,9%. Em termos absolutos significa diminuição de 3.274 pessoas. Ressalve-se neste conjunto, como exceção, que Sapesal na década de 1940/50, conhece um crescimento de 18,7%. (Tabelas 17 e 18)

A evolução repete-se quando vista para as populações urbanas: o distrito da sede, isto é, a cidade de Paraguaçu Paulista, é o único que apresenta crescimento, alcançando em 1970 o

População total, urbana e rural
Crescimento percentual em cada década - 1940, 1950, 1960, 1970
Município de Paraguaçu Paulista

Tabela -17

	T O T A L						U R B A N A						R U R A L					
	1940/50		1950/60		1960/70		1940/50		1950/60		1960/70		1940/50		1950/60		1960/70	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Distrito da Sede	+2.594	+25,82	+2.560	+20,25	+1.563	+10,28	+2.122	+37,34	+4.829	+73,59	+1.940	+17,03	+ 474	+ 8,45	-2.269	-37,33	- 377	- 9,89
Conceição de Monte Alegre	-1899	-27,14	-1.077	-21,13	- 584	-14,52	+ 32	+12,08	- 44	-14,81	- 16	- 6,32	-1.931	-28,68	-1.033	-21,52	- 568	-15,53
Sapesal	+ 519	+18,74	-1.245	-37,85	- 353	-17,27	+ 358	156,33	- 200	-34,07	- 97	-25,06	+ 361	+15,42	-1.045	-38,68	- 256	-12,52
Borã	-1.029	-22,65	- 703	-20,00	-1.542	-54,83	0	0,00	+ 58	35,58	- 98	-44,34	-1.029	-23,49	- 761	-22,70	-1.444	-51,35
Total do Município	+ 185	+ 0,70	- 465	- 1,89	+ 626	+ 2,60	+2.512	+47,42	+4.643	+61,02	+1.827	+14,91	-2.125	-11,15	-5.108	-30,16	-1.201	-10,16
Município + Borã					- 916	- 3,80					+1.729	+14,11					-2.645	-22,37

Fontes: Censo de 1940, 1950, 1960 e 1970

População Urbana, Rural e Total em 1940, 1950, 1960 e 1970
Município de Paraguaçu Paulista

Índice de crescimento - 1940= 100

Tabela 18

	1 9 5 0			1 9 6 0			1 9 7 0		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Distrito da Sede	147,8	108,4	125,8	256,5	68,0	151,3	300,2	61,2	156,9
Conceição de Monte Alegre	112,0	71,3	72,8	95,4	56,0	60,0	89,4	47,5	49,1
Sapezal	136,8	115,4	118,7	90,2	60,8	73,8	67,5	59,8	61,0
Borã	100,0	76,5	77,3	135,6	59,1	61,8	75,5	26,2	27,9
Total do Município	143,6	88,9	100,7	231,3	62,0	98,8	261,6	42,1	89,9
Município + Borã							263,4	48,2	95,1

Fonte: Censos de 1940, 1950, 1960, 1970.

índice de 300,2. Deste valor, período a período, a cidade alcançou maior crescimento na década de 1950. Os distritos, embora com pequenas populações urbanas, decrescem e tornam-se deficitários a partir de 1950, exceto Borá, que estável entre 1940 e 1950, tem ligeiro crescimento na década seguinte: 35,58%. (Tabelas 17 e 18)

A população rural, contrariamente à urbana, decresce paulatinamente em todos os distritos, sendo mais acentuado em Conceição de Monte Alegre e Borá, que trazem em 1970 índices de 47,5 e 26,2, respectivamente. O período de maiores perdas da população rural ocorre entre 1950/60, conforme tabela 18.

Retomando os números da população, verifica-se que há relativa estabilidade para o total municipal, com pequeno aumento na década 1940/50 e decréscimo, igualmente pequeno, nas seguintes.

Analisando-se as três décadas após 1940, verifica-se que o crescimento vegetativo mantém-se relativamente constante embora decline e mais acentuadamente na última.

O maior crescimento vegetativo ocorre na década de 1940, quando a taxa percentual para os 10 anos alcançou 26,59%, considerada a população total do município no início do período. Neste espaço de tempo o saldo real, isto é, a diferença entre a população nas duas datas do Censo, foi de apenas 185 habitantes representando somente 0,76%, enquanto que a emigração correspondia a 25,83%. A década seguinte é mais significativa: o crescimento vegetativo diminui alcançando 25,45%, enquanto que o saldo real é negativo -1,89% e a taxa emigratória chega aos 27,34%. O último período traz o menor crescimento vegetativo: 22,29%; o saldo real acentua ainda mais o negativo, cuja taxa para o período alcançou -3,80% e a taxa emigratória assemelha-se àquela da década de 40: 26,10%. (Tabela 19)

Entretanto, ao considerar-se esta população aos níveis de rural e urbana, encontra-se situações bastante diferentes.

Na primeira década (1940/50), o aumento absoluto ocorrido no total da população, como já se salientou, é de 185 pessoas; a população urbana tem um incremento de 2.312 pessoas enquanto que a rural perde 2.127 pessoas. Ora, considerando-se / que a taxa média de crescimento vegetativo foi de 26,6 por 1.000, deveria ter ocorrido acréscimo de cerca de 1.400 pessoas na zona urbana e aproximadamente 5.070 na rural. Face a isto pode-se deduzir que uma parcela considerável da população rural dirige

-se para a cidade, enquanto que o restante procura outras áreas.

Estes fatos se repetem nos dez anos seguintes (1950/60), com intensificação do processo urbano: a taxa média de crescimento vegetativo é de 25,4 por 1.000, o que corresponderia a um acréscimo de aproximadamente 1.930 pessoas na urbana e 4.300 na rural, sendo que na realidade verificou-se um aumento de 4.643 urbanos e perda de 5.108 rurais, valores que representam queda no total de 465 habitantes (Tabela 19A)

A última década traz a mesma estrutura, alterando-se os números em seus componentes. A taxa de crescimento vegetativo que crescera ligeiramente na anterior, apresenta-se ainda menor: 22,3 por 1.000; a população total acentua a sua diminuição: menos 735 pessoas. Entretanto, as maiores alterações ocorrem em relação aos números da população rural e urbana. A primeira deveria ser acrescida em aproximadamente 2.635 pessoas, mas se vê diminuída em 2.645. Portanto, considerando-se o aumento vegetativo a população rural decresceu em aproximadamente 5.261 pessoas. Enquanto isto a população urbana que deveria aumentar em cerca de 2.730 pessoas alcançou apenas 1.724 (Tabela 19A), notando-se, portanto, que também a cidade de Paraguaçu Paulista entrou em processo de perda,

Neste último decênio verifica-se, face ao exposto, que a saída da população rural atenua-se ao lado de recrudescimento da população urbana e esta última, que nos anos anteriores absorvia grande parcela da primeira, passa a sofrer perdas, ocorrendo, evidentemente, as menores no núcleo principal.

Examinando-se, embora rapidamente, o desenvolver da estrutura econômica do município, poderemos encontrar as causas destas alterações, muito sensíveis no comportamento numérico da população de Paraguaçu Paulista.

A estrutura econômica do município nestas três últimas décadas apresenta sensíveis mudanças.

As culturas do café e algodão, segundo os dados dos Censos, apresentam-se em declínio a partir de 1940. Contudo, a produção de café mostra evolução irregular, considerando-se estes dados. Há ligeira retomada em 1960, aproximando-se daquela de 1940, para em 1970 apresentar a sua menor produção, a qual indica o forte declínio da cultura. (Quadro 10)

Ac lado destes declínios há a expansão de outras atividades: bovinocultura e avicultura. A primeira expande-se a partir dos fins da década de 1940, definindo um domínio na economia do município que irá permanecer até os fins da década de 1960,

POPULAÇÃO: - Nascimentos, Óbitos, Saldo Vegetativo, Saldo Real e Emigração
 Período de 1940 a 1970
 Município de Paraguaçu Paulista

Tabela 19

Períodos	Popula- ção to- tal	Nascimentos		Óbitos		Saldo Vegetativo		Saldo Real		Emigração	
		Absolu- to na década	%	Absolu- to na década	%	Absolu- to na década	% em re- lação à pop. tot.	Absolu- to na década	% em re- lação à pop. tot.	Absoluta na dé- cada	% em re- lação à pop. tot.
1940	24.358										
1950	24.543	10.457	42,93	3.980	16,34	6.477	26,59	185	0,76	6.292	25,83
1960	24.078	9.187	37,43	2.941	11,98	6.246	25,45	- 465	- 1,89	6.711	27,34
1970	23.343	7.779	32,30	2.411	10,01	5.368	22,29	- 916	- 3,80	6.284	26,10
TOTAL		27.423		9.332		18.091		- 1.015		19.102	

Fontes: Censos de 1940, 1950, 1960 e 1970
 Departamento Estadual de Estatística-SP.

POPULAÇÃO : Crescimento Vegetativo e aumentos que deveriam ocorrer na
população urbana e rural

Município de Paraguaçu Paulista - 1940 a 1970

Tabela 19A

Períodos	População Total	Crescimento Vegetativo	Taxa de cres- cimento ve- getativo por 1.000	População Urbana	Aumento que deveria ocor- rer na popu- lação urbana	População Rural	Aumento que deveria ocor- rer na popu- lação rural
1 940	24.358			5.297		19 .061	
1940/50	24.358	6.477	26,6		1.409		5.070
1 950	24.543			7.609		16.934	
1950/60		6.246	25,4		1.932		4.301
1 960	24.078			12.252		11.826	
1960/70		5.368	22,3		2.732		2.637
1 970	23.343			13.981		9.181	

Fontes: Censos de 1940, 1950, 1960 e 1970.-
Departamento Estadual de Estatísti-
ca do Estado de São Paulo.-

Utilização do solo, segundo a modalidade de exploração (em Ha)
Paraguaçu Paulista - 1940 a 1970. Quadro 9

	1940	1950	1960	1970
AGRICULTURA	27.460	17.824	18.942	11.927
PASTAGENS	22.778	34.705	60.702	67.066
MATAS	42.502	20.839	11.199	13.800
TERRAS NÃO EXPLORADAS	20.354	14.589	2.353	5.386
TERRAS IMPRODUTIVAS	4.271	- -	- -	- -

OBS : Agricultura: permanente e temporária
Pastagens : naturais e artificiais
Matas : naturais e reflorestamentos

FONTE - Censos.

Produções dos principais produtos agrícolas
Paraguaçu Paulista - 1940 a 1970. Quadro 10

	1940	1950	1960	1970
ALGODÃO (arrobas)	481.600	276.733	234.400	120.000
CAFÉ (arrobas)	229.800	186.933	223.400	37.500
BOVINOS (cabeças)	14.698	29.210	44.441	39.855
SUINOS (cabeças)	18.953	9.894	9.316	5.633
AVES (cabeças)	65.668	39.735	79.192	169.619

FONTE - Censos.

quando novas culturas - trigo e soja - começam a desenvolver-se. A avicultura, embora tradicional em Paraguaçu Paulista, colocando-o como uma das importantes áreas produtoras de ovos do oeste do Estado de São Paulo, tem a sua expansão marcada a partir da década de 1950, constituindo atualmente a atividade de maior renda bruta no município (31).

Portanto, a partir de 1940, os números totais da população municipal apresentando-se inalteráveis, caracterizam, nos últimos 30 anos, um processo emigratório marcante, uma vez que praticamente o saldo vegetativo e imigrantes não são incorporados à população.

As transformações ocorridas na economia municipal definem um esvaziamento intenso da zona rural até o início dos anos 60, correspondendo a um crescimento urbano, o que significa que a cidade absorveu boa parcela destes rurais. Entretanto, aqueles que deixam o campo não o fazem apenas em favor de Paraguaçu Paulista, mas dirigem-se, também, para centros maiores e outros polos tais como o Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso, atraídos pelo aceno de melhores condições de vida.

Nos anos 60, a zona rural tendo se esvaziado ao limite em que nela permanecem apenas aqueles que a exploram diretamente, e a economia urbana não tendo condições de gerar novas oportunidades, uma vez que os seus setores de atividades fundamentam-se no setor primário, resulta em diminuição das saídas dos rurais em direção ao centro urbano paraguaçuense, enquanto que este não possuindo condições de absorver os poucos que chegam ou de reter o seu crescimento vegetativo, entra em processo de perda populacional.

(31) - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo - CATI, Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, 1971 - página 81 e seguinte.-

4.2. Estrutura da População e Pirâmide das Idades

Os censos demográficos e a amostragem realizada, permitem verificar que na população de Paraguaçu Paulista ocorre predomínio do sexo masculino.

Entretanto, esta superioridade masculina, bastante representativa em 1940 (7,13%), apresenta um declínio considerável, a parecendo em 1970 com apenas 1,98% a mais que o sexo feminino. Ao nível urbano do Distrito da sede a maior presença do sexo masculino ocorre apenas em 1940 (5,22%) para nos Censos seguintes a apresentar-se inferior (1950 - 1,34%, 1970 - 0,82%), sendo que esta última aparece tanto na Sinopse Preliminar do Censo de 1970 como na amostragem realizada em 1971/72). (Quadro 11)

Participação percentual da população quanto ao sexo.

Município e Distrito da Sede (Urbana e rural)

Paraguaçu Paulista - 1940, 1950, 1970 e 1971/72

Quadro 11

	Município			Distrito da sede					
	Masc.	Fem.	Diferença entre Masc/Fem.	U r b a n o			R u r a l		
				Masc.	Fem.	Diferença entre Masc/Fem.	Masc.	Fem.	Diferença entre Masc/Fem.
1940	53,56	46,43	7,13	52,61	47,39	5,22	54,00	46,00	8,00
1950	52,16	47,84	4,32	49,33	50,67	1,34	52,94	47,06	5,88
1970	50,82	49,18	1,64	49,59	50,41	0,82	53,28	46,72	6,56
Amostrag. 71/72	-	-	-	49,58	50,42	0,84	-	-	-

Fonte: Censos de 1940, 1950

Sinopse Preliminar do Censo de 1970

Amostragem 1971/72

A pirâmide das idades de 1970 e a projeção dos perfis das pirâmides de 1940 e 1950, e a observação do quadro 12 permitem verificar que em 1940 a superioridade masculina é definida pelas faixas etárias do grupo de 20 a 49 anos, para em 1970 apresentar superioridade feminina, exceto a faixa de 40 a 49 anos que ainda tem para os homens ligeira predominância. (Figuras 1 e 2)

Nas demais faixas etárias a superioridade masculina é pouco sentida, havendo um quase equilíbrio, com exceção da faixa de 0 a 9 anos em 1940, com +1,12%. Esta superioridade em todo o período tem a sua presença relativa acentuada em 0,68% (50 a 59 anos em 1950).

A amostragem realizada em 1971/72 encontrou comportamento semelhante na faixa etária de 10 a 19 anos onde é maior a presença feminina. (Quadro 12)

População do município de Paraguaçu Paulista, por faixa etária - 1940, 1950, 1970 e população urbana por amostragem de 1971/72
Paraguaçu Paulista - 1972

Quadro 12

FAIXA ETÁRIA	1 9 4 0		1 9 5 0		1 9 7 0		Amostragem	
	M	F	M	F	M	F	M	F
0 a 9	16,45	15,33	16,32	15,39	13,95	13,49	11,19	10,35
10 a 19	11,26	11,37	11,44	11,43	12,20	11,93	12,60	13,58
20 a 29	10,28	8,34	8,82	8,60	7,15	7,56	7,83	8,43
30 a 39	6,97	5,26	6,56	5,51	5,56	5,74	5,60	6,37
40 a 49	4,84	3,38	4,38	3,51	4,93	4,64	5,25	5,40
50 a 59	2,27	1,63	2,63	1,95	3,47	2,90	3,68	3,45
60 a 69	1,06	0,75	1,31	0,93	2,11	1,61	2,32	1,78
+ de 70	0,41	0,35	0,62	0,45	1,26	1,08	1,10	1,07
ignor.	0,02	0,03	0,08	0,07	0,19	0,24	- -	- -
TOTAL	53,56	46,44	52,16	47,84	50,82	49,18	49,57	50,43

FONTE: Censos de 1940, 1950.

Sinopse preliminar do Censo de 1970.

Amostragem 1971/1972.

Considerando-se as idades, verifica-se que a estrutura é típica de uma população jovem nitidamente preponderante sobre a dos adultos e velhos.

Entretanto, considerando-se os três grupos principais de idade, ou seja, o dos jovens (0 a 19 anos), o dos adultos (20 a 59 anos) e dos velhos (mais de 60 anos), dentro do período 1940 a 1970, verifica-se que há uma tendência ao envelhecimento da população. (Quadro 13)

Participação percentual dos grupos de idade na composição da população. Município e amostragem urbana.

Paraguaçu Paulista - 1940 a 1970 e 1971/72

Quadro 13

PERÍODOS	0 a 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	+ de 60 anos
1940	54,45	30,86	12,13	2,56
1950	54,66	29,53	12,49	3,32
1960	53,16	28,54	13,63	4,64
1970	51,79	26,12	16,01	6,08
Amostragem	47,12	28,23	17,78	6,27

PIRÂMIDES DE IDADES

MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU PAULISTA
1970 e PERFIS DE 1940 e 1950

Figura 1

POPULAÇÃO DA CIDADE DE PARAGUAÇU PAULISTA
LEVANTAMENTO DE 1971/72

Figura 2

Observa-se, inicialmente, uma diminuição do grupo dos jovens, embora, entre 1940 e 1950 apresente pequeno crescimento. O grupo dos adultos, com ligeira predominância para o Censo de 1970, apresenta, nos decênios seguintes mais ou menos a mesma importância. Contudo, analisando-se mais em detalhe, verifica-se uma diminuição da faixa adulta mais jovem (20 a 39 anos) que apresenta a mais expressiva alteração com -4,74% ao lado do aumento da faixa adulta mais idosa (40-59 anos). Finalmente o grupo de mais de 60 anos tem sua participação aumentada a cada decênio.

Estes fatos apresentam-se mais acentuados quando vistos para a população urbana, definida pela amostragem realizada. Apenas como exceção o grupo de 20 a 39 anos mostra-se mais numeroso segundo o censo de 1970, graças a presença feminina. (Quadros 12 e 13.

A pirâmide das idades de 1970 e perfis das de 1940 e 50, mostram esta juventude da população, a sua tendência ao envelhecimento bem como as diferenças que surgiram no período analisado.

A sua base ampla, afunilando-se rapidamente terminando por uma cúpula estreita, reflete a juventude da população. A diminuição do grupo dos jovens, das primeiras faixas dos adultos e a ampliação dos grupos mais idosos, aspectos observados principalmente a partir de 1950, demonstram as tendências do envelhecimento.

Estas diferenças serão melhor apreendidas, analisando-se o comportamento de cada sexo na composição da pirâmide.

O sexo feminino apresenta certo equilíbrio na composição entre 1940-50, traduzido pela simetria dos perfis. Em 1970 mostra uma ruptura neste equilíbrio, com ligeiro alargamento da cúpula da pirâmide a partir da faixa de 40 a 49 anos. Na base há o estreitamento, fruto da diminuição que ocorre na faixa de 0 a 9 anos. (Quadro 12, Figura 1)

Entretanto, as alterações são mais marcantes em relação ao sexo masculino. Os perfis de 1940 e 1950 são semelhantes nas primeiras faixas etárias (0 a 9 e 10 a 19 anos) demonstrando semelhança numérica desta população nas duas datas. Na faixa seguinte (20 a 29 anos) tem-se uma quebra da simetria face à diminuição da população deste grupo etário em 1950. As demais faixas etárias também decrescem, o que significa alterações na composição da pirâmide de 1950. Entretanto estas não são expressi

vas, o que é demonstrado pela assimetria pouco acentuada dos perfis. (Quadro 12, Figura 1).

Somente em 1970 é que os perfis são quebrados desde a base (0 a 19 anos), onde a segunda faixa etária (10-19 anos) mostra crescimento desta população em relação aos anos de 1940 e 1950. Contudo, após este grupo etário, a pirâmide apresenta uma ruptura até a faixa de 40 a 49 anos, face à diminuição da população adulta masculina, o que traduz um estrangulamento da pirâmide, fatos que são marcantes no grupo etário de 20 a 29 anos (Quadro 12, Figura 1).

Após a faixa dos 40-49 anos, os perfis de 1940-50 e a pirâmide de 1970, tornam-se simétricos, mas com crescimento, considerando-se a primeira data. (Quadro 12, Figura 1)

A pirâmide construída com os dados da amostragem da população urbana (1971/72) traz as mesmas características daquela do município em 1970, com um aspecto em destaque: o estreitamento da base (0 a 9 anos) apresenta-se mais profundo, tanto para o sexo masculino quanto para o feminino. (Quadro 12, Figura 2).

4.3. Mortalidade e Natalidade

Estes fatos serão analisados tendo-se como elementos os dados obtidos na Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo - Departamento Estadual de Estatística, População e Movimento do Registro Civil, Censos Demográficos e de levantamentos realizados no Centro de Saúde de Paraguaçu Paulista.

Procurar-se-á analisá-los em dois níveis: ao nível de município e ao nível do Distrito da Sede, tentando-se, através do segundo, aproximar-se o mais possível do núcleo urbano principal, objeto deste trabalho.

Complementando-se estas observações, definiu-se o período de 1940 e 1970 a ser analisado.

Os resultados obtidos para o último decênio - 1960/1970 - colocam o município de Paraguaçu Paulista na categoria de "fraca mortalidade" enquanto que o Distrito da Sede apresenta-se como de "média mortalidade" (32)

Considerando-se o período todo, verifica-se um declínio da mortalidade. Entretanto, tem-se um declínio mais acentuado no

(32) Hugon, Paul - Demografia Brasileira. São Paulo, Editora da U.S.P. - 1973 - página 110.

distrito da sede, uma vez que este apresenta um aumento de população enquanto que o município, neste aspecto, é caracterizado - por uma relativa estabilidade. Outro fato que se observa é que tanto para um quanto para outro espaço, a queda da mortalidade é mais expressiva do primeiro para o segundo decênio.

Ao lado desta mortalidade geral, procurou-se analisar a mortalidade infantil, visto que ela tem importância e está intimamente ligada à geral. (33)

O comportamento da mortalidade infantil é semelhante ao da mortalidade geral. Igualmente assiste-se a uma redução sensível nos índices desta no período todo, mais expressivo do primeiro para o segundo decênio e mais acentuado no Distrito da sede.

Entretanto, tomando-se o último decênio, tem-se para ambos os fatos, tanto no município quanto no distrito da sede, um declínio nos seus números até 1965, crescendo nos anos subsequentes não atinge porém em nenhum deles, os níveis dos anos anteriores. Deve-se apenas atentar para o fato de que, embora neste decênio verifique-se este declínio, os números e as taxas expressos pela mortalidade infantil, a colocam em um e outro espaço, em níveis que podemos considerar elevados. (Tabela 20, Figura 3). (34)

Quanto à natalidade, no conjunto, encontra-se em declínio. Entretanto, quando vista ao nível do município e Distrito da Sede, algumas variações aparecem.

Em termos de taxas brutas, há declínio mais acentuado no Distrito da Sede do primeiro para o segundo decênio, enquanto que este fato ocorre no município do segundo para o terceiro decênio. (Tabela 20, figura 3)

Em valores absolutos há diminuição de decênio para decênio, no município, enquanto que no distrito da sede há semelhante ocorrência entre o primeiro e o segundo período, com retomada entre 1960/70. (Tabela 20, figura 3)

Observa-se ainda que as taxas de natalidade são, para o período todo, mais altas no distrito da sede.

(33) Beaujeu, Garnier Jacqueline - Geografia da População - São Paulo, Editora da U.S.P. - 1971 - pág. 108 e 116.

(34) A mortalidade infantil no Estado de São Paulo apresentou para 1965, 66, 67, 68 e 69, índices de 69,4^o/oo, 73,8^o/oo, 74,3^o/oo e 83,8^o/oo respectivamente, enquanto que Paraguaçu Paulista apresentou 76,0^o/oo, 108,0^o/oo, 99,0^o/oo, 105,0^o/oo e 101,0^o/oo.

**NATALIDADE, MORTALIDADE, MORTALIDADE INFANTIL E CRESCIMENTO NATURAL - VALORES ABSOLUTOS E TAXAS
BRUTAS PARA DECÊNIOS DE 1940 A 1970 - MUNICÍPIO E DISTRITO DA SEDE DE PARAGUAÇU PAULISTA**

Tabela- 20

	DECÊNIO	População- média no período	Total de nascimentos no período	Taxa bruta de natali- dade p/1000	Total de ôbitos no período	Taxa bruta de mortali- dade p/1000	Total de ôbitos de -1 ano.	Taxa bruta de mortali- dade infan- til p/1.000	Creascimento vegetativo	Taxa de cres- cimento ve- getativo - por 1.000
Município	1940/50	24.450	10.457	42,76	3.984	16,29	1.525	145,8	6.473	26,47
	1950/60	24.310	9.187	37,79	2.941	12,09	1.057	115,0	6.246	25,69
	1960/70	23.620*	7.694*	32,57	2.418*	10,24	775	100,7	5.276	22,34
Distr. Sede	1940/50	11.344	6.054	53,37	2.418	21,31	848	140,1	3.636	32,06
	1950/60	13.921	5.858	42,08	2.204	15,83	704	120,1	3.654	26,24
	1960/70	15.982	6.059	37,91	2.098	13,13	662	109,2	3.961	24,78

(*) - Inclusive o município do Borã

FONTES: Censos de 1940, 1950, 1960 e 1970

Departamento Estadual de Estatística do Estado de São Paulo

FIG. 3

PARAGUAÇU PAULISTA

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, NATALIDADE E MORTALIDADE NO MUNICÍPIO E NO DISTRITO SEDE

fonte: D.E.E., SP

E.S.S.

Procurar-se-á, com algumas hipóteses, explicações para a evolução e comportamento da mortalidade e natalidade.

O declínio da mortalidade geral, acentuado principalmente do primeiro para o segundo decênio, é resultado da implantação e melhoria do equipamento médico-hospitalar e de saneamento básico da cidade. Na década de 1940/1950, o centro urbano de Paraguaçu Paulista, conseqüentemente o município, foi beneficiado pela implantação de um Posto de Saúde, um Hospital e uma Casa de Saúde. (35). Neste mesmo período, verifica-se a presença de 9 médicos (36) e igualmente 9 farmácias. A década seguinte, logo em seu início tem a implantação de um Posto de Puericultura e serviços de água e esgoto (37), beneficiando diretamente a população urbana, que nesta década apresenta o seu maior crescimento.

Quanto à mortalidade infantil, que se apresenta elevada, embora tendendo a declinar decênio após decênio com pequena retomada nos últimos anos, como já se verificou, nos leva a considerações que estão relacionadas, em parte com aspectos vistos anteriormente.

Uma das causas deste comportamento do fenômeno está no fato de que parcela desta população situa-se em baixo nível econômico, afetando, por conseqüência, as condições de vida de grande número de mães e crianças. Intrinsecamente ligado a este, temos o deslocamento da população rural para a cidade, cuja importância não se prende ao fenômeno do exôdo rural em si, mas pelas condições que esta população apresentará na cidade em termos profissionais e de localização, isto é, serão os bóias-frias ou subempregados indo morar nos setores mais pobres da zona urbana tais como a Barra Funda e Vila Nova (38). A presença desta população com baixo nível econômico e em maioria, nestes setores ur

(35) Hospital de Caridade de Paraguaçu Paulista e Casa de Saúde Santa Inêz, implantados em 1947. Posto de Saúde - Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, implantado em 1942.

(36) Anterior à implantação do Hospital de Caridade e Casa de Saúde, havia na cidade 5 médicos, sendo 4 de clínica geral e um radiologista. Após a implantação destes, o corpo médico passa a ser composto por 2 pediatras, 1 otorrino, 1 radiologista e 4 de clínica geral.

(37) Serviço de água e esgotos, implantados em 1951 e 1952. Posto de Puericultura implantado pouco depois.

(38) Bairro e loteamento da periferia, de baixo padrão de vida onde predominam velhas casas de madeira, presença significativa de barracos. Serão vistos com maiores detalhes no capítulo referente à Estrutura Urbana.

banos, traz como consequência a ignorância por parte das mães, quanto aos cuidados que devem ser dispensados à criança, destacando-se o da imunização adequada através das vacinações (39) ao lado de um pré e pós-natal insatisfatórios (40), bem como da higiene necessária, ausente na habitação.

Completando o quadro teríamos que considerar o problema da alimentação nesta parcela da população: esta é insuficiente, e inadequada afetando tanto às mães na gestação, quanto à criança não só no primeiro ano de vida, mas por um longo tempo.

Quanto à natalidade, ligeiramente elevada, embora em declínio, também se pode lançar algumas considerações.

Considerando-se a distribuição da população sob os aspectos rural e urbano, verifica-se que a primeira apresenta sensível diminuição de década para década, indicando um processo emigratório que beneficia em parte a zona urbana. Em 1940 a população rural representava 78,25% do total populacional do município; em 1950 esta participação era de 69,0%; em 1960, 49,11% e em 1970 - 39,70%. Nas zonas rurais do Distrito da Sede, este aspecto é bastante acentuado a partir de 1960, cuja participação apresentava-se assim: 1940 - 55,81%, 1950 - 47,87% - 1960 - 25,06% e 1970 - 20,60%.

Este crescimento urbano, como consequência, traz a diminuição da taxa de natalidade.

Analisando-se a dinâmica da população, verifica-se que a partir de 1950 há a saída de população, principalmente masculina

(39) Relatório da VIII Caravana ABENIBRA (Associação Nipo-Brasileira) grupo de universitários de diversas faculdades do interior e da capital, supervisionados por médicos do corpo clínico da Associação. Este relatório, fruto de trabalho realizado em Paraguaçu Paulista de 18 a 28/01/73, apresenta o nível de conhecimento da população urbana quanto à imunização contra a poliomielite, tétano, varíola, sarampo, difteria, coqueluche, tuberculose. Concluem que "em média, apenas 50,5% da população urbana mostram suficiente conhecimento das vacinações".

(40) Informações obtidas nos centros de atendimento, tanto à mãe quanto à criança, nos dizem que a preocupação materna/no pré-natal ocorre, em grande parte, apenas no final da gravidez visando a obtenção de guia de internamento para o parto. Entretanto este aspecto (guia de internamento) atualmente não mais existe, bastando que a futura mãe apresente-se no hospital e terá atendimento. Quanto ao pós-natal, a preocupação materna está na busca do leite, quando existe, que é distribuído no Centro de Saúde, ou na procura deste Centro ou Hospital para a solução de doenças, muitas das vezes em grau avançado.

na, o que irá refletir na natalidade. Esta saída, característica na faixa de 20 a 39 anos, se faz sentir muito mais na população urbana, principalmente quando se verifica um estreitamento das primeiras faixas etárias em 1970. (Estes fatos podem ser constatados no ítem referente à Estrutura da População e Pirâmide das Idades, do presente trabalho).

Entretanto, os dados de natalidade no Distrito da Sede parecem contradizer as considerações acima, lançadas para o núcleo urbano. Contudo, das observações e informações obtidas através dos relatórios do Hospital de Caridade de Paraguaçu Paulista(41) tem-se um aumento do número de partos e conseqüentes nascimentos no Hospital, havendo por outro lado, uma procura crescente por parte da população da zona rural, além daquela do Distrito da Sede, e da população urbana de poucos recursos, isto é, da periferia que em períodos não muito distantes, preferiam o ambiente familiar para o nascimento das crianças. Outra informação obtida é de que há no hospital uma orientação para o registro imediato - destas crianças que aí nascem, sendo na sua grande maioria feitos no Cartório de Registro Civil do Distrito da Sede.

Assim, a urbanização crescente, mais acentuada entre 1950 e 1960, aliada à migração tanto rural-urbana, quanto urbana-urbana, afetando esta última principalmente a faixa de 20 a 39 anos do sexo masculino, resultantes de uma débil estrutura econômica urbana incapaz de absorvê-los, e às próprias condicionantes urbanas (limitação de filhos através do controle natural e artificial, bem estar, desenvolvimento da educação, desenvolvimento do papel da mulher em atividades profissionais, etc.), são fatores responsáveis pela queda da natalidade.

Por outro lado, a presença dos meios oferecidos pelo setor de saúde da cidade, carreando para o Cartório de Registro Civil da Sede, não só os registros dos urbanos, mas também dos rurais, explicam a taxa mais elevada da natalidade no Distrito - da Sede, distorcendo, inclusive, a realidade da manifestação do fenômeno em seu dimensionamento espacial.

(41) Relatórios anuais do Hospital de Caridade de Paraguaçu Paulista, período compreendido entre 1948 e 1972.

4.4. Proveniência Espacial da População (42)

A População urbana de Paraguaçu Paulista é constituída por 43,29% de naturais da própria cidade e 56,71% resultantes de movimentos migratórios.

O quadro que se segue demonstra a composição da população de Paraguaçu Paulista quanto às origens:

Quadro 14		
<u>Local de Nascimento</u>	<u>Absol.</u>	<u>%</u>
Naturais de Paraguaçu Paulista ...	2.027	43,29
Zona Rural de Parag. Paulista	411	8,59
Regiões do Estado de São Paulo ...	1.616	33,77
Outros Estados Brasileiros	580	12,12
Estrangeiros	107	2,23
T O T A L	4.786	100,00

Entre os naturais paulistas, uma área se destaca: a Sorocabana (definida por sub-regiões das regiões administrativas de Sorocaba, Marília e Presidente Prudente). Esta no conjunto responde por 23,9% da população urbana de Paraguaçu Paulista. Das demais áreas do Estado, sobressai-se a Mogiana (definida pelas sub-regiões administrativas das regiões de Campinas e Ribeirão Preto), cuja participação é de 5,18% na composição total da população urbana. (Quadro 15)

Quanto aos nascidos em outras unidades da Federação resalta-se a presença de indivíduos provenientes de Minas Gerais (3,91%) e Paraná (2,17%). Os demais têm pouca expressão, exceto quando se considera o conjunto nordestino que participa com 5,16%. (Quadro 15)

O elemento estrangeiro tem pequena participação, mesmo considerado em conjunto, conforme se vê no quadro acima.

Entretanto, esta participação global apresenta diferenças sensíveis quando vistas aos níveis de Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, outros Estados e Países.

Dentro do quadro que divide o Estado de São Paulo em Regiões Administrativas, verifica-se que as cinco maiores parti-

(42) - As análises que aqui serão feitas referem-se apenas à população urbana da sede (Paraguaçu Paulista). Os resultados obtidos são frutos de levantamentos efetuados em aproximadamente 1.000 residências abrangendo cerca de 4.800 pessoas, realizados em fins de 1971 e início de 1972. Levaram-se em conta, também, a divisão do Estado em Regiões Administrativas.

pações, dentro de uma ordem decrescente, cabem às regiões de Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Sorocabana e Campinas. Para as sub-regiões, as maiores participações recaem sobre aquelas das regiões caracterizadas anteriormente, despontando-se as sub-regiões de Assis, Presidente Prudente, Ourinhos e Avaré. (Tabelas 21 e 22)

		Quadro 15
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Absol.	% em relação ao total (*)
Grande São Paulo.....	69	1,44
Litoral	5	0,10
Vale do Paraíba.....	19	0,40
Sorocaba	134	2,80
Campinas	112	2,34
Ribeirão Preto	136	2,84
Bauru	69	1,44
São José do Rio Preto	37	0,77
Araçatuba	24	0,50
Presidente Prudente	212	4,43
Marília	799	16,69
TOTAL DAS REGIÕES	1.616	33,75
Outros Estados		
Minas Gerais	187	3,91
Paraná	104	2,17
Nordeste	247	5,16
Sul (exceto Paraná)	5	0,10
Centro Oeste e Norte	17	0,36
Rio de Janeiro e Guanabara	20	0,42
TOTAL DOS ESTADOS	580	12,12

(*) Total levantado na amostragem, ou seja 4.786 pessoas.

Com relação aos demais Estados, repete-se a ordem apresentada anteriormente, acrescentando-se como terceira força o Estado Baiano. (Tabela 23)

Os estrangeiros têm uma uniformidade decrescente de participação: japoneses e portugueses são os mais expressivos, seguidos de espanhóis, libaneses e italianos. (Tabela 23)

Entretanto, observa-se que esta população apresenta uma relativa mobilidade, considerando-se apenas o último local de residência além do local de nascimento.

Dos 2.303 não naturais do município de Paraguaçu Paulista, 46,24% migram diretamente do local de nascimento, enquanto que os demais apresentam fixação em outras regiões ou zona rural do município, antes de virem residir no centro urbano. Neste conjunto, o local de nascimento como única etapa de migração é marcante para os paulistas, enquanto que a ocorrência de uma outra etapa caracteriza aqueles provenientes de outras unidades da Federação ou do estrangeiro. (Quadro 16)

Quadro 16

ÚLTIMA RESIDÊNCIA

	no local de nascimento	em outras regiões e sub-regiões	Total
Paulistas não paraguaçuenses...	889	727	1.616
De outros estados	160	420	580
Estrangeiros	16	91	107
T O T A L	1.065	1.238	2.303
% do total	46,24	53,76	100,00

Dos 1.616 paulistas não paraguaçuenses fixados, a maioria é originária do próprio local de nascimento (55,01%). Considerando-se as regiões do Estado de São Paulo, verifica-se que os movimentos migratórios mais intensos se processam de regiões próximas. Desta forma, a 11a. Região Administrativa de Marília, da qual Paraguaçu Paulista faz parte, contribui com 51,42%. Destes, apenas 14,85% são provenientes de outras regiões e definem aquela de Marília como a última ou única etapa antes de se fixar em Paraguaçu. Em segundo plano encontra-se a 10a. Região Administrativa de Presidente Prudente que contribui com 13,74% dos quais 5,20% são provenientes de outras regiões como etapa anterior à vinda para Paraguaçu Paulista (43). (Tabela 22)

Do total de 580 nascidos em outros estados brasileiros, os movimentos da população apresentam-se da mesma natureza, alterando-se apenas a posição de Marília que precede aquela do local de nascimento. Desta forma tem-se 27,59% provenientes dos locais de nascimento; 39,31% residiram na região de Marília e 8,62% na região de Presidente Prudente. (Tabela 23)

Os estrangeiros, embora em número pouco expressivos, têm movimentos com as mesmas características dos nacionais não paulistas.

(43)-Destes 5,20% que correspondem a 84 pessoas, 40 são provenientes da região de Marília.

POPULAÇÃO URBANA - POPULAÇÃO SEGUNDO O LOCAL DE NASCIMENTO E PERÍODO EM QUE SE FIXA EM PARAGUAÇU PAULISTA
POR REGIÃO E SUB-REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PORCENTAGEM)

Tabela - 21

REGIÃO E SUB-REGIÃO	até 1940		1941/50		1951/60		1961/70		sem data definida		T O T A L	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Grande São Paulo	3	4,35	6	8,70	11	15,94	29	42,03	20	28,98	69	4,27
2a. Região - Litoral	1	20,00	1	20,00	1	20,00	-	20,00	2	40,00	5	0,31
1a. Sub- Santos	1	-	-	-	1	-	-	-	2	-	4	-
2a. Sub- Vale do Ribeira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
3a. Região - Vale do Paraíba	1	5,26	4	21,05	4	21,05	9	47,37	1	5,26	19	1,18
1a. Sub- São José dos Campos	-	-	2	-	4	-	3	-	-	-	9	-
2a. Sub- Taubaté	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
3a. Sub- Guaratinguetá	-	-	2	-	-	-	6	-	1	-	9	-
4a. Região - Sorocaba	17	12,69	29	21,64	23	17,16	46	34,33	19	14,18	134	8,29
1a. Sub- Sorocaba	1	-	1	-	-	-	6	-	-	-	9	-
2a. Sub- Tatuí	4	-	1	-	1	-	1	-	3	-	10	-
3a. Sub- Itapetininga	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-
4a. Sub- Capão Bonito	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
5a. Sub- Itapeva	2	-	1	-	3	-	8	-	3	-	17	-
6a. Sub- Avaré	5	-	21	-	12	-	24	-	3	-	65	-
7a. Sub- Botucatu	5	-	5	-	6	-	5	-	9	-	20	-
5a. Região - Campinas	23	20,54	22	19,64	23	20,54	32	28,57	12	10,71	112	6,93
1a. Sub- Campinas	4	-	6	-	7	-	7	-	2	-	26	-
2a. Sub- Piracicaba	4	-	2	-	3	-	4	-	2	-	15	-
3a. Sub- Limeira	6	-	5	-	2	-	4	-	3	-	20	-
4a. Sub- Rio Claro	1	-	1	-	2	-	2	-	3	-	9	-
5a. Sub- São João da B.Vista	6	-	2	-	4	-	8	-	1	-	21	-
6a. Sub- Casa Branca	1	-	3	-	2	-	4	-	-	-	10	-
7a. Sub- Jundiaí	-	-	1	-	2	-	3	-	1	-	7	-
8a. Sub- Bragança Paulista	1	-	2	-	1	-	-	-	-	-	4	-
6a. Região - Ribeirão Preto	40	29,41	26	19,12	24	17,65	26	19,12	20	14,70	136	8,42
1a. Sub- Ribeirão Preto	13	-	4	-	5	-	6	-	9	-	37	-
2a. Sub- Franco	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	3	-
3a. Sub- Tejuapoca	1	-	-	-	-	-	2	-	2	-	5	-
4a. Sub- São Joaquim da Barra	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	3	-
5a. Sub- Barretos	5	-	1	-	1	-	3	-	1	-	11	-
6a. Sub- Jaboticabal	14	-	14	-	8	-	5	-	4	-	45	-
7a. Sub- Araraquara	6	-	6	-	7	-	6	-	2	-	27	-
8a. Sub- São Carlos	-	-	-	-	2	-	1	-	1	-	4	-
7a. Região - Bauru	6	8,70	7	10,14	16	23,19	33	47,83	7	10,14	69	4,27
1a. Sub- Bauru	3	-	5	-	13	-	20	-	4	-	45	-
2a. Sub- Lins	-	-	1	-	2	-	4	-	2	-	9	-
3a. Sub- Jaú	3	-	1	-	1	-	9	-	1	-	15	-
8a. Região - São José R. Preto	9	24,32	6	16,22	8	21,62	7	18,92	7	18,92	37	2,29
1a. Sub- São José R. Preto	6	-	2	-	6	-	5	-	-	-	19	-
2a. Sub- Catanduva	3	-	4	-	2	-	2	-	6	-	17	-
3a. Sub- Votuporanga	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
9a. Região - Araçatuba	2	8,33	1	4,17	7	29,17	10	41,66	4	16,67	24	1,48
1a. Sub- Araçatuba	2	-	1	-	6	-	9	-	2	-	20	-
2a. Sub- Andradina	-	-	-	-	1	-	1	-	2	-	4	-
10a. Região - Presidente Prudente	4	1,89	13	6,13	49	23,11	115	54,25	31	14,62	212	13,12
1a. Sub- Presidente Prudente	4	-	13	-	43	-	90	-	24	-	174	-
2a. Sub- Presidente Venceslau	-	-	-	-	3	-	12	-	1	-	16	-
3a. Sub- Dracena	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5	-
4a. Sub- Adamantina	-	-	-	-	3	-	6	-	6	-	15	-
5a. Sub- Osvaldo Cruz	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-
11a. Região - Marília	47	5,88	58	7,26	221	27,16	299	37,42	174	21,78	799	49,49
1a. Sub- Marília	-	-	3	-	22	-	52	-	16	-	93	-
2a. Sub- Assis	24	-	40	-	153	-	209	-	132	-	558	-
3a. Sub- Ourinhos	23	-	11	-	37	-	31	-	24	-	126	-
4a. Sub- Tupã	-	-	4	-	9	-	7	-	2	-	22	-
T O T A I S	153	9,47	173	10,70	387	23,35	606	37,50	297	18,38	1.616	100,00
Rural de Paraguaçu Paulista	22	5,35	23	5,60	82	19,75	193	46,96	91	22,14	411	100,00

Fonte: Levantamento realizado em fins do 1971 e início do 1972.

Proveniência da população Paulista, fixada em Paraguaçu Paulista, por local de nascimento e principais regiões e sub-regiões onde tiveram a última residência.

Tabela 22

Local de nascimento			ÚLTIMA RESIDÊNCIA							
(Reg. Administrat	TOTAL		Região	Absol. (reg. o/ maior incidência	% em relação ao loc. Naso.		Sub-Região	Absol. (Sub-reg o/ maior incidência.	% em relação ao loc. Naso.	
	Absol.	%			Região	Total Geral			Região	Total Geral
Grande São Paulo	69	4,27	G.S. Paulo	39	56,52	2,41	Assis	7	10,14	0,43
			Marília	11	15,94	0,68	Rur. P. Pta.	4	5,80	0,25
			P.Prudente	3	4,35	0,19	P.Prudente	3	4,35	0,19
Litoral	5	0,31	Marília	4	80,00	0,25	Assis	3	60,00	0,19
							Rur. P.Pta.	1	20,00	0,06
Vale do Paraíba	19	1,18	Vale Paraib.	3	21,05	0,19	Guarating.	3	21,05	0,19
			Marília	8	48,10	0,50	Assis	6	31,58	0,37
			P.Prudente	1	5,26	0,06	Rur. P.Pta.	1	5,26	0,06
							P.Prudente	1	5,26	0,06
Sorocaba	134	8,29	Sorocaba	56	41,79	3,47	Avaré	39	21,10	2,41
			Marília	47	35,07	2,91	Assis	29	21,64	1,79
			P.Prudente	9	6,72	0,56	Rur. P.Pta.	11	8,21	0,68
							P.Prudente	8	5,97	0,50
Campinas	112	6,93	Campinas	25	22,32	1,55	Piracicaba	6	5,36	0,37
			Marília	43	38,39	2,66	Assis	24	21,43	1,48
			P.Prudente	12	10,71	0,74	Rur. P.Pta.	15	13,39	0,93
							P.Prudente	8	7,15	0,50
Ribeirão Preto	136	8,42	Rib. Preto	43	31,62	2,66	Jaboticabal	20	14,71	1,24
			Marília	46	33,82	2,85	Assis	21	15,44	1,30
			P.Prudente	8	5,88	0,50	Rur. P.Pta.	18	13,24	1,11
							P.Prudente	6	4,41	0,37
Dourado	69	4,27	Dourado	22	31,60	1,56	Dourado	14	20,29	0,81
			Marília	30	43,48	1,87	Assis	17	24,64	1,05
			P.Prudente	6	8,69	0,37	Rur. P.Pta.	3	4,35	0,19
							P.Prudente	5	7,25	0,31
S. José Rio Preto	37	2,29	S.J.R. Preto	13	35,14	0,80	S.J.R. Preto	7	18,92	0,43
			Marília	11	29,73	0,68	Assis	7	18,92	0,43
			P.Prudente	3	8,11	0,19	Rur. P.Pta.	1	2,70	0,06
							P.Prudente	3	8,11	0,19
Araçatuba	24	1,48	Araçatuba	9	37,50	0,56	Araçatuba	9	37,50	0,56
			Marília	6	25,00	0,37	Assis	4	16,67	0,25
			P.Prudente	2	8,33	0,12	Rur. P.Pta.	1	4,17	0,06
							P.Prudente	2	8,33	0,12
Presidente Pte.	212	13,12	P.Prudente	138	65,09	8,54	P.Prudente	115	54,24	7,12
			Marília	34	16,04	2,10	Assis	23	10,85	1,42
							Rur. P.Pta.	6	2,83	0,37
Marília	799	49,44	Marília	591	73,97	36,57	Marília	74	9,26	4,58
			P.Prudente	40	5,01	2,47	Assis	400	50,06	24,75
			G.S. Paulo	22	2,75	1,36	Rur. P.Pta.	52	6,51	3,22
							P.Prudente	31	3,88	1,92
Total Geral	1.616	100,00	Marília	831		51,42	Assis	541		33,48
			P.Prudente	212		13,74	Rur. P.Pta.	113		6,99
							P.Prudente	182		11,26

Fonte: Levantamento direto, realizado em aproximadamente 1.000 residências - 1971/72.

Exemplo explicativo para a tabela - Do total de 1.616 paulistas que se fixam em Paraguaçu, 69 nasceram na região da Grande São Paulo, o que corresponde a 4,27% destes 1.616. Deste total de 69, 39 tiveram como última residência a própria G.S. Paulo, representando 56,52% do total de nascidos na região (69) e 2,41% do total geral dos nascidos na Terra Paulista (1.616). Considerando-se apenas as três regiões de maior incidência do fenômeno, seguem-lhe a região de Marília com 11 absolutos, cujas percentagens em relação do exposto, foram - 15,94% e 0,68%. Detalhando mais: na região de Marília 7 pessoas residiram na sub-região de Assis, significando 10,14% dos nascidos na Grande São Paulo e 0,43% dos paulistas da amostragem (1.616).

Proveniência da população nacional não paulista e estrangeira, fixada em Paraguaçu Paulista, por local de nascimento e principais áreas, regiões e sub-regiões onde - tiveram sua última residência.

Tabela 23

Local de nascimento			ÚLTIMA RESIDÊNCIA							
(Estado, Região ou País)	TOTAL		Estado, País ou região administrat	Absolut. (áreas q maior m cidadem	% em relação ao loc. Nasc.		Sub-região Administrat	Absol. (sub-re giões c/ maior in cidencia	% em relação ao loc. Nasc.	
					Estado País	Total Geral			Estado País	Total Geral
Minas Gerais	187	32,24	Minas Gerais	48	25,67	8,28	Assis	29	15,51	5,00
			Marília	77	41,18	13,28	Rur. P.Pta.	35	18,72	6,03
			P. Prudente	17	9,09	2,93	P. Prudente	12	6,42	2,07
Paraná	104	17,93	Paraná	27	25,96	4,66	Assis	25	24,04	4,31
			Marília	32	30,77	5,52	Rur. P.Pta.	6	5,77	1,03
			P. Prudente	5	4,81	0,86	P. Prudente	5	4,81	0,86
Bahia	109	18,79	Bahia	27	24,77	4,66	Assis	22	20,18	3,79
			Marília	54	49,54	9,31	Rur. P.Pta.	29	26,61	5,00
			P. Prudente	7	6,42	1,21	P. Prudente	6	5,50	1,03
Nordeste (exce- to Bahia)	138	23,79	Nordeste	27	19,59	4,66	Assis	29	21,01	5,00
			Marília	54	39,13	9,31	Rur. P.Pta.	19	13,77	3,28
			P. Prudente	16	11,59	2,76	P. Prudente	11	7,97	1,90
Demais Estados do Sul, SE, CO, Nor- te (exceto Paraná)	42	7,24	Mato Grosso	7	16,67	1,21	Assis	9	21,43	1,55
			Marília	11	26,19	1,90	Rur. P.Pta.	1	2,38	0,17
			P. Prudente	5	11,90	0,86	P. Prudente	5	11,90	0,86
Total Geral	580	100,00	Marília	228		39,32	Assis	114		19,65
			P. Prudente	50		8,62	Rur. P.Pta.	90		15,52
							P. Prudente	39		6,72

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

Portugal	27	25,23	Portugal	3	11,11	2,80	Assis	4	14,81	3,74
			Marília	6	22,22	5,61	Rur. P.Pta.	2	7,41	1,87
			P. Prudente	5	18,52	4,67	P. Prudente	3	11,11	2,80
Japão	27	25,23	Marília	18	66,67	16,82	Assis	4	14,81	3,74
			P. Prudente	1	3,70	0,93	Rur. P.Pta.	10	37,04	9,35
							P. Prudente	1	3,70	0,93
Espanha	16	14,95	Marília	6	37,50	5,61	Marília	4	25,00	3,74
			P. Prudente	2	12,50	1,87	Rur. P.Pta.	1	6,25	0,93
							P. Prudente	2	12,50	1,87
Líbano	16	14,95	Libano	11	68,75		Assis	2	12,50	1,87
			Marília	2	12,50	1,87				
Italia	13	12,15	Marília	5	38,46	4,67	Assis	5	38,46	4,67
Outros Países	8	7,48	Marília	3	37,50	2,80	Assis	1	12,50	0,93
							Rur. P.Pta.	2	25,00	1,87
Total Geral	107	100,00	Marília	40		37,38	Assis	17		15,89
			P. Prudente	8		7,48	Rur. P.Pta.	15		14,02
							P. Prudente	6		5,61

Fonte: Levantamento direto, realizado em aproximadamente 1.000 residências - 1971/72

Obs. A nota explicativa referente à tabela aplica-se a esta.

Os estrangeiros têm presença mais acentuada nos períodos entre 1951 e 1960, com maior importância aos japoneses e portugueses, sendo que estes últimos, ao lado dos italianos, são os que se destacam no período anterior a 1940. (Tabela 26)

População urbana paraguaçuense de origem estrangeira
e período de fixação em Paraguaçu Paulista
Paraguaçu Paulista - amostragem de 1971/72

Tabela 26

	Ant. 1940		1941/50		1951/60		1961/70		sem defini- ção de data	
	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%
Japão	3	2,80	9	8,41	8	7,48	3	2,80	4	3,74
Portugual	9	8,41	5	4,67	9	8,41	3	2,80	1	0,93
Espanha	5	4,67	4	3,74	2	1,87	3	2,80	2	1,87
Líbano	1	0,93	2	1,87	7	6,54	5	4,67	1	0,93
Itália	7	6,54	2	1,87	1	0,93	-	-	3	2,80
Outros países	2	1,87	1	0,93	3	2,80	2	1,87	-	-
TOTAL	27	25,23	23	21,49	30	28,03	16	14,95	11	10,28
Total Geral 107 = 100,00%										

Portanto, a composição da população urbana quanto à sua proveniência no espaço e através do tempo, constitui em Paraguaçu Paulista mais um exemplo de um fenômeno já analisado por diversos campos das Ciências Humanas, que é o da migração rural-urbana, secundada por migração urbana-urbana, isto é, de cidades pequenas e médias para sub-polos e polos regionais, característico de nossa época.

Ainda neste sentido observa-se que as migrações vistas para o núcleo em questão guardam as linhas do processo geral: são intensas e marcantes em instância regional - regiões de Marília, sub-região de Assis, onde Paraguaçu se insere e região de Presidente Prudente - e acentuadas a partir da década de 1950.

4.5. Estrutura Profissional da População Urbana

Ao analisar-se a estrutura profissional tomar-se-ã como fonte os dados obtidos nos levantamentos diretos realizados em aproximadamente 35,5% da população urbana de Paraguaçu Paulista (segundo Censo de 1970), abrangendo 4.786 pessoas, realizados em fins de 1971, início de 1972.

Embora tenha-se confirmada a presença de pequena parcela de pessoas com menos de 14 anos exercendo alguma atividade (44), considerar-se-ã apenas aqueles com idade igual e superior a esta como potencialmente ativas, sendo a idade limite os 70 anos.

Dentro deste critério a população urbana apresenta para ambos os sexos 3.112 pessoas potencialmente ativas, onde o sexo masculino participa com 47,94% e o feminino com 52,06%. Neste conjunto a população economicamente ativa representa pouco mais que a metade, cabendo ao sexo masculino a expressiva participação, como demonstra o quadro que segue.

Quadro 17

	TOTAL		MASCULINO		FEMININO	
Pop.potencialmente ativa	3.112	100,00	1.492	47,94	1.620	52,06
Pop.economicamente ativa	1.576	50,64	1.157	37,18	419	13,46
Pop. não economic. ativa	1.536	49,36	335	10,76	1.201	38,60

Considerando-se a estrutura profissional desta população verifica-se o seguinte: o setor de maior concentração é o terciário de serviços, seguido, em ordem decrescente de participação, pelo primário, secundário e terciário de comércio. Neste total dos economicamente ativos apenas 7,04% constitui a parcela dos não assalariados, cabendo aos comerciantes 4,44%, figurando lo go a seguir os proprietários rurais com 2,04%, industriais com 0,44% e proprietários de atividades do terciário de serviços com 0,12%

(44) Neste levantamento apurou-se a existência de 37 pessoas - com menos de 14 anos exercendo alguma atividade, significando 0,77% do total da amostragem. Destes havia 19 mas culinos: 5 com 11 anos, 4 com 12 anos e 10 com 13 anos, pre dominando a ativiade de bôia-fria (8) e auxiliar de peque na indústria (6). As 18 do sexo feminino apresentaram 14 delas como empregadas domésticas, 3 como bôia-fria e 1 co mo auxiliar de atividade comercial.

Os não economicamente ativos têm sua expressão nas atividades domésticas (prendas domésticas), estudantil, figurando em terceiro plano aqueles que não definiram uma atividade na época dos levantamentos. Os demais têm mínima participação. (Tabela 27, figura 4.

Estrutura Profissional da População, distribuída por sexo e setor de atividade.

Paraguaçu Paulista - Amostragem -1971/72

Tabela 27

SETOR DE ATIVIDADE	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	abs	%	abs	%	abs	%
Primário	257	17,22	19	1,17	276	8,87
Secundário	215	14,41	16	0,99	231	7,42
Terciár.Comércio	185	12,40	26	1,60	211	6,78
Terciár.Serviços	500	33,51	358	22,10	858	27,57
TOTAL	1.157	77,54	419	25,86	1.576	50,64
Estudantes	139	9,32	189	11,67	328	10,54
Prendas Domésticas	-	-	795	49,07	795	25,55
Aposentados	54	3,62	-	-	54	1,74
Sem definição	91	6,10	207	12,78	298	9,57
Doentes e inválidos	16	1,07	4	0,25	20	0,64
Sem trabalho	35	2,35	6	0,37	41	1,32
TOTAL	335	22,46	1.201	74,14	1.536	49,36
TOTAL GERAL	1.492	100,00	1.620	100,00	3.112	100,00

FONTE: Levantamento 71/72

Outro aspecto a ser considerado é aquele da origem desta população.

Tomada aquela em idade ativa, verifica-se que 17,58% têm origem rural e 82,42% são de origem urbana.

Verificando-se a estrutura profissional para uma e outra origem nota-se, com pequenas diferenças, que ambas guardam as mesmas proporções apresentadas no total, o que pode ser visto através da Tabela 28.

Entretanto, esta população apresenta mudanças profissionais e de setores de atividades. Neste sentido far-se-á uma comparação entre a estrutura declarada no momento do levantamento (fins de 1971 e início de 1972) e aquela declarada imediatamente

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA ASSALARIADA E PROPRIETÁRIA
E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE NÃO ATIVA

Figura 4

Fonte: Levantamento por amostragem realizado em aproximadamente 1.000 residências (fins 1971 - inícios 1972)

(*) - inclusive sem trabalho e doentes (por ser inexpressivo p/ representação)

Estrutura profissional da população urbana, distribuída por sexo, setor de atividade e origem (rural ou urbana)
Paraguaçu Paulista - amostragem 1971/72

Tabela 28

SETOR DE ATIVIDADE	U R B A N O						R U R A L					
	MASCULINO		FEMININO		TOTAL		MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%
Primário	183	14,95	16	1,19	199	7,76	74	27,61	3	1,08	77	14,08
Secundário	172	14,05	16	1,19	188	7,33	43	16,04	-	-	43	7,86
Terc. Comércio	156	12,75	22	1,64	178	6,94	29	10,82	4	1,43	33	6,03
Terc. Serviços	425	34,72	298	22,22	723	28,19	75	27,98	60	21,51	135	24,68
TOTAL	936	76,47	352	26,24	1.288	50,22	221	82,45	67	24,02	288	52,65
Estudantes	121	9,89	157	11,71	278	10,84	18	6,72	32	11,47	50	9,14
Prend.Domésticas	-	-	640	47,73	640	24,95	-	-	155	55,55	155	28,34
Aposentados	52	4,25	-	-	52	2,03	2	0,75	-	-	2	0,36
Sem definição	72	5,88	184	13,72	256	9,96	19	7,09	23	8,24	42	7,68
Doentes e inválid.	13	1,06	3	0,22	16	0,62	3	1,12	1	0,36	4	0,73
Sem trabalho	30	2,45	5	0,37	35	1,36	5	1,87	1	0,36	6	1,10
TOTAL	288	23,53	939	73,75	1.227	49,78	47	17,55	212	75,98	259	47,35
TOTAL GERAL	1.224	100,00	1.341	100,00	2.565	100,00	268	100,00	279	100,00	547	100,00

FOIATE: Levantamento 71/72

antes. Em ambas as fases considerar-se-á a profissão da população como já integrante do núcleo urbano, uma vez que não houve elementos para determinar, no caso de imigrantes, se ocorreu mudança profissional quando estes se instalaram na cidade.

Com base nestes dados, construiu-se a Tabela 29, que se segue.

Mudanças Profissionais, considerando-se a profissão anterior e atual.

Paraguaçu Paulista - Amostragem - 1971/72

Tabela 29

ATIVIDADE ANTERIOR	A T I V I D A D E A T U A L																					
	T O T A L		PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERC.COMÉRCIO		TERC.SERVIÇO		ESTUDANTES		P.DOMÉSTICAS		S/DEFINIÇÃO		APOSENTADO		S/TRABALHO		DOENTES	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Primário	429	13,79	189	44,06	49	11,42	38	8,86	93	21,68	1	0,23	31	7,23	8	1,86	3	0,70	14	3,26	3	0,70
Secundário	188	6,04	12	6,38	79	42,02	14	7,45	53	30,19	-	-	9	4,79	-	-	13	6,91	7	3,72	1	0,33
Terc.Comércio	171	5,49	7	4,09	16	9,36	72	42,11	58	33,92	-	-	7	4,09	2	1,17	7	4,09	2	1,17	-	-
Terc.Serviço	402	12,92	6	1,49	17	4,23	23	5,72	266	66,17	9	2,24	34	8,46	9	2,24	30	7,46	7	1,74	1	0,25
Estudantes	349	11,21	1	0,29	11	3,15	13	3,72	182	52,15	172	34,96	11	3,15	8	2,29	-	-	1	0,29	-	-
Pr.Domésticas	622	19,99	2	0,32	3	0,48	4	0,64	31	4,98	1	0,16	580	93,25	1	0,16	-	-	-	-	-	-
S/ Definição	951	30,56	59	6,20	54	5,68	48	5,05	175	18,40	156	20,61	133	13,96	270	28,39	1	0,11	10	1,05	5	0,53
T O T A L	3.112	100,00	276	8,87	229	7,36	212	6,81	858	27,57	327	10,57	805	25,87	298	9,57	54	1,74	41	1,32	10	0,32

A presença, na cidade de população com atividades primárias, isto é, daqueles que ainda têm a sua atividade no campo (8,87%), é caracterizada principalmente por dois ramos: o proprietário rural, que faz da cidade a sua residência, e o assala

riado rural, que é na sua maioria recrutado para os trabalhos rurais durante as safras, plantios, conservação de pastos. Dos 276 rurais residentes na cidade, 17,39% são proprietários rurais e 82,61% constituem os assalariados, sendo 66,30% bôias-frias, 14,49% com vínculo empregatício (empregados com vencimentos mensais, administradores), 1,09% como tratoristas rurais. Apenas 0,72% declaram ser arrendatários.

O setor primário, considerando-se a atividade anterior e a atividade atual, apresentava na primeira fase 429 pessoas, representando 13,79% da população potencialmente ativa, enquanto que na segunda este número cai para 276, representando apenas 8,86%. Portanto, entre uma fase e outra há um decréscimo de 153 pessoas, o que significa uma queda de 28,04% no setor.

Dos 276 que na fase atual têm atividades primárias, 189 (44,06%) constituem aqueles que não mudaram de atividade, isto é, permaneceram no próprio setor. Aqueles que deixam o primário, 55,94%, o fazem principalmente para o terciário de serviços (21,68%) e para o secundário (11,42%). Estes fatos podem ser melhor apreendidos pela Tabela 29.

As opções para o terciário de serviços voltam-se principalmente para os serviços públicos e transportes. Nos serviços públicos as atividades mais procuradas estão ligadas ao Horto Florestal, Posto de Sementes, CEAGESP, que constituem atividades do terciário nitidamente ligadas ao primário, ou para o DER e serviços públicos municipais, principalmente para os trabalhos que requerem pouca qualificação. Nos transportes destacam-se os motoristas e ferroviários. Para as demais atividades deste terciário há uma dispersão que vai desde os serviços bancários aos de empregadas domésticas e lavadeiras.

As transferências do setor primário para o secundário são feitas principalmente em função da existência de indústrias de óleos vegetais e beneficiamentos de produtos rurais (Anderson & Clayton, Cia. SAAD, beneficiamento de arroz, café, serraria), que os recrutam na forma de empreitadas ou para determinados períodos (época das safras), ou da expansão da construção civil.

Os que se voltam para o terciário de comércio (8,86%), apresentam um pequeno número que se torna proprietário (comerciante) e os demais passam a ser balconistas, auxiliares, entregadores, caixas.

Esta população, exceto os proprietários rurais, do setor primário geralmente pouco qualificada, ao fixar-se na cidade de

bate-se com problema de emprego, isto porque tem que concorrer no mercado de trabalho, sendo limitada pela sua qualificação ou pela limitação natural das próprias condições econômicas da cidade. Face a isto observa-se que o setor primário, embora com decréscimo de aproximadamente 56% entre uma fase e outra, ainda é expressivo na estrutura das atividades, evidenciando a presença de uma população que foi expulsa do campo em função das mudanças que ocorrem na economia municipal e áreas próximas, por problemas advindos da atitude capitalista assumida pelos proprietários rurais reforçada pelo Estatuto do Trabalhador Rural, ou que foi atraída pelas possíveis melhores condições que a cidade poderia oferecer.

O setor secundário entre uma fase e outra apresenta crescimento de 21,80%, ou seja, eram 185 na fase anterior e na atual somam 229, caracterizado principalmente pela presença daqueles que não definiram ou declaram não ter uma profissão e dos oriundos do setor primário. Considerando-se apenas o secundário, verifica-se uma permanência de 42,02% e conseqüentemente um decréscimo de 57,98% que ocorre em benefício dos demais setores, principalmente do terciário de serviços acentuando-se uma vez mais a opção pelos serviços públicos. Este fato parece delinear uma procura de segurança econômico-social, pois, ao lado destes que se definem para estas atividades há aqueles que de uma atividade instável no secundário voltam-se para subempregos do terciário de serviços (bilheteiros, serviços ambulantes, carroceiros, guardas).

O terciário de comércio tem comportamento semelhante ao secundário, com um crescimento de 23,98%, isto é, entre uma fase e outra passam de 171 para 212. Considerando-se apenas o setor, verifica-se o decréscimo expressivo de 57,89%, uma vez que permanecem no setor apenas 42,11%. A mudança se faz para as demais atividades, com maior número para o terciário de serviços, acentuando-se novamente a opção para os serviços públicos e dos transportes. O crescimento deste terciário se faz à custa daqueles que vem do primário e daqueles que não apresentavam uma definição profissional na fase anterior.

O terciário de serviços é o que se apresenta mais expressivo na composição das atividades e é, também, o de maior crescimento: de 402 na atividade na fase anterior, salta para 858 na atual, significando aumento de 113,43%. Analisando-se apenas o setor este apresenta decréscimo menor em relação aos demais - 33,83%.

Estes que o deixam distribuem-se pelos demais, havendo predominância para o comércio e para as prendas domésticas. Como exceção, este é o setor que apresenta maior número de aposentados, constituindo 7,46% deste decréscimo.

O crescimento é definido pelo grupo de estudantes e por aqueles sem definição profissional na fase anterior, reforçado pelos oriundos do primário, terciário de comércio e secundário, como foi visto nas considerações anteriores, embora em proporções bem menores.

As opções verificadas para o terciário de serviços ou dentro dele, voltam-se principalmente para os serviços públicos, professores (embora estes também constituam, na sua quase totalidade, servidores públicos), empregadas domésticas, motoristas e mecânicos.

De certa forma estabelece-se neste setor o que já foi visto nas considerações sobre os demais setores: a população do ponto de vista profissional procura alcançar a sua segurança econômico-social através dos serviços públicos (vista uma fase e outra, quando a população os alcança na primeira, raramente há mudanças), ou através de melhor qualificação, seja por estudos ou "estágios" como é o caso de professores e pessoal empregado em escritórios, bancos não oficiais (estes geralmente, com exceção dos que ocupam posições de chefia, aguardam nestes empregos o momento de prestar um concurso público). Ao lado destes há uma parcela significativa de pessoas sem qualificação (empregadas domésticas) ou semi-qualificados (motoristas, mecânicos - nestes últimos os mais qualificados estão ligados às agências autorizadas da Ford, Volkswagen, Chevrolet ou à Anderson & Clayton),

Completando o quadro do terciário de serviços há, além dos profissionais liberais - que em algumas profissões não atendem às necessidades do centro urbano -, uma variedade de atividades, próprias de um pequeno núcleo urbano, mas que não chegam a constituir, em cada profissão, número representativo (eletricistas, sapateiros, garçons, barbeiros, poceiros, manicures, e etc.).

Finalmente dentro desta análise restam os não economicamente ativos, isto é, os sem definição profissional, prendas domésticas e estudantes.

Neste conjunto só se considerará aqueles que não definiram ou declararam não ter uma profissão ou atividade na fase anterior e aos estudantes. Exclui-se as prendas domésticas porque

têm pouquíssima participação nos demais setores de atividades e o crescimento apresentado advém do grupo que não define uma profissão ou atividade na fase anterior.

Os estudantes entre uma fase e outra apresentam relativa estabilidade. Observa-se entre a fase anterior e a atual que aqueles que deixam de ser estudantes ou pelo menos assim o declaram, definem-se para o terciário de serviços (52,15%) onde as atividades de escritório, serviços públicos, são os preferidos - (10%)-. Os novos estudantes provêm daqueles que na fase anterior não possuíam qualquer atividade, assim declarado, principalmente pela pouca idade.

O grupo daqueles que não definem uma atividade apresenta uma participação expressiva na fase anterior - 30,56% -, reduzindo-se na segunda fase a 9,57%. Este decréscimo reparte-se pelas diferentes atividades, havendo uma relativa igualdade para os setores primário, secundário e terciário de comércio. O terciário de serviços ao lado dos estudantes e prendas domésticas, são os que recebem a grande maioria (no conjunto aproximadamente 53%). Os que se encaixam no terciário de serviços (20,61%), o fazem para as atividades de escritório, serviços públicos, hospitais e mais de 25% tornam-se empregadas domésticas.

4.6. Estrutura Econômica da População Urbana

Procurar-se-á apresentar a estrutura econômica desta população através dos rendimentos auferidos tanto no global, por setor de atividade e renda per capita, em termos mensais, quanto pela condição de uso do domicílio e pelo acesso que esta tem a um grupo de bens de consumo durável.

Quanto ao rendimento familiar, os resultados obtidos abrangem 874 famílias (45), considerando-se as rendas de proprietários (comerciantes, industriais, fazendeiros), salários e rendimentos extra-salariais (pensões, aposentadorias, auxílios, etc).

Tomando-se o conjunto, o rendimento familiar médio mensal apresentava-se em fins de 1971, início de 1972 (época dos levantamentos) em torno de 3,37 salários mínimos regional. (46)

(45) Abrangeu-se apenas este número de famílias, de um total de 981, pelo fato de que estas forneceram as informações desejadas.

(46) Salário mínimo regional, na época = Cr\$ 216,00

Entretanto, vistas as diferentes classes salariais, o rendimento familiar médio mensal de 70% das famílias é inferior a esta média mensal, dos quais, 25% recebiam menos de 1 salário mínimo.

Por conseqüência, quando se observa os rendimentos totais pagos a esta população, verifica-se que 41,96% destes destinam-se a 77,23% das famílias que recebem abaixo de 4 salários mínimos, enquanto que 21,37% destes rendimentos voltam-se a apenas 3,83% das famílias, situadas na classe acima de 12 salários mínimos. (Tabela 30, figura 5).

Distribuição da renda média mensal familiar e total recebido por classe salarial.

Paraguaçu Paulista - Amostragem - 1971/72 Tabela 30

Classe salarial (sal. mínimos)	Nº de famílias por classe sal.	%	Tôtal recebido por classe sal.	%
0 a 2 sal.	412	47,13	106.494,00	16,61
2 a 4 sal.	263	30,10	162.490,00	25,35
4 a 6 sal.	79	9,02	75.790,00	11,83
6 a 8 sal.	41	4,79	66.100,00	10,31
8 a 10 sal.	35	4,00	69.200,00	10,80
10 a 12 sal.	10	1,13	23.900,00	3,73
+ de 12 sal.	34	3,83	137.000,00	21,37
TOTAL	874	100,00	640.974,00	100,00

Ao nível dos setores de atividades, os menores rendimentos são encontrados no secundário, onde a média mensal familiar está em torno de 2,29 salários mínimos e mais de 78% da população do setor apresenta rendimentos abaixo da média mensal familiar geral (3,37 salários mínimos). No setor primário a renda média mensal familiar apontava 4,55 salários mínimos e aproximadamente 60% do setor recebia abaixo do rendimento médio mensal geral. Para o terciário de comércio e serviços, verifica-se melhoria razoável nos rendimentos médios, sendo que o primeiro apresenta melhores níveis. Para o terciário de serviços, o rendimento médio mensal familiar é de 5,38 salários mínimos, com aproximadamente 50% abaixo da média geral. O terciário de comércio tem renda mensal familiar em torno de 6,38 salários mínimos e aproximadamente 40% do setor recebendo abaixo da renda média geral, que é de 3,37 salários mínimos. (Figura 6)

Outro aspecto a ser analisado, quanto à estrutura econômica desta população, refere-se à renda mensal "per capita".

Esta constituindo-se um aspecto detalhado daquela da renda média mensal familiar, reforça e evidencia um baixo rendimento econômico da população.

Considerando-se a renda média mensal "per capita", verifica-se que a mesma corresponde a 1/5 da renda média mensal familiar, caindo aníveis extremamente baixos nas classes economicamente inferiores. Reforçando este fato tem-se uma desproporção entre a população da classe de 0 a -2 salários mínimos e aquela acima de 10 salários mínimos da ordem de 1 para 15. (Tabela 31).

Renda Média Mensal "per capita"

Paraguaçu Paulista - Amostragem - 1971/72 Tabela 31

CLASSE SALARIAL	Nº DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESSOAS	TOTAL MENSAL RECEBIDO NA CLASSE	RENDA PER CAPITA MENSAL	Nº MÉDIO DE PESSOAS P/FAM.
0 a - 2 sal.	412	1.715	106.494,00	62,10	4,2
2 a - 4 sal.	263	1.656	162.490,00	98,10	6,3
4 a - 6 sal.	79	396	75.790,00	191,40	5,0
6 a - 8 sal.	41	222	66.100,00	297,70	5,4
8 a -10 sal.	35	156	69.200,00	443,60	4,5
10 e mais	44	204	160.900,00	788,70	4,6
T o t a i s	874	4.349	640.974,00	145,80	5,0

Finalmente, completando o quadro de análises, procurou-se verificar o acesso desta população urbana quanto à posse de

PARAGUAÇU PAULISTA
CURVAS DE FREQUÊNCIA DA RENDA MÉDIA MENSAL FAMILIAR POR SETORES DE ATIVIDADES

FIG. ⑥

Fonte: Levantamento 1971-72

domicílio e alguns bens de consumo durável (rádio, fogão a gás, geladeira, liquidificador, rádio-vitrola, enceradeira, televisão, carro). Estas análises foram feitas com base em levantamento realizado no início de 1971. (47).

Face ao tipo de levantamento realizado e para melhores / condições de análises, agrupou-se a população em 5 classes, sendo 4 com a amplitude de 2 salários mínimos e a última, com limite superior em aberto, abrangendo as frequências além de 8 salários mínimos. (Tabela 32)

Quanto à condição de posse do domicílio, verifica-se que pouco mais de 70% da população possui domicílio próprio, apresentando conseqüentemente a condição de inquilinos para pouco mais de 30%.

Vista a participação desta condição de posse do domicílio por classe salarial, verifica-se que mesmo na primeira delas, isto é, de 0 a -2 salários, a condição de domicílio próprio é elevada, estando próxima de 67% (48), chegando a pouco mais de 86% na classe acima de 8 salários mínimos.

Quanto à posse dos bens de consumo durável, verifica-se que há um acesso relativamente grande ao rádio e fogão a gás em todas as faixas salariais e à medida que estes bens se tornam mais sofisticados ou de maior valor, sua presença é definida ou acentuada a partir da classe de 6 salários mínimos, inclusive para os carros. (Tabela 32 , Figura 7)

Assim, a estrutura profissional e econômica da população apresenta grande instabilidade ocupacional, definida pela mobilidade não só daqueles vinculados ao setor primário, como dos vinculados aos outros setores considerados mais urbanos. Esta instabilidade tem, ao que parece, várias causas entre as quais pode-se citar as transformações nas relações de trabalho no campo, ocupação das terras pela pecuária e à falta de dinamismo da

(47) Este levantamento, considerado preliminar, constituiu na aplicação de pouco mais de 500 questionários na população urbana (domiciliares), tendo em vista linhas para posteriores levantamentos.

(48) Observações diretas feitas a estes domicílios, mostraram tratar-se na sua grande maioria de casas de madeira, construídas há mais de 25 ou 30 anos, sem pintura ou com uma simples caiçação, desgastadas pelo tempo, pequenas (geralmente com 4 cômodos), muitas delas com instalações sanitárias que se resumem na "casinha" com fossa negra.

Distribuição percentual por faixa salarial, com condição de posse do domicílio e de bens de consumo durável
População urbana de Paraguaçu Paulista
Levantamento preliminar de 1971.

Tabela 32

RENDIMENTOS			DOMICÍLIO				RÁDIO		FOG. À GÁS		GELADEIRA		LIQUIDIF.		RÁD. VITR.		ENCERAD.		TELEVISÃO		CARRO	
Classe de salário	Número de famílias na classe salarial	%	Próprio		Alugado		abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	
			abs.	%	abs.	%																
de 0 a -2	278	54,30	186	66,91	92	33,09	214	76,98	196	70,50	59	21,22	45	16,19	36	12,95	29	10,43	29	10,43	5	1,80
de 2 a -4	125	24,41	87	69,60	38	30,40	118	94,40	116	92,80	75	60,00	48	38,40	39	31,20	43	34,40	44	39,20	16	12,80
de 4 a -6	59	11,52	49	83,05	10	16,95	55	93,22	57	96,61	43	72,88	32	54,24	20	33,90	37	62,71	38	64,41	23	38,98
de 6 a -8	13	2,54	7	53,85	6	46,15	12	92,31	13	100,00	12	92,31	7	53,85	6	46,15	11	84,62	11	84,62	8	61,54
+ de 8	37	7,23	32	86,49	5	13,51	35	94,59	37	100,00	34	91,89	24	64,86	27	72,97	30	81,08	32	86,49	25	67,58
T O T A L	512	100,00	361	70,51	151	29,49	434	84,77	419	81,85	223	43,55	156	30,47	128	25,00	150	29,30	154	30,07	77	15,03

Fonte: Levantamento preliminar realizado no início de 1971

Obs. As percentagens sobre rendimentos foram calculadas com base no total das classes de salário = 512. As demais foram calculadas com base no número absoluto da classe salarial.-

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR FAIXA SALARIAL COM CONDIÇÃO DA POSSE DO DOMICÍLIO
E DE BENS DE CONSUMO DURÁVEL
PARAGUAQUÊ PAULISTA

Figura 7

economia urbana, que não crescendo em ritmo capaz de ampliar as oportunidades de trabalho ou de absorver esta mão-de-obra, faz com que ela se volte para atividades de baixa produtividade, na forma de subempregos no terciário, secundário ou na própria zona rural.

Tem-se portanto uma população que do ponto de vista profissional e das suas condições econômicas, apresenta-se vinculada na sua maioria aos setores de menor produtividade do sistema econômico, demonstradas pela presença de atividades que pouco ou quase nada exigem em termos de qualificação e, conseqüentemente, gerando baixos rendimentos.

Como conseqüência do reduzido rendimento, o poder aquisitivo é muito pequeno, refletindo-se diretamente sobre o nível de consumo. Este último aspecto parece apresentar-se em oposição aos fatos descritos, principalmente quanto à posse de domicílio por uma população de baixo rendimento. Entretanto, do que se verificou, essa posse é na sua maioria de períodos relativamente longos (perto de 40% dos domicílios particulares permanentes, apresentam um tempo de residência superior a 7 anos - Censo de 1970), de uma data onde a especulação e valorização dos imóveis pouco incidiam sobre o consumo e que refletem a falta de dinamismo urbano nesse período. Atualmente a aquisição de uma casa constitui privilégio de pequena parcela da população que apresenta pelo menos uma garantia salarial ou então a posse de um terreno, o que significa uma certa poupança.

Capítulo 5:- A ESTRUTURA URBANA

- 5.1. O Sítio Urbano
- 5.2. A Morfologia Urbana
- 5.3. O Equipamento Público Urbano
- 5.4. Espaço Livre, Espaço Construído e População
- 5.5. Origem e Evolução do Centro Urbano
- 5.6. Estrutura Urbana

5. A ESTRUTURA URBANA

5.1. Sítio Urbano

Através da análise da carta topográfica (49), verifica-se que o núcleo urbano de Paraguaçu Paulista estabelece-se em um sítio com feições planas, com altitude média de 500 metros, ocupando parte do espigão divisor dos ribeirões do Alegre (leste) e do Sapê (oeste) que correm paralelos e com direção / norte-sul. As declividades são mais acentuadas no sentido de um e outro ribeirão: a partir do espigão, no sentido do Alegre, esta é de 4%, enquanto que para o Sapê suaviza-se alcançando 3% (perfil A). No sentido norte-sul sente-se a planura do sítio, através dos 0,5% de declividade que este apresenta. (perfil B).

Do ponto de vista geológico, este espaço é constituído por uma área ocupada na sua totalidade por sedimentos cenozóicos indiscriminados, sobrejacentes à Formação Bauru e cuja espessura observada está em torno dos 60 metros. (Secção Geológica entre os Ribeirões do Sapê e Alegre).

O maior adensamento urbano encontra-se na vertente que corresponde à margem direita do Ribeirão Alegre. Nos últimos anos o núcleo urbano, transbordando o espigão, iniciou a ocupação da vertente esquerda do Sapê.

Estas feições geomorfológicas, geológicas e a localização da cidade dentro deste quadro, constituíram fatores favoráveis ou tornaram-se problemas para esta na sua evolução.

Nascendo na meia vertente do Alegre, expandindo-se ao longo desta em sentido ao ribeirão e mais rapidamente em sentido ao espigão, dentro de um quadro topográfico suave, o traçado das ruas fez-se de forma ortogonal, quebrando a sua monotonia em alguns pontos da cidade, não no traçado em si, mas em relação ao conjunto, resultado mais do processo de loteamento com se verá mais adiante.

A topografia facilitou a instalação das redes de águas e esgotos. A rede de águas, com seu sistema de tratamento e armazenamento localizado no espigão, teve na declividade das vertentes a queda natural, facilitando o abastecimento da cidade. A rede de esgotos, da mesma forma, foi implantada aproveitando-se deste fator, tendo seu emissário desaguardo no Ribeirão Alegre.

(49) - Paraguaçu Paulista - folha SF-22-Z-A-I-4, Carta do Brasil na escala de 1:50.000. IBGE, Superintendência de Cartografia, Departamento de Cartografia. Primeira Edição, 1974.-

Entretanto, a partir do momento em que a cidade inicia sua expansão para a vertente do Sapê, a topografia, que até então se constituía em fator favorável a este melhoramento, passa a representar problema, uma vez que toda a rede coletora está definida na vertente oposta.

No que toca à Geologia, a camada sedimentar pouco consistente, constituída por material areno-argiloso e conglomerados fracamente consolidados, de textura média, com ausência total de cimento, não ofereceu dificuldades para a implantação das redes de águas e esgotos, se analisado este fato apenas do ponto de vista técnico. Entretanto, estas características somadas às da localização da maior parte da cidade na vertente com maior declividade e o traçado das ruas, favorecendo a concentração e escoamento das águas pluviais em sentido ao Ribeirão Alegre, deram origem a voçorocas que constituíram ameaças, ou antes, impedimentos à expansão da cidade nessa área. Já a área da cidade localizada na vertente do Ribeirão Sapê, embora a rocha possua as mesmas características, ainda não apresenta estes problemas, pelo fato de que o escoamento é mais difuso em função não só da menor declividade, bem como da menor ocupação urbana ainda corrente de melhoramentos públicos tais como ruas sargeteadas, galerias, asfaltos, que favorecem a concentração das águas.

Ainda considerando estes aspectos - a Geomorfologia e a Geologia - um outro problema se propõe: a conservação das vias sem capeamento asfáltico, que após cada chuva apresentam valetamentos, principalmente aquelas orientadas em direção aos ribeirões.

Com relação à construção civil, o solo urbano não apresenta problemas de grande significância, não sendo, entretanto, considerado de boa qualidade, uma vez que as fundações para edifícios térreos têm sido feitas com profundidade de 4 a 5 metros, havendo casos que alcançam 7 a 8. Edifícios de 2 ou 3 pavimentos exigiriam fundações entre 8 e 12 metros.

Finalmente, considerando-se a futura expansão da cidade, observa-se que há boa reserva de espaço. As áreas mais favoráveis, quer pela topografia, quer pela presença ou facilidades / quanto à implantação dos equipamentos públicos, ocorrem nos sentidos norte (aeroporto, Jardim Panambi) e sul (Vila Nova). Entretanto, a maior valorização e expansão verifica-se para oeste, no espaço existente na vertente esquerda do Ribeirão Sapê, cujas condições topográficas não são muito diversas àsquelas do Ribeirão Alegre, sendo, portanto, menos favoráveis, principalmente considerando-se a necessidade e custos dos equipamentos públicos que deverão ser implantados.

SEÇÃO GEOLÓGICA ENTRE OS RIBEIRÕES DO SAPÉ E ALEGRE
PARAGUAÇU PAULISTA - 1.976

Figura 8

Organizado por José Maria Soares, 1976
Desenhado por Eliseu Sodrô Spicito

Perfil "A"

Perfil "B"

des. Eliseu S. Spicito

5.2. Morfologia Urbana

As construções urbanas em Paraguaçu Paulista apresentam em quase todo o espaço uma arquitetura mais ou menos homogênea, simples, onde as diferenças observadas são frutos do material em pregado, natureza do loteamento e aspectos econômicos, calcados na evolução histórica.

A madeira constitui o material quase que exclusivo nas construções até aproximadamente o final da década de 1920, quando começaram a surgir as primeiras construções de tijolos ou a substituição de edificações daquele por este material.

Nesta fase e mesmo além, na década de 1930, a ocupação do solo urbano foi, de certa forma extensivo, ou seja, com lotes amplos, com ausência de residências suntuosas que pudessem evi denciar um grande desenvolvimento econômico ou mesmo concentra ção de rendas na cidade.

O emprego do tijolo não subtrai o uso da madeira, persis tindo a sua presença até os dias atuais, embora diminuto, uma vez que o valor da construção neste material equipara-se à alve naria. Subsidiando este aspecto, a madeira tem o inconveniente de menor durabilidade e apresentar desvalorização razoável com o passar do tempo.

Um aspecto que já foi mais freqüente, mas de difícil pre sença nas construções recentes, é a construção mista: madeira e tijolos.

À medida que se definem no tempo as mudanças econômicas, desenvolvendo as funções urbanas com conseqüente aumento da po pulação, o solo citadino passa a ser ocupado mais intensamente e mais valorizado.

A cidade evolui, verificando-se um modelamento na estru tura imobiliária (lotes), principalmente nas quadras mais anti gas e centrais, com aspecto funcional já delineado.

Neste espaço antigo e central do núcleo urbano, as cons truções na maioria de uso comercial e serviços, passam a refle tira a valorização e a forma dos terrenos. Abrem-se diretamente sobre as ruas, os seus espaços livres constituem estreitos cor redores e à medida que se adensa o espaço construído, reduzem -se suas fachadas, constrói-se em altura (não mais que dois pa vimentos), surgindo atualmente com formas alongadas fazendo de saparecer, inclusive, os vazios interiores das quadras. As resi

dências, quando existem, ocupam o pavimento superior ou os fundos da construção, sendo raras as isoladas (Planta da quadra central com predomínio do terciário, figura 9).

O aspecto arquitetônico do conjunto é homogêneo e as nuances nele observadas se devem à idade, reformas, sendo raras as construções novas.

Para fora desta área e próxima a ela, encontra-se uma sucessão de construções cujas plantas e terrenos são frutos da especulação imobiliária e com interesse e valor particular. A construção modesta ou não, de alguma idade ou recente, ocupa o mais possível a frente do terreno, restando um pequeno espaço, geralmente ocupado por um modesto jardim. Os fundos são bastante amplos, constituindo um miolo vazio, arborizado e partilhado cada quadra. Em ponto algum verifica-se pelo menos o esboço de seu aproveitamento, o que poderia apresentar bons resultados em termos sociais, mas que do ponto de vista econômico torna-se inviável por constituir-se em elemento desvalorizador da propriedade particular. (Planta da quadra com predomínio da classe média, figura 10).

À medida que se avança para a periferia do núcleo urbano, os terrenos são mais amplos, resultantes da pequena valorização imobiliária e ocupados por modestas construções, com predomínio da madeira, edificada na parte frontal, restando pequena faixa, geralmente pouco cuidada, entre esta e a rua. A sua arquitetura é simples e se repete, restando muitas delas bastante deterioradas pelo tempo e revelando a condição econômica de seus proprietários ou ocupantes. (Planta da quadra com predomínio da classe pobre, figura 11).

Entretanto, estes não constituem, na cidade, os últimos estágios de habitação ou forma de ocupação do solo. Em certos pontos - Vila Nova e Barra Funda, principalmente - encontram-se algumas construções em taipa ou barracos. Construídas em barro, pau-a-pique, cobertas de sapê, de pisos de chão batido, sem as mínimas condições de higiene, elas ocupam um terreno que na maioria das vezes não é de sua propriedade, sendo habitadas por população paupérrima, cuja presença mais marcante na cidade data dos últimos 15 a 20 anos.

Em oposição a estes aspectos, verifica-se nos últimos 5 a 10 anos maior valorização do terreno e adjacências da área central e no extremo O-NO da cidade, face à atração de investimentos imobiliários proporcionados pela concentração de rendas ad

PARAGUAÇU PAULISTA
EXEMPLO DE QUADRA RESIDENCIAL COM PREDOMÍNIO
DA GLASSE MÉDIA

Figura 10

vindas da presença de fazendeiros, da projeção de alguns comerciantes e industriais e mesmo da melhoria do nível salarial' de algumas atividades oficiais ou particulares e a diferentes formas de financiamento.

Estes fatos modificam a concepção de dimensão dos terrenos e o estilo arquitetônico das construções. As edificações / são amplas, com plantas dentro de um conceito mais moderno e racional de aproveitamento, de acabamento mais fino, sem o exagêro do luxo no seu sentido estrito, exigindo para tanto terrenos mais espaçosos, cujas medidas consideradas boas estão entre 15 a 20 metros de frente por 30 a 40 metros de fundo.

AS construções voltadas para a produção industrial apresentam-se de três formas: imóveis adaptados à nova função; imóveis com características de barracão e imóveis construídos com requisitos técnicos para o fim a que se destinam.

No primeiro caso são imóveis ligados originariamente ao comércio ou serviços, ocupando quase sempre todo o terreno, tomando a sua forma, e que se diluem na fisionomia da cidade; no segundo são imóveis voltados ao beneficiamento de cereais, indústrias químicas e marmoraria, que ocupam parcela maior do terreno onde foram edificadas, com arquitetura que se distingue / com razoável facilidade no conjunto urbano. No terceiro caso estão os imóveis destinados ao beneficiamento de algodão, fábrica de óleos vegetais e as serrarias, constituindo os imóveis construídos com os requisitos técnicos necessários a estas indústrias e facilmente perceptíveis na morfologia urbana: os seus terrenos são bastante amplos e sua arquitetura própria, com variações que atendem às exigências das diferentes unidades da indústria. Neste sentido a maior simplicidade e pobreza arquitetônica encontram-se nas serrarias.

Finalmente destacam-se do conjunto de imóveis urbanos , aqueles públicos, que se caracterizam pelo seu estilo e padrão de construção, sendo bastante amplos e com terrenos espaçosos, cujos capitais empregados nas suas edificações são na maior parte externos: o Fórum, Caixa Econômica Estadual, Bancos, Hospital, Centro de Saúde, Estabelecimentos Educacionais, Ginásio de Esportes, Igrejas, etc..

5.3. O Equipamento Público Urbano

O equipamento público urbano constitui um conjunto de e lementos - ruas, praças, pavimentação, água, esgoto, iluminação - integrantes do espaço citadino, com usufruto por toda a comunidade.

As ruas, espaços livres de uso coletivo, voltadas e ssencialmente à circulação, têm, em Paraguaçu Paulista, traçados qua se que essencialmente retilíneos e perpendiculares, face à for ma em tabuleiro de xadrez que a cidade possui. (Planta 1)

Entretanto, algumas delas apresentam quebra na monotonia da planta urbana em virtude de mudanças de direções e traçados, vinculados ao processo histórico da cidade ou aos loteamentos mais recentes.

O setor sul é portador das mais perceptíveis modificações ao tabuleiro de xadrez do corpo principal da cidade.

Este setor é caracterizado pela presença de ruas com traçados oblíquos, embora retilíneos.

Um primeiro conjunto é representado pelas ruas de direção leste-oeste a partir da rua Iepê. Ao que tudo indica esta obliquidade foi definida inicialmente pelos trechos das ruas Iepê e Assis, abaixo da rua 7 de Setembro, tendo estas se cons tituído nas mais antigas saídas para a cidade de Assis. Recente mente, com a expansão do loteamento da Vila Atayde, acima da rua 7 de Setembro, aquelas ruas foram prolongadas com o traçado inicial, quebrando a perpendicularidade da planta da cidade nes te setor.

Contudo a grande modificação nesta face urbana é ocasio nada pelos traçados da Avenida Siqueira Campos e Rua Conceição de Monte Alegre.

Ambas são paralelas entre si, mas oblíquas em toda sua extensão ou em parte, à planta da cidade, sendo este aspecto mais perceptível para a Avenida Siqueira Campos.

A rua Conceição de Monte Alegre, mais antiga, constituiu nos primórdios da cidade parte do caminho que demandava ao nú cleo de Conceição de Monte Alegre. Posteriormente este caminho transferiu-se para um novo espaço traçado prolongando a Av. Si queira Campos e paralelo ao anterior.

Este prolongamento, que atualmente constitui parte da citada avenida, norteou o loteamento da Vila Nova, que embora tendo ruas perpendiculares, no conjunto é desvinculada no espa

ção maior da cidade, e oblíquo a este.

Na Barra funda a quebra do traçado perpendicular das ruas é encontrado no primeiro trecho da rua José Salomão, à rua Monteiro Lobato, rua Paula Souza, avenida Gago Coutinho e rua Borã.

A primeira quadra da José Salomão constituiu, na Barra Funda, o primeiro espaço público aberto na época da fundação da cidade, orientando-se para o caminho rural que conduzia à Fazenda Três Barras, outras propriedades rurais e posteriormente à Lutécia.

O traçado deste trecho inicial definiu a rua Monteiro Lobato, que lhe é paralela e possuidora, ainda hoje, de pequena parte daquele antigo caminho rural.

A avenida Gago Coutinho, ruas Paula Souza e Borã têm traçados oblíquos por terem sido abertas paralelamente à ferrovia, que de certa forma orientou o loteamento nesta parte da cidade.

Finalmente, a face norte apresenta um loteamento do tipo inglês (Jardim Panambi), com suas ruas formando anéis, cujas saídas se fazem pela avenida Galdino e rua Uruguai, constituindo a maior anomalia no conjunto urbano. Sua presença é recentíssima - fins de 1974. (Planta 1)

Dentro da sua organização, isto é, rede de vias que constituem na cidade, as ruas apresentam uma característica funcional às vezes ligada à circulação e à função dos imóveis que as bordejam.

Originariamente tiveram todas elas as mesmas possibilidades de destaque, sendo largas e assentadas em um sítio de extrema suavidade.

Dentro do aspecto circulação, são mais favorecidas as avenidas Siqueira Campos, Paraguaçu, Gago Coutinho e rua 7 de Setembro.

Têm importância na rede viária urbana por constituírem saídas para outras cidade e zona rural. Entre elas o maior destaque cabe à Avenida Paraguaçu, que constitui a via principal da cidade, sendo também a mais ampla, ligando-se na sua extremidade oeste à rodovia asfaltada SP-284 (50). Em segundo plano está a Siqueira Campos que liga a cidade à rodovia SP-284 e à Raposo Tavares. A partir da avenida Paraguaçu, é o trecho de maior movimento de veículos na cidade.

(50) SP-284 Rodovia asfaltada ligando Assis-Paraguaçu Paulista - Quatã-Rancharia-Martinópolis. Apenas o último trecho não possui asfalto.

A avenida Gago Coutinho constitui a ligação entre o núcleo urbano e o acesso que conduz ao município de Borá e a Rodovia SP-421 (51).

Atualmente a 7 de Setembro perde gradualmente a sua importância como saída para Assis. Foi, desde a abertura desta rodovia, praticamente o seu único acesso, sendo que atualmente a circulação com este objetivo se transfere para a Avenida Siqueira Campos.

Completando o quadro de circulação, resta definir a importância de partes de ruas que constituem passagem e ligação, de setores da cidade, por sobre a ferrovia. Estes trechos têm considerável importância por atraírem todo o fluxo de circulação entre uma e outra parcela urbana.

A mais importante está nos primeiros trechos das ruas José Salomão e Pedro de Toledo. Após esta temos os primeiros trechos da Castro Alves e Engenheiro Loschi e finalmente a passagem existente na rua Tiradentes.

Ao lado deste aspecto de circulação, há trechos de ruas que se destacam pela presença de funções urbanas, principalmente do comércio e serviços.

A maior importância verifica-se nos trechos das ruas que cortam a área central e estes são: Manílio Gobbi, Irmã Gomes, avenida Paraguaçu, 12 de Março e Pedro de Toledo, entre a Avenida Brasil e a rua Santos Dumont; Santos Dumont, 15 de Novembro, 7 de Setembro e Avenida Brasil, entre a rua Manílio Gobbi e Pedro de Toledo.

São trechos comerciais e de serviços, sendo mais valorizados aqueles da rua 7 de Setembro e avenida Paraguaçu.

Servindo à função industrial, apenas as ruas Engenheiro Loschi, Castro Alves, Av. Jorge Esteves e rua Assis, tem relativa importância, por constituírem as vias de acesso à fábrica de óleos vegetais e beneficiamento de algodão, sendo mais utilizadas pelos veículos pesados que àquelas demandam.

Por fim, dominam as ruas servindo predominantemente espaços residenciais, ruas estas que têm fisionomia e importância comum na cidade.

As praças públicas constituem os espaços voltados principalmente ao lazer, apresentando-se na cidade como jardins ou

(51) SP-421 Rodovia, em processo de asfaltamento, que liga a SP-284 à partir de Paraguaçu Paulista, a Lutécia, Oscar Bressane e Rodovia SP-333 Assis-Marília.

praças desportivas.

Os jardins encontram-se dispersos, possuindo quase sempre a forma retangular ou quadrangular, face ao tipo de loteamento dominante.

A praça mais antiga é a 9 de Julho, localizada entre a avenida Paraguaçu, ruas Santos Dumont, Irmã Gomes e XV de Novembro, que ao lado das características de praça de "passeio" compõe o conjunto arquitetônico da Igreja principal da cidade. Sua origem data da fundação da cidade, através de doação feita pelo proprietário das terras ocupadas pelo núcleo urbano. Bastante cuidada, é cortada por uma série de alamedas que convergem para a porta principal da Igreja. Constitui o ponto de maior procura pela população para o lazer.

Ao seu lado, face sul, há a praça que serve o Centro Administrativo onde estão o Forum, Caixa Econômica Estadual, Posto de Fiscalização Estadual, Câmara Municipal, Agência do IBGE, Correio e Telégrafos. Apresenta um contorno ajardinado, sendo o centro arborizado, destinado ao estacionamento que serve estas repartições. Além desta função, tem função política, pois, em um de seus lados (voltada para a rua Irmã Gomes) é utilizada para as manifestações e comemorações cívicas. Sua definição é recente - pouco menos de 10 anos - tendo constituído a sua área central oficina de reparos e garagem da Prefeitura Municipal.

À frente da estação ferroviária encontra-se a maior e mais recente praça pública.

Originariamente resumia-se ao prolongamento da avenida Paraguaçu, abaixo da avenida Brasil, cujas laterais eram ocupadas por alguns canteiros arborizados. Além, para um lado e outro, havia residências de ferroviários e após estas, em direção à rua Pedro de Toledo, o espaço era ocupado pelo "pateo de toras" para embarque pela ferrovia.

Após 1958, através de sucessivas desapropriações e com a colaboração da colônia japonesa, chegou-se à sua forma atual: amplo espaço ajardinado e destacando-se no centro a fonte luminosa sonora e no extremo norte, um conjunto em estilo oriental japonês. A praça estende-se desde a altura do Mercado Municipal à rua Pedro de Toledo, por mais de 400 metros, embora seja cortada pelas ruas Irmã Gomes e 12 de Março.

Constitui uma praça de "passeio".

Além destas há pequenos espaços fronteiros às igrejas da Barra Funda e Nossa Senhora Aparecida na Vila Affine, a praça

entre a avenida Siqueira Campos, Santos Dumont e Engenheiro Loschi e o jardim do cemitério.

Os primeiros são pouco cuidados, sem ajardinamento, servindo apenas de acesso às igrejas. O segundo espaço é todo arborizado, gramado, voltado ao descanso e constituindo um "ponto" de espera de ônibus e conduções que demandam a Assis, Conceição de Monte Alegre ou em direção à Raposo Tavares.

Finalmente, o espaço frente ao cemitério: todo arborizado, gramado, possuindo um vaso luminoso. Sua função é exclusivamente de embelezamento à necrópole.

Estas duas últimas praças têm a forma triangular.

Como praças esportivas há na cidade a quadra de esportes "Elzinha" e o Estádio Municipal Carlos Affine.

A primeira constitui um espaço de esquina entre as ruas Nilo Peçanha e Siqueira Campos, ocupado por uma quadra para esportes de salão. Sua presença é provisória, enquanto aguarda-se o término das obras do Ginásio de Esportes, que encontra-se à sua frente, na esquina oposta.

O Estádio Municipal, localizado nos extremos da Avenida Brasil e rua 7 de Setembro, foi, durante muito tempo, utilizado apenas para a prática do futebol e atletismo, tendo, a partir dos últimos 5 anos, somada a função de sede e local da feira agro-pecuária anual do município.

Aproximadamente 38% das ruas da cidade são pavimentadas, sendo 33% com asfalto e 5% em "blokret", havendo como complementação alguns trechos de ruas que foram empedradas. (Planta 2)

Este equipamento urbano tem início de sua implantação por volta de 1951/52, na quadra da rua 7 de Setembro entre a rua 12 de Março e avenida Paraguaçu na primeira etapa, feita com lajotas de concreto (blokret), toda a área central, beneficiando diretamente a área de comércio e serviços.

Após 1955/56 o capeamento das ruas passou a ser feito por asfalto que, na sua expansão inicial, cobriu toda a periferia do centro e orientando-se, além desta, para os setores de maior densidade de construções, fator que atualmente norteia os projetos de ampliação deste serviço.

Além do fato densidade construída, foram observadas as condições sócio-econômicas da população e o atendimento à circulação na implantação do equipamento. Estes aspectos podem ser observados na Barra Funda, onde a densidade das construções, em boa parte do conjunto, pressupõe a presença do equipamento, mas

este existe nos eixos principais de circulação, na sua pequena área comercial ou onde há população economicamente melhor aqui nhoada.

Visando a conservação das ruas e, por complemento, servindo a circulação, 3,2% das ruas são "empedradas", sendo a maior parte em ruas da Barra Funda. (Planta 2)

O sistema de abastecimento de água existente em Paraguaçu Paulista, foi implantado a partir de 1951.

O manancial utilizado neste sistema é o Ribeirão Alegre, a leste da cidade, com vazão da ordem de $1,2 \text{ m}^3/\text{segundo}$, cujo curso dista aproximadamente 2.700 metros da estação de tratamento localizada nos "altos do centro urbano", no início da rua Armando Salles de Oliveira.

Segundo a relação fornecida pela Prefeitura Municipal - (maio de 1972), a distribuição de água é feita através da rede com 42.630 metros de extensão e 2.866 ligações. Considerando-se a média de 4,6 habitantes por domicílio na cidade, tem-se aproximadamente 13.100 habitantes servidos, o que significa mais de 95% da população urbana. (Planta 3).

Embora abrangendo quase toda a cidade, com manacial suficiente para atender a demanda, pelas informações obtidas, o sistema apresenta problemas relacionados ao dimensionamento e à idade do material existente, principalmente na adução, captação e tratamento.

Face a isto, a Prefeitura Municipal volta suas atenções para o aproveitamento do poço estratigráfico perfurado pela Petrobrás, nas proximidades oeste da cidade, por volta de 1961/62. Em 1971 a Prefeitura contratou os serviços do I.G.G. para as obras de limpeza do referido poço com intuito de explorar a sua água para abastecimento público o que, de certa forma, aliviará em bastante o serviço existente atualmente, pois a vazão é de $113 \text{ m}^3/\text{hora}$ de água praticamente pronta para o consumo.

A cidade é servida por rede de esgotos que tem a sua implantação concomitante à do sistema de abastecimento de água.

Os dejetos captados por esta rede são lançados, sem tratamento, no Ribeirão Alegre a aproximadamente 1.500 metros abaixo do local de captação da água.

A rede coletora, tem aproximadamente 39.000 metros de extensão e cerca de 2.350 ligações, significando, face à média de habitantes por domicílio em torno de 4,6 um atendimento de aproximadamente 80% da população urbana. Contudo há, sem que se

possa no momento defini-los quantitativamente, um número de domicílios que embora possuindo rede de esgoto na rua, não são a ele ligados.

No conjunto urbano apenas a periferia, inclusive grande parcela da Barra Funda, não possui este equipamento. (Planta).

Atualmente um problema se propõe à administração municipal o transbordamento da cidade em direção ao vale do Sapé (Vila Galdino e parte do Jardim Paulista) mudando a direção da declividade, tornando bastante difícil a expansão da rede para este setor do espaço urbano.

5.4. Espaço Livre, Espaço Construído e População

O espaço ocupado pela cidade é de aproximadamente 4.800.000 m², onde as ruas cobrem 8,95%; as áreas vazias, isto é, sem qualquer edificação, 34,17% e os terrenos que possuem edificações 46,88%. Neste espaço urbano total, as áreas destinadas ao lazer - jardins, logradouros públicos, praças esportivas - ocupam apenas 2,08% e as áreas edificadas somam 7,65%.

Estes fatos e os que seguem podem ser vistos em detalhe através da tabela 33 e planta 5.

Abrigando uma população urbana de 13.331 habitantes (Censo de 1970), o espaço total da cidade apresenta uma relação de 1 habitante para 360 m². Excetuando-se a área das ruas (1 habitante para 68,3 m² de rua) e destinadas ao lazer (1 habitante para 7,5 m² de área de lazer), esta relação passa a ser de 1 habitante para 284,3 m².

Considerando-se os espaços com edificações tem-se uma relação de 1 m² de área construída para 6,1 m² de terreno. Por outro lado, as relações entre estes espaços e a população urbana são muito mais amplas: 1 habitante para 27,6 m² construído e 1 habitante para 168,8 m² de terreno com edificação, inclusive esta.

Os terrenos vazios, isto é, terrenos sem qualquer edificação, apresentam, dentro do quadro urbano, uma relação de 1 habitante para 123,1 m².

Entretanto, segundo o fim a que se destinam e tipo de material utilizado nas construções, verifica-se variações nestas relações.

Os imóveis para fins residenciais ocupam 68,65% dos terrenos que possuem edificações e as suas edificações representam 63,53% da área construída total. Esta ocupação nos dá uma relação de 1 m² construído para 6,6 m² de terreno e uma densidade demográfica urbana mais real: 1 hab/17,5 m² construído e 1 hab/115,9 m² de terreno. Quanto ao material utilizado, tem-se certo equilíbrio entre a área edificada em alvenaria e em madeira, com presença pequena das construções mistas (6,2%). Contudo os terrenos ocupados pelas residências em madeira constituem quase 70% da área dos terrenos residenciais, restando à alvenaria pouco mais de 26% e às mistas 4%.

O comércio e serviços têm 27,64% da área dos terrenos que possuem edificações e 21,45% da área construída, significando 1 m² construído para 4,7 m² de terreno. Neste setor de atividades há amplo predomínio das construções em alvenaria, com pequena pre-

sença dos edifícios mistos e quase nula daqueles em madeira. Conseqüentemente os terrenos obedecem a mesma participação, sendo pouco mais espaçosos aqueles ocupados pelas construções mistas.

O setor industrial ocupa o menor espaço e possui a menor área construída, mas dispõe de maior relação espaço construído / espaço livre: 8,83% dos terrenos que possuem edificações, 9,90 % da área construída e uma relação de 1 m^2 construído/ $6,9 \text{ m}^2$ de terreno. (Tabela 33)

Com referência ao material utilizado, o aspecto se propõe de maneira semelhante ao comércio e serviços: predomínio da alvenaria tanto em área construída quanto dos terrenos que ocupam seguida da madeira, esta bem mais realçada em relação à atividade anterior e finalmente, as construções mistas.

Utilizando-se a divisão setorial do I.B.G.E., para o Censo de 1970, observa-se que o espaço construído é mais denso no conjunto formado pelos setores 1, 2, 3 e 4.

Este conjunto setorial tem 51,99% da área urbana edificada sobre apenas 33,58% dos terrenos urbanos com construção. A relação espaço construído/espaço livre confirma estes fatos: 1 m^2 construído/ $3,9 \text{ m}^2$ de terreno.

Considerando-se cada setor, esta densidade é marcante nos setores 1 e 3, cujas relações área construída e terreno são da ordem de $1 \text{ m}^2/2,1 \text{ m}^2$ e $1 \text{ m}^2/2,7 \text{ m}^2$, respectivamente. O setor 2 aproxima-se da média, sendo o 4 portador de terrenos mais amplos.

Nestes setores a predominância do espaço edificado define-se para a função residencial, exceto nos setores 1 e 3, onde o comércio e serviços têm grande presença, fato mais caracterizado no primeiro deles. Não deve ser negligenciada a área industrial, pois a sua presença corresponde a pouco mais de 26% do total da área industrial urbana, embora ocupando menos de 9% dos terrenos para o mesmo fim.

Quanto ao material utilizado nas construções, a alvenaria é predominante, não só pela área edificada mas pelo espaço territorial livre que possui, havendo neste último aspecto, exceção ao setor 2 onde os terrenos pertencentes às edificações em madeira são mais amplos.

Ainda com relação ao material utilizado, observa-se que as relações espaço construído/espaço livre são bastante reduzidos no que toca à alvenaria, mais folgados nas áreas ocupadas pela madeira e construções mistas. No conjunto o setor 4 foge completamente a estas características, dispondo as construções de gran

des espaços o que muda muito a relação entre o espaço edificado e o espaço livre.

As densidades demográficas encontradas são as mais baixas da cidade, considerando-se apenas as áreas construídas para fim residencial e respectivos terrenos. Apenas o setor 4 tem razoável densidade, o que pode ser explicado pela presença de um grande número de construções relativamente pequenas antecedendo a fase atual a qual apresenta casas mais amplas e terrenos mais espaçosos, como já se viu anteriormente.

Os demais setores, 6 a 10, tem 48,0% da área edificada e 66,41% dos espaços que contêm construções, trazendo para o conjunto a relação de $1\text{ m}^2\text{C} / 8,5\text{ m}^2\text{T}$. (C= construído; T= terreno)

Considerando-se os diferentes setores do conjunto, os mais densos em área edificada correspondem ao 5, 7 e 8, onde as relações são: $1\text{ m}^2\text{C} / 7,1\text{ m}^2\text{T}$, $1\text{ m}^2\text{C} / 6,5\text{ m}^2\text{T}$ e $1\text{ m}^2\text{C} / 5,2\text{ m}^2\text{T}$, respectivamente. A menor densidade é encontrada no setor 10, onde esta relação é de $1\text{ m}^2\text{C} / 5,2\text{ m}^2\text{T}$.

Esta maior ou menor densidade deve-se não só à área que o espaço edificado apresenta, mas principalmente ao espaço livre de que estes dispõe. Assim, o setor 7 apresenta boa densidade construída porque a área dos terrenos portadores de edificações é pequena, enquanto que o setor 9, com uma das menores densidades construída, tem no espaço edificado área bem maior que aquela do setor 7, sendo, entretanto, bastante ampla a sua área territorial livre.

Neste setor verifica-se a predominância da área construída para a função residencial, seguida pelo comércio e serviços (comércio nos setores 6 e 7 e serviços nos setores 5, 8 e 10). A área industrial concentra-se nos setores 8 e 9, correspondendo a área construída a mais de 62,0% da área industrial urbana, sobre mais de 77% dos terrenos utilizados para o mesmo fim.

Os grandes espaços livres estão vinculados às construções residenciais e de madeira, exceto nos setores 8 e 9 onde os serviços e a indústria detêm parcela razoável destes. O setor 9 apresenta amplos espaços ocupados pelo Almoxarifado da Prefeitura Municipal, Delegacia de Polícia, Estádio Municipal e pela Cia. SAAD., ligada ao beneficiamento de algodão, no setor 8 o grande espaço livre está vinculado à fábrica de óleos vegetais da Anderson & Clayton.

Quanto ao material utilizado, há predominância da área construída em alvenaria, com maior parcela destinada ao uso do

comércio e serviços. Entretanto, o conjunto espacial livre que a serve é bastante inferior àquela de madeira, como se viu acima.

Desta forma, verifica-se que as relações espaço construído/espço livre são bastante reduzidos na alvenaria, quando comparados àquela para as construções em madeira, exceto no setor 8, onde a área livre destinada à alvenaria é duas vezes àquela destinada às construções em madeira, fato justificado pela presença dos estabelecimentos públicos e industriais, que exigem grandes espaços.

Tomando-se cada setor e suas respectivas áreas construídas, tem-se um predomínio do espaço ocupado pela madeira nos setores 5, 6 e 10, enquanto que a alvenaria prepondera nos demais. Um aspecto a ser observado é o de que em nenhum dos setores em questão, a área total em alvenaria é maior que aquela em madeira, quando se destina ao uso residencial.

A construção mista tem neste conjunto setorial menor expressão que no conjunto anterior. A sua participação por setor é pequena, e definida em mais de 80% nos setores 5, 8, 9 e 10, tanto no ponto de vista das edificações quanto dos seus espaços livres, sendo o fim residencial dominante - mais de 70%.

As densidades demográficas são as mais altas da cidade, tomando-se os espaços construídos para residências e seus terrenos.

Considerando-se as relações habitante/espço construído e habitante/espço livre, verifica-se que as construções residenciais são pequenas enquanto que os seus terrenos são amplos.

Tomando-se a primeira relação, os setores 9 e 10 são menos densos populacionalmente, isto porque parte destes setores são contíguos aos setores centrais, demonstrando a presença de residências mais espaçosas. Em contrapartida, a relação habitante/espço livre mostra os mais altos índices de toda a cidade, isto porque na face externa destes setores muitas residências constituem uma ilha de pequena área construída em meio a imenso espaço livre que lhe pertence. Este fato é mais comum nos loteamentos da Vila Atayde e Vila Nova.

Planta 5

PARAGUAÇU PAULISTA

RELACÃO ÁREA CONSTRUÍDA, ÁREA DO TERRENO E POPULAÇÃO POR SETOR, 1974.-

-Divisão setorial organizada pela Agência do I.B.C.E., Censo de 1974.-

-As relações M^2 construído/ M^2 de terreno, referem-se à toda área construída e respectivos terrenos. As relações populacionais estão vinculadas apenas às áreas para fins residenciais.

SETORES	M^2c/H^2t	Hab/ M^2c	Hab/ M^2t
1	1/2,1	1/28	1/72
2	1/3,7	1/24	1/95
3	1/2,7	1/35	1/97
4	1/11,1	1/18	1/145
5	1/7,1	1/12	1/85
6	1/10,1	1/9	1/112
7	1/6,5	1/12	1/96
8	1/5,2	1/13	1/76
9	1/10,8	1/18	1/170
10	1/14,1	1/15	1/230

Nesta primeira fase da expansão urbana, os primeiros elementos dos diferentes setores de atividades já se faziam presentes.

A atividade industrial, de um lado ligada a produção rural, se vê representada pelas primeiras serrarias, localizadas em ambos os lados da ferrovia, e pelo beneficiamento do arroz e café, esta com uma posição mais central face a atividade comercial que seu proprietário exercia na época. De outro lado a atividade industrial voltada para as necessidades urbanas, representadas pelas padarias, tipografias e funilaria, disseminadas pelo centro da cidade.

As atividades de comércio e serviços, dispostas na sua maioria ao longo das atuais avenidas Brasil e rua José Salomão, somavam de 30 a 40 estabelecimentos, predominando as lojas ou armazéns, os hotéis e pensões. Ao lado destes os açougues, farmácias, selarias e sapatarias, bares, cinemas, salões de barbeiro, escola, igreja, completavam o conjunto destas atividades.

Complementando o quadro, embora sem possibilidades de defini-los espacialmente e numericamente, havia as residências que pelas informações obtidas, apresentavam-se de forma mista aos estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais, ou de forma independente, mais rarefeitas, dentro dos limites já fixados.

Nesta fase a economia do município voltava-se para atividades criatórias ao lado da qual iniciou-se a cafeicultura resultando, conseqüentemente, na abertura e ocupação das terras e aproveitamento das matas. Estes fatos dinamizam o espaço urbano e rural, ativando a fixação, formação e crescimento da população.

Na segunda fase, entre o final da década de 1920 e início da década de 1940, o espaço urbano apresenta significativa expansão e ocupação.

O quadro esboçado inicialmente amplia-se e seus limites, passam a ser delineados pelas atuais ruas Marechal Deodoro, Tiradentes, trechos da Felício Tarabay, Rui Barbosa, avenida José Jorge Esteves e rua do Ginásio.

O desenvolvimento dos setores de atividades alteram o quadro inicial, através de um razoável adensamento e pequena ampliação do mesmo, sendo que esta se define apenas pela mudança dos seus limites da atual rua 15 de Novembro para a Santos Dumont e para as atuais José Jorge Esteves e Gago Coutinho, nas

suas primeiras quadras, partindo-se da José Salomão. (Planta 7)

O maior crescimento e ocupação cabe ao terciário de comércio. Quase ao final desta fase (1938), este setor somava mais de 100 estabelecimentos, concentrados na sua quase totalidade no quadro delineado acima. A sua predominância uma vez mais é caracterizada pelos secos e molhados, lojas com comércio de fazendas e artigos variados ao lado de uma boa presença dos bares e botequins.

O terciário de serviços acompanha-o neste desenvolvimento, ampliando o campo de suas atividades com a presença de mêdicos, dentistas, advogados, tinturarias, alfaiatarias, oficinas de consertos, etc., cabendo, entretanto, aos hotéis e pensões o maior número seguido pelas barbearias. Ao final do ano de 1938 o número de estabelecimentos e atividades de serviço era superior a 50.

A atividade industrial que cresceu mais em função das necessidades urbanas (padarias, marcenarias, serralherias, funila^{rias}) tem, embora em número restrito, mais expressão naquelas ligadas ao desenvolvimento do café e algodão. A primeira cultura dá origem a mais três máquinas de beneficiamento do produto, enquanto que a segunda oferece condições para as primeiras instalações de beneficiamento (1935/35). Estas atividades industriais não apresentam concentração ou preferência no núcleo urbano, mas guardam os limites já assinalados para o espaço citadino. Cabe apenas lembrar que os beneficiamentos de algodão se colocam ao lado da ferrovia, nos dois extremos da cidade, cortada por esta.

A função residencial apresenta-se bastante desenvolvida com adensamento junto ao centro (imóveis mistos) e periferia, rarefazendo-se na medida que se afasta destes. Entretanto, é o quadro residencial que define os limites e ampliação do espaço urbano.

Esta etapa de expansão do espaço urbano deriva-se do desenvolvimento da cultura cafeeira, iniciada na fase anterior, e da cultura do algodão, que é mais significativa nos fins da década de 1930, início da década de 1940. (Cap.3.1.)

Economicamente mais marcantes que aquelas atividades da fase anterior, estas culturas abrem e povoam os espaços rurais que por relação direta afetam o centro urbano que lhes é fonte de abastecimento, comercialização, serviços e transformação de produtos.

Este conjunto de aspectos ativam o proces

so populacional em fase de formação e fixação, tanto rural quanto urbano. No tocante à cidade esta população cresce em mais de 76% em um período de 6 anos (1934 a 1940), (Cap.4.1.) refletindo-se diretamente na expansão e ocupação de seu espaço, como já se viu.

Após 1940, o quadro urbano, através de conquistas de novas áreas, amplia o espaço, definindo-se no atual.

O processo de ocupação dos últimos 30 anos não foge da quele verificado desde o nascimento da cidade: preenchimento dos lotes e áreas vagas próximas àquelas já edificadas, surgindo na periferia, dos vazios. (Plantas 6 e 7)

Entretanto, as novas áreas não resultam de um processo uniforme e contínuo, tanto nas suas orientações quanto no tempo. Com o passar dos anos verifica-se que um novo espaço ou espaços urbanos ou rurais da periferia são loteados e incorporados ao quadro citadino. Contudo embora surja o loteamento a ocupação deste não se faz imediatamente e em alguns casos permanecem por longo tempo a espera desta, o que pode estar ocorrendo ainda hoje e cujo exemplo mais significativo é a Vila Nova.

A década de 1940 abre a cidade em direção sul com prolongamento entre as ruas Iepê, Siqueira Campos, do Cinásio e a Estrada de Ferro. Na mesma direção, como um loteamento isolado, nasce a Vila Nova. Em direção leste (Barra Funda), o espaço conquistado estende-se da Cia. SAAD, além da Estrada de Ferro, à rua Lutécia no extremo oposto, sendo o limite leste representado pela rua Alegre. Para o oeste o avanço resume-se na passagem dos limites da cidade, fracamente ocupados, da rua Marechal Deodoro para a Conselheiro Rodrigues Alves e algumas quadras intercaladas além desta.

Nestes dez anos das novas áreas conquistadas, aquela em direção sul é a que se apresenta mais edificada.

A partir de 1950 o crescimento espacial da cidade é substancialmente menor que o da década precedente, caracterizando-se muito mais pela ocupação intensiva das áreas já integrantes da cidade.

Os novos espaços, na sua quase totalidade definidos antes de 1960, resultam de avanços para o sul, através da Vila Atayde, para sudoeste com o Jardim Paulista e oeste com a Vila Galvão, coincidindo praticamente com limites definidos pela Lei Municipal nº 856 de 06 de maio de 1969, embora esta envolva ter

ras, no lado sul, que ainda estão ocupadas por pequenas chácaras. (54).

Os setores de atividades não apresentam grandes alterações à ocupação do solo urbano, exceto, alguns serviços e a edificação residencial.

As atividades industriais, comerciais e de serviços, nestes 30 anos apresentam uma evolução na qual estabelecimentos surgem, transformam-se, permanecem ou mesmo desaparecem no conjunto urbano.

O setor secundário, com atividade principal ainda volta da para a transformação de produtos agrícolas, e dinamizado, principalmente nos fins da década de 40 e início da de 1950.

Verifica-se a implantação de beneficiamentos de café e arroz, beneficiamento de algodão, fábrica de óleos vegetais (55) serrarias, torrefações de café, cortumes, fecularia, fábrica de bebidas, marmorarias, indústrias químicas (sabão, cera, perfumaria) etc..

As indústrias algodoceiras permanecem nas extremidades da cidade, junto à ferrovia, enquanto que as demais encontram-se / disseminadas não longe do centro da cidade, exceto o curtume e a fecularia (mandioca), que estão próximos ao Ribeirão Alegre, face às necessidades de água.

Entretanto, ao findar a década de 1960, muitas destas im

(54) Lei 856 de 06 de maio de 1969. ... "Começa na cerca divisória da E.F. Sorocabana, margem esquerda, na rua Fermino Garcia e por esta em toda a sua extensão, e daí contornando os limites do Campo de Aviação, face leste, até encontrar a rua Tiradentes; por esta até 100 metros além da rua Coronel Sanches Figueiredo, paralela a esta, em linha reta até o prolongamento da rua Bandeirantes e, por esta até 100 metros antes da Av. Galdino e daí numa linha paralela a esta até encontrar a rua Alegria; por esta até a rua Amazonas - até a rua Alabastro; por esta até a avenida Siqueira Campos; daí em linha reta até o canto sul do Estádio Municipal, na rua 7 de Setembro; segue em linha reta, acompanhando o muro do Estádio Municipal, lado sul, e daí atravessando os trilhos da E.F. Sorocabana, diretamente até encontrar a rua Fernando Costa; daí segue por esta até a rua Osvaldo Cruz, descendo por esta até a rua Alegre e por esta, até 265,60 m. além da rua Lutécia, subindo em linha reta, paralela à rua Lutécia, até a Av. Gago Coutinho e daí, em linha reta, até a rua Fermino Garcia, onde teve seu início.

(55) Beneficiamento de algodão da SAAD e SANBRA (1945 e 1942); fábrica de óleos vegetais da Anderson Clayton (1947 ou 1949).

plantações industriais haviam encerrado suas atividades. (Como se viu no Cap. 3.1.)

A atividade comercial, que apresenta um crescimento bastante lento após 1950, permanece com os mesmos tipos de estabelecimentos, havendo melhor caracterização destes, isto é, desaparece aos poucos a presença das casas de comércio variado cedendo lugar à uma especialização (tecidos, calçados, secos e molhados, etc.) Neste setor de atividades se verifica, também, o surgimento de estabelecimentos que após algum tempo encerram as suas atividades.

As novas implantações comerciais permanecem na sua grande maioria no centro da cidade, verificando-se apenas um prolongamento intermitente desta ao longo da rua 7 de Setembro ou na forma de comércio de ponta de rua, que com o passar do tempo são envolvidas pelas residências.

O terciário de serviços, após a função residencial, é o que apresenta maior crescimento e diversificação de atividades.

São caracterizados, de um lado, pela presença da administração pública que insere na cidade as escolas, os serviços públicos municipais, estaduais e federais e de outro, pelas exigências advindas das necessidades urbanas (outras escolas, hospital, escritórios, bancos, etc..). Estes últimos são quase que essencialmente de iniciativa particular.

Estas novas atividades, exceto escolas, hospital, posto de sementes, serviço de água, campos de práticas esportivas, permanecem no centro ou periferia deste.

As residências expressam de forma predominante os limites da ocupação do espaço urbanizado. A cada década este ou aquele avanço para novas áreas se consoma pela presença de habitações, e são maiores ou menores face às exigências de domicílio por parte da população.

A década de 1950 é a mais expressiva quanto ao crescimento residencial.

As mudanças econômicas ocorridas no município, entre meados da década de 1940 e 1970 refletem diretamente na população rural e urbana.

Durante a década de 1940 ainda é marcante a presença do algodão e do café. Entretanto a partir da segunda metade desta estas culturas entram em declínio, surgindo ao lado a pecuária como atividade mais importante, passando a ocupar não somente áreas de lavoura, mas também, aquelas recém-desmatadas e cerrados.

A maior expansão da pecuária ocorre na década de 1950, sofrendo arrefecimento na seguinte, embora com uma expressiva ocupação das áreas pelas pastagens. (Quadro 9)

A população do município traz, censo após censo, uma estabilidade numérica, o que demonstra uma perda constante do efetivo populacional nestes 30 anos. (Tabela 17)

A zona rural perde parcela significativa de seu efetivo populacional, enquanto que a zona urbana, menos afetada neste aspecto e absorvendo grande parte deste contingente rural, apresenta um aumento numérico. Em ambos os casos, a década de 1950 é a mais expressiva, marcando, evidentemente, a maior expansão do núcleo urbano.

Ao final destas considerações sobre a evolução do espaço urbano, cabe lembrar o papel de alguns aspectos que influíram na orientação desta.

Desde o início os loteamentos constituem os elementos de maior importância na orientação da expansão urbana.

O primeiro, efetuado logo após a chegada da ferrovia, define a maior expansão da cidade para oeste. Entretanto, sua localização não é fruto de uma ação isolada, mas resultante, ao que nos parece, da interação de pelo menos dois outros fatores: a colocação da pequena estação a oeste dos trilhos e a presença de Conceição de Monte Alegre, núcleo que comandava as relações da região, localizada também neste lado da Estrada de Ferro, embora a alguns quilômetros da estação e com posição mais sudoeste. Estes fatos conduzem o proprietário das terras à realização deste loteamento nesta face da ferrovia.

A partir deste momento o fazendeiro prossegue nas vendas de lotes e chácaras, sem interesse especulativo ou objetivo de dar esta ou aquela orientação ao crescimento do núcleo.

Entretanto, os novos proprietários das terras urbanas, procuram, face a um espírito de lucro, atrair a cidade para as áreas adquiridas.

A primeira área, dentro destes objetivos, adquirida em 1930, por J.R., professor em Conceição de Monte Alegre e S.M., deu origem à Vila Progresso (56). Ao que tudo indica e pela plan

(56) De acordo com Certidão do Cartório de Registro de Imóveis, a parte de terras adquiridas, por ambos, se achava dividida em 12 quarteirões, entre a avenida Monte Alegre, terras de Antonio Monteiro da Silva, ruas Minas Gerais e rua 24 de Fevereiro, somando mais ou menos 12 quadras.

ta de 1938, estes efetuaram a venda dos lotes logo após a aquisição das terras.

A leste da ferrovia (Barra Funda), os terrenos vendidos pelo proprietário da fazenda, resumiam-se a uma faixa cujos limites iam pouco além das atuais avenidas José Jorge Esteves e Gago Coutinho, entre as atuais ruas João Batista Vieira e Oscar Bressane. Estas terras não constituíram loteamentos e atraíram apenas parcela do comércio (rua José Salomão, parte das avenidas José Jorge Esteves e Gago Coutinho) e a serraria, cujo proprietário utiliza na época, apenas parte das mesmas para a construção de casas aos operários (toda a face leste da atual avenida da José Jorge Esteves).

Além dos limites acima referidos, havia a presença das pastagens na Fazenda 3 Barras.

Uma segunda fase de loteamentos ocorre entre 1940 e 1960. O Engenheiro L. adquire uma gleba superior a 10 alqueires da Fazenda 3 Barras e que posteriormente foram loteados, com a denominação de Vila Affini. Nesta mesma época, o fazendeiro formaliza um grande loteamento que abrange as terras até então pastagens, além da av. José Jorge Esteves e Gago Coutinho, caracterizando em definitivo a Barra Funda. Um terceiro loteamento surge a sudoeste: a Vila Nova, com uma posição bastante isolada, como um apêndice ao núcleo urbano.

Nos três casos apenas o loteamento sul exerce atração suficiente, orientando a rápida expansão do espaço urbano nesta direção. O loteamento da Barra Funda arrasta lentamente a cidade naquela direção, enquanto que a Vila Nova permanece isolada, com uma atração quase que nula.

Em meados da década de 1930, F.J.S.V., adquire chácaras que somam pouco mais de 15 alqueires, localizadas no extremo oeste da cidade.

Este proprietário procura atrair a cidade em direção às suas terras, efetuando doações, as primeiras no início da década de 40, a colégios, serviços públicos, clubes, ao mesmo tempo que deixava espaços vazios e que posteriormente foram loteados, culminando no esboço da Vila Galdino que, nestes últimos anos, começa a ser ocupada.

Completando esta fase surgem dois loteamentos: Vila Atayde (1954) e Jardim Paulista (1954).

A Vila Atayde constitui um prolongamento da Vila Affini, verificando-se contudo, que esta não exerce a mesma atração, a

presentando ainda hoje claros bastante nítidos na ocupação.

O Jardim Paulista, que surge entre o Cemitério, rua Engenheiro Loschi e terrenos da Fundação Gammon, com aproximadamente 500 lotes (7 alqueires), tem objetivo formalizado de especulação imobiliária. Em que pese toda sua organização, este loteamento demora perto de 20 anos para ser ocupado.

Completando o quadro há a presença de um loteamento bem recente; o Jardim Panambi (1974), que ocupa terras que durante quase 50 anos perteceram à serraria Almeida Porto, localizado no extremo norte da cidade. Este loteamento constitui uma perspectiva de orientação na expansão do espaço edificado da cidade.

Um outro fator orientador desta expansão urbana foram as saídas para as estradas. Entretanto, o papel destas é relativamente restrito, aparecendo, com maior ou menor destaque, na medida em que conduzem a um centro urbano mais importante ou então são valorizadas no processo evolutivo da cidade.

No primeiro caso há a antiga saída para Assis, que torna o prolongamento da rua 7 de Setembro, tendo-se constituído em uma das mais importantes do ponto de vista econômico urbano.

No segundo caso temos a antiga saída para Lutécia, que na fase inicial exercia o papel de ligação entre a cidade e as áreas rurais a leste e sudoeste. É a única rua da cidade cuja origem corresponde a um caminho rural, do qual ainda guarda parte do traçado.

Uma terceira saída, que soma os dois aspectos, é aquela que atualmente conduz ao acesso à Rodovia Raposo Tavares e à Rodovia asfaltada SP-284. Atualmente constitui-se na única saída asfaltada a estas rodovias. Nos primórdios foi o caminho de ligação entre Conceição de Monte Alegre e a Estação Ferroviária e ao núcleo urbano que nascia. (Vide Equipamento Público Urbano).

Nos três casos houve uma disposição linear dos imóveis ao longo das mesmas, que à medida em que a cidade avançou, absorvendo-os, novo prolongamento surgiu, estendendo-se novamente na rua. Estes fatos tem maior destaque com relação à antiga saída para a estrada que conduz a Assis.

Finalmente, um aspecto constitui obstáculo à expansão urbana: as terras adquiridas pela Serraria Almeida Porto, localizadas ao norte da cidade. Estas permanecem por longo tempo cercando o avanço urbano nesta direção. Só recentemente este bloqueio foi rompido com a presença de estabelecimentos públicos (CEAGESP, e Ginásio Estadual) e com as vendas das terras, possibilitando a execução do loteamento do Jardim Panambi.

5.6. Estrutura Urbana

A paisagem urbana da pequena cidade de Paraguaçu Paulista, não apresenta a complexidade nas relações entre a estrutura funcional e socio-econômica e a morfologia, sendo, portanto, difícil definir unidades que possam ser consideradas bairros.

Do ponto de vista funcional, não há delimitação rígida nas formas de ocupação do solo urbano. O que se verifica é a existência de um centro onde dominam os imóveis voltados principalmente para o comércio, embora esta atividade extravase além deste na forma de prolongamentos, principalmente na direção sul ou pontilhando a cidade, com pequena importância econômica e com aspecto complementar: empórios bazares, bares, etc.. (Planta 8)

A faixa contígua a este centro é caracterizada pela presença do terciário de serviços, mais marcante nas direções oeste-noroeste. Além desta faixa, os serviços estão dispersos, mas de certa forma equidistantes e organizados, voltados principalmente para os serviços públicos, escolas, hospital, praças de esportes, clubes. Esta dispersão resulta da necessidade de maiores espaços e conveniência de localização, definidos pela administração pública, para este ou aquele serviço. Na sua maioria são frutos de desapropriações ou doações, estas últimas muitas das vezes expressando o interesse de valorização fundiária por parte do doador.

A atividade industrial, com predomínio da transformação de produtos agrícolas, quando presentes na área central ou faixa contígua a esta, é pouco perceptível, face à sua dispersão e por se constituírem, em grande parte, de imóveis adaptados à função e com estabelecimentos industriais relativamente pequenos, cujas atividades e tipos de imóveis utilizados se confundem muitas vezes, com a atividade comercial.

As indústrias de maior expressão (beneficiamento e extração de óleos vegetais), encontram-se afastadas do centro, localizadas às margens da ferrovia. A necessidade de espaço, meio de transporte próximo e o baixo valor dos terrenos, foram os elementos essenciais de sua localização.

Completando o quadro destas formas de ocupação do solo urbano, há os imóveis residenciais, que dominam por toda a cidade, tendo inclusive, certa expressão junto ao centro da mesma.

Neste conjunto apenas a Barra Funda apresenta certa unidade que poderia dar-lhe características de bairro. Nesta há

uma pequena função comercial, nascida com a cidade; presença de alguns elementos do terciário de serviços; algumas indústrias e imóveis residenciais com aspecto bem definido.

Embora encerre estes elementos, cujo relacionamento lhe dá uma estrutura, a Barra Funda, pela contigüidade e continuidade de que tem em relação ao centro, é a parte integrante e dependente do restante da cidade, só não sendo totalmente, pelo sectionamento do espaço urbano através da estrada de ferro.

A definição de uma estrutura sócio-econômica na paisagem urbana, torna-se mais difícil ainda. Não se encontra na cidade uma compartimentação rígida das classes sócio-econômicas. O que se verifica é a presença de população de todos os níveis em toda a cidade, havendo, entretanto, predominância de população pobre ao lado daquela que pode ser considerada de classe média.

Através dos critérios de área construída, tanto residencial quanto das demais funções, densidade populacional, telefones residenciais, lançados sobre a divisão setorial utilizada pelo IBGE., no Censo de 1970, pode-se esboçar, na paisagem urbana a estrutura sócio-econômica. (Plantas 5 e 8)

Os setores de 5 a 10, que constituem a periferia da cidade, apresentam, em linhas gerais, população de todos os níveis econômicos, havendo, entretanto, predomínio de população com menores recursos. Este fato pode ser caracterizado pela pequena / densidade da área residencial construída (na maioria pequenas residências, com predomínio de construções em madeira, havendo inclusive construções em taipa), pelas maiores densidades populacionais e a ausência quase que total dos telefones que uma vez existentes, são na maioria comerciais (geralmente com dupla função: residencial e comercial), de serviços ou industriais.

As áreas construídas para fins comerciais e serviços encontram-se presentes na periferia interna destes setores, quase que exclusivamente nos de nº 5 e 7. A área industrial marca os setores 8 e 9.

Os setores 1, 2, 3 e 4, igualmente abrigam população de todos os níveis, havendo, entretanto, um predomínio de população com maior poder aquisitivo ou de classe média. Nestes encontram-se elevada densidade de área construída para fins residenciais (casa mais ampla, na maioria de alvenaria e de boa construção), comerciais e serviços. As densidades populacionais são as mais baixas e os telefones, tanto residenciais quanto para outros fins, tem a sua marcante presença. (Plantas 5 e 8)

Planta 8
PARAGUAÇU PAULISTA
TELEFONES

AMPLIAÇÃO DA ÁREA CENTRAL

Ainda nestes conjuntos, deve ser lembrado que nos limites extremos da cidade, onde há precariedade dos serviços públicos e terrenos de baixo valor, define-se a presença da população paupérrima.

Como exceção, nestes extremos periféricos, o oeste, mais propriamente o setor 11, esboça a presença de uma população melhor aquinhoadamente economicamente, fato que pode ser observado pelo recente surto de construções e qualidade destas, bem como daquelas construídas há algum tempo.

Embora o setor apresente construções que demonstram esta melhor situação econômica de seus ocupantes, tanto neste quanto na paisagem urbana, no seu conjunto, verifica-se a ausência de residências ricas, o que nos leva a inferir que há a inexistência desta classe na população urbana ou pelo menos o seu mascaramento. Como reforço à inferência, no consenso popular da pequena cidade, os considerados "ricos" constituem a próspero comerciante, o fazendeiro ou o pequeno industrial local, que podem estar ocupando uma boa residência ou aquela que não reflete em nada a condição de seu ocupante.

Quanto à morfologia dos imóveis, tendo-se em conta a tênue compartimentação socio-econômica e funcional, exceto os limites extremos já referidos, verifica-se que há uma uniformidade destes por toda a cidade, onde os vários aspectos das edificações, refletindo as diferentes posições sócio-econômicas de seus ocupantes e as diferentes épocas de construção, se intercalam, de certa forma, intermitente e desordenada.

Face a estes aspectos, pode-se distinguir em Paraguaçu Paulista, com uma disposição mais ou menos concêntrica, diversas faixas, cuja unidade é quebrada pela presença da estrada de ferro. Esta definição concêntrica será feita com o objetivo de visão de conjunto da cidade e distante de atribuir-lhe a teoria do "zonning".

Assim, a oeste da ferrovia, tendo como ponto de referência a área central, abrem-se numa forma que se aproxima de um leque, as seguintes faixas:

- Área Central, com características predominantemente comerciais, mas com presença de serviços e residências;
- Faixa ou periferia contígua ao centro, onde os serviços têm papel representativo ao lado da função residencial;
- Faixa ou periferia mais distante do centro, onde há o domínio da função residencial, abrigando ao lado a presença de serviços de certa forma dispersos e distribuídos de forma equilibrada;
- Periferia da cidade, cuja característica fundamental é

a função residencial de população pobre e em grande parte de origem rural.

A leste da Estrada de Ferro é possível definir apenas a Barra Funda como um todo.

No conjunto espacial, a área central e a Barra Funda são passíveis de individualização, face às suas características.

A área central corresponde ao quadro delineado pelas ruas Manílio Gobbi, Santos Dumont, Pedro de Toledo e Avenida Brasil. Neste conjunto apenas as ruas Manílio Gobbi e 12 de Março tem menor importância em relação às demais. (Planta Funcional)

Esta área, cuja definição data do nascimento da cidade, traz uma concentração de imóveis voltados para o comércio e em segundo plano para os serviços e residências. O fenômeno residencial é quase sempre associado às atividades aí existentes, aparecendo, também dissociados e mais dispersos. No caso da associação a sua presença se faz nos fundos dos imóveis ou então ocupando a parte superior daqueles de dois pavimentos, somando estes últimos aproximadamente uma quinzena.

As edificações voltadas para o comércio e serviços apresentam morfologia homogênea: construídas em tijolos, portas de ferro, contíguas, frente junto ao limite do terreno e na sua maioria com mais de 30 anos. As diferenças morfológicas destes, fazem-se sentir pela presença de reformas, dos poucos imóveis de construção recente, (menos de 10 anos), ou daqueles construídos para fins específicos: bancos, hotéis e pensões, cinema, clube.

Deve ser lembrado ainda, que boa parcela dos imóveis que foram construídos para fins comerciais ou de serviços, estão atualmente ocupados por outras atividades e havendo alguns que já abrigaram mais de uma delas. Estes fatos, em alguns casos, estão ligados a imóveis residenciais.

Quanto às atividades predominantes destacam-se: bares, secos e molhados, farmácias, vestuário e calçados no setor comercial; hotéis e pensões, serviços de higiene pessoal, escritórios, oficinas de consertos e advogados, pelos serviços.

O setor secundário tem a sua presença através da padaria, marcenaria, tipografias e fábricas de móveis. Estas últimas ocupam imóveis outrora destinados a um clube (tipografia) e casa de comércio.

Pode-se distinguir apenas um prolongamento do centro que se faz ao longo da rua 7 de Setembro, em direção sul. Este pro

longamento caracteriza-se pela atividade comercial e três pequenas indústrias. A sua presença resulta da valorização desta rua como uma das saídas importantes da cidade, hoje desviada para a avenida Siqueira Campos, e o crescimento da cidade na mesma direção.

A Barra Funda não possui estrutura suficiente capaz de defini-la como bairro, mas possui características e elementos que nos parecem suficientes para individualizá-la.

Este espaço urbano, igualmente definido com as origens da cidade, apresenta uma pequena concentração de imóveis voltados para a atividade comercial, alguns serviços, principalmente educacionais, poucas indústrias, mas com a presença da mais importante da cidade, e, evidentemente, residências.

O seu pequeno centro comercial apresenta morfologia que guarda as mesmas características da área central, possuindo, entretanto, alguns deles idades mais avançadas (mais de 40 anos). Igualmente, muitos destes têm nos fundos a presença da residência do proprietário.

As atividades são mais limitadas: secos e molhados, empórios, posto de gasolina, bazares e bares constituem mais de 85% destas.

Os serviços são representados pela atividade educacional, parque de diversão infantil, cursos primários e ginásio, posto de sementes, igrejas e hotel, que se encontram dispersos.

Os seus imóveis que tem morfologia definida pelo fim específico a que se destinam, são de construção relativamente recentes, com exceção do hotel.

O setor industrial é representado na Barra Funda pela fábrica de óleos vegetais, panificadora, beneficiamento de arroz, funilaria, serraria, esta última com suas atividades encerradas.

O setor residencial, com exceção da área próxima ao setor comercial, é predominantemente de madeira, cuja morfologia é bastante uniforme, onde as diferenças definem-se mais pela idade dos imóveis.

Finalmente, as relações espaciais e funcionais destes diferentes elementos é que definem na paisagem urbana a sua estrutura.

As maiores relações fazem-se entre as diferentes partes da cidade com a área central e faixa contígua a esta, para onde converge a população para atendimento de suas necessidades de consumo, serviços, recreação e trabalho. Entretanto, para os

serviços mais ligados à educação, saúde e recreação, definem-se maiores relações de toda cidade com a periferia mais distante do centro. A fragilidade da função comercial desta faixa da paisagem urbana, limita o seu relacionamento com o restante da cidade, mas cria relações com a área que lhe é próxima.

Um outro tipo de relações se verifica entre a periferia da cidade e mesmo das faixas periféricas ao centro com a zona rural. Este relacionamento é principalmente de trabalho: das bordas da cidade são recrutados os volantes ou bôias-frias para os trabalhos diários da agricultura, enquanto que as faixas periféricas ao centro constituem áreas de maior frequência de residências de proprietários rurais.

Deve-se lembrar que nos períodos de entre safra e mesmo durante esta, as relações de trabalho desta população pobre da periferia urbana, fazem-se também com a cidade, principalmente, para os trabalhos mais rudes.

Estes mesmos aspectos surgem na Barra Funda. Há convergência de relações de todo este espaço para o pequeno centro comercial aí existente, ao nível de abastecimento e, em escala bem menor, de trabalho.

Quanto aos serviços, estas relações são mais difusas, tendo em vista a localização dispersa das escolas, igrejas, posto de sementes e campos de esportes.

A presença da fábrica de óleos vegetais traz para este ponto um valor razoável nas relações de trabalho.

A exemplo da parte oeste da cidade, a Barra Funda mantém relações de trabalho com a zona rural e com a cidade, por conter uma população pobre sem nenhuma definição profissional e pouquíssimos proprietários rurais.

Portanto, embora cada faixa ou setor possua um conteúdo funcional, sócio-econômico e morfológico a cidade é constituída por um conjunto orgânico de suas partes, supondo relações de dependência entre as diversas partes, sendo, ao mesmo tempo, espaciais e funcionais.

A organicidade destas relações completa-se pela circulação que, face às dimensões da cidade, não há necessidade de transportes coletivos, sendo comum a circulação a pé ou através de veículos particulares, cujo número é razoável na cidade.

LEVANTAMENTO. 973

AMPLIAÇÃO DA ÁREA CENTRAL

LEGENDA

RESOLUÇÃO

1. de 1.º a 3.º ano
 2. de 4.º a 6.º ano
 3. de 7.º a 9.º ano
 4. de 10.º a 12.º ano
 5. de 13.º a 15.º ano
 6. de 16.º a 18.º ano
 7. de 19.º a 21.º ano
 8. de 22.º a 24.º ano
 9. de 25.º a 27.º ano
 10. de 28.º a 30.º ano
 11. de 31.º a 33.º ano
 12. de 34.º a 36.º ano
 13. de 37.º a 39.º ano
 14. de 40.º a 42.º ano
 15. de 43.º a 45.º ano
 16. de 46.º a 48.º ano
 17. de 49.º a 51.º ano
 18. de 52.º a 54.º ano
 19. de 55.º a 57.º ano
 20. de 58.º a 60.º ano
 21. de 61.º a 63.º ano
 22. de 64.º a 66.º ano
 23. de 67.º a 69.º ano
 24. de 70.º a 72.º ano
 25. de 73.º a 75.º ano
 26. de 76.º a 78.º ano
 27. de 79.º a 81.º ano
 28. de 82.º a 84.º ano
 29. de 85.º a 87.º ano
 30. de 88.º a 90.º ano
 31. de 91.º a 93.º ano
 32. de 94.º a 96.º ano
 33. de 97.º a 99.º ano
 34. de 100.º a 102.º ano
 35. de 103.º a 105.º ano
 36. de 106.º a 108.º ano
 37. de 109.º a 111.º ano
 38. de 112.º a 114.º ano
 39. de 115.º a 117.º ano
 40. de 118.º a 120.º ano
 41. de 121.º a 123.º ano
 42. de 124.º a 126.º ano
 43. de 127.º a 129.º ano
 44. de 130.º a 132.º ano
 45. de 133.º a 135.º ano
 46. de 136.º a 138.º ano
 47. de 139.º a 141.º ano
 48. de 142.º a 144.º ano
 49. de 145.º a 147.º ano
 50. de 148.º a 150.º ano
 51. de 151.º a 153.º ano
 52. de 154.º a 156.º ano
 53. de 157.º a 159.º ano
 54. de 160.º a 162.º ano
 55. de 163.º a 165.º ano
 56. de 166.º a 168.º ano
 57. de 169.º a 171.º ano
 58. de 172.º a 174.º ano
 59. de 175.º a 177.º ano
 60. de 178.º a 180.º ano
 61. de 181.º a 183.º ano
 62. de 184.º a 186.º ano
 63. de 187.º a 189.º ano
 64. de 190.º a 192.º ano
 65. de 193.º a 195.º ano
 66. de 196.º a 198.º ano
 67. de 199.º a 201.º ano
 68. de 202.º a 204.º ano
 69. de 205.º a 207.º ano
 70. de 208.º a 210.º ano
 71. de 211.º a 213.º ano
 72. de 214.º a 216.º ano
 73. de 217.º a 219.º ano
 74. de 220.º a 222.º ano
 75. de 223.º a 225.º ano
 76. de 226.º a 228.º ano
 77. de 229.º a 231.º ano
 78. de 232.º a 234.º ano
 79. de 235.º a 237.º ano
 80. de 238.º a 240.º ano
 81. de 241.º a 243.º ano
 82. de 244.º a 246.º ano
 83. de 247.º a 249.º ano
 84. de 250.º a 252.º ano
 85. de 253.º a 255.º ano
 86. de 256.º a 258.º ano
 87. de 259.º a 261.º ano
 88. de 262.º a 264.º ano
 89. de 265.º a 267.º ano
 90. de 268.º a 270.º ano
 91. de 271.º a 273.º ano
 92. de 274.º a 276.º ano
 93. de 277.º a 279.º ano
 94. de 280.º a 282.º ano
 95. de 283.º a 285.º ano
 96. de 286.º a 288.º ano
 97. de 289.º a 291.º ano
 98. de 292.º a 294.º ano
 99. de 295.º a 297.º ano
 100. de 298.º a 300.º ano
 101. de 301.º a 303.º ano
 102. de 304.º a 306.º ano
 103. de 307.º a 309.º ano
 104. de 310.º a 312.º ano
 105. de 313.º a 315.º ano
 106. de 316.º a 318.º ano
 107. de 319.º a 321.º ano
 108. de 322.º a 324.º ano
 109. de 325.º a 327.º ano
 110. de 328.º a 330.º ano
 111. de 331.º a 333.º ano
 112. de 334.º a 336.º ano
 113. de 337.º a 339.º ano
 114. de 340.º a 342.º ano
 115. de 343.º a 345.º ano
 116. de 346.º a 348.º ano
 117. de 349.º a 351.º ano
 118. de 352.º a 354.º ano
 119. de 355.º a 357.º ano
 120. de 358.º a 360.º ano
 121. de 361.º a 363.º ano
 122. de 364.º a 366.º ano
 123. de 367.º a 369.º ano
 124. de 370.º a 372.º ano
 125. de 373.º a 375.º ano
 126. de 376.º a 378.º ano
 127. de 379.º a 381.º ano
 128. de 382.º a 384.º ano
 129. de 385.º a 387.º ano
 130. de 388.º a 390.º ano
 131. de 391.º a 393.º ano
 132. de 394.º a 396.º ano
 133. de 397.º a 399.º ano
 134. de 400.º a 402.º ano
 135. de 403.º a 405.º ano
 136. de 406.º a 408.º ano
 137. de 409.º a 411.º ano
 138. de 412.º a 414.º ano
 139. de 415.º a 417.º ano
 140. de 418.º a 420.º ano
 141. de 421.º a 423.º ano
 142. de 424.º a 426.º ano
 143. de 427.º a 429.º ano
 144. de 430.º a 432.º ano
 145. de 433.º a 435.º ano
 146. de 436.º a 438.º ano
 147. de 439.º a 441.º ano
 148. de 442.º a 444.º ano
 149. de 445.º a 447.º ano
 150. de 448.º a 450.º ano
 151. de 451.º a 453.º ano
 152. de 454.º a 456.º ano
 153. de 457.º a 459.º ano
 154. de 460.º a 462.º ano
 155. de 463.º a 465.º ano
 156. de 466.º a 468.º ano
 157. de 469.º a 471.º ano
 158. de 472.º a 474.º ano
 159. de 475.º a 477.º ano
 160. de 478.º a 480.º ano
 161. de 481.º a 483.º ano
 162. de 484.º a 486.º ano
 163. de 487.º a 489.º ano
 164. de 490.º a 492.º ano
 165. de 493.º a 495.º ano
 166. de 496.º a 498.º ano
 167. de 499.º a 501.º ano
 168. de 502.º a 504.º ano
 169. de 505.º a 507.º ano
 170. de 508.º a 510.º ano
 171. de 511.º a 513.º ano
 172. de 514.º a 516.º ano
 173. de 517.º a 519.º ano
 174. de 520.º a 522.º ano
 175. de 523.º a 525.º ano
 176. de 526.º a 528.º ano
 177. de 529.º a 531.º ano
 178. de 532.º a 534.º ano

[illegible]

CONCLUSÕES

O fenômeno da intensa urbanização paulista, refletido pela grande concentração paulistana e capitais regionais, gera um processo que define para estas não apenas a atração populacional, mas o domínio das atividades humanas, resultando no esvaziamento das pequenas cidades e zonas rurais das regiões sob suas influências. Como centro econômico, político e social, a cidade de São Paulo, metrópole nacional, constitui o último nível de concentração urbana do Estado e do País, exercendo um domínio quase absoluto sobre todo o espaço bandeirante. As capitais regionais constituem, do ponto de vista geográfico, o nível mais imediato deste processo de dominação, concentrando diferentes atividades e comportando-se como "relais" entre a capital paulista, e as regiões interioranas. Esvaziam o setor secundário das pequenas cidades na medida em que passam a concentrar as atividades industriais principalmente ligadas às primeiras transformações dos produtos rurais, sendo mais marcantes os beneficiamentos e as indústrias de distribuição. Com relação ao terciário as capitais regionais tornam-se os centros do comércio atacadista, o setor varejista diversifica-se, enquanto que os serviços adquirem melhor padrão e níveis mais raros. Entretanto, embora exerçam dominação sobre regiões consideráveis, descapitalizando os campos e concorrendo com as pequenas cidades, diminuindo-lhes a autonomia, as grandes cidades paulistas vão se tornando dependentes da grande metrópole paulistana que conserva o poder de decisão e comando, definindo para o espaço interiorano a condição de periferia, onde as capitais regionais permanecem como intermediárias econômico-administrativas entre o centro e a periferia. Neste conjunto de relações, a permanência das pequenas cidades se faz pelas mudanças ocorridas na economia rural, marcadas pela penetração das relações capitalistas, restringindo-as à condição de pequenos centros redistribuidores de gêneros e serviços e residência de médios proprietários rurais e de trabalhadores rurais, particularmente bóias-frias.

Na Alta Sorocabana, pequenas, médias e grandes cidades, comportam-se ao longo de suas evoluções como centro de coleta, beneficiamento e expedição de produtos rurais aos grandes centros consumidores distantes, cujas necessidades geram estímulos que explicam a evolução cíclica de suas produções. Ao mesmo tem

po, constituem os instrumentos de distribuição de gêneros e serviços necessários ao espaço com o qual se relacionam. Como conseqüência deixa de existir o poder de decisão sobre suas economias, uma vez que estas são tomadas e definidas externamente e a vida de relações fica dependente das alterações que os interesses externos definem na sua área de dominação.

Paraguaçu Paulista constitui na rede urbana da Alta Sorocabana um dos exemplos de centro local, cuja vida de relações se faz basicamente com a área imediatamente vizinha, particularmente seu próprio município.

Nascida do avanço da frente pioneira em direção ao oeste do Estado de São Paulo, o centro urbano paraguaçuense em toda sua existência apresentou seu maior ou menor crescimento ditado pelo setor primário a começar pela atividade criatória herdada do precursor mineiro e sucedida pelo café, algodão, pecuária e, mais recentemente, pela presença do trigo e da soja.

No momento em que predominam o café e algodão, lavouras altamente comercializáveis, o centro floresce, desenvolvendo sua função de coleta, beneficiamento e expedição destes e outros produtos primários ao lado da distribuição de gêneros e serviços a uma população urbana e rural em processo de formação e crescimento. Nesta fase as relações entre a cidade e as áreas rurais contíguas e mais distantes foram bastante estreitas. Em seguida um outro quadro se apresenta (fins dos anos 40 e início da década de 50) com a expansão das pastagens em detrimento das lavouras, provocando o desequilíbrio econômico e populacional que se acelera nos anos 60.

Tais fatos podem ser generalizados para o oeste paulista, tendo já sido assinalado por Monbeig no momento em que questiona e conclui: "A substituição dos cafezais e das plantações de algodão pelas pastagens será seguida pela instalação de frigoríficos e a indústria da carne poderá substituir as máquinas de beneficiamento?... Quer se oriente neste sentido ou se assista a uma mudança dos métodos agrícolas e da mentalidade paulista, o futuro das cidades permanecerá confundido com aquêlo dos campos". (57).

(57) Monbeig, Pierre, obra cit. pág. 346.

Realmente, a partir do instante em que as pastagens se afirmam na Alta Sorocabana, surgem os frigoríficos, mas localizados quase que essencialmente nos centros maiores e no bordo oeste da região, mais próximo às áreas de invernadas para engorda. No bordo leste, onde se encontra Paraguaçu Paulista, as máquinas de beneficiamento permanecem. Embora as pastagens avancem, o setor primário apresenta-se basicamente o mesmo, verificando-se apenas a mudança de produtos face às exigências do mercado consumidor distante, gerando apenas a adaptação da função de coleta e beneficiamento à produção primária, de acordo com a sua sucessão. Como exemplo destes fatos há a presença e o comportamento das grandes empresas de âmbito internacional e nacional (Anderson & Clayton, SANBRA, SAAD, Matarazzo) que se instalam na região. A chegada destas ocorre com o desenvolvimento da lavoura algodoeira. No início seus equipamentos se restringem às usinas de beneficiamento do produto, acrescentando, alguns anos após, as fábricas de óleos vegetais. A partir do momento em que a cotonicultura oscila, deixando de ser gradativamente um bom negócio, pelo retraimento do interesse do mercado internacional em relação ao produto além de outros fatores, verifica-se o afastamento destas empresas neste setor de produção, permanecendo na atividade apenas para atendimento das necessidades nacionais. Os seus interesses e investimentos voltam-se para outros produtos: amendoim, mamona, soja, aparecendo esta última como solução e principal matéria prima no momento atual diante dos interesses despertados tanto em âmbito nacional quanto internacional.

No caso específico de Paraguaçu Paulista, estas empresas aí encerram suas atividades, permanecendo apenas a Anderson Clayton que procura adaptar seu equipamento industrial à soja e pelo fato de que a cidade ocupa uma posição espacial que lhe é interessante: próxima às áreas de produção da matéria-prima (Alta Sorocabana, Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso) e do grande mercado consumidor e exportador (São Paulo) e em um eixo onde o equipamento viário proporciona um único fluxo da coleta à elaboração final, consumo e exportação da produção industrial. Entretanto, esta solução coloca-se ao nível de atendimento dos objetivos das grandes empresas concentradas nos grandes centros urbanos. Não reflete as transformações ocorridas nas organizações e na vida de relações do meio rural e das pequenas cidades.

O que se verifica, e o pequeno centro local em questão reflete o fato, é o aprofundamento das relações capitalistas na zo

na rural favorecendo globalmente as relações a partir da cidade, cujos graus de dominação se estabelecem segundo os níveis de urbanização que estas apresentam.

Nas últimas décadas há uma rápida diminuição do setor agrário de auto-suficiência, principalmente produção de gêneros, passando o homem rural a adquiri-los na cidade, gerando maior dependência em relação a esta. Ao mesmo tempo, os hábitos de consumo tornam-se mais sofisticados pela maior variedade de produtos oferecidos, passando a população urbana e rural a consumir mais, - tanto gêneros voltados às suas necessidades básicas e mesmo bens de consumo durável, quanto equipamento para a produção. Esta penetração capitalista também se faz sentir nas relações de trabalho no meio rural, fortalecendo a presença urbana, uma vez que esta passa a exercer dominação sobre grande parcela da renda fundiária, meios de produção e força de trabalho, isto porque tanto proprietários, quanto assalariados rurais passam a fazer da cidade a sua residência.

Estes fatos afetam a população. A partir de meados da década de 1940, os campos despovoam-se, enquanto que as cidades - aumentam o seu efetivo populacional. No caso particular de Paraguaçu Paulista, este crescimento verifica-se pela absorção de - parte do excedente rural ao limite das ofertas das possibilidades de trabalho da cidade, ao mesmo tempo em que há a fixação de um contingente que permanece ligado às atividades rurais. O aumento da população urbana não se deveu a um processo típico de urbanização, no sentido de que esta ocorre pela ampliação do secundário e terciário, tendo-se em conta que estes não cresceram ao nível de justificar o crescimento populacional. A partir dos anos 60, o esvaziamento rural não é compensado pelo crescimento da população urbana, entrando esta em processo de perda, significando que, de um lado, a zona rural aparentemente atingiu os limites de absorção de mão-de-obra necessária aos seus trabalhos e por outro, houve a limitação dos setores secundário e terciário - que absorvem de forma muito lenta ou quase nula, este excedente rural. Muitos dos que permanecem, principalmente de origem rural constituem o médio e grande proprietário rural absenteísta ou aqueles que, sem o mínimo de condições profissionais ou educacionais, fixam-se na periferia trabalhando como volante ou em subempregos que a cidade eventualmente oferece e quase que essencialmente através do setor terciário, acarretando tanto a diminuição do mercado consumidor quanto do fornecedor de matérias -

primas, refletidos na estagnação da cidade nestes anos. O processo nesta década de 60 desencadeia o esvaziamento rural e urbano, principalmente da população jovem, no sentido das capitais regionais, da cidade de São Paulo e menos vigoroso para outras áreas, inclusive fora do Estado.

Entretanto, na década vigente, a presença de produtos rurais que gozam de vantagens tanto no mercado externo quanto interno e que exigem modernização dos meios de produção, a existência de uma burguesia e administração local, cujas iniciativas aproveitando-se das vantagens locais, procuram explorar as possibilidades dentro do processo de concentração urbana, constituem os fatos que refletem a sobrevivência da pequena cidade paraguaçuense no atual contexto urbano do extremo Sudoeste paulista.

O desenvolvimento das lavouras do trigo e da soja, permitiu maior aprofundamento das relações capitalistas na medida em que, como produtos altamente comercializáveis, exigem uma modernização da produção, acentuando as relações dos campos e áreas próximas ao pequeno centro paraguaçuense, favorecendo principalmente as relações comerciais. A existência de uma burguesia local, surgida da acumulação de rendas proporcionadas principalmente pela zona rural, acentua sua presença na medida em que dominam fortemente a renda fundiária e detêm parte da comercialização da produção rural e da distribuição dos gêneros, serviços e produtos necessários à produção. A sua presença, entretanto, não se restringe à área municipal. Percebe e utiliza-se das vantagens oferecidas pela posição de Paraguaçu Paulista nos limites das zonas de influência de duas capitais regionais (Marília e Presidente Prudente), passando a atuar com relativa liberdade em um espaço onde os centros menores e menos equipados (Oscar Bressane, Lutécia, Borá, Quatã, Maracá, Cruzália) passam a constituir sua pequena área do mercado. Entretanto, sua presença não se limita a esta pequena área, isto porque esta mesma burguesia local amplia sua área de ação, competindo com relativa igualdade, em determinadas atividades, com centros maiores (Assis, Presidente Prudente) seja através do estabelecimento de comércio atacadista, da presença nestes centros maiores de filiais (I.D., Concessionários Massey Fergusson), ou através da prestação de serviços, cujo exemplo mais significativo é o de transporte de cargas. Somando-se aos interesses e iniciativas particulares, a administração pública municipal através das suas

iniciativas e relações políticas, procura atrair as atenções e investimentos do poder público, principalmente da área estadual, na concretização e melhoria da infra-estrutura dos serviços (viário, saneamento básico, educação, financeiro). Como complementação e fato importante, reforçando esta posição, a atuação conjunta desta administração e iniciativa particular local, dotam a cidade com estabelecimento de ensino superior (Agronomia), cujo curso não se sobrepõe aos existentes na região, que após instalado extravasou os limites local e regional, reforçando a concorrência com os centros urbanos de nível superior e a presença do centro urbano paraguaçuense.

Portanto, esses fatos que no momento atual marcam os primórdios de uma nova fase para Paraguaçu Paulista, constituem o esforço para sua sobrevivência no processo de concentração urbana regional e mesmo paulista. Entretanto, devem ser observados, com cautela, considerando-se que a cidade não está isolada, mas fazendo parte de um espaço onde as transformações são reflexos da evolução política e econômica do momento, cujos estímulos são dirigidos ao fortalecimento das médias e grandes cidades, colocando em risco a sobrevivência dos pequenos centros urbanos. O que se faz necessário para a permanência destas, pelo menos no seu estágio atual de desenvolvimento, não é a desconcentração em favor de determinadas cidades (Plano de Desenvolvimento das Cidades Médias), mas sim o estímulo as atividades existentes, possibilitando a ampliação do mercado consumidor regional e exercer dentro deste uma concorrência com estas mesmas atividades - da metrópole paulistana ou das capitais regionais, o que permitirá o reativamento das funções destes pequenos centros e, conseqüentemente, das relações entre cidades e entre estas e as zonas rurais.

B I B L I O G R A F I A

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz N.

- 1969 - "A Terra Paulista" in Boletim Paulista de Geografia nº 23 - A.G.B., São Paulo.-

ABREU, Dióres Santos

- 1972 - "Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista - Presidente Prudente". Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.-

ALEGRE, Marcos

- 1972 - "População e povoamento" in Guia de Excursões, I? Encontro Nacional de Geógrafos - A.G.B., Presidente Prudente.-

ALEXANDER, John W.

- 1968 - "Conceito básico-não básico das funções econômicas urbanas" in Boletim Geográfico nº 203 - Fundação IBGE, Rio de Janeiro.-

ARAUJO FILHO, José Ribeiro

- 1956 - "O café, riqueza paulista" in Boletim Paulista de Geografia nº 23 - A.G.B., São Paulo.-

BEAUJEU GARNIER, J.

- 1971 - "Geografia da População" - Companhia Editora Nacional, São Paulo.-

BEAUJEU GARNIER, J. e CHABOT, G.

- 1963 - "Traité de Géographie Urbaine" - Librairie Armand Colin, Paris.-

BERNARDES, Lysia M. Cavalcanti

- 1960 - "Elementos para o estudo geográfico de cidades" in Boletim Geográfico nº 154 - C.N.G., Rio de Janeiro.-

BERRY, Brian J.L.

- 1971 - "Geografia de los Centros de Mercado y Distribución al por Menor" - Editorial Vicens-Vives, Barcelona.-

CAMARGO, José F. de

- 1952 - "Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos" - Boletim nº 153, Economia e Política e História das Doutrinas Econômicas - Universidade de São Paulo, São Paulo.-

CHABOT, Georges

- 1952 - "Les villes" - Armand Colin, Paris.-

COBRA, Amador Nogueira

- 1923 - "Em um recanto do sertão paulista" - Tipografia Henneys, São Paulo.-

COPSTEIN, Gisela

- 1973 - "Tapes, cidade arrozeira na planície lagunar gaúcha" Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo Instituto de Geografia, São Paulo.-

DERRUAU, Max

- 1964 - "Tratado de Geografia Humana" - Editorial Vivens - Vives, Barcelona.-
- 1973 - "Geografia Humana" (2 volumes) - Editorial Presença, Lisboa. Livraria Martins Fontes, Brasil.-

DOLLFUS, Olivier

- 1972 - "O espaço geográfico" - Difusão Européia do Livro, Coleção Saber Atual nº 153, São Paulo.-
- 1973 - "A análise geográfica" - Difusão Européia do Livro, Coleção Saber Atual nº 159, São Paulo.-

FRANÇA, Ary

- 1963 - "A marcha do café e as frentes pioneiras" in Guia nº 3 do XVIII Congresso Internacional de Geografia - C. N.G., Rio de Janeiro.-

GEORGE, Pierre

- 1952 - "La ville, le fait urbanine travers du monde" - PUF, Paris.-
- 1963 - "Alguns problemas do estudo geográfico da população" in "Visita de Mestres Franceses" - IBGE, Rio de Janeiro.-
- 1959 - "Questions de geographie de la population" - PUF, Travaux et Documents nº 34, Paris.-
- 1969 - "Geografia Urbana" - Ediciones Ariel, Barcelona.-
- 1970 - "Les Méthodes de la Géographie" - PUF, Col. Que-Sais-Je? nº 1.398, Paris.-

GIOVANNETTI, Bruno

- "Esboço Histórico da Alta Sorocabana" - Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo.-

HUGON, Paul

- 1973 - "Demografia Brasileira: ensaios de demoeconomia" - Atlas, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.-

JUILLARDE, Etienne

- 1965 - "A região: tentativa de definição" in Boletim Geográfico nº 185 - C.N.G., Rio de Janeiro.-
- 1961 - "Europa Industrial e Brasil: dois tipos de organização do espaço periurbano" in Boletim Baiano nº 4.-

KAISER, B e outros

- s.d. - "Un systeme d'informations sur les petites villes françaises" - Travaux et Documents du C.I.E.U. - Université de Toulouse.-

KELLER, Elza C.S.

- 1954 - "Notas sobre a evolução da população de São Paulo de 1920 a 1950" in "Aspectos da Terra Bandeirante", C. N.G., Rio de Janeiro.-
- 1969 - "As funções regionais e a zona de influência de Campinas" in Revista Brasileira de Geografia, ano 31, nº 2 - Fundação IBGE, Rio de Janeiro.-

LEITE, José Ferrari

- 1972 - "A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente" - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, Presidente Prudente.-

MAMIGONIAN, Armen

- 1960 - "Brusque: estudo de geografia urbana e econômica" - Edição da Sociedade Amigos de Brusque, Brusque.-
- 1966 - "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau" in Revista Brasileira de Geografia, ano 27, nº 3 - Fundação IBGE, Rio de Janeiro.-
- 1973 - "Tendências recentes do processo de urbanização na Alta Sorocabana" - Comunicação - Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. XVIII, São Paulo.-

MARCON, Adistão

- 1974 - "A região polarizada por Sorocaba" - Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Franca.-

MERTON, Robert K.

- 1965 - "Éléments de Theorie et de Méthode Sociologique" - Librairie Plon, Paris.-

MILLIET, Sérgio

- 1946 - "Roteiro do café e outros ensaios" - Bipa-Editora São Paulo.-

MONBEIG, Pierre

- 1943 - "Estudo Geográfico das cidades" in Boletim Geográfico nº 7 - IBGE, Rio de Janeiro.-
- 1952 - "Pionniers et Planteurs de São Paulo" - Lib. Armand Colin, Paris.-

MÜLLER, Nice Lecocq

- 1969 - "O fato urbano na bacia do rio Paríba" - São Paulo, C.N.G., Rio de Janeiro.-
- 1970 - "Jequié - Estudo de Geografia Urbana" - A.G.B. - Avulso nº 7 (Relatório apresentado por ocasião da XVIII Assembléia Geral,,realizada em Jequié)- São Paulo.-

PEREIRA DE ARAUJO, Ely Goulart

- 1953 - "A Cidade de Olímpia (Estudo de Geografia Urbana" in Anais da A.G.B., volume V, Tomo I 1950-1951., São Paulo.-

PETRONE, Paquale

- 1956 - "O Homem paulista" in Boletim Paulista de Geografia nº 23 - A.G.B., São Paulo.-
- 1961 - "Aspectos dos quadros urbanos da Baixada do Ribeira" in Boletim Paulista de Geografia nº 38 - A.G.B., São Paulo.-
- 1961 - "Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil" in Anais da A.G.B., Vol XII, São Paulo.-

PERIDES, Pedro Paulo

- 1971 - "Dois Córregos: um exemplo de Centro Local" - Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.-

PRESSAT, Roland

- 1967 - "El análisis demográfico" - Fondo de Cultura Econômica, México.-

ROCHEFORT, Michel

- 1964 - "Métodos de estudos das redes urbanas" in Boletim Geográfico nº 160, IBGE, Rio de Janeiro.-
- 1967 - " Método de pesquisas das funções características de uma metrópole regional" in Boletim Geográfico nº 198 IBGE, Rio de Janeiro.-
- 1974 - " O papel das cidades na regionalização. A política das metrópoles de equilíbrio". Palestra proferida no

1º Encontro de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Mimeografado, traduzido por Marcio Antonio Teixeira, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.-

ROSSINI, Rosa Ester

1972 - "Serra Azul: um pequeno centro urbano paulista" - Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.-

197 - "Contribuição ao estudo do exodo rural no Estado de São Paulo" - Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.-

SALGADO, Fernando Carlos Fonseca

1971 - "As colonias Bastos e Pedrinhas (Estudo comparativo de Geografia Agrária)" - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente,-

SAUVY, Alfred

s.d. "A população, suas leis de equilíbrio (introdução à demografia)" - Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro.-

TRICART, Jean

1956 - "Contribuição ao estudo das estruturas urbanas" in Boletim Geográfico nº 153, IBGE, Rio de Janeiro.-

1951 - "L'Habitat Urbaine" - Centre de Documentation Universitaire, Paris.-

VEYRET-VERNE, Germaine

1959 - "Population - Mouvements, Structures, repartition" - Arthaud - Paris.-

VERA, Armando Asti

1968 - "Metodologia de la Investigación" - Editorial Kapelusz, Buenos Aires.-

WILHEIM, Jorge

1969 - "Urbanismo no Subdesenvolvimento" - Editora Saga, Rio de Janeiro.-

ZANELLA, José Henrique

"O conceito básico-não básico aplicado a Laranjal Paulista" - Inédito.-

Fontes Cartográficas

Plantas Gerais

- Plantas gerais da cidade de Paraguaçu Paulista, com assinalação dos serviços públicos. Escalas - 1:2.000, 1:4.000 e 1:8.000.
Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, 1950, 1958, 1962 e 1974.
- Planta Cadastral da cidade de Paraguaçu Paulista
Instituto Geológico e Geográfico, 1938
Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, 1949
Cadastro Municipal da Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista (em elaboração), 1974/75.
- Carta Topográfica do Município de Paraguaçu Paulista, na escala de 1:50.000
I.B.G.E. - 1974, folha SF-22-Z-A-I-4.

Mapas Gerais

- Mapa do Município de Paraguaçu Paulista
Instituto Geológico e Geográfico, 1938.
- Mapa do Estado de São Paulo com Municípios
Instituto Geológico e Geográfico, 1923.
- Mapa Geral do Estado de São Paulo
Instituto Geológico e Geográfico, 1971.

Fotografias Aéreas

- Levantamento Aerofotogramétrico do Estado de São Paulo, 1962.
- Fotografia aérea nº 8.100, do levantamento de 1962, ampliada na escala de 1:5.000 - AEROMAPA do Brasil, 1974.
- Levantamento Aerofotogramétrico do Estado de São Paulo, 1972.

Outras Fontes

Giannasi, Humberto B.

"Conceição de Monte Alegre, sua história e seu passado".
Série de artigos publicados no jornal "A Semana" - Paraguaçu Paulista, 1967 e 1968.

Jorge Júnior, José

Série de artigos sobre a cidade e município de Paraguaçu Paulista, publicados no jornal "A Semana" - Paraguaçu Paulista, 1967 e 1968.

Arquivo do Estado

Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, 1900 a 1939.
Cartório da Primeira Circunscrição de Registro Geral e de Hipotecas e Anexos da Comarca de Paraguaçu Paulista.

Centro de Saúde de Paraguaçu Paulista.

Boletins 1960 a 1972.

Coordenadoria da Ação Regional

Diagnósticos da 4ª, 10ª e 11ª Região Administrativa.

Departamento Estadual de Estatística do Estado de São Paulo

Boletins, Anuários Estatísticos e documentos mimeografados e datilografados - 1940 a 1969.

Enciclopédia do Municípios.

Estrada de Ferro Sorocabana

Relatórios do período de 1916 a 1940.

Fundação Plano de Amparo Social

Levantamento sócio-econômico das populações marginais do Estado de São Paulo - Região de Presidente Prudente, 1969.

Hospital de Caridade de Paraguaçu Paulista

Relatórios da entidade do período de 1948 a 1973.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Censos de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970.

Instituto Panamericano de Geografia e História

Comissão de Geografia

Textos Básicos 1 - Centralidade e Regionalização. Vários autores, julho de 1968.

Ministério da Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas

Sinopse do Recenseamento de 1900.

Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista

Livros de Registros de Imposto sobre Indústrias e Profissões.

Modelos "A" e "B" das Declarações de Dados Informativos Necessários à Apuração dos Índices de Participação dos Municípios Paulistas no Produto de Arrecadação do ICM, 1974.

Relatório da VIII Caravana ABENIBRA (Associação Nipo-Brasileira de Estudantes de Medicina) 18/01/73 a 28/01/73 - Paraguaçu Paulista.

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo

Estatística Agrícola e Zootécnica - 1930 a 1939.
Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo
Cadastro Bancário, 1972 e último trimestre de 1973.

A N E X O S

Foto 1.- Vista geral da cidade na direção oeste-leste, mostrando o traçado quase que essencialmente retilíneo e perpendicular das ruas, evidenciando o plano em tabuleiro de xadrez do núcleo urbano. No primeiro plano a Avenida Galdino marca o espigão divisor dos Ribeirões do Alegre (leste - ao fundo) e do Sapê (oeste - área em início de ocupação).- Foto José Martin Suarez.

Foto 2.- Vista do espaço urbano na direção E.NE., a partir do espigão divisor dos Ribeirões do Alegre e Sapê. O espaço caracteriza-se pela uniformidade da arquitetura dos imóveis residenciais, revelando a tênue compartimentação socio-econômica da população.- Foto José Martin Suarez.

Foto 3.- Extremo O.NO. da cidade. Área de expansão recente e de atração de investimentos proporcionados pela concentração de rendas advindas pela presença de população melhor aquinhada economicamente neste setor urbano. As edificações, ocupando terrenos mais espaçosos, são amplas, com melhor acabamento e com plantas dentro de um conceito mais moderno e racional de aproveitamento. Foto José Martin Suárez.

Foto 4.- Extremo S.SE. da cidade, evidenciando a extrema planura do sítio urbano na direção sul. Este fato se verifica igualmente para a direção norte, demonstrado pela foto 3.- Ocupando todo quadro direito da foto encontra-se os estabelecimentos de ensino da Fundação Gammon: Colégio Comercial e Escola Superior de Agronomia.- Foto José Martin Suárez.

Foto 5.- Área antiga e central, onde as construções são, na maioria, para fins comerciais e de serviços, e que se abrem diretamente sobre as ruas. Os seus espaços livres constituem estreitos corredores entre os edifícios. No primeiro plano a ferrovia (FEPASA) e parte da Praça João XXIII. No centro a Praça 9 de Julho, com a Igreja principal da cidade. Foto José Martín Suárez.

Foto 6.- Primeira quadra da rua José Salomao na Barra Funda, direção Oeste-leste.- O seu pequeno centro comercial apresenta morfologia que guarda as mesmas características da área central. Alguns destes imóveis datam dos primeiros anos da cidade. A maioria deles têm nos fundos a presença de residência do proprietário. Foto José Martín Suárez.-

Foto 7.- Trecho norte da rua 7 de Setembro a partir da Avenida Paraguaçu. Constitui parte do "centro" da cidade onde se verifica a concentração da atividade comercial. A foto mostra a face esquerda da rua 7 de Setembro, contida na figura 9.(pag. 164).- Foto José Martín Suárez

Foto 8.- Parte sul da rua 7 de Setembro, a partir da Avenida Paraguaçu, onde o primeiro plano integra a área central da cidade. Verifica-se o domínio de imóveis voltados principalmente para o comércio, embora esta atividade e os serviços extravasem o centro, pontilhando estabelecimentos ao longo desta rua. A foto confirma a pequena declividade do sítio urbano, demonstrada no perfil "B" (Sul-norte), figura 8, pag. 161.- Foto José Martín Suárez.

Foto 9.- Trecho da rua Amazonas, na Vila Nova, setor da cidade cuja característica principal é a função de residência de população com poucos recursos econômicos e na sua maioria de origem rural - o bôia-fria.-
Foto José Marin Suárez.

Foto 10.- Trecho da periferia da cidade, na Barra Funda, onde dominam as habitações de madeira já desgastadas; de barrote ou barracos armados com madeira velha ou de caixotes, cobertas com sapê, folhas de zinco ou semelhantes e já deterioradas pelo tempo ou com telhas velhas recolhidas dos restos de demolições. A população que as ocupa, é paupérrima e vincula-se às atividades sazonárias do campo - o bôia-fria.- Foto José Martín Suárez.

Foto 11.- Trecho da rua 15 de Novembro, a partir da rua Irmã Gomes, em frente à Praça 9 de Julho, no início da década de 1930. Foto cedida por José Jorge Júnior.

Foto 12.- Trecho da rua 15 de Novembro, a partir da rua Irmã Gomes, em frente à Praça 9 de Julho, em 1976. As construções guardam as mesmas linhas da arquitetura dos anos 30. Comparada à foto 11, a grande transformação constitui a presença do equipamento público. Foto José Martin Suárez

Foto 13.- Primeira quadra da rua José Salomão, a partir da Avenida Gago Coutinho, na direção leste-oeste - Barra Funda. A foto retrata os fins da década de 1920. Foto cedida por José Jorge Júnior.

Foto 14.- Primeira quadra da rua José Salomão, a partir da Avenida Gago Coutinho, na direção leste-oeste - Barra Funda. A foto data de 1976. Constitui um dos primeiros trechos abertos e ocupados pela cidade (foto 13), sendo que alguns imóveis ainda conservam a arquitetura inicial. Foto José Martín Suárez.

Foto 15.- Trecho da Avenida Paraguaçu, principal artéria da cidade, em direção leste, a partir da Praça 9 de Julho. Constitui parte do "centro" onde se verifica o domínio quase que absoluto da atividade comercial. Pavimentação tipo "blokret". Foto José Martin Suárez

Foto 16.- Casa comercial fundada em 1921, (a foto data de 1928), com seu variado sortimento: tecidos, armarinhos, chapêus (no primeiro plano), calçados, ferramentas e utensílios domésticos (plano de fundo). Foto cedida por Wilson Zauhy.

Foto 17.- Vista da parte leste da cidade , onde se pode observar três voçorocas nos sedimentos pós-Bauru, cujas presenças constituíram impedimentos à expansão do núcleo urbano nessa área. Foto Marcio Antonio Teixeira.

Foto 18.- Voçoroca na vertente do Ribeirão do Alegre, a leste da cidade.

Foto 19.- Secador para farelo de soja, construído na "oficina" da Anderson Clayton de Paraguaçu Paulista. Constitui parte do equipamento para a grande unidade industrial da empresa, em montagem, em Ponta Grossa (PR). Foto cedida por Aldo Distrutti.

LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A POPULAÇÃO URBANA DE PARAGUAÇU PAULISTA

(ficha 1)

Rua _____ Nº _____ com asfalto _____ energia elétrica _____ R. de esgoto _____
CASA: Térrea _____ sobrado _____ Alvenaria _____ madeira _____ mista _____ barraco _____ Comércio e residência _____
 Indústria e residência _____ nº de cômodos (resid.) _____ idade da casa _____ própria _____ alugada _____
 financiada _____ Valor do aluguel _____ Nome do proprietário _____
 profissão do proprietário _____
 possui fogão a gás _____ geladeira _____ televisão _____ rádio _____ rádio-vitrola _____ enceradeira _____ outros _____
 _____ Onde os adquiriu _____

Qual é o rendimento médio mensal da casa? cr\$ _____

Abastecimento e serviços

O que compra? Onde? etc. em Paraguaçu Paulista	O que compra?, Onde? etc. fora de Parag. Paulista
Alimentação	
Vestuario	
Calçados	
Médicos	
Hospital	
Outros serviços	

Quais os problemas que encontra no abastecimento? tem sugestões?

Lê e assina jornais? Quais? _____ Qual é a rádio que mais ouve?

_____ Qual é a ocupação nos domingos e feriados? Onde vai? _____

Observações

	Idade e sexo	Grão de parentes co	Local de nascimento Município, urbano, rural, Estado, País	Grão de instrução se estuda: série, curso, estabeleci- mento.	Profissão	
					A) rural: proprietário? arrendatário? (neste caso quan- tos alqueires?) Qual é a atividade principal: agri- cultura? criação? Assalariado rural: na agricultura? criação?	B) Urbana: qual é a atividade que exerce?
					ATUAL	ANTERIOR
1a pessoa						
2a pessoa						
3a pessoa						
4a pessoa						
5a pessoa						
6a pessoa						

(Havendo mais de 6 (seis) pessoas, utilizar o verso)

LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A POPULAÇÃO URBANA DE PARAGUAÇU PAULISTA

<u>n</u> <u>o</u> <u>m</u> <u>e</u> <u>n</u> <u>s</u> <u>e</u> <u>a</u>	<u>Idade</u>	<u>Sexo</u>	<u>Estado ci-</u> <u>vil: casado</u> <u>sólteiro,</u> <u>viuvo, sepa</u> <u>rado, etc.:</u>	<u>Local de nasci</u> <u>mento: municí</u> <u>pio, Estado ,</u> <u>rural, urbano.</u>	<u>Onde Morou an</u> <u>tes de Paragua</u> <u>çu Paulista?</u> <u>(município, Es</u> <u>tado, rural, ur</u> <u>bano). Quanto</u> <u>tempo residiu?</u>	<u>Ano em</u> <u>que veio</u> <u>p/ Parag</u> <u>uaçu .</u>	<u>Grão de instrução</u> <u>(sabe ler e escre</u> <u>ver. Se estuda ,</u> <u>indicar a série e</u> <u>curso. Se não es</u> <u>tuda, indicar quan</u> <u>parou, série, cur</u> <u>so.</u>	<u>Casa: própria,</u> <u>alugada, cedi</u> <u>da, etc.</u> <u>nº de cômodos</u> <u>nº de cômodos</u> <u>como dormitôr.</u>
<u>1ª</u>								
<u>2ª</u>								
<u>3ª</u>								
<u>4ª</u>								
<u>5ª</u>								
<u>6ª</u>								
<u>7ª</u>								

(Aplicado em 1.000 residências - 1971/1972)
A. Garms

(Havendo mais de 7 (sete) pessoas, utilizar o verso)

Pessoa Ver o nº na ficha anterior (1)	Ocupação: profis- são que exerce atualmente (se é proprietário ur- bano ou rural, in- dicar o tipo de atividade.	Qual a ocupação, profissão que e- xerceu anterior- mente (se foi proprietário ur- bano ou rural, in- dicar o tipo de atividade.	Onde (local) exer- cia esta profissão anterior? Por quanto tempo exerceu?	Quanto ganha por mês atualmente? (se for diarista, verificar quanto ganha por dia e quantos dias traba- lha no mês.)	Há éssas da família que sairam de Paraguaçu Pau- lista? Quantos e para on- de foram? Quando saíram de Paraguaçu Paulista? Por que saíram (causas gerais)

(Aplicado em 1.000 residências - 1971/1972)

A. GARMIS

(Havendo mais de 7 (sete) pessoas, utilizar o verso)

Tipo de indústria

Enderêço Nº Asfalto

Construção: Madeira Alvenaria Mista Têrrea sobrado

Área construída Área do terreno idade da constr.

Razão social

Início das atividades

Secções que a indústria possui:

Comparação da indústria no âmbito municipal, regional e sub-regional:

Matéria Prima

Matéria prima	valor	Procedência - região %														Ton. ou quantid.
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	

Observações:

Variação sazonal da matéria prima: (verificar se varia a procedência da matéria prima segundo os diferentes períodos do ano. Indicar a situação).

Observações:

(f l s . 2)

Tipo de transporte utilizado pela matéria prima. (% de cada um)

Rodoviário	Ferrovialrio	Aéreo	Hidroviário
-------------------	---------------------	--------------	--------------------

Acrêscimo do frete sôbre o valor da matéria prima (em %).

PRODUÇÃO

[illegible]

Valor total da produção: _____

MERCADO CONSUMIDOR

[illegible]

Tipo de transporte utilizado para distribuição da produção. (% de cada um)

Rodoviário:	Ferroviano	Aéreo	Hidroviário
-------------	------------	-------	-------------

K * * * * *

Observações:

TIPO DE VENDA

A vista _____% Prazo _____%
Viajantes _____% Representantes _____% Atacadistas _____%
Diretamente _____% Depósitos _____% Outros _____%

Causas da preferência do consumidor (sistema de vendas/preço/qualidade/
entrega pontual/prazos/ etc..)

EVOLUÇÃO

a) Matéria Prima:-

b) Produtos:

c) Crescimento da produção:

d) Mercado Consumidor:

e) Perspectivas (mercado e produção):

Observações:

N O M E	local de nascimento	F0rmação	função atual	'remuneração	OBSERVAÇÕES

Evolução do nº de empregados:

Valor mensal da fôlha de pagamentos: _____

Mão-de-obra sazônaria: (número/ época de emprêgo/função que exercem/tem
po que permanecem/o que fazem no período de en
tre-estações, etc..)

EQUIPAMENTO:

Tipo	Local de fabricação	ano de aquisição	Capacidade utilizada	Observações

ENERGIA

Tipo de energia utilizada:

Consumo mensal _____ Kwh ou o equivalente em Cr\$ _____

Motores existentes: Tipo _____

Potência _____

Utilização _____

Observações:

STÓRICO PROFISSIONAL DO PROPRIETÁRIO

- 1- Avós: Onde nasceram? Onde residiram antes de Paraguaçu Paulista? Por que vieram para P. Paulista? O que faziam anteriormente? Quais as atividades que exerceram em P. Paulista?: colonos, / Assalariados, proprietários, comerciantes, etc.? (Verificar as causas de mudanças de atividades e as épocas, se possível)
 - 2- Pais: Idem aos avós
 - 3- Proprietário: Local de nascimento. Onde residiu antes?(as várias residências). Suas profissões anteriores; Sua profissão atual causas das mudanças de profissões. O que o levou a estabelecer-se no ramo atual. Origem do capital. Possui outras propriedades? Tipos? O que o levou a adquiri-las?.
- Perspectivas futuras quanto ao seu estabelecimento em particular? (mudanças de profissão, de ramo de negócio, etc.. Causas.)
- Gráu de instrução.

Código - Pesquisa industrial - Paraguaçu Paulista

- A - Município de Paraguaçu Paulista
- B- Sub-Região de Assis : Assis, Borá, Candido Mota, Campos Novos Paulista, Cruzália, Florínea, Ibirarema, Lutécia, Maracai, Palmital, Platina, Quatã.
- C - Sub-Região de Marília : Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Galia, Garça, Luperício, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompeia, Quintana, Vera Cruz.
- D - Sub-Região de Ourinhos: Bernardino de Campos, Chavantes, Fartura, Ipaçu Manduri, Óleo, Piraju, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiã, Taguaí, Tejupã.
- E - Sub-Região de Tupã: Bastos, Herculândia, Iacri, Queiróz
- F - Sub-Regiões de Presidente Prudente e Presidente Venceslau: Alvares Machado, Alfredo Marcondes, Anhumas, Caiabu, Caiua, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Maraba Paulista, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Pirapózinho, Piquerobi, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Presidente Eptácio, Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio
- G - Região da Alta Paulista: Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Dracena, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Osváldo Cruz, Pacaembu, Panorama Parapuã, Paulicéia, Rinópolis, Sagres, Salmourão, São João do Pau D'Alho, Tupi Paulista; Santa Mercedes.
- H - Região de São Paulo - Capital.
- I - Restante do Estado de São Paulo.
- J - Estado do Mato Grosso
- K - Estado do Pará.
- L - Outros Estados.
- K - Outros Países.

(fls.1)

Pesquisa comercial e dos Serviços - Paraguaçu Paulista

Tipo de Comércio ou serviço _____

Endereço: _____ Nº _____

Construção: Madeira _____ Alvenaria _____ Térrea _____ Sobrado _____
Mista _____ Asfalto _____ Idade da construção _____
Alugada _____ Própria _____ Outra _____

Início das atividades _____ Razão Social _____

Secções que o estabelecimento possui _____
_____ Filiais (discriminar os estabelecimentos e localiza-
ções: _____

CENTROS DE ABASTECIMENTO

(indicar o local de procedência, rural ou urbano, o Estado, o país)

Produtos	Quantidade mensal/anual	Procedência	%	Transporte	%

COMPLETAR ÊSTE QUADRO COM AQUELE DA FLS.4

Acrêscimo do frete sôbre o valor dos produtos (em %) _____

Variação sazônaria do abastecimento: (verificar a variação de procedên-
cia dos produtos, segundo os períodos do ano. Indicar as causas)

Sistema de vendas

Possui viajantes _____ Quantos? _____

Vendas à vista _____ % na zona urbana _____ % Para zona rural _____ %

Vendas à prazo _____ % na zona urbana _____ % para zona rural _____ %

Mensal _____ %

crediário _____ %

Safra _____ %

Outro _____ %

Pesquisa no comércio- Paraguaçu Paulista - ABASTECIMENTO - (Fls. 3)

Firma comercial _____

Enderêço _____

[illegible]

N O M E	local de nascimento	Formação	função atual	'remuneração	OBSERVAÇÕES

HISTÓRICO PROFISSIONAL DO PROPRIETÁRIO

- (1- Avós: Onde nasceram? Onde residiram antes de Paraguaçu Paulista? Por que vieram para P. Paulista? O que faziam anteriormente? Quais as atividades que exerceram em P. Paulista?: colonos, / Assalariados, proprietários, comerciantes, etc.? (Verificar as causas de mudanças de atividades e as épocas, se possível)
- (2- País: Idem aos avós
- (3- Proprietário: Local de nascimento. Onde residiu antes? (as várias residências). Suas profissões anteriores; Sua profissão atual causas das mudanças de profissões. O que o levou a estabelecer-se no ramo atual. Origem do capital. Possui outras propriedades? Tipos? O que o levou a adquiri-las?.
- Perspectivas futuras quanto ao seu estabelecimento em particular? (mudanças de profissão, de ramo de negócio, etc.. Causas.)
- Gráu de instrução.

Questionário a ser aplicado no Comércio e serviços de Paraguaçu Paulista.

Nome da firma ou estabelecimento _____

Atividade _____

Total de pessoas que trabalham no estabelecimento _____ =-

Vendas ou prestação de serviços:

A) % de vendas ou prestação serviços locais (especificamente à cidade de Paraguaçu Paulista) _____ %

B) % de vendas ou prestação de serviços fora da cidade _____ %

Destas do item B :

1. _____ % para a zona rural de Paraguaçu Paulista

2. _____ % para outras zonas rurais.

Quais? _____ %

(município)

%

%

%

%

%

%

3. _____ % para outras cidades

Quais? _____ %

(cidade)

%

%

%

%

%

%

%

%

4. _____ % para São Paulo - Capital

5. _____ % para o Estado do Paraná

6. _____ % para o Estado do Mato Grosso

7. Outros Estados - especificar quais e a %-

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Declaração de Dados Informativos Necessários
à Apuração dos Índices de Participação
dos Municípios Paulistas
no Produto da Arrecadação do ICM

PERÍODO: 01/01/ a 31/12/

MICROFILME

MODELO "A"

PRODUTOR AGROPECUÁRIO

Nome

Enderço

Distrito

Município

Código do Cartão

99

INSC. DO PRODUTOR

OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS

Cód.

VALOR - Cr\$

Saídas de Mercadorias para o exterior

01

,00

Saídas de Mercadorias para outros Estados

02

,00

Saídas de Mercadorias para Órgãos Públicos, não inscritos

03

,00

Saídas de Mercadorias para Outros Produtores Agropecuários ou para Particulares

04

,00

TOTAL Cr\$

05

,00

IMPORTANTE:

Preenchimento com base nas notas Fiscais
de Produtor emitidas.

Data

Assinatura do declarante ou seu representante legal

Modelo "A"

(exclusivo para produtores agropecuários)

P/ uso do P.F.

CÓDIGO DO
MUNICÍPIO

N.º DE
ORDEM

VISTO DA REPARTIÇÃO ESTADUAL

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DECLARAÇÃO DE DADOS INFORMATIVOS NECESSÁRIOS
À APURAÇÃO DOS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO
DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS
NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICM
PERÍODO: 01/01/ a 31/12/

MICROFILME

MODELO "B"

CONTRIBUINTE

Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____ Cód. Ativ. Econ. _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL

Houve Compras à Produtores
Agropecuários do Estado?

SIM 1 ☐ NÃO 2 ☐

Assinale com um X

OPERAÇÕES COM MERCADORIAS OBJETO DE COMERCIALIZAÇÃO E/OU INDUSTRIALIZAÇÃO:

a) = tributáveis (tributadas e isentas); b) = que destinem produtos industrializados para o exterior; c) = com livros, jornais e periódicos, assim como papel destinado à sua impressão.

TÍTULOS	Cód.	VALOR - Cr\$
SAÍDAS		
Vendas		
Para o Estado	11	,00
Para outros Estados	12	,00
Para o Exterior	13	,00
Transferências:		
Para o Estado	14	,00
Para outros Estados	15	,00
Apuradas mediante ação fiscal ou auto-denunciadas, não escrituradas	16	,00
Saídas do estoque não compreendidas nos Ítems anteriores	17	,00
Estoque final (inclusive o em poder de outros estabelecimentos)	18	,00
Soma (Cód. 11+12+13+14+15+16+17+18)	19	,00
ENTRADAS		
Compras		
Do Estado (exceto as feitas a produtores agropecuários)	20	,00
De outros Estados	21	,00
Feitas a produtores agropecuários, do Estado	22	,00
Importações do Exterior	23	,00
Transferências:		
Do Estado	24	,00
De outros Estados	25	,00
Apuradas mediante ação fiscal ou auto-denunciadas, não escrituradas:		
Operações (exceto as com produtores agropecuários, do Estado)	26	,00
Operações com produtores agropecuários, do Estado	27	,00
Entradas no estoque não compreendidas nos Ítems anteriores	28	,00
Estoque inicial (inclusive o em poder de outros estabelecimentos)	29	,00
Soma (Cód. 20+21+22+23+24+25+26+27+28+29)	30	,00
Diferença (Cód. 19 - 30)	31	,00
Total das Importações do Exterior (Código 23 + importações de mercadorias para uso e ou consumo próprio)	32	,00
VALOR ADICIONADO (Cód. 31 + 32)	33	,00

OBSERVAÇÕES:

- Os valores dos Códigos 22, e 27 deverão ser desdobrados, no verso, por município de origem.
- Não deverão ser declaradas as operações com mercadorias que devam retornar ao estabelecimento de origem.
- No valor das Operações não se inclui a parcela relativa ao I.P.I., salvo quanto aos Códigos 23 e 32 - Importações do Exterior.

DATA

N.º DE ORDEM

Visto da Repartição Estadual

Assinatura do declarante ou seu representante legal

MODELO "B"

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.